



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

# 2012



### **Elaboração e redação**

Diretoria-Geral da Secretaria – DIGES  
Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – CENAG  
Divisão de Projetos Organizacionais e Apoio à Gestão – DIGET

### **Produção editorial**

Divisão de Produção Editorial – DIEDI

### **Impressão e acabamento gráfico**

Divisão de Serviços Gráficos – DIGRA

### **Coordenação geral**

Roberto Elias Cavalcante  
Bárdia Tupy

### **Coordenação técnica e edição**

Mariana Gomide Madruga  
Renato Cunha

### **Coordenação de produção editorial**

Ana Guimarães Toledo

### **Consolidação e redação de textos**

Carlos Roberto de Jesus Domingues  
Eliane de Aguiar Marques Lacombe  
Fabiano Fernandes Gomes  
Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá  
Mariana Gomide Madruga  
Renato Cunha  
Tatiana Montezuma

### **Dados e informações**

Unidades do TRF 1ª Região  
*Primeira Região em revista*

### **Coordenação da revisão**

Samuel Nunes dos Santos

### **Revisão e controle de texto**

Ana Guimarães Toledo  
Robson Taylor de Barros  
Samuel Nunes dos Santos

### **Projeto gráfico e capa**

Nathália Louise Correia de Lima (prestadora de serviço)

### **Editoração eletrônica**

André Sampaio da Silva  
Renata Guimarães Leitão  
Rosângela da Cruz Silva

### **Confecção de chapas CTP**

Studio Fitolito Digital Ltda.

---

Brasil. Tribunal Regional Federal. Região 1.

Relatório de atividades 2012 / Justiça Federal.  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região. – Brasília :  
TRF-1ª Região, 2013.  
273 p.: il.

1. Tribunal regional federal, relatório, Brasil,  
(2012). I. Título.

CDD 341.4192

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 5

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, 7

GESTÃO ESTRATÉGICA, 17

MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL (2010-2014), 17

PLANO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL, 18

METAS DO PODER JUDICIÁRIO, 19

PRINCIPAIS PROJETOS DO TRF 1ª REGIÃO, 21

## SOCIEDADE, 31

MAPA DE JULGADOS, 33

PRECATÓRIOS E RPVs, 52

## PROCESSOS INTERNOS, 57

ACESSO À JUSTIÇA, 59

INSTALAÇÃO DE VARAS FEDERAIS NA 1ª REGIÃO, 59

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS, 62

OUVIDORIA DA JUSTIÇA FEDERAL, 70

EFICIÊNCIA OPERACIONAL, 71

NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA, 71

CORREIÇÕES GERAIS ORDINÁRIAS, 73

INSPEÇÕES ORDINÁRIAS, 73

ACOMPANHAMENTO PARLAMENTAR, 76

SISTEMA NORMATIVO, 86

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, 104

ADMINISTRAÇÃO GERAL, 113

GESTÃO DOCUMENTAL, 124

AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS, 128

CONTROLE INTERNO, 131

SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL, 145

NOVAS TURMAS RECURSAIS, 147

**RECURSOS, 149**

## GESTÃO DE PESSOAS, 151

MAGISTRADOS E SERVIDORES, 151

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 1ª REGIÃO – ESMAF, 166

UNIVERSIDADE CORPORATIVA DA 1ª REGIÃO – UNICORP, 174

PREVIDÊNCIA, 175

CARREIRA, 176

QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL, 178

ASSISTÊNCIA À SAÚDE, 181

## INFRAESTRUTURA E TI, 196

INFRAESTRUTURA, 196

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS, 203

## ORÇAMENTO, 219

DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO, 224

CONTRATOS DE AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS, 258

CONTINGENCIAMENTO E DESCONTINGENCIAMENTO, 259

SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, 263

LEI ORÇAMENTÁRIA 2013, 263

## ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS, 269

## APRESENTAÇÃO

Excelentíssimos senhores desembargadores federais, excelentíssimos senhores juízes federais, senhores servidores,

Conforme o disposto no art. 21, XLIII, do Regimento Interno, entre as atribuições do presidente deste Tribunal está a de apresentar, na segunda sessão plenária após o recesso forense, relatório circunstanciado dos trabalhos efetuados no ano decorrido, bem como o mapa de julgados. Em cumprimento a esse dispositivo, a fim de prestar contas dos compromissos assumidos neste primeiro ano de minha gestão como presidente desta Corte, em atenção ao princípio da transparência, apresento a vossas excelências e vossas senhorias o Relatório de Atividades do TRF 1ª Região, ano 2012.

Este Relatório, buscando atender ao novo modelo de gestão administrativa, voltado para resultados, foi totalmente concebido de acordo com o Plano Estratégico da Justiça Federal 2010-2014, tratando, de forma coesa, as ações desenvolvidas pelas diversas unidades do Tribunal — todas levando ao alcance da missão institucional e de objetivos comuns. Assim, agrupa as atividades dentro das três perspectivas do plano estratégico: Sociedade, Processos Internos e Recursos. Como introdução, foram incluídos ainda os capítulos Organização Institucional e Gestão Estratégica.

No capítulo Organização Institucional, encontra-se a movimentação, durante o ano de 2012, da composição dos órgãos julgadores, das comissões permanentes, da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, do Gabinete da Revista, da Coordenação dos Juizados Especiais Federais, dos conselhos, da Secretaria do Tribunal e da Secretaria de Controle Interno. Por sua vez, o capítulo Gestão Estratégica traz o Mapa Estratégico da Justiça Federal e o próprio plano estratégico, além de discorrer sobre o desempenho do Tribunal em relação às metas do Poder Judiciário e sobre os principais projetos desenvolvidos.

Destaco, neste ponto, que a Justiça Federal da 1ª Região atingiu seis entre as sete metas estabelecidas para o ano, restando pendente de cumprimento apenas a Meta 1, “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012”, cujo grau de cumprimento foi de 91,25%.

Na perspectiva Sociedade, cujo objetivo estratégico é assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva, são apresentados o mapa de julgados e as sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios e RPVs).

Os órgãos administrativos do Tribunal reuniram-se em 39 sessões, com o julgamento de 305 processos administrativos. Os órgãos colegiados do Tribunal receberam, em distribuição, 138.134 processos. Foram realizadas 563 sessões de julgamento, todas taquigrafadas, das quais resultou o julgamento de 140.632 processos. No 1º grau, foram distribuídos 846.158 processos e julgados 708.134. Apesar da expressividade desses quantitativos, as varas encerraram o ano com o total de 2.215.510 feitos em tramitação. Com relação aos juizados especiais federais, foram recebidos 382.794 processos e julgados 422.381, encerrando-se o ano com 622.760 feitos em tramitação.



A perspectiva Processos Internos subdivide-se nos temas Alinhamento e Integração, Acesso à Justiça e Eficiência Operacional, ressaltando-se que o primeiro deles diz respeito fundamentalmente às ações do Conselho da Justiça Federal (CJF) para integração dos cinco tribunais regionais federais. Em Acesso à Justiça, que tem por objetivo estratégico garantir o amplo acesso ao maior número de cidadãos à resolução de conflitos, foram relatadas as atividades concernentes à instalação de varas federais na 1ª Região, aos juizados especiais federais e à Ouvidoria da Justiça Federal.

Em 2012, dando-se continuidade à instalação das varas federais criadas pela Lei 12.011/2009, foram inauguradas 19 varas, das quais 8 constituíram novas subseções judiciárias. Ao final de 2012, a 1ª Região totalizou 71 subseções judiciárias e 251 varas federais. A Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região acompanhou a realização dos 6 juizados itinerantes, em que foram contempladas as seções judiciárias dos seguintes estados: Acre, Amazonas, Rondônia, Goiás e Mato Grosso.

Em Eficiência Operacional, tema que abrange quatro objetivos estratégicos, tratou-se do Núcleo de Cooperação Judiciária, do sistema de gestão judiciária e administrativa — incluindo-se aí as correições gerais ordinárias e inspeções ordinárias, realizadas pela Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região —, do Sistema de Conciliação da Justiça Federal e da estrutura e do funcionamento das turmas recursais.

Na perspectiva Recursos, encontram-se as atividades dos temas Gestão de Pessoas, Infraestrutura e TI e Orçamento. Em Gestão de Pessoas, antes de seus dois objetivos estratégicos, que se ocupam de aperfeiçoamento e capacitação, clima organizacional e bem-estar de magistrados e servidores, são apresentados os novos dirigentes e a nova composição do Tribunal, as diretorias de Foro, o provimento de cargos na 1ª instância e os dados da força de trabalho da 1ª Região.

Em Infraestrutura e TI, estão as atividades voltadas para prover o Tribunal de estrutura física adequada ao seu funcionamento — com destaque para a construção da nova sede — e meios de segurança adequados, além das soluções tecnológicas desenvolvidas para garantir a efetividade dos trabalhos.

Por fim, o tema Orçamento detalha como foram assegurados os recursos orçamentários e priorizada sua execução de acordo com a estratégia.

Por meio deste Relatório, apresento algumas das muitas realizações relevantes deste Tribunal, pelas quais agradeço a colaboração de todos — magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários —, que fizeram de 2012 um ano de grande avanço para a prestação jurisdicional federal de qualidade.

Brasília/DF, 11 de abril de 2013.

Desembargador Federal Mário César Ribeiro  
Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região



# ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

## ÓRGÃOS JULGADORES

### PLENÁRIO

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Mário César Ribeiro (presidente)  
Daniel Paes Ribeiro (vice-presidente)  
Carlos Olavo (corregedor regional)  
Tourinho Neto  
Catão Alves  
Jirair Aram Meguerian  
Olindo Menezes  
Tolentino Amaral  
Cândido Ribeiro  
Hilton Queiroz  
Carlos Moreira Alves  
Ítalo Mendes  
José Amilcar Machado  
João Batista Moreira  
Souza Prudente  
Selene Almeida  
Maria do Carmo Cardoso  
Leomar Amorim  
Neuza Alves  
Francisco de Assis Betti  
Reynaldo Fonseca  
Ângela Catão  
Mônica Sifuentes  
Kassio Marques  
Néviton Guedes  
Novély Vilanova

---

Fagundes de Deus – até 11/01  
Olindo Menezes (presidente) – até 24/04  
José Amilcar Machado (vice-presidente) – até 24/04  
Cândido Ribeiro (corregedor regional) – até 24/04  
Novély Vilanova – a partir de 30/07  
Assusete Magalhães – até 20/08



## CORTE ESPECIAL

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Mário César Ribeiro (presidente)  
Daniel Paes Ribeiro (vice-presidente)  
Carlos Olavo (corregedor regional)  
Tourinho Neto  
Catão Alves  
Jirair Aram Meguerian  
Olindo Menezes  
Tolentino Amaral  
Cândido Ribeiro  
Hilton Queiroz  
Carlos Moreira Alves  
Ítalo Mendes  
José Amilcar Machado  
Selene Almeida  
Maria do Carmo Cardoso  
Leomar Amorim  
Neuza Alves  
Mônica Sifuentes

---

Olindo Menezes (presidente) – até 24/04  
José Amilcar Machado (vice-presidente) – até 24/04  
Cândido Ribeiro (corregedor regional) – até 24/04  
Assusete Magalhães – até 20/08  
Hilton Queiroz – a partir de 21/08

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Mário César Ribeiro (presidente)  
Daniel Paes Ribeiro (vice-presidente)  
Carlos Olavo (corregedor regional)  
Tourinho Neto  
Jirair Aram Meguerian  
Olindo Menezes  
Cândido Ribeiro  
Neuza Alves  
Mônica Sifuentes

---

Olindo Menezes (presidente) – até 24/04  
José Amilcar Machado (vice-presidente) – até 24/04  
Cândido Ribeiro (corregedor regional) – até 24/04  
Assusete Magalhães – até 20/08  
Cândido Ribeiro – a partir de 21/08  
Mônica Sifuentes – a partir de 13/09





## 1ª SEÇÃO

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Ângela Catão (presidente)

Neuza Alves

Francisco de Assis Betti

Kassio Marques

Néviton Guedes

-----  
Neuza Alves (presidente) – até 23/09

Ângela Catão (presidente) – a partir de 24/09

## 1ª TURMA

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Ângela Catão (presidente)

Kassio Marques

Néviton Guedes

## 2ª TURMA

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Neuza Alves (presidente)

Francisco de Assis Betti

-----  
Neuza Alves (presidente) – até 24/04

Mônica Sifuentes (presidente) – a partir de 25/04

Mônica Sifuentes – até 23/08

Neuza Alves (presidente) – a partir de 24/08



## 2ª SEÇÃO

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Ítalo Mendes (presidente)

Hilton Queiroz

Tourinho Neto

Olindo Menezes

Cândido Ribeiro

Mônica Sifuentes

---

Mário César Ribeiro – até 24/04

Carlos Olavo – até 24/04

Olindo Menezes – a partir de 25/04

Cândido Ribeiro – a partir de 25/04

Assusete Magalhães – até 20/08

Mônica Sifuentes – a partir de 24/08

Hilton Queiroz (presidente) – até 23/09

Ítalo Mendes (presidente) – a partir de 24/08

---

10

## 3ª TURMA

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Tourinho Neto (presidente)

Cândido Ribeiro

Mônica Sifuentes

---

Carlos Olavo – até 24/04

Cândido Ribeiro – a partir de 25/04

Assusete Magalhães (presidente) – até 20/08

Tourinho Neto (presidente) – a partir de 21/08

Mônica Sifuentes – a partir de 24/08

## 4ª TURMA

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Hilton Queiroz (presidente)

Ítalo Mendes

Olindo Menezes

---

Mário César Ribeiro – até 24/04

Olindo Menezes – a partir de 25/04



### 3ª SEÇÃO

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

João Batista Moreira (presidente)

Selene Almeida

Carlos Moreira Alves

Jirair Aram Meguerian

Souza Prudente

José Amilcar Machado

-----  
Daniel Paes Ribeiro (presidente) – até 24/04

João Batista Moreira (presidente) – a partir de 25/04

José Amilcar Machado – a partir de 25/04

### 5ª TURMA

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Selene Almeida (presidente)

João Batista Moreira

Souza Prudente

### 6ª TURMA

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Jirair Aram Meguerian (presidente)

Carlos Moreira Alves

José Amilcar Machado

-----  
Daniel Paes Ribeiro – até 24/04

José Amilcar Machado – a partir de 25/04

Carlos Moreira Alves (presidente) – até 20/08

Jirair Aram Meguerian (presidente) – a partir de 21/08



#### 4ª SEÇÃO

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Maria do Carmo Cardoso (presidente)

Tolentino Amaral

Leomar Amorim

Catão Alves

Reynaldo Fonseca

Novély Vilanova

-----  
Novély Vilanova – a partir de 30/07

Tolentino Amaral (presidente) – até 23/09

Maria do Carmo Cardoso (presidente) – a partir de 24/09

#### 7ª TURMA

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Reynaldo Fonseca (presidente)

Catão Alves

Tolentino Amaral

-----  
Tolentino Amaral (presidente) – até 21/04

Reynaldo Fonseca (presidente) – a partir de 22/04

#### 8ª TURMA

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Leomar Amorim (presidente)

Maria do Carmo Cardoso

Novély Vilanova

-----  
Novély Vilanova – a partir de 30/07



## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE REGIMENTO

A partir de 16/07

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Mônica Sifuentes (presidente)

Cândido Ribeiro

João Batista Moreira

Néviton Guedes (suplente)

Até 15/07

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Tourinho Neto (presidente)

Reynaldo Fonseca

Mônica Sifuentes

Ângela Catão (suplente)

### COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

A partir de 31/07

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Selene Almeida (presidente)

Reynaldo Fonseca

Kassio Marques

Néviton Guedes (suplente)

Até 30/07

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Daniel Paes Ribeiro (presidente)

Maria do Carmo Cardoso

Mônica Sifuentes

Francisco de Assis Betti (suplente)

### COMISSÃO DE ACERVO JURÍDICO

A partir de 31/07

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Carlos Moreira Alves (presidente)

Maria do Carmo Cardoso

Ângela Catão

Até 30/07

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Carlos Moreira Alves (presidente)

Carlos Olavo



## ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 1ª REGIÃO (ESMAF)

A partir de 25/05

DESEMBARGADORES FEDERAIS

José Amilcar Machado (diretor)

Cândido Ribeiro (vice-diretor)

Até 24/05

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Carlos Moreira Alves (diretor)

Ítalo Mendes (vice-diretor)

## GABINETE DA REVISTA

A partir de 25/05

DESEMBARGADOR FEDERAL

João Batista Moreira (diretor)

Até 24/05

DESEMBARGADOR FEDERAL

Ítalo Mendes (diretor)

## COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (COJEF)

A partir de 25/05

DESEMBARGADORA FEDERAL

Neuza Alves (coordenadora)

Até 24/05

DESEMBARGADOR FEDERAL

Tourinho Neto (coordenador)



## CONSELHOS

### CONSELHO DO COLAR E DA MEDALHA DO MÉRITO JUDICIÁRIO MINISTRO NELSON HUNGRIA

A partir de 25/04

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Mário César Ribeiro (chanceler)

Daniel Paes Ribeiro

Carlos Olavo

Ítalo Mendes

João Batista Moreira

Até 24/04

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Olindo Menezes (chanceler)

José Amilcar Machado

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Moreira Alves

### CONSELHO DELIBERATIVO DO PRO-SOCIAL

Desembargador Federal Mário César Ribeiro (presidente)

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso (representante dos magistrados)

Roberto Elias Cavalcante (diretor-geral)

Tito Antônio Revoredo Guerra (diretor da Secbe)

Ionice de Paula Ribeiro (diretora da Secoi)

Maurício da Silveira Araújo (representante dos servidores)

Até 24/04

Desembargador Federal Olindo Menezes (presidente)

Felipe dos Santos Jacinto (diretor-geral)

Marcos de Oliveira Dias (diretor da Secbe)

Até 10/12

Eliane do Socorro Alves da Silva (representante dos servidores)



## SECRETARIA DO TRIBUNAL

### **Diretoria-Geral da Secretaria (Diges)**

Roberto Elias Cavalcante

### **Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag)**

Bárdia Tupy

### **Secretaria Judiciária (Secju)**

Rosana Monori

### **Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro (Secor)**

Carlos Frederico Maia Bezerra

### **Secretaria de Recursos Humanos (Secre)**

Maria do Carmo Cezário Corrêa

### **Secretaria de Administração (Secad)**

Luiz Maurício Penna da Costa

### **Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin)**

Roberto Petruff

### **Secretaria do Bem-Estar Social (Secbe)**

Tito Antônio Revoredo Guerra

Até 22/04

Felipe dos Santos Jacinto (Diges)

Ricardo Paulo Tomaz (Secju)

Ruiter Roberto Ramos (Secad)

Márcio Cruz de Souza (Secin)

Marcos de Oliveira Dias (Secbe)

Ruth Maria Cruz Vaz (Secre)

Até 24/04

Wânia Marítya Araújo Vieira (Cenag)

A partir de 13/06

Roberto Petruff (Secin)

## SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO (SECOI)

Ionice de Paula Ribeiro

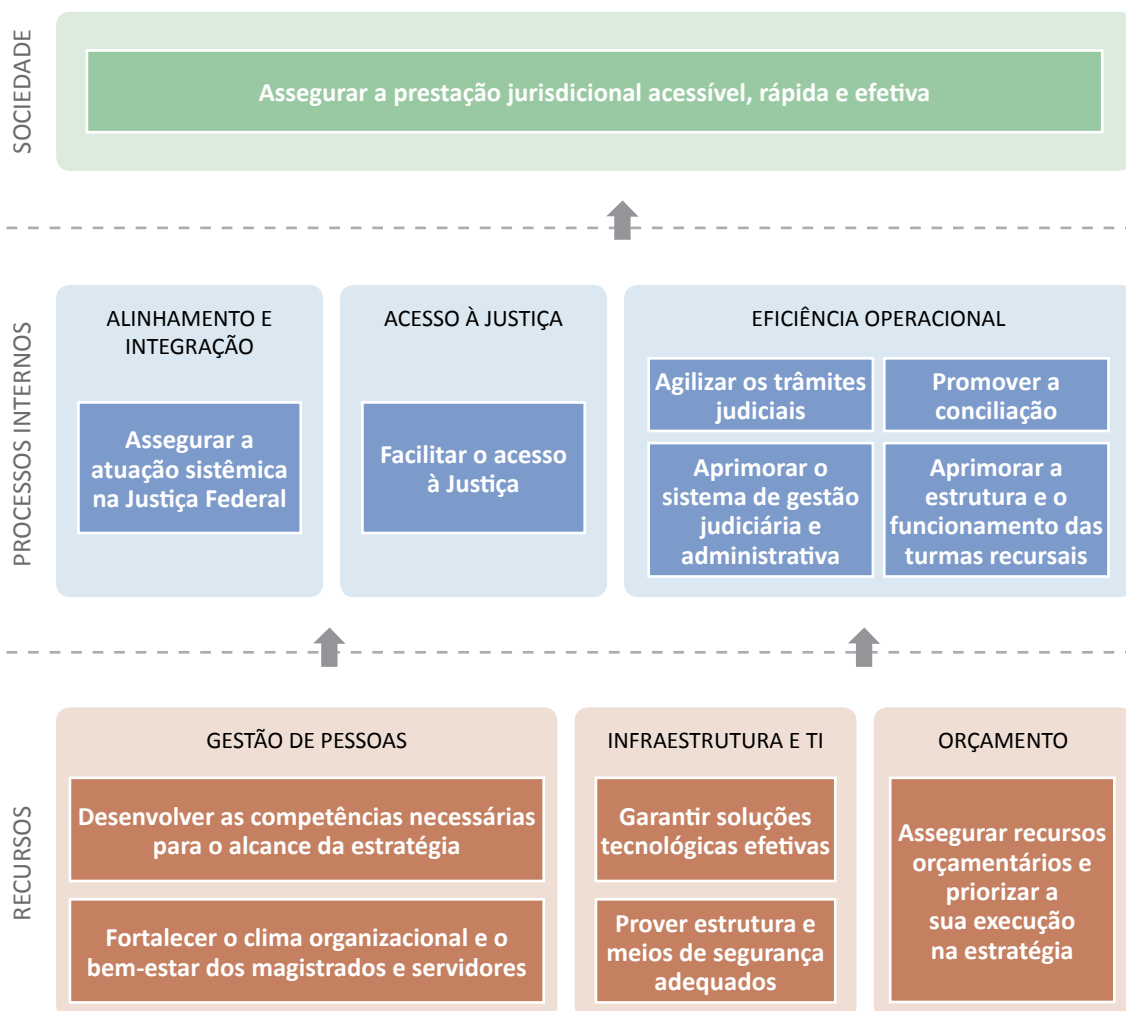


# GESTÃO ESTRATÉGICA

MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL (2010-2014)

**Missão:** Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

**Visão:** Consolidar-se, perante a sociedade, como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica.



## PLANO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL

Em 2012, os tribunais regionais federais, sob a coordenação do Conselho da Justiça Federal, deram continuidade à revisão dos planos estratégicos regionais com vistas a criar um único mapa estratégico para a Justiça Federal, mediante Resolução CJF 194, de 20/07/2012.

Por meio do plano aprovado, foram estabelecidas as prioridades estratégicas da Justiça Federal: alinhamento e integração sistêmica, acesso à Justiça e eficiência operacional, que serão alcançados pela melhoria dos processos internos (agilização dos trâmites judiciais, promoção da conciliação, aprimoramento dos sistemas de gestão e da estrutura e do funcionamento das turmas recursais) e suportados pelos objetivos estruturantes de aprendizagem e crescimento, dos recursos financeiros, da estrutura física e da prontidão de tecnologia da informação. Esse conjunto de temas e objetivos está demonstrado no Mapa da Justiça Federal, apresentado neste relatório.

A partir do mapa, o Conselho da Justiça Federal, os cinco tribunais regionais federais e as seções judiciárias que os compõem apresentaram painel de contribuições, isto é, portfólio de projetos que permitirão o alcance da estratégia.

Ainda, a fim de alcançar os objetivos relativos aos juizados especiais federais, a Coordenação dos JEFs, sob a direção da desembargadora federal Neuza Alves, definiu como lema “construir pontes” para auxiliar a Administração do Tribunal no segmento dos juizados e elencou um plano inicial de metas programáticas demonstradas no quadro abaixo.

### QUADRO 1

#### Plano inicial de metas da Cojef 2012/2014

1 – Cumprimento da lei resultante do PL 1.597/2011, que dispõe sobre a criação de estrutura permanente para as turmas recursais dos juizados especiais federais e cria os cargos respectivos de juiz federal de turma recursal
2 – Elaboração da Consolidação das Normas sobre os Juizados Especiais Federais
3 – Realização de mutirões com ênfase nas turmas recursais
4 – Otimização de Recursos, visando à resolução de questões pontuais relativas a mutirões e itinerantes
5 – Criação do Memorial dos Juizados Especiais Federais
6 – Aprimoramento do Regimento Interno dos JEFs
7 – Implantação de canais de comunicação direta com os juizados especiais federais das demais regiões
8 – Celebração de convênios e parcerias com instituições de ensino superior e médio profissionalizante, para absorção da mão de obra estudantil



## METAS DO PODER JUDICIÁRIO

A fim de alcançar a unidade do Poder Judiciário, com a implementação de diretrizes nacionais para nortear a atuação institucional de todos os seus órgãos, os presidentes dos tribunais brasileiros se reuniram no dia 25/08/2008, no I Encontro Nacional do Poder Judiciário. Nessa importante reunião, debateu-se sobre a modernização do Judiciário, o aperfeiçoamento da gestão dos tribunais, a melhoria da prestação jurisdicional, sendo deliberado pelas autoridades que ali se encontravam que há necessidade de elaboração de um planejamento estratégico nacional.

Para a elaboração do planejamento, foram realizados 12 encontros regionais e, no II Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em 16/02/2009, foi aprovada a Estratégia do Poder Judiciário e as suas Metas de Nivelamento, conforme consta da Resolução CNJ 70/2009.

A referida norma prevê, ainda, que o Conselho Nacional de Justiça coordenará a instituição de indicadores de resultados, metas, projetos e ações de âmbito nacional, comuns a todos os tribunais.

Sendo assim, desde então, anualmente os presidentes dos tribunais nacionais se reúnem para aprovar as metas do ano subsequente.

Para 2012, foram definidas, no V Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 17 e 18/11/2011, as cinco metas nacionais do Poder Judiciário e as duas metas específicas da Justiça Federal. A seguir, apresentamos o desempenho do TRF 1ª Região quanto ao alcance das referidas Metas.

### METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

**Meta 1:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012.

- Total de processos distribuídos: 768.635
- Quantidade de processos julgados: 701.394
- Percentual de cumprimento da meta: 91,25% (NÃO CUMPRIDA)

**Meta 2:** Julgar, até 31/12/2012, pelo menos 50% dos processos distribuídos em 2007, na Justiça Federal e dos processos distribuídos de 2007 a 2009, nos juizados especiais federais e turmas recursais federais.

- Quantidade de processos julgados: 1.404.429
- Alvo (pendentes de julgamento no ano-base com os que entraram e saíram da meta): 1.534.125
- Percentual de cumprimento da meta: 183,09% (CUMPRIDA)

**Meta 3:** Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitando o segredo de justiça.



- O portal oferece serviço de informações processuais ao público? SIM.
- São disponibilizadas informações sobre o andamento de todos os processos? SIM.
- As informações sobre andamento processual são atualizadas automaticamente? SIM.
- É disponibilizado o conteúdo de todas as decisões: despachos, decisões interlocutórias e acórdãos? SIM.
- É disponibilizado o inteiro teor das decisões? SIM.

(CUMPRIDA)

**Meta 4:** Constituir núcleo de cooperação judiciária e instituir a figura do juiz de cooperação.

- O tribunal instituiu a figura do juiz de cooperação? SIM.
- O tribunal constituiu núcleo de cooperação judiciária? SIM.

(CUMPRIDA)

**Meta 5:** Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento.

- O sistema pode ser acessado e operado pela internet? SIM.
- O sistema inclui instruções para sua utilização? SIM.
- Existe atendimento ao usuário pessoal, por correio eletrônico e/ou por telefone? SIM.
- O sistema possibilita consulta à tabela de custas? SIM.
- O sistema possibilita emissão de guia de recolhimento? SIM.

(CUMPRIDA)

#### METAS ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA FEDERAL

**Meta 10:** Designar 10% a mais de audiências de conciliação do que as designadas no ano anterior (2011).

- Número de audiências de conciliação em 2011: 86.832.
- Número de audiências de conciliação em 2012: 99.105.
- Percentual de cumprimento da meta: 103,76% (CUMPRIDA)

**Meta 11:** Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 50% das turmas recursais.

- Número de turmas recursais existentes em 2011: 16.



- Número de turmas recursais com monitoramento dos processos de trabalho implantados: 16
- Percentual de cumprimento da meta: 200% (CUMPRIDA)

Nos dias 5 e 6/11/2012, em Sergipe, ocorreu o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, com a participação dos presidentes e corregedores dos tribunais e dos conselhos. Na ocasião, foi avaliada a estratégia nacional, divulgado o desempenho dos tribunais em relação ao cumprimento das metas estabelecidas para 2012 e definidas as metas nacionais do Judiciário para 2013.

#### PRINCIPAIS PROJETOS DO TRF 1ª REGIÃO

##### AGILIZAÇÃO DOS JULGAMENTOS DAS AÇÕES SOBRE O SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Em 14/06/2012, o Tribunal publicou a Resolução Presi/Cenag 13, que estabelece a concentração, nas primeiras varas das seções e subseções judiciárias, da competência para o julgamento das ações que tratam dos aspectos civis do sequestro internacional de crianças, relativas à Convenção da Haia, de 25/10/1980.

A Convenção da Haia de Direito Internacional Privado é uma organização internacional que busca a progressiva unificação das regras de direito internacional privado, por meio da negociação e elaboração de tratados multilaterais e convenções. No caso do combate ao sequestro internacional de crianças, a Convenção tem como objetivo retornar ao país de origem a criança que foi ilícitamente subtraída por um dos pais ou parentes próximos.

A proposta foi trazida à 1ª Região pela desembargadora federal Mônica Sifuentes, que integra, desde 2006, a Rede Internacional de Juízes da Haia — conhecidos como “juízes de enlace”, responsáveis por fazer a ponte entre a Convenção e as autoridades judiciais e administrativas locais. A ideia traz a perspectiva de especialização permanente de magistrados e de todo o corpo funcional envolvido.

Por ter assumido posição de vanguarda na Justiça Federal brasileira, o Tribunal recebeu os cumprimentos formais do secretário-geral da Convenção da Haia, Hans van Loon, que disse que, dessa forma, “os juízes alcançam um grau de especialização que os ajuda a julgar os casos de forma mais rápida e eficaz, sendo esses elementos cruciais para a proteção adequada das crianças”.

Para dar suporte ao projeto, a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf) preparou, em 2012, diversos eventos voltados ao tema do sequestro internacional de crianças. O tema foi debatido em março, durante a I Jornada de Direito Internacional, realizada em Belo Horizonte. Outras três palestras também discutiram a atuação dos juízes na apreciação da matéria. Um novo seminário da Esmaf, específico sobre subtração



de menores, deve ocorrer no início de 2013, com a participação da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH).

#### IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO TRIBUNAL

A Lei 12.527, de 18/11/2011, regulamentou o direito constitucional dos cidadãos de receberem dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral. Seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios.

Por possibilitar maior participação popular e controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite significativa melhoria na gestão pública.

Objetivando regulamentar o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, o Tribunal criou um grupo de trabalho, por meio da Portaria Presi/Cenag 204 de 28/05/2012, incumbindo-o de avaliar as normas e rotinas sobre o assunto e de apresentar sugestões para encaminhamento ao Conselho Nacional de Justiça, como subsídio para a elaboração de regulamentação para os órgãos do Poder Judiciário brasileiro.

Como resultado, o Tribunal definiu a autoridade gestora da aplicação da referida lei; atribuiu à Ouvidoria Administrativa as competências relativas ao SIC, responsável pelo atendimento e pela orientação ao público interno e externo em informações decorrentes da Lei, nas seguintes formas: presencial, por telefone e pela internet e instituiu grupo de trabalho para propor medidas e organizar os meios necessários à implementação da Lei nas seções e subseções judiciárias da 1ª Região, com a criação, em definitivo, do SIC na 1ª instância.

Além disso, foram encaminhadas as seguintes sugestões ao CNJ:

- implantação de sistema único de informação ao cidadão, nos moldes adotados pelo Poder Executivo, com um portal único de transparência para o Judiciário, que agregue as informações comuns e consolide as bases de dados para prestação destas informações à Presidência da República, nos termos da Lei de Acesso à Informação;
- prestação de informações básicas e padronizadas no âmbito do CNJ, comuns a todo o Poder Judiciário, a exemplo da tabela remuneratória dos servidores públicos;
- alerta de ocorrência simultânea de grande número de solicitações de informações semelhantes, com respostas uniformes preparadas pelas autoridades do Judiciário.



## PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Em dezembro de 2011, com a edição da Resolução 24 de 15/12/2011, foi oficialmente iniciado o Programa de Modernização da Justiça Federal da 1ª Região, projeto que nasceu da necessidade de elevar os patamares de eficiência e qualidade dos serviços judiciais, cartorários e administrativos da 1ª Região.

O Programa de Modernização da Gestão da Justiça Federal da 1ª Região envolve um conjunto de políticas e estratégias de gestão voltadas para:

- *recursos humanos*: revisão e ajuste sistemático e anual dos quadros de pessoal da 1ª Região, que permitirão rever prioridades e readequar os quadros de pessoal às necessidades; aprofundamento da profissionalização dos servidores e gestores;
- *desenvolvimento organizacional*: adoção de métodos e procedimentos de trabalho mais ágeis e simples e atualização da estrutura organizacional;
- *tecnologia da informação*: intensa e ampla virtualização judicial, cartorária e administrativa em toda a 1ª Região, para conferir maior rapidez e facilidade aos serviços e atenuar os efeitos da falta de pessoal;
- *planejamento e gestão*: reunião do conhecimento de magistrados e servidores por meio da troca de experiências e compartilhamento de soluções de trabalho, a serem planejadas, executadas e controladas em conjunto.

No decorrer de 2012, foram regulamentados e implementados critérios, procedimentos e cronogramas para o ajuste dos quadros de pessoal das varas federais, das centrais de mandados e das áreas de apoio cartorário e administrativo das subseções, na forma definida pela Portaria Presi/Cenag 19 de 17/01/2012, posteriormente alterada pelas Portarias 149 de 18/04/2012 e 374 de 26/11/2012.

O Tribunal empenhou-se para que as mudanças ocorressem de forma humanizada, com respeito aos servidores e observância dos interesses institucionais. Para orientar a implementação do projeto e sanar rapidamente as dúvidas que surgissem, foi elaborado e distribuído a toda a 1ª instância o Manual de Modernização da Gestão e criado o *e-mail* [duvidasres24@f1.jus.br](mailto:duvidasres24@f1.jus.br). Além disso, foi criado um espaço na intranet do Tribunal para disponibilizar os documentos e informações sobre o assunto.

Os primeiros resultados, alcançados já em 2012, foram excelentes. Foi iniciada a ampliação dos quadros de servidores da área de tecnologia da informação do Tribunal e das seções judiciárias, com ênfase no desenvolvimento de sistemas, consoante a Resolução Presi/Cenag 7 de 02/04/2012. Quadros deficitários das centrais de mandados e das áreas cartorárias e administrativas das subseções foram equalizados e, nas capitais, houve pequeno reforço do apoio judicial e administrativo.



Em 2013, será iniciada a fase de aprimoramento de métodos e procedimentos de trabalho, com soluções de curto e médio prazo, em ação conjunta das áreas técnicas da 1ª instância, Corregedoria Regional, áreas de modernização, capacitação e tecnologia da informação da 1ª Região.

#### SIGCUSTOS – TRANSPARÊNCIA E MELHOR CONTROLE DOS FATOS PÚBLICOS

A implantação do Sistema de Informações Gerenciais e de Custos da 1ª Região (SigCustos), iniciada em 2010, teve continuação em 2012. Com este projeto, a 1ª Região busca, além da transparência dos atos de gestão, uma ferramenta gerencial capaz de melhorar a alocação e distribuição dos recursos financeiros, de forma a racionalizar os gastos e reduzir custos.

O projeto foi dividido em duas fases: a primeira dedicada ao estudo da realidade atual e da metodologia e a segunda à definição do sistema.

A partir da implantação do projeto — pioneiro na Justiça Federal —, o grupo de gestores, com a parceria do Núcleo do Observatório de Custos da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, passou a estudar os custos e o modo de melhorar as rotinas e procedimentos. A ideia é criar um sistema gerencial a partir das realidades locais, tendo em vista que o TRF 1ª Região conta, na 1ª instância, com 14 unidades da federação, suas respectivas seções e subseções judiciárias em regiões diversas e condições distintas.

Em junho, foi realizado o 1º Encontro de Gestores do SigCustos, na seccional do Maranhão, que reuniu gestores de 8 seccionais da 1ª Região, que integram o grupo validador dos dados e informações que subsidiarão a construção da inteligência e arquitetura do SigCustos, além dos integrantes da Comissão do TRF 1ª Região da área de tecnologia da informação. Na oportunidade, foram lançados o vídeo institucional sobre o projeto SigCustos e o Manual Básico de Custos da Justiça Federal da 1ª Região, ambos produzidos pelo Tribunal.

O Projeto SigCustos, descrito no artigo “A mudança cultural no TRF1 rumo à ampliação do acesso ao jurisdicionado — o caso do Sistema de Informações Gerenciais e de Custos da 1ª Região – SigCustos”, foi um dos 13 selecionados, entre mais de 70 trabalhos inscritos para apresentação no 10º Seminário de Gestão Judicial, realizado em Buenos Aires, Argentina, entre 27 e 29/06.

#### DIAGNÓSTICO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Na área de gestão de pessoas e clima organizacional, importante iniciativa foi implementada em 2012, com a realização de pesquisa científica denominada Diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho, executada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Ergonomia Aplicada ao Setor Público, com o objetivo de conhecer as necessidades e as opiniões dos que trabalham no Tribunal e na Justiça Federal da 1ª Região acerca das condições e da organização do trabalho, das relações socioprofissionais, do ambiente



funcional, do reconhecimento e das oportunidades de crescimento profissional, entre outros pontos.

Participaram da pesquisa 5.164 pessoas, entre magistrados, servidores e colaboradores, número que representa cerca de 40% das 13.129 que atuam nessa área de jurisdição.

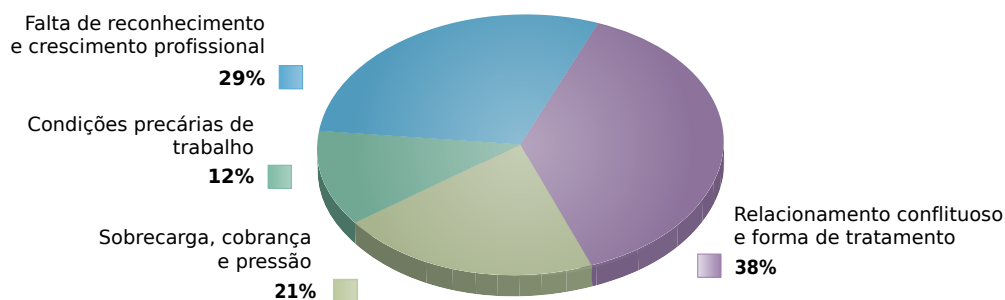
O diagnóstico, traçado em conformidade com as normas e métodos científicos, fornece aos dirigentes e gestores subsídios valiosos para o desenho de programas, projetos e ações e a formulação de uma política de qualidade de vida no trabalho, baseada em cinco variáveis:

1. condições de trabalho (local, espaço, temperatura, iluminação, equipamentos);
2. organização do trabalho (prazos, fiscalização, cobrança, ritmo, normas);
3. relações socioprofissionais de trabalho (harmonia, liberdade, diálogo, cooperação, confiança);
4. reconhecimento e crescimento profissional (dedicação, oportunidade, equidade, incentivo, desenvolvimento);
5. elo trabalho-vida social (tempo passado no trabalho, sentimento de utilidade, família, amigos).

Os resultados foram apresentados pelo coordenador do grupo, professor doutor Mário César Ferreira, psicólogo com pós-doutorado em Ergonomia Aplicada à Qualidade de Vida no Trabalho.

GRÁFICO 1

O que causa mais mal-estar no trabalho, na JF1R é...



Os respondentes identificaram uma vivência de bem-estar, embora seja limítrofe, muito próxima de uma zona mais crítica. Os aspectos mais negativos foram os ligados ao crescimento e reconhecimento profissional e à organização do trabalho, ou seja, a regras, rotinas, procedimentos, ritmo, pressão e cobrança e distribuição do trabalho.



A partir dessas constatações, o Tribunal iniciou estudos, em conjunto com as seccionais do Acre, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Piauí e Tocantins, para adoção de medidas saneadoras e formulação de políticas voltadas para o bem-estar e qualidade no trabalho.

#### PROJETO DE QUALIFICAÇÃO DO ACERVO DO TRF – 1º MUTIRÃO DE DESISTÊNCIAS

No Judiciário brasileiro, tramitam mais de 83 milhões de processos, sendo 8% na Justiça Federal. Isso corresponde a cerca de 5 mil processos por juiz, resultando em uma taxa de congestionamento de 70%.

Essa situação foi um dos fatores que levou a Caixa Econômica Federal a propor ao Tribunal a realização do Projeto de Qualificação do Acervo TRF – 1º Mutirão de Desistências, que objetiva reavaliar recursos apresentados pela Caixa em processos em andamento no Tribunal que apresentem possibilidade de desistência.

O projeto foi prontamente aceito pelo presidente do Tribunal e pela 5ª e 6ª Turmas, responsáveis pela localização dos processos listados e entrega dos autos à equipe da CEF.

O mutirão funcionou de 16/07 a 03/08, com uma equipe composta por 12 advogados da Caixa: 10 de Brasília; 1 de Goiás e 1 da Bahia, estados que integram a área de jurisdição do TRF 1ª Região, além de 2 advogados da Gerência Nacional do Jurídico da Caixa que atuam em tribunais superiores e advogados destacados.

A equipe da Caixa foi encarregada de verificar se o recurso se enquadrava em hipótese de autorização de dispensa recursal por parte da diretoria jurídica da instituição, bem como de analisar a repercussão econômica dos processos. Ao todo, foram analisados 3.889 recursos, dos quais 1.978 (50,86%) resultaram na apresentação de pedido de desistência.

Entre os processos analisados, destacaram-se apelações sobre o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), agravos sobre Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e apelações em ações relacionadas à recuperação de créditos da Caixa (execuções, monitórias e ordinárias de cobrança). O maior número de casos em que foi possível a desistência tratava de regularidade de perícias contábeis — tanto no SFH como nas ações de recuperação de créditos —, bem como de processos de FGTS já em fase de execução de sentença.

O mutirão faz parte de uma série de políticas internas da Caixa para reduzir a litigiosidade, pois, durante muito tempo, defender o interesse público significou recorrer a qualquer custo. Porém essa conduta, muitas vezes, apenas aumenta os custos do processo e do próprio Judiciário, que, no fim das contas, são pagos pela própria sociedade.

O objetivo principal da CEF é deixar na pauta do Tribunal apenas recursos com alguma relevância econômica ou institucional para ela.



A experiência foi uma atividade pontual, de curta duração, mas o Tribunal e a Caixa pretendem dar continuidade ao projeto. A instituição propôs ao Tribunal um trabalho de cooperação para que os novos recursos recebidos sejam apreciados por um de seus advogados antes de serem distribuídos aos relatores, para buscar a desistência de eventual recurso ou a conciliação.

#### ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

A Assistência Judiciária Gratuita (AJG) é um direito constitucional assegurado àqueles que não possuem condições financeiras para pagar um advogado ou outro profissional que atue no processo. É dever da Justiça Federal prestar tal assistência.

Em 2012, por recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), o Conselho da Justiça Federal unificou as informações sobre a AJG com a criação do Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita da Justiça Federal (AJG/CJF), que engloba a Justiça Federal de 1º e 2º graus, inclusive a jurisdição delegada.

O sistema permite maior controle dos pagamentos de honorários periciais, desde a nomeação até o efetivo pagamento do profissional. A formação de um banco de dados de profissionais cadastrados para prestar serviço de assistência judiciária gratuita é outra vantagem do sistema, que trouxe também uma democratização quanto à escolha dos profissionais, pois oferece ao juiz uma lista *on-line* de profissionais credenciados e habilitados para a realização das perícias. O profissional credenciado no AJG fará parte de um cadastro nacional, com indicação das localidades em que pretende trabalhar, bem como suas áreas de especialização.

No TRF 1ª Região, diversas medidas foram adotadas para implementar o sistema AJG no 1º e 2º graus. A primeira foi criação da Comissão de AJG TRF1, por meio da Portaria Presi/Secor 338 de 26/09/2012, responsável, entre outros encargos, por delinear diretrizes e ações e propiciar a capacitação de profissionais para utilizar o sistema.

O Tribunal também editou a Resolução Conjunta Presi/Coger/Cojef 20 de 18/10/2012, que determinou a utilização do Sistema AJG no 1º grau, a partir de janeiro de 2013, em todas as suas funcionalidades; o envolvimento das unidades da Justiça Federal quanto à utilização do Sistema AJG pelos seus gestores; a necessidade de publicação do edital de credenciamento; a necessidade de estabelecimento de convênio com os tribunais de justiça dos estados (competência delegada) e a divulgação aos peritos.

Os diretores de secretaria de vara da 1ª Região receberam treinamentos, realizados com o apoio financeiro do CJF e com apoio e supervisão da equipe técnica da 4ª Região, responsável pelo desenvolvimento e melhorias da atual versão do sistema.

#### PROJETO DE ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL

Atendendo solicitação do Conselho da Justiça Federal (CJF) de encaminhamento de sugestões para o anteprojeto de lei de atualização da Lei 5.010/1966, que organiza a Justiça Federal de 1º e 2º graus, o Tribunal instituiu comissão de magistrados, por meio da



Portaria Presi/Cenag 226 de 15/06/2012, com a finalidade de realizar estudos e propor sugestões.

O Tribunal oficiou aos magistrados da 1ª Região solicitando sugestões para os trabalhos da comissão. Também foi facultado à Secretaria do Tribunal, bem assim às secretarias administrativas das seções judiciárias, ouvidas as áreas de apoio cartorário e administrativo das próprias seções e subseções judiciárias, apresentar sugestões para os referidos trabalhos.

O estudo resultante, encaminhado ao CJF em agosto de 2012, reuniu ideias concretas e viáveis, com vistas, principalmente, a reforçar a identidade da Justiça Federal e a autonomia dos tribunais. Segundo o presidente do Tribunal, desembargador federal Mário César Ribeiro, “é muito importante estabelecer essa autonomia para destravar a administração. Os conselhos têm de atuar em questões mais abrangentes, como as necessidades de aperfeiçoamento e gestão de recursos, enquanto as questões do dia a dia devem ser resolvidas pelos tribunais, que conhecem bem as especificidades de cada região”.

Algumas inovações foram apresentadas, entre as quais a criação de um núcleo de juízes federais nas capitais para auxiliar nos trabalhos do TRF 1ª Região e atender a demandas como mutirões e férias de juízes. Previu-se também a criação de uma secretaria única com um conjunto de varas para atender a serviços cartorários básicos, além de regulamentar a questão da competência delegada (prevista na Constituição, art. 109, § 3º), para que essa competência possa ser repassada às turmas recursais. O documento também tratou de critérios de promoção, remoção e permuta de juízes federais, os quais, embora sejam permitidos pela Constituição, ainda não foram disciplinados.

#### REGULAMENTO GERAL DAS CENTRAIS DE MANDADOS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

A grande dimensão da 1ª Região, em relação a seu território, à abrangência de sua jurisdição ou ao número de varas e processos, evidenciou a necessidade e a conveniência de se editar um regulamento geral dos serviços de cumprimento de mandados judiciais.

As atividades foram desenvolvidas por um grupo de trabalho composto por juízes federais, instituído pela Portaria Presi/Cenag 358 de 10/09/2010, aos quais se somaram contribuições da Corregedoria Regional e da Secretaria do Tribunal. A elaboração da regulamentação contou ainda com a ativa participação das diretorias do foro da 1ª Região e de oficiais de justiça de diversas seccionais, inclusive de associações e sindicatos, todos ouvidos sobre a proposta.

A proposição foi aprovada pelo Conselho de Administração, na forma da Resolução Presi/Cenag 6 de 14/03/2012.

Por meio do regulamento, ganharam padronização e uniformização as atividades dos oficiais de justiça avaliadores federais das seções e subseções judiciárias da 1ª Região, no cumprimento das determinações de juízes federais e juízes federais substitutos



e na execução de mandados. Da mesma forma, consolidaram-se, nas seções e subseções judiciárias, mesmo com apenas uma vara, as centrais de mandados, uma forma de funcionamento e de organização dos serviços que se verificou bem sucedida na prática e extremamente necessária diante da expansão da Justiça Federal e da instalação das novas varas federais criadas pela Lei 12.011/2009 e pela Resolução 102/2010 do Conselho da Justiça Federal.

As seções judiciárias tinham suas próprias regulamentações, que, em muitos casos, se diferenciavam das de outras seções em pontos que deveriam ser comuns, como os prazos de cumprimento e a responsabilidade pela distribuição, expedição, conferência, cumprimento e controle dos mandados, entre outras rotinas que foram uniformizadas em toda a Região. Não se descuidou, todavia, da possibilidade de as diretorias do foro regular as especificidades locais.

#### PROJETOS PARA AMPLIAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

Em 2012, o Tribunal deu continuidade aos esforços iniciados em anos anteriores, para a ampliação do quadro de pessoal de tecnologia da informação e da área administrativa, já que a demanda pelos serviços jurisdicionais e administrativos do TRF e das seções e subseções judiciárias é desproporcional às possibilidades humanas e tecnológicas da 1ª Região e tem comprometido a realização dos serviços.

Em atenção à solicitação de complementação de informações formulada pelo CJF, o Tribunal, de acordo com a Resolução 90/2009 do CNJ, elaborou proposta acerca do quantitativo de profissionais de tecnologia da informação e comunicação necessários aos quadros de pessoal efetivo do Tribunal e das seções e subseções judiciárias da 1ª Região, elaborada pela Diretoria-Geral, acompanhada de parecer da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro quanto à adequação das propostas aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal para a 1ª Região.

#### CONTINUAÇÃO DO PROJETO DO CNJ MUTIRÃO JUDICIÁRIO EM DIA

Considerando o quantitativo crescente de processos em trâmite nesta Corte, bem como os que nela ingressam a cada dia, obstando a celeridade na apreciação e no julgamento de tais feitos, o Tribunal firmou o convênio de adesão ao Mutirão Judiciário em Dia, do qual participam também o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho da Justiça Federal (CJF). O convênio objetiva agilizar o julgamento dos processos autuados na 1ª Região, até 2006 e abrangidos pela Meta 2 do CNJ.

Inicialmente, a Resolução Presi/Cenag 25 de 18/11/2010 instituiu as turmas suplementares para a 1ª, a 3ª e a 4ª Seções do Tribunal e delegou ao presidente do Tribunal a definição dos trabalhos preparatórios e a logística de funcionamento e infraestrutura para o funcionamento das turmas suplementares.

Apesar de todo o esforço dispendido e dos bons resultados alcançados desde 2010, com o julgamento de mais de 37 mil processos, o esforço concentrado foi prorrogado até



o final do ano de 2012, com a finalidade de se concluir o julgamento dos processos da Meta 2/CNJ, anos 2009 e 2010.

O quantitativo de 14 juízes federais convocados para o mutirão permaneceu até o final do ano, bem como a forma de funcionamento do mutirão e de julgamento de feitos (Resolução Presi/Cenag 25/2010, alterada pelas Resoluções Presi/Cenag 1/2011 e Presi/Cenag 14/2011, e na Portaria Presi/Cenag 515/2010 e alterações posteriores).

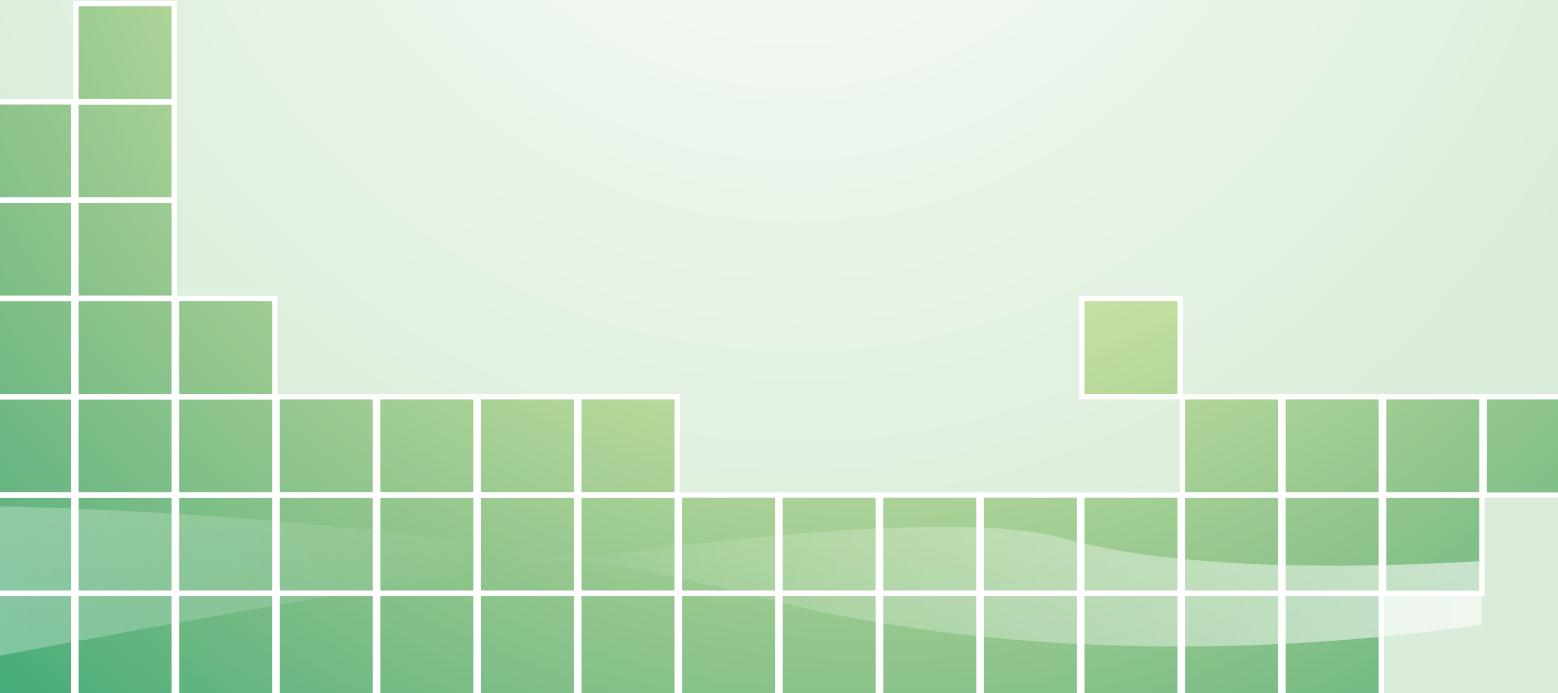
Para prorrogação do mutirão, foi firmado novo acordo de cooperação entre o Tribunal e o Conselho Nacional de Justiça com vistas ao pagamento, em caráter provisório, das diárias dos magistrados que atuam no projeto Mutirão Judiciário em Dia.

A quantificação das ações do mutirão pode ser verificada no Mapa de Julgados, na página 33 deste relatório.



# SOCIEDADE

## Objetivo estratégico

- Assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva
- 



## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

■ Descrição do objetivo

Prestar serviços jurisdicionais de qualidade, de forma rápida, acessível e efetiva, com segurança jurídica e transparência, na busca da satisfação dos jurisdicionados da Justiça Federal.

### MAPA DE JULGADOS

33

#### ADMINISTRATIVO

■ Sessões administrativas

#### QUADRO 2

Processos julgados nos órgãos colegiados administrativos

	Sessões realizadas	Processos julgados	Referendas
Plenário	5	9	–
Corte Especial administrativa	20	160	19
Conselho de Administração	14	136	43
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>305</b>	<b>62</b>

Além das sessões do Tribunal, o presidente participou de 11 sessões ordinárias do Conselho da Justiça Federal. Ainda, reuniu-se com o Colégio de Presidentes da Justiça Federal nos dias 12 de março, 25 de junho, 6 de agosto, 27 de agosto, 24 de setembro e 19 de novembro, na Sala Orlando Gomes do TRF 1ª Região.





## JUDICIAL

- Tribunal

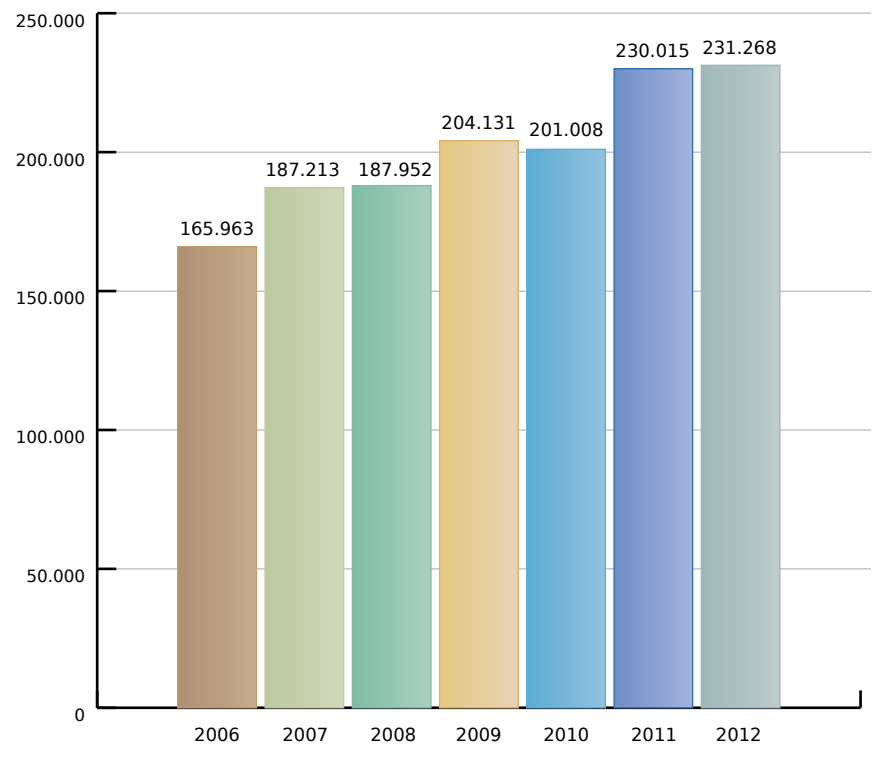
QUADRO 3  
Produtividade por desembargador federal

Desembargador(a) Federal	Distribuídos (A)	Voto relator (B)	Decisão monocrática terminativa (C)	Total 1 (D = B + C)	Decisão não terminativa (F)	Total 2 (G = D + F)	Pedido de vista (H)	Acórdãos publicados (J)	Decisão monocrática terminativa publicada (K)	Total 3 (M = J + K)	Baixados (N)
Presidente	1.205	231	142	373	22	395	–	103	142	245	59.839
Vice-Presidente	–	194	6	200	1	201	–	163	6	169	4.777
Tourinho Neto	1.249	1.223	215	1.438	363	1.801	4	1.075	215	1.290	1.051
Catão Alves	7.093	3.305	1.204	4.509	754	5.263	5	3.094	1.204	4.298	3.641
Assuete Magalhães	796	248	86	334	264	598	4	276	86	362	634
Jirair Aram Meguerian	4.392	1.508	1.510	3.018	757	3.775	40	1.357	1.510	2.867	2.587
Olindo Menezes	844	375	245	620	6.376	6.996	20	393	245	638	471
Mário César Ribeiro	366	174	59	233	6.713	6.946	–	241	59	300	547
Tolentino Amaral	7.046	3.511	964	4.475	1.423	5.898	7	3.754	964	4.718	4.618
Cândido Ribeiro	884	432	95	527	187	714	8	363	95	458	429
Hilton Queiroz	1.227	623	130	753	333	1.086	–	571	130	701	991
Carlos Moreira Alves	4.418	545	1.073	1.618	176	1.794	13	576	1.073	1.649	3.015
Ítalo Mendes	1.225	533	15	548	338	886	1	491	15	506	821
Carlos Olavo	363	256	45	301	101	402	4	256	45	301	616

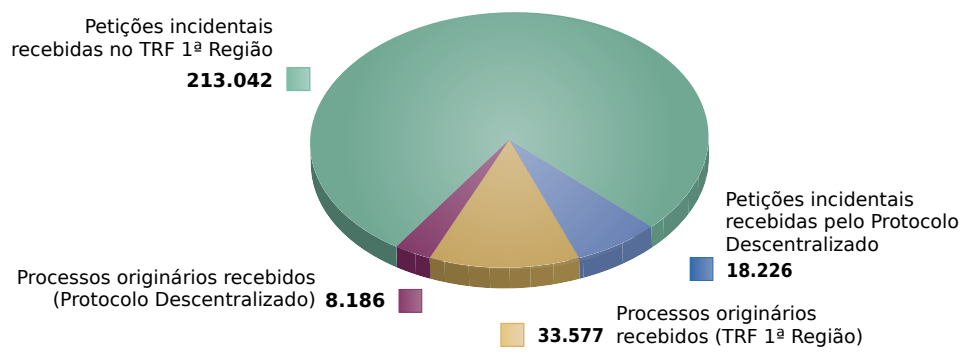


Desembargador(a) Federal	Distribuídos (A)	Voto relator (B)	Decisão monocrática terminativa (C)	Total 1 (D = B + C)	Decisão não terminativa (F)	Total 2 (G = D + F)	Pedido de vista (H)	Acórdãos publicados (J)	Decisão monocrática terminativa publicada (K)	Total 3 (M = J + K)	Baixados (N)
José Amílcar Machado	3.051	121	233	354	9.388	9.742	1	139	233	372	2.034
Daniel Paes Ribeiro	1.339	571	279	850	6.492	7.342	3	598	279	877	1.335
João Batista Moreira	4.431	1.141	1.706	2.847	934	3.781	39	1.152	1.706	2.858	3.253
Souza Prudente	4.841	1.810	526	2.336	2.657	4.993	12	2.305	526	2.831	3.680
Selene Almeida	4.498	860	2.196	3.056	1.235	4.291	15	841	2.196	3.037	2.722
Fagundes de Deus	118	2	67	69	17	86	–	53	67	120	570
Maria do Carmo Cardoso	7.102	6.775	2.823	9.598	2.945	12.543	213	6.119	2.823	8.942	4.868
Leomar Amorim	6.978	697	514	1.211	834	2.045	–	841	514	1.355	4.638
Neuza Alves	10.073	11.748	1.305	13.053	1.628	14.681	21	10.084	1.305	11.389	7.019
Francisco de Assis Betti	10.091	3	166	169	532	701	–	897	166	1.063	5.892
Reynaldo Fonseca	7.109	6.159	2.323	8.482	2.188	10.670	4	5.930	2.323	8.253	4.753
Ângela Catão	10.138	5.211	1.153	6.364	563	6.927	7	4.773	1.153	5.926	3.408
Mônica Sifuentes	7.273	4.932	1.217	6.149	680	6.829	21	6.582	1.217	7.799	6.824
Kassio Marques	10.015	9.530	1.912	11.442	1.014	12.456	25	9.121	1.912	11.033	4.807
Néviton Guedes	9.994	9.266	709	9.975	626	10.601	29	7.912	709	8.621	3.384
Novély Vilanova	3.113	681	2.753	3.434	338	3.772	–	619	2.753	3.372	490

**GRÁFICO 2**  
Petições apresentadas no Tribunal



**GRÁFICO 3**  
Petições protocoladas





QUADRO 4  
Desempenho do Tribunal

	2008	2009	2010	2011	2012
Distribuídos/ registrados	119.307	127.873	109.807	137.058	138.134
Julgados	106.837	112.197	103.043	117.055	140.632
Em tramitação	285.602	307.474	344.522	352.165	393.061

QUADRO 5  
Sessões de julgamento realizadas

Órgão julgador	Sessões		
	Ordinárias	Extraordinárias	TOTAL
Corte Especial	21	1	22
1ª Seção	17	–	17
2ª Seção	23	–	23
3ª Seção	24	–	24
4ª Seção	15	–	15
1ª Turma	37	2	39
2ª Turma	60	3	63
3ª Turma	73	–	73
4ª Turma	73	–	73
5ª Turma	68	–	68
6ª Turma	65	–	65
7ª Turma	47	–	47
8ª Turma	33	1	34
<b>TOTAL</b>	<b>556</b>	<b>7</b>	<b>563</b>

Fonte: Secju



QUADRO 6  
Central de digitalização

Páginas digitalizadas	Processos digitalizados
11.639.990	36.818

QUADRO 7  
Estatística de notas taquigráficas

Órgãos julgadores ou descrição do evento	Quantidade de folhas ou notas taquigráficas elaboradas	Quantidade de sessões ou eventos
1ª Turma	822	42
2ª Turma	1.600	64
3ª Turma	3.113	76
4ª Turma	2.736	74
5ª Turma	1.755	68
6ª Turma	1.135	65
7ª Turma	2.871	47
8ª Turma	1.631	35
1ª suplementar	524	24
2ª suplementar	552	35
3ª suplementar	730	46
4ª suplementar	446	25
5ª suplementar	788	33
6ª suplementar	543	32
7ª suplementar	802	26
1ª Seção	261	17
2ª Seção	973	23
3ª Seção	517	25
4ª Seção	526	15
Corte Especial judiciária	963	23
Corte Especial administrativa	777	20
Plenário	292	5



Órgãos julgadores ou descrição do evento	Quantidade de folhas ou notas taquigráficas elaboradas	Quantidade de sessões ou eventos
Conselho de Administração	452	15
Conselho Deliberativo do Pro-Social	195	8
Turma Regional de Uniformização	424	2
Comissão de Concursos	37	3
Comissão de Promoção	1	1
Sessões solenes	43	2
Degrações diversas (Depoimentos/entrevistas/interrogatórios)	549	40
<b>TOTAL</b>	<b>26.058</b>	<b>891</b>

**QUADRO 8**  
Processos baixados

Órgão julgador	Baixados à origem
Corte Especial	683
1ª Seção	2
2ª Seção	100
3ª Seção	12
4ª Seção	89
1ª Turma	12.686
2ª Turma	19.330
3ª Turma	1.855
4ª Turma	1.057
5ª Turma	8.104
6ª Turma	8.828
7ª Turma	12.224
8ª Turma	18.170
<b>TOTAL</b>	<b>83.140</b>

Fonte: Secju



QUADRO 9  
Movimentações processuais

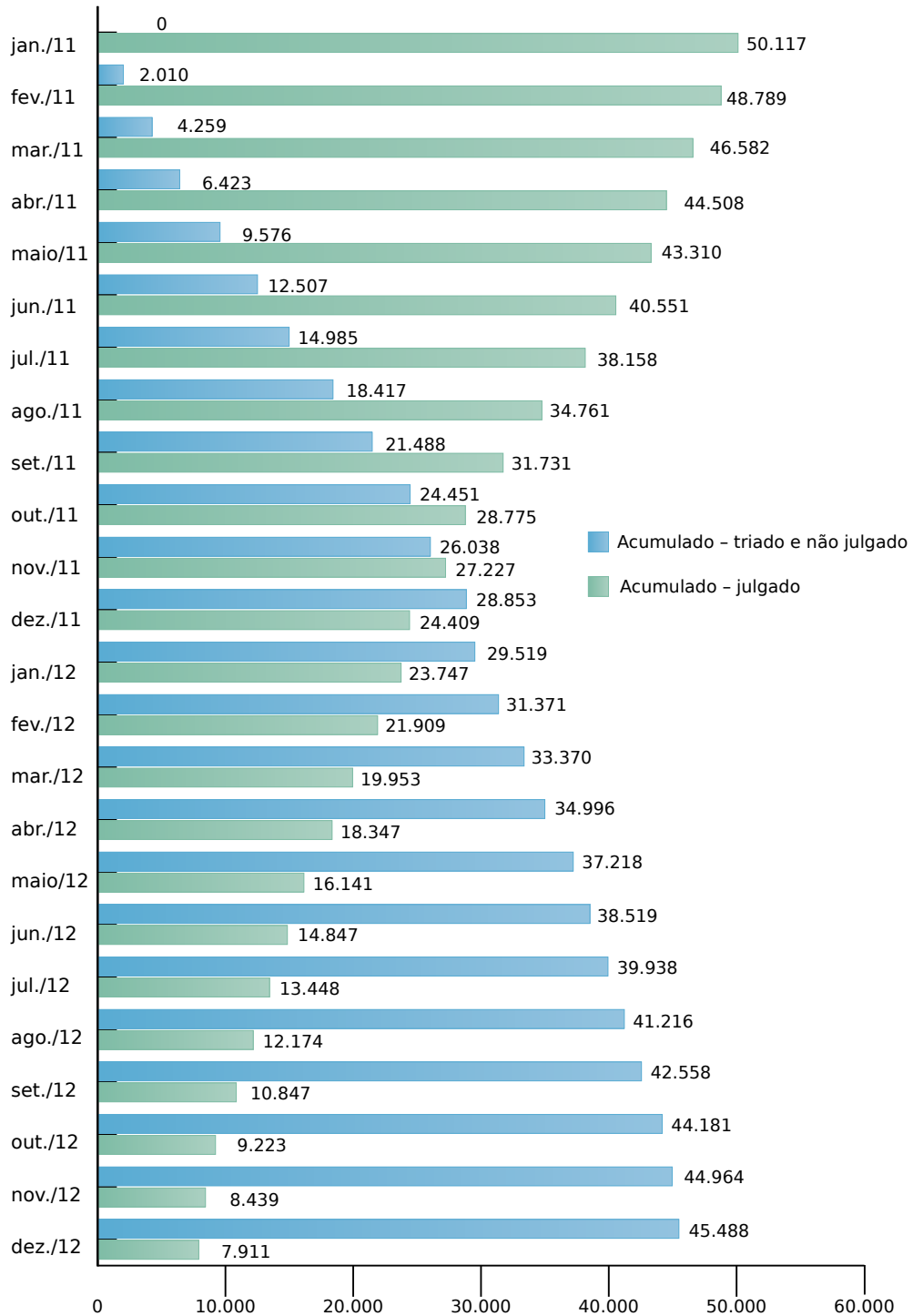
Movimentações		TOTAL
Remetidos	STJ	586
	STF	1.023
Recebidos	STJ	7.674
	STF	671
Agravos processados		3.889
Autos sobrestados		9.943
Baixa definitiva à origem		12.413
Digitalizados e enviados eletronicamente ao STJ		4.172

QUADRO 10  
Decisões em RE e REsp

Decisões/despachos		Presidência	Vice-Presidência	TOTAL
REsp	Admitidos	1.006	519	1.525
	Inadmitidos	2.830	3.908	6.738
	Sobrestados	1.025	4.537	5.562
RE	Admitidos	72	48	120
	Inadmitidos	774	624	1.398
	Sobrestados	1.149	4.196	5.345
Despachos diversos		5.741	1.602	7.343

META 2

GRÁFICO 4  
Evolução do Mutirão Judiciário em Dia







■ Estatística do 1º grau

Os dados estatísticos da 1ª Região são acompanhados pela Coger por meio da análise de relatórios analíticos e sintéticos gerados pelo Sistema de Acompanhamento Processual.

QUADRO 11  
Dados estatísticos da 1ª instância

Seções Judiciárias		Quantidade de processos		
		Distribuídos	Julgados	Em tramitação
AC	Varas	3.361	1.687	10.879
	Juizados	8.635	8.062	9.236
	Turma Recursal	2.971	2.641	6.292
AM	Varas	11.331	7.283	55.954
	Juizados	10.201	10.327	5.234
	Turma Recursal	5.699	5.087	5.393
AP	Varas	3.170	1.690	16.944
	Juizados	3.791	6.493	5.188
	Turma Recursal	Funcionamento conjunto com a SJP		
BA	Varas	55.457	38.290	191.498
	Juizados	66.127	74.411	81.375
	Turma Recursal	21.641	14.998	41.039
DF	Varas	40.995	25.134	197.263
	Juizados	16.036	19.778	35.716
	Turma Recursal	10.194	14.126	26.087
GO	Varas	31.850	15.442	129.193
	Juizados	31.610	36.919	36.536
	Turma Recursal	11.354	7.280	21.482
MA	Varas	15.802	7.958	66.038
	Juizados	51.489	55.722	51.333
	Turma Recursal	10.758	3.932	23.673



Seções Judiciárias		Quantidade de processos		
		Distribuídos	Julgados	Em tramitação
MG	Varas	86.711	59.046	387.270
	Juizados	84.355	102.650	166.511
	Turma Recursal	38.899	19.621	92.036
MT	Varas	21.869	10.363	61.080
	Juizados	13.459	14.507	21.992
	Turma Recursal	4.747	3.040	9.295
PA	Varas	27.912	12.999	98.990
	Juizados	44.799	48.174	77.452
	Turma Recursal	9.704	6.722	16.451
PI	Varas	13.524	6.545	48.667
	Juizados	25.355	24.935	87.548
	Turma Recursal	2.819	1.380	9.457
RO	Varas	10.965	5.299	33.262
	Juizados	9.038	7.637	22.288
	Turma Recursal	4.244	5.444	6.755
RR	Varas	4.412	1.757	11.777
	Juizados	3.750	4.435	4.466
	Turma Recursal	1.471	1.461	2.555
TO	Varas	10.377	3.637	20.547
	Juizados	12.297	8.111	14.438
	Turma Recursal	1.127	2.891	2.873
TOTAL 1ª instância	Varas	337.736	197.130	1.329.362
	Juizados	380.942	422.161	619.313
	Turma Recursal	125.628	88.623	263.388



QUADRO 12  
Dados acumulados da 1ª instância

	Órgão julgador	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
		2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
TOTAL 1ª instância	Varas	322.444	362.641	337.736	168.056	189.827	197.130	1.217.607	1.291.881	1.329.362
	Juizados	364.154	374.861	382.794	354.637	387.201	422.381	669.331	676.060	622.760
	Turma Recursal	93.495	114.565	125.628	87.510	97.010	88.623	194.177	221.395	263.388
	TOTAL	780.093	852.067	846.158	610.203	674.038	708.134	2.081.115	2.189.336	2.215.510

- Estatística dos juizados especiais federais

QUADRO 13  
Movimentação processual por Seção Judiciária – 2012

Seção Judiciária	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	TOTAL
AC	–	8.635	8.635	4	8.058	8.062	6	9.230	9.236
AM	1.768	8.433	10.201	1.568	8.759	10.327	1.525	3.709	5.234
AP	683	3.108	3.791	450	6.043	6.493	528	4.660	5.188
BA	45.291	20.836	66.127	47.667	26.744	74.411	57.155	24.220	81.375
DF	119	15.917	16.036	137	19.641	19.778	996	34.720	35.716
GO	14.937	16.786	31.723	16.757	20.248	37.005	21.540	16.627	38.167
MA	17.708	33.781	51.489	20.083	35.639	55.722	23.826	27.507	51.333
MG	61.286	23.711	84.997	69.447	33.211	102.658	128.488	38.742	167.230
MT	8.186	5.273	13.459	8.203	6.304	14.507	14.969	7.023	21.992
PA	26.495	19.401	45.896	24.170	24.130	48.300	39.923	38.626	78.549
PI	10.113	15.242	25.355	7.622	17.313	24.935	19.771	67.777	87.548
RO	3.698	5.340	9.038	2.830	4.807	7.637	5.991	16.297	22.288
RR	48	3.702	3.750	32	4.403	4.435	179	4.287	4.466
TO	8.102	4.195	12.297	5.135	2.976	8.111	10.209	4.229	14.438
Subtotal	198.434	184.360	382.794	204.105	218.276	422.381	325.106	297.654	622.760
TOTAL	382.794			422.381			622.760		

Fonte: sistema processual da 1ª instância

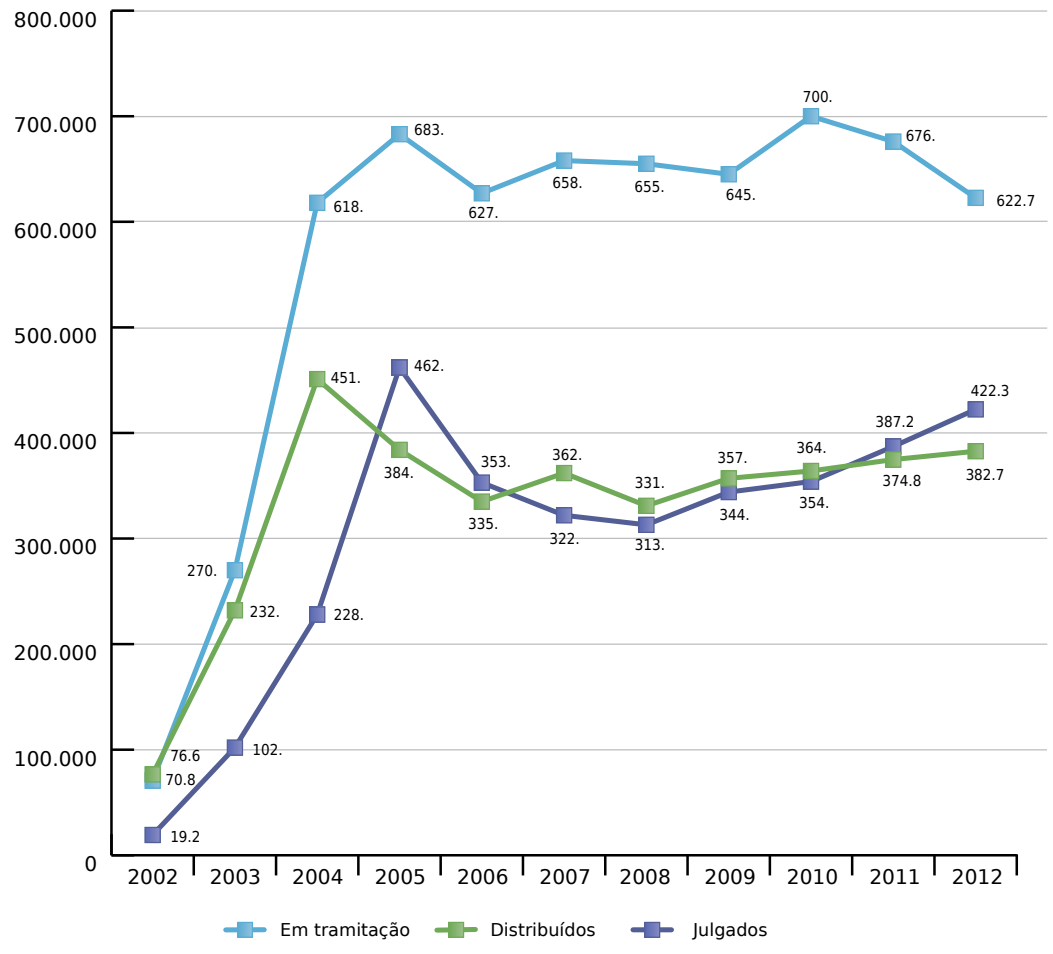


QUADRO 14  
Evolução dos processos virtuais nos JEFs

Ano	Tipo	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
2002	Físico	76.625	19.251	70.805
	Virtual	–	–	–
	<b>TOTAL</b>	<b>76.625</b>	<b>19.251</b>	<b>70.805</b>
2003	Físico	232.650	102.573	270.521
	Virtual	–	–	–
	<b>TOTAL</b>	<b>232.650</b>	<b>102.573</b>	<b>270.521</b>
2004	Físico	420.877	213.845	580.835
	Virtual	30.169	14.836	37.939
	<b>TOTAL</b>	<b>451.046</b>	<b>228.681</b>	<b>618.774</b>
2005	Físico	243.219	391.449	540.642
	Virtual	140.811	71.509	142.510
	<b>TOTAL</b>	<b>384.030</b>	<b>462.958</b>	<b>683.152</b>
2006	Físico	136.796	224.764	355.213
	Virtual	199.021	128.364	272.379
	<b>TOTAL</b>	<b>335.817</b>	<b>353.128</b>	<b>627.592</b>
2007	Físico	145.018	146.515	327.930
	Virtual	217.305	176.345	330.375
	<b>TOTAL</b>	<b>362.323</b>	<b>322.860</b>	<b>658.305</b>
2008	Físico	163.921	133.438	330.232
	Virtual	167.137	180.056	325.057
	<b>TOTAL</b>	<b>331.058</b>	<b>313.494</b>	<b>655.289</b>
2009	Físico	154.055	155.031	316.664
	Virtual	202.945	189.900	328.408
	<b>TOTAL</b>	<b>357.000</b>	<b>344.931</b>	<b>645.072</b>
2010	Físico	156.418	142.013	317.353
	Virtual	207.648	212.669	349.343
	<b>TOTAL</b>	<b>364.066</b>	<b>354.682</b>	<b>666.696</b>
2011	Físico	186.573	168.165	336.583
	Virtual	188.288	219.036	339.477
	<b>TOTAL</b>	<b>374.861</b>	<b>387.201</b>	<b>676.060</b>
2012	Físico	198.434	204.105	325.106
	Virtual	184.360	218.276	297.654
	<b>TOTAL</b>	<b>382.794</b>	<b>422.381</b>	<b>622.760</b>

Fonte: sistema processual da 1ª instância e relatórios de atividades do TRF 1ª Região

**GRÁFICO 5**  
Evolução do acervo processual nos JEFs – 2002 a 2012



## ■ Estatística das turmas recursais

QUADRO 15  
Julgamentos nas turmas recursais

Seção Judiciária	Turma Recursal	Sessões realizadas		Processos julgados
		Ordinárias	Extraordinárias	
AC	1ª	13	–	2.641
AM	1ª	24	3	5.087
BA	1ª	16	3	7.005
	2ª	18	15	7.993
DF	1ª	17	7	14.126
GO	1ª	18	1	7.280
MA	1ª	18	–	3.932
MT	1ª	17	–	3.040
MG	1ª	20	1	7.559
	2ª	18	2	5.113
	3ª	16	–	6.949
PA/AP	1ª	16	–	6.722
PI	1ª	8	–	1.380
RO	1ª	21	1	5.444
RR	1ª	7	–	1.461
TO	1ª	9	–	2.891
TOTAL		256	33	88.623

Fonte: turmas recursais



QUADRO 16  
Composição do acervo das turmas recursais

Seção Judiciária	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total
AC	1	2.970	2.971	–	2.641	2.641	2	6.290	6.292
AM	505	5.194	5.699	415	4.672	5.087	683	4.710	5.393
BA	11.647	9.994	21.641	6.543	8.455	14.998	22.409	18.630	41.039
DF	65	10.129	10.194	244	13.882	14.126	494	25.593	26.087
GO	4.947	6.407	11.354	2.003	5.277	7.280	7.787	13.695	21.482
MA	2.291	8.467	10.758	630	3.302	3.932	6.777	16.896	23.673
MG	24.884	14.015	38.899	15.726	3.895	19.621	60.210	31.826	92.036
MT	2.818	1.929	4.747	1.346	1.694	3.040	3.938	5.357	9.295
PA/AP	3.057	6.647	9.704	2.230	4.492	6.722	3.958	12.493	16.451
PI	1.460	1.359	2.819	984	396	1.380	5.272	4.185	9.457
RO	855	3.389	4.244	1.384	4.060	5.444	15	6.740	6.755
RR	24	1.447	1.471	30	1.431	1.461	–	2.555	2.555
TO	276	851	1.127	168	2.723	2.891	5	2.868	2.873
Subtotal	52.830	72.798	125.628	31.703	56.920	88.623	111.550	151.838	263.388
TOTAL	125.628			88.623			263.388		

Fonte: sistema processual da 1ª instância



QUADRO 17

Evolução da movimentação processual das turmas recursais – 2009 a 2012

Ano	Seção Judiciária	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
2009	AC	2.267	1.532	6.671
	AM	3.884	1.792	4.163
	BA	11.171	10.174	23.828
	DF	8.396	4.605	12.435
	GO	7.980	6.280	9.123
	MA	4.502	6.280	8.552
	MG	22.258	9.083	42.391
	MT	3.739	3.841	3.137
	PA*	11.758	2.643	13.745
	PI	25.087	29.808	37.349
	RO	7.350	7.220	6.612
	RR	2.190	1.104	2.619
TO	2.298	1.885	2.135	
TOTAL – ANO		112.880	86.247	172.760
2010	AC	1.521	2.456	5.153
	AM	2.192	3.722	3.748
	BA	13.611	11.281	30.047
	DF	11.955	9.180	17.536
	GO	10.143	6.846	12.299
	MA	3.053	2.328	10.466
	MG	29.679	21.027	61.009
	MT	3.999	2.989	5.093
	PA (*)	6.857	9.360	19.271
	PI	1.327	7.280	17.298
	RO	4.900	6.427	6.523
	RR	1.617	2.771	2.601
TO	2.641	1.843	3.106	
TOTAL – ANO		93.495	87.510	194.150





Ano	Seção Judiciária	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
2011	AC	3.908	6.738	5.604
	AM	1.791	2.255	2.991
	BA	18.644	14.636	37.285
	DF	14.077	12.669	25.702
	GO	11.517	9.859	16.149
	MA	8.850	2.571	16.753
	MG	31.214	18.312	72.212
	MT	4.405	3.444	7.676
	PA*	8.733	14.405	20.140
	PI	3.231	1.272	3.228
	RO	4.381	6.629	7.212
	RR	1.137	1.648	1.935
	TO	2.677	2.572	4.508
TOTAL – ANO		114.565	97.010	221.395
2012	AC	2.971	2.641	6.292
	AM	5.699	5.087	5.393
	BA	21.641	14.998	41.039
	DF	10.194	14.126	26.087
	GO	11.354	7.280	21.482
	MA	10.758	3.932	23.673
	MG	38.899	19.621	92.036
	MT	4.747	3.040	9.295
	PA*	9.704	6.722	16.451
	PI	2.819	1.380	9.457
	RO	4.244	5.444	6.755
	RR	1.471	1.461	2.555
	TO	1.127	2.891	2.873
TOTAL – ANO		125.628	88.623	263.388

\* Agrega a Turma Recursal do Amapá.

Fonte: sistema processual da 1ª instância



■ Estatística das turmas de uniformização

Em 2012 foram realizadas duas sessões de julgamento da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região. A primeira em São Luís/MA, em 30/03, quando foram julgados 91 processos, e a segunda, em Brasília, na sede do TRF1, em 17/08, com o julgamento de 61 processos, totalizando 152 incidentes de jurisprudência julgados.

QUADRO 18  
Estatística da TRU

Atividades		Quantidade
Sessões de julgamento		2
Incidentes de jurisprudência julgados		152
Publicações realizadas	Acórdãos	259
	Decisões monocráticas	24
	<b>TOTAL</b>	<b>283</b>
Pedidos de submissão (art. 53 do Regimento Interno das TRFs e JEFs da 1ª Região)	Admitidos	8
	Não admitidos	130
	<b>TOTAL RECEBIDO</b>	<b>138</b>
Incidentes de uniformização para a TNU	Admitidos	2
	Não admitidos	17
	<b>TOTAL RECEBIDO</b>	<b>19</b>
Recursos extraordinários	Admitidos	0
	Não admitidos	5
	<b>TOTAL RECEBIDO</b>	<b>5</b>
Processos sobrestados (repercussão geral – STF)		178

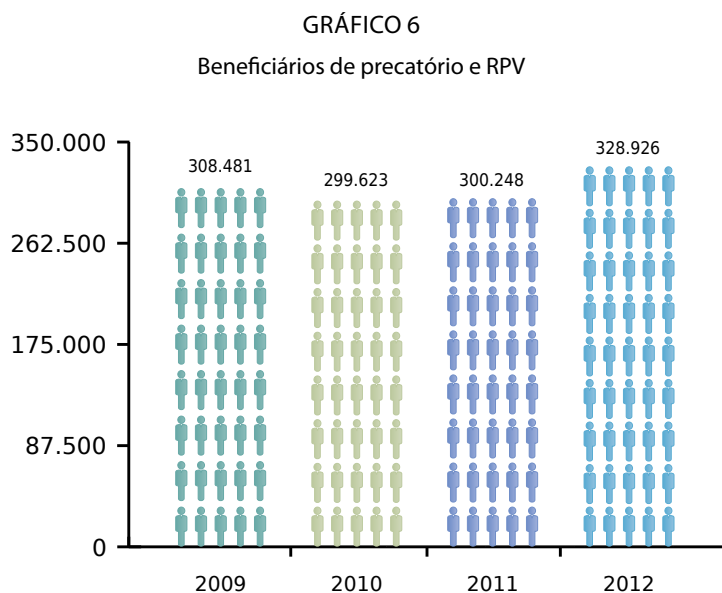
Sob a presidência do corregedor-geral da Justiça Federal e com a participação de juízes federais dos 5 TRFs, a TNU realizou dez sessões de julgamento em 2012, promovendo o julgamento de incidentes de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes regiões ou em face de decisão de uma turma recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

A 1ª Região se fez representar na TNU com a participação dos juízes federais Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves e Herculano Martins Nacif, como membros efetivos, e dos juízes federais Cristiane Pederzoli Rentzch e Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira, como membros suplentes.

Também representaram a 1ª Região na TNU, com mandados encerrados, os magistrados Simone dos Santos Lemos Fernandes e Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa, como membros efetivos, e Cláudio Coelho da Costa e Anselmo Gonçalves da Silva, como membros suplentes.

### SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR)

No exercício de 2012, foram processados e pagos 12.988 precatórios e 273.327 requisições de pequeno valor (RPVs). Os pagamentos contemplaram 328.926 beneficiários, dos quais 310.454 receberam seus créditos por intermédio de RPV e 18.472 por precatório. As requisições foram processadas e pagas constando a identificação nominal e o CPF/CNPJ de cada um dos beneficiários, em obediência aos ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) e da Resolução 168/2011 do Conselho da Justiça Federal.



Para a realização dos pagamentos, foi executada no período a importância de R\$ 3.785.798.052,86. Desse total foram gastos R\$ 1.879.994.632,84, para pagamento de precatórios, e R\$ 1.905.803.420,02, para RPVs.

GRÁFICO 7  
Pagamento de precatórios

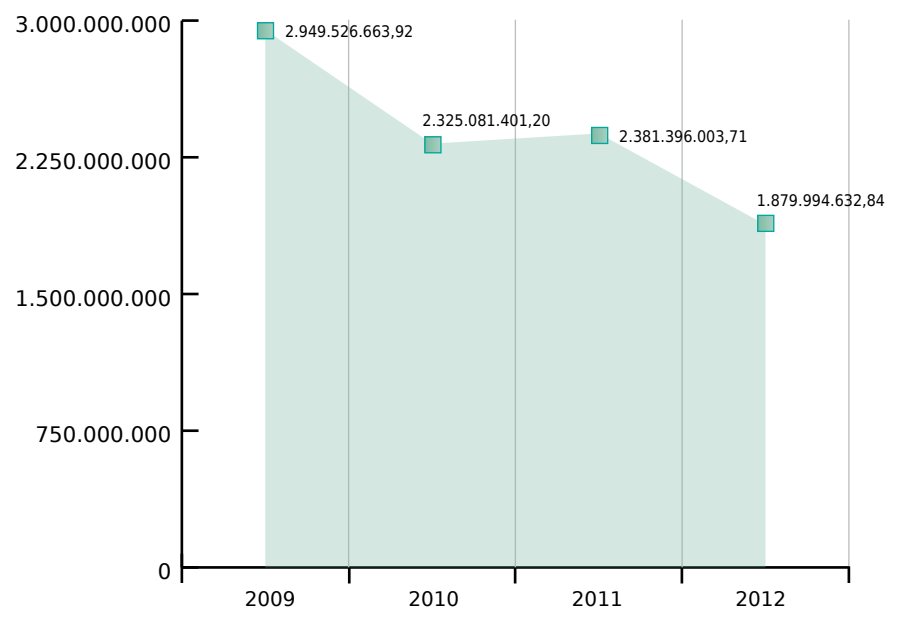
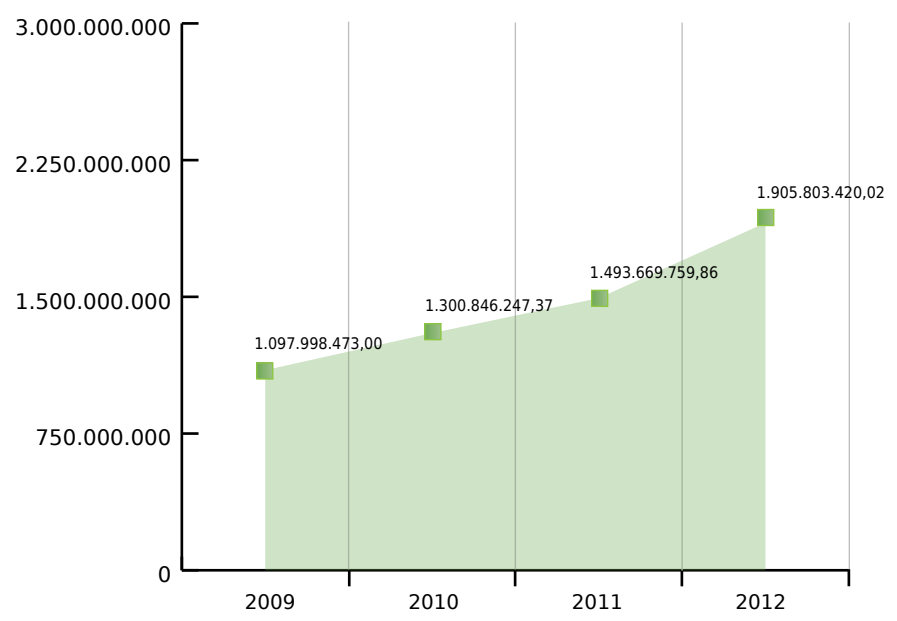


GRÁFICO 8  
Pagamento de RPVs





Para dar cumprimento aos procedimentos exigidos legalmente e contribuir para a política de respeito ao meio ambiente, foram expedidos eletronicamente 585.523 ofícios aos juízes da execução, comunicando-se o valor depositado e o valor levantado. Além disso, foram enviadas 4.779 correspondências eletrônicas destinadas à orientação e ao esclarecimento sobre precatórios e RPVs.

QUADRO 19  
Pagamentos de precatórios e RPVs

Precatórios e RPVs pagos	Processos	Beneficiários	TOTAL DEPOSITADO (R\$)
Precatórios não alimentares – União – 2003 – 10ª parcela	25	34	30.053.276,95
Precatórios não alimentares – União – 2004 – 9ª parcela	40	53	34.904.158,36
Precatórios não alimentares – União – 2005 – 8ª parcela	50	68	57.382.518,41
Precatórios não alimentares – União – 2006 – 7ª parcela	63	93	20.341.328,17
Precatórios não alimentares – União – 2007 – 6ª parcela	67	121	79.046.929,46
Precatórios não alimentares – União – 2008 – 5ª parcela	74	95	8.858.838,61
Precatórios não alimentares – União – 2009 – 4ª parcela	137	191	29.483.687,27
Precatórios não alimentares – União – 2010 – 3ª parcela	213	228	122.609.799,08
Precatórios não alimentares – União – 2011 – 2ª parcela	190	231	69.705.693,66
Precatórios não alimentares – União – 2012 – integral	513	611	391.129.963,21
Precatórios alimentares – União – 2012	5.123	7.822	519.371.616,34
Precatórios não alimentares – entidades – 2003 – 10ª parcela	6	7	3.543.511,14



Precatórios e RPs pagos	Processos	Beneficiários	TOTAL DEPOSITADO (R\$)
Precatórios não alimentares – entidades – 2004 – 9ª parcela	25	30	3.687.585,43
Precatórios não alimentares – entidades – 2005 – 8ª parcela	24	45	5.961.562,66
Precatórios não alimentares – entidades – 2006 – 7ª parcela	50	73	10.293.349,43
Precatórios não alimentares – entidades – 2007 – 6ª parcela	42	53	5.861.294,93
Precatórios não alimentares – entidades – 2008 – 5ª parcela	53	71	65.982.240,93
Precatórios não alimentares – entidades – 2009 – 4ª parcela	59	75	4.500.210,65
Precatórios não alimentares – entidades – 2010 – 3ª parcela	113	124	10.715.289,69
Precatórios não alimentares – entidades – 2011 – 2ª parcela	95	98	8.715.689,89
Precatórios não alimentares – entidades – 2012 – integral	184	201	55.838.409,21
Precatórios alimentares – entidades – 2012	5.814	8.119	338.778.260,38
Precatórios extraorçamentários (pagamento fora do SIAFI)	28	29	3.229.418,98
RPs (Lei 10.259/2001) – 2012	273.327	310.454	1.905.803.420,02
<b>TOTAL</b>	<b>286.315</b>	<b>328.926</b>	<b>3.785.798.052,86</b>

Conforme o art. 100 da Constituição Federal, 1.629 precatórios, referentes a 2.030 beneficiários, foram processados para inclusão no orçamento de 2014.



QUADRO 20  
Precatórios aguardando pagamento

Precatórios aguardando pagamento em 2013	Processos	Beneficiários
Precatórios não alimentares – União – 2004 – 10ª parcela	31	40
Precatórios não alimentares – União – 2005 – 9ª parcela	44	59
Precatórios não alimentares – União – 2006 – 8ª parcela	59	85
Precatórios não alimentares – União – 2007 – 7ª parcela	60	104
Precatórios não alimentares – União – 2008 – 6ª parcela	60	75
Precatórios não alimentares – União – 2009 – 5ª parcela	112	149
Precatórios não alimentares – União – 2010 – 4ª parcela	154	165
Precatórios não alimentares – União – 2011 – 3ª parcela	105	141
Precatórios não alimentares – União – 2013 – integral	404	466
Precatórios alimentares – União – 2013	3.553	5.515
Precatórios não alimentares – entidades – 2004 – 10ª parcela	18	22
Precatórios não alimentares – entidades – 2005 – 9ª parcela	20	33
Precatórios não alimentares – entidades – 2006 – 8ª parcela	48	63
Precatórios não alimentares – entidades – 2007 – 7ª parcela	34	41
Precatórios não alimentares – entidades – 2008 – 6ª parcela	41	58
Precatórios não alimentares – entidades – 2009 – 5ª parcela	41	51
Precatórios não alimentares – entidades – 2010 – 4ª parcela	89	95
Precatórios não alimentares – entidades – 2011 – 3ª parcela	64	65
Precatórios não alimentares – entidades – 2013 – integral	213	245
Precatórios alimentares – entidades – 2013	5.612	6.914
Precatórios extraorçamentários (pagamento fora do SIAFI)	144	150
<b>TOTAL</b>	<b>10.906</b>	<b>14.536</b>

# PROCESSOS INTERNOS

## ACESSO À JUSTIÇA

Objetivo estratégico

- Facilitar o acesso à Justiça

## EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Objetivos estratégicos

- Agilizar os trâmites judiciais
- Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa
- Promover a conciliação
- Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais





# ACESSO À JUSTIÇA

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Facilitar o acesso à Justiça.

■ Descrição do objetivo

Garantir o amplo acesso ao maior número de cidadãos à resolução de conflitos.

### INSTALAÇÃO DE VARAS FEDERAIS NA 1ª REGIÃO

Com o objetivo de facilitar o acesso do cidadão brasileiro à Justiça, foram instaladas mais 19 varas federais, criadas pela Lei 12.011/2009, das quais 8 constituíram novas subseções judiciárias, contemplando as cidades de Tefé/AM, Alagoinhas/BA, Itumbiara/GO, Ponte Nova/MG, Viçosa/MG, Paragominas/PA, Tucuruí/PA e Floriano/PI.

#### QUADRO 21

Varas federais instaladas em 2012

SJ	Município	Vara	Especialização	Competência
AM	Manaus	8ª Vara Federal	Juizado especial	Cível
	Tefé	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
BA	Alagoinhas	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
	Vitória da Conquista	2ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
GO	Goiânia	16ª Vara Federal	Juizado especial	Cível
	Itumbiara	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
MA	Imperatriz	2ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
MG	Belo Horizonte	34ª Vara Federal	Juizado especial	Cível
	Juiz de Fora*	4ª Vara Federal	Mista	Cível e criminal
	Ponte Nova	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
	Pouso Alegre	2ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
	Viçosa	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal

\* Com a implantação da 4ª Vara Federal, a 1ª Vara Federal foi transformada em JEF.



SJ	Município	Vara	Especialização	Competência
MT	Sinop	2ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
PA	Belém	10ª Vara Federal	Juizado especial	Cível
	Paragominas	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
	Santarém	2ª Vara Federal	Ambiental e agrária com JEF adjunto cível e criminal	Cível, criminal e execução fiscal
	Tucuruí	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
PI	Floriano	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
RO	Ji-Paraná	2ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal

Hoje, com o aumento de varas federais promovido em 2012, a Justiça Federal de 1º grau, que possui jurisdição em 13 estados da Federação mais o Distrito Federal, totaliza 71 subseções judiciárias, com sede em cidades do interior de cada estado, exceto no Acre e em Roraima, e 251 varas federais.

#### QUADRO 22

Varas federais na capital e no interior

Seção Judiciária	Localização	Quantidade
Acre	capital	4
Amapá	capital	3
	interior	2
Amazonas	capital	8
	interior	2
Bahia	capital	23
	interior	16
Distrito Federal	capital	27
Goiás	capital	16
	interior	8
Maranhão	capital	10
	interior	4
Mato Grosso	capital	7
	interior	6



Seção Judiciária	Localização	Quantidade
Minas Gerais	capital	34
	interior	36
Pará	capital	10
	interior	9
Piauí	capital	7
	interior	3
Rondônia	capital	5
	interior	3
Roraima	capital	3
Tocantins	capital	3
	interior	2
TOTAL NA CAPITAL		160
TOTAL NO INTERIOR		91
TOTAL		251

Já os juizados especiais federais da 1ª Região passaram a somar 43 varas especializadas e 106 juizados adjuntos.

#### QUADRO 23

Quantidade de juizados por tipo e de turmas recursais

Tipo	Quantidade
Varas JEFs	43
JEF Destacado*	2
JEFs adjuntos a varas de capital	22
JEFs adjuntos a varas de interior	84
Turmas recursais	16

\* Subseções Judiciárias de Uberaba e Governador Valadares, em Minas Gerais.



## JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Os juzizados especiais federais (JEFs) foram criados pela Lei 10.259, de 12/07/2001, com o objetivo de processar e julgar, de forma rápida e simplificada, as causas cíveis de menor complexidade de competência da Justiça Federal cujo valor não exceda a 60 salários-mínimos e as causas criminais que tratem de infrações de menor potencial ofensivo que envolvam a União e suas autarquias, fundações e empresas públicas.

Os juzizados estão estruturados na 1ª Região em varas especializadas, juzizados adjuntos e juzizados autônomos. Atualmente, são 43 varas especializadas em juzizados nas capitais, 106 juzizados adjuntos nas subseções judiciárias e 16 turmas recursais.

A Coordenação dos Juzizados Especiais Federais da 1ª Região (Cojef), sob a direção da desembargadora federal Neuza Alves, desde 28/05/2012, deu seguimento a atividades programadas na gestão anterior e realizou outras atividades voltadas para a otimização dos juzizados e das turmas recursais, sem perder de vista os objetivos e as metas traçadas pelo Tribunal para toda a 1ª Região. A partir de 27/11, foi designado, por indicação da coordenadora dos juzizados, o desembargador federal Kassio Marques como coordenador substituto.

## MUTIRÕES DE AUDIÊNCIA

Os mutirões de juízes e servidores, visando diminuir o volume excessivo de processos em tramitação, trazem benefícios aos cidadãos, que alcançam mais rapidamente a solução para suas demandas.

Em 2012, a Cojef organizou mutirões de audiência de instrução e julgamento nos JEFs das seções e subseções judiciárias da Bahia, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, do Pará e do Piauí, aliviando, assim, as pautas de audiências, que, em alguns casos, já estavam sendo marcadas para 2015.

O quadro e o gráfico a seguir sintetizam os resultados obtidos, ao longo do ano de 2012, com os mutirões de audiência.

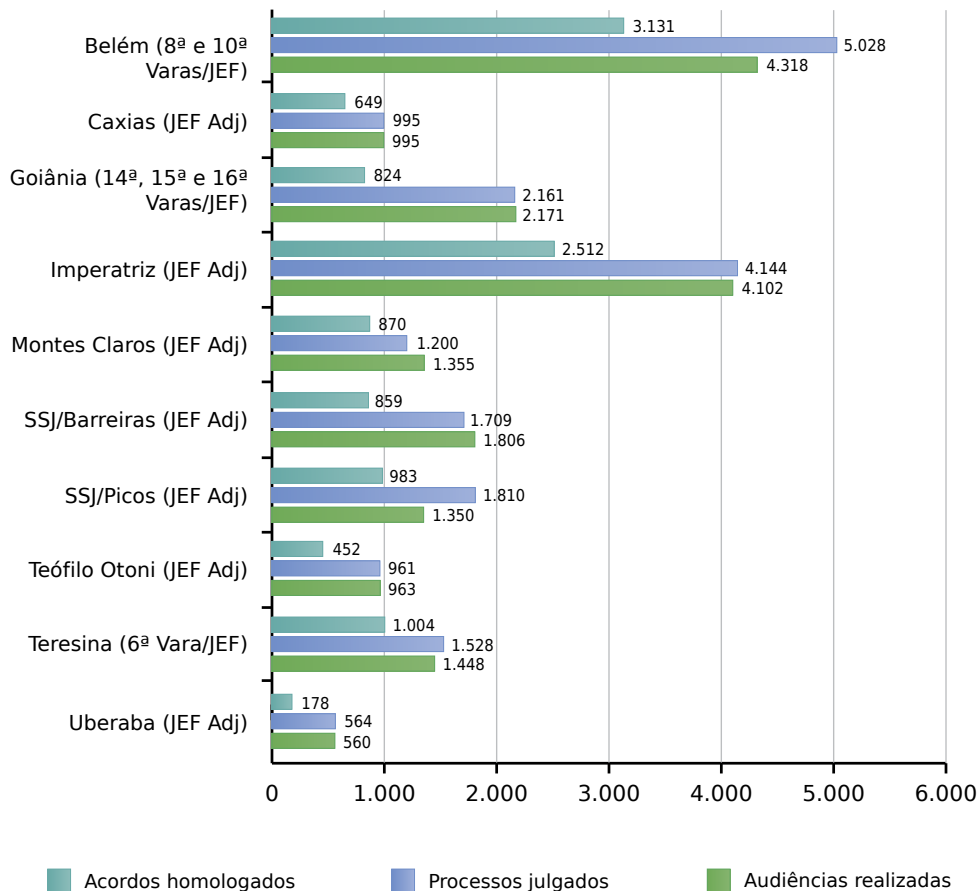


QUADRO 24  
Mutirões realizados

SJ	Local	Data	Audiências realizadas	Processos julgados	Acordos homologados	Valores pagos em RPV
BA	SSJ/Barreiras (JEF Adjunto)	19 a 24/11	1.806	1.709	859	7.551.132,06
GO	Goiânia (14ª, 15ª e 16ª Varas/JEF)	27/08 a 06/09	2.171	2.161	824	3.160.039,77
MA	Imperatriz (JEF Adjunto)	12 a 17/03	4.102	4.144	2.512	9.128.026,60
	Caxias (JEF adjunto)	27 a 31/08	995	995	649	1.811.172,39
MG	Montes Claros (JEF Adjunto)	23 a 27/04	1.355	1.200	870	7.923.912,70
	Teófilo Otoni (JEF Adjunto)	09 a 12/04	963	961	452	5.647.402,70
	Uberaba (JEF Adjunto)	14 a 17/05	560	564	178	1.574.647,97
PA	Belém (8ª e 10ª Varas/JEF)	10 a 22/09	4.318	5.028	3131	10.076.472,68
PI	Teresina (6ª Vara/JEF)	28/05 a 01/06	1.448	1.528	1.004	6.827.840,29
	SSJ/Picos (JEF Adjunto)	22 a 27/10	1.350	1.810	983	4.756.241,83
TOTAL			19.068	20.100	11.462	58.456.888,99



GRÁFICO 9  
Resultado dos mutirões



#### AUXÍLIOS TEMPORÁRIOS

Na tentativa de minorar os problemas de acúmulo de processos pendentes de julgamento nos juizados, bem como a falta de magistrados em quantidade suficiente para fazer frente à demanda, foram realizadas e aprovadas pelo Tribunal propostas de designação de magistrados para atuação em auxílio: na 1ª Vara/JEF da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG; na 3ª Vara/JEF da Seção Judiciária do Tocantins; na 13ª Vara da Seção Judiciária de Goiás, até a entrada em exercício de juiz substituto; no JEF Adjunto da Subseção Judiciária de Castanhal/PA; na 26ª Vara JEF da Seção Judiciária do Distrito Federal; na 10ª Vara/JEF da Seção Judiciária do Pará; no JEF Adjunto da Subseção Judiciária de Alagoinhas/BA e no JEF Adjunto da Subseção Judiciária de Guanambi/BA.



#### MUTIRÃO DE SERVIDORES

Foram realizados, sob a coordenação da Cojef, mutirões de servidores, supervisionados por juiz federal, na 6ª Vara JEF/PI e no JEF Adjunto de Uberaba/MG, objetivando somar esforços para acelerar a tramitação processual dos feitos nos juizados.

- 6ª Vara JEF/PI

Sob a coordenação do juiz federal da 6ª Vara JEF/PI, uma equipe de 4 servidores integrou a força tarefa no processamento de feitos conclusos para sentença. Durante o período de 13 a 17/02/2012, foram minutasdas 198 sentenças e 10 despachos de conversão em diligência.

- JEF Adjunto de Uberaba/MG

No período de 27/02 a 30/03/2012, sob a supervisão e orientação da juíza coordenadora do JEF de Uberaba, uma equipe composta de servidores prestou auxílio nos trabalhos de processamento de feitos, visando à celeridade no julgamento dos processos.

#### MUTIRÃO DE EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (RPV)

- 4ª Vara/RO

Realizado no período de 24/09 a 05/10/2012, por equipe de servidores selecionados pela Cojef, sob a coordenação dos juízes titular e substituto da Vara JEF, o mutirão teve por resultado a expedição de 1.448 requisições, em 1.052 processos, totalizando R\$ 8.169.952,27.

- Guanambi/BA

No período de 01 a 05/10/2012, foi realizado um esforço concentrado para expedição de 983 requisições, totalizando R\$ 10.507.735,63, e 395 solicitações de honorários de peritos, totalizando R\$ 69.076,70.

#### CONVÊNIOS PARA A INSTALAÇÃO DE POSTOS AVANÇADOS

Os convênios firmados entre instituições de ensino superior e a Justiça Federal para o atendimento aos jurisdicionados que necessitam ingressar com ações nos juizados especiais federais têm servido como instrumento de ampliação de acesso à Justiça e à cidadania.

Em 2012, foram firmados três novos convênios, com as seguintes instituições:

- Centro de Ensino Superior de Ilhéus (Cesupi), para a instalação de posto de avançado no JEF Adjunto da Subseção Judiciária de Ilhéus/BA;
- Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida (Fesar), com a finalidade de instalação de um posto avançado de atendimento do JEF Adjunto da Subseção Judiciária de Redenção/PA no Núcleo de Prática Jurídica da instituição;
- Faculdade Nobre (FAN), para instalação de posto avançado de JEF Adjunto em Feira de Santana/BA, destinado à realização de atermação, com espaço para perícias.



Outra modalidade de postos avançados de atendimento dos JEFs são os existentes nos aeroportos Juscelino Kubitscheck, em Brasília/DF, e Marechal Rondon, em Cuiabá/MT, os quais prestaram atendimento a mais de 6.500 pessoas, durante 2012.

#### PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS SECCIONAIS

- Mutirão de perícias na SJ/PI

A Coordenação dos JEFs na Seção Judiciária do Piauí, objetivando reduzir a demanda dos processos do JEF de 2009 a 2011, realizou um esforço concentrado para a realização de 450 perícias psiquiátricas em janeiro de 2012.

- Mutirão de audiências na Subseção Judiciária de Gurupi/TO

De 27/02 a 02/03/2012, teve por resultado a realização de 256 audiências, 140 acordos e R\$ 1.105.385,27 em RPVs expedidas.

- Mutirão de conciliação na Turma Recursal e no JEF/MT

Na primeira fase do projeto piloto do Mutirão de Conciliação da Turma Recursal de Mato Grosso, foram remetidos ao INSS 269 processos, tendo havido acordo/desistência em 58 feitos, apurando-se o total de R\$ 93.025,65 em economia para os cofres públicos.

- Campanha de divulgação dos JEFs pela Justiça Federal do Maranhão

Com o *slogan* “Simples, gratuito e ao alcance de todos”, a campanha de divulgação dos JEFs teve como objetivo prestar informações básicas de acesso aos juizados.

- Mutirão de audiências no JEF de Manhuaçu/MG

Em 2012, foram realizados três mutirões concentrados de audiências em processos do JEF Adjunto da Subseção Judiciária de Manhuaçu/MG. O índice de acordo, nas demandas selecionadas para os mutirões, chegou próximo ao percentual de 70%.

- Mutirão de audiências no JEF de Itumbiara/GO

De 4 a 13 de dezembro de 2012, juiz e servidores da Subseção Judiciária de Itumbiara/GO, em parceria com o INSS, uniram esforços para a realização de audiências em processos do JEF Adjunto daquela localidade. Foram realizadas cerca de 120 audiências e prestado atendimento a 400 pessoas.

- Colóquio de conciliadores e servidores dos JEFs na SJ/PI

A Seção Judiciária do Piauí promoveu encontro entre servidores e conciliadores dos JEFs da capital para troca de práticas e padronização de rotinas e procedimentos nas audiências dos juizados especiais federais. Foram tratados temas como: desafios da conciliação, resolução de conflitos sociais, assistência judiciária gratuita (AJG), processo de modernização administrativa, celeridade processual e entraves tecnológicos.





- Mutirão de minutas de votos na Turma Recursal do Tocantins

No início de 2012, foi realizado um mutirão de minutas na Turma Recursal do Tocantins, a fim de incluir em pauta e julgar os processos anteriores ao ano de 2011. Foram destacados servidores da Secretaria e alguns assessores do JEF para auxiliar nos trabalhos, que duraram 30 dias. A medida contribuiu efetivamente para a redução do acervo, sobretudo dos processos mais antigos.

- Central de conciliação na Seção Judiciária do Distrito Federal

Inaugurada, na SJ/DF, em 24/10/2012, a Central de Conciliação com instalações físicas adequadas para a realização de audiências de conciliação pré-processual, destinadas a evitar a judicialização das demandas, principalmente na área previdenciária.

- Política de conciliação no JEF de Juiz de Fora/MG

Com o objetivo de reduzir o elevado número de processos pendentes de julgamento, a 1ª Vara/JEF da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG, após sua especialização em juizado cível e criminal, ocorrida em abril de 2012, adotou uma política assertiva de conciliações, com a participação de conciliadores selecionados pelo próprio juízo e com a colaboração do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da Caixa Econômica Federal (CEF), que possibilitou a realização de 1.776 acordos.

- Otimização dos julgamentos nas turmas recursais

A exemplo do que acontece com a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, algumas turmas recursais da 1ª Região, como a TR/GO e a TR/DF, adotaram sistema de compartilhamento dos votos com os relatores, que tomam conhecimento da matéria previamente. O método de trabalho torna mais prático o julgamento dos processos.

- Perícias itinerantes na Seção Judiciária de Minas Gerais

O projeto denominado Perícia Itinerante surgiu por iniciativa do Coordenador dos JEFs em Minas Gerais, pretendendo estender os benefícios alcançados com o trabalho da Central de Perícias às subseções judiciárias de Minas Gerais, sobrecarregadas com o volume crescente de ações previdenciárias versando sobre benefícios de incapacidade. Em 2012, o projeto possibilitou a designação de quase 2 mil perícias.



QUADRO 25  
Perícias itinerantes em Minas Gerais

Subseção judiciária/comarca	Período	Perícias designadas	Médicos peritos
Montes Claros	02 a 03/02	60	1
Montes Claros	01 a 02/03	120	2
Montes Claros	05 a 08/03	120	1
Montes Claros	30 e 31/05 e 01/06	90	1
Governador Valadares	11 a 15/06	342	4
Montes Claros	04 a 06/07	90	1
Ipatinga	16 e 17/07	122	2
Comarca de Matozinhos	26 e 27/07	36	1
Montes Claros	13 a 17/08	190	3
Montes Claros	09 a 11/10	90	1
Governador Valadares	22 a 26/10	399	4
Comarca de Turmalina	12 a 14/12	173	3
TOTAL DE PERÍCIAS DESIGNADAS: 1.832			

#### PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE MUTIRÃO DE SENTENÇAS DOS JUÍZES RECÉM-EMPOSSADOS

Com base em experiência anterior bem sucedida, a Cojef elaborou proposta, consolidada no PA 8.973/2012, solicitando apoio à Corregedoria e à Presidência na promoção de mutirão a distância, envolvendo juízes aprovados no XIV Concurso de Juiz Federal Substituto para proferirem sentenças, pelo período de 90 dias, com exclusividade, nos JEFs das seções e subseções judiciárias da 1ª Região cujo número de feitos exceda a 500 processos concluídos há mais de 60 dias. O auxílio será prestado a distância, com remessa dos autos físicos ou permissão de acesso aos autos virtuais, de forma a não implicar ônus financeiro para o Tribunal.

Foram selecionadas 18 varas JEFs das seções e subseções judiciárias da Bahia, do Distrito Federal, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, do Piauí e de Rondônia. A estimativa é que sejam julgados cerca de 16.500 processos.

#### JUIZADOS ITINERANTES

A Cojef, atentando ao objetivo dos JEFs itinerantes de possibilitar o acesso do jurisdicionado à Justiça Federal, junto com as coordenações locais, realizou seis JEFs itinerantes, contemplando os estados do Acre, Amazonas, de Mato Grosso, Rondônia e Goiás.



Merece destaque o projeto Agrojef, idealizado pela Subseção Judiciária de Diamantino/MT, que teve por objetivo promover o atendimento aos assentados em projetos de assentamento rural do Incra, no âmbito da jurisdição da Subseção, em questões agrárias, previdenciárias, ambientais e outras de competência da Justiça Federal.

#### ITINERANTES REALIZADOS E RESULTADOS ALCANÇADOS NA FASE DE AUDIÊNCIAS

##### **Manaquiri/AM**

período: 28/05 a 01/06  
resultados: 626 audiências e 623 acordos  
participação: 5 magistrados  
coordenador: juiz federal Ubirajara Teixeira

##### **Machadinho do Oeste/RO**

período: 11 a 15/06  
resultados: 957 audiências  
participação: 6 magistrados  
coordenador: juiz federal Alexandre Ferreira Infante Vieira

##### **São Miguel do Araguaia/GO**

período: 18 a 27/06  
resultados: 1.463 audiências, 820 acordos e implantação de benefícios de, pelo menos, 1/3 dos acordos realizados  
participação: 5 magistrados  
coordenador: juiz federal Paulo Ernane Moreira Barros

##### **Assis Brasil e Epitaciolândia/AC**

Período: 5 a 14/07  
resultados: 927 processos, 469 acordos e 79 pedidos julgados procedentes  
participação: 4 magistrados  
coordenador: juiz federal Roberto Carlos de Oliveira

##### **Nova Mutum/MT e Projeto Agrojef**

período: 24 a 28/09  
resultados: 1.113 audiências e 230 acordos  
participação: 9 magistrados  
coordenadora: juíza federal Vanessa Curtis Perenha

##### **Minaçu/GO**

período: 19 a 27/11  
resultados: 1.700 audiências e 940 perícias judiciais  
participação: 6 magistrados  
coordenador: juiz federal Paulo Ernane Moreira Barros



#### AÇÕES SOCIAIS DESENVOLVIDAS NOS MUTIRÕES E ITINERANTES

Além de levar a Justiça Federal aos jurisdicionados na realização de juizados itinerantes e promover a celeridade dos julgamentos nos mutirões, a Cojef regional, em conjunto com as coordenações seccionais, levou noções de cidadania aos participantes dos eventos.

Nos mutirões e JEFs itinerantes, foram oferecidos gratuitamente, mediante parcerias firmadas, diversos serviços preventivos e de orientação na área de saúde, como aferição de pressão arterial, exames laboratoriais e oftalmológicos, atendimento odontológico e orientação nutricional.

#### TURMAS RECURSAIS

As turmas recursais da 1ª Região — a par de todas as dificuldades vivenciadas, tendo em vista que a grande maioria de seus componentes atua sem prejuízo em suas varas de origem e ainda considerando que foram criadas sem a contrapartida legal que autorizasse dotá-las de estrutura compatível com as reais necessidades — tiveram elevado desempenho em 2012, sendo responsáveis pelo julgamento de mais de 80 mil processos.

Com a edição da Lei 12.665/2012, a Cojef envidou esforços para apresentar à Administração do Tribunal estudos de implantação dos cargos efetivos de juiz federal de turma recursal, com a proposta de imediata abertura de edital de remoção e designação de comissão examinadora do XV Concurso para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto, a fim de permitir a composição das 25 turmas recursais destacadas para a 1ª Região.

#### OUVIDORIA DA JUSTIÇA FEDERAL

Entre suas competências, a Ouvidoria da Justiça Federal deve recepcionar as reclamações, solicitações e dúvidas demandadas pelos jurisdicionados acerca da movimentação de processos na Justiça Federal de 1º grau e encaminhá-las ao setor responsável para obter uma resposta efetiva.

Em 2012, a Ouvidoria recebeu 5.884 manifestações, formalizadas via *e-mail* e fax, por correspondência, presencialmente e pelo Sistema de Ouvidoria (Siouv), tendo expedido 935 ofícios e 129 cartas-resposta às partes.

No fechamento do ano, havia 31 manifestações em atendimento e 281 aguardando resposta.

QUADRO 26  
Dados da Ouvidoria

Comentários	Denúncias	Elogios	Morosidade processual	Pedido de informação	Reclamação/crítica	Sugestões	TOTAL
108	269	62	2.831	1.455	1.101	58	5.884



# EFICIÊNCIA OPERACIONAL

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Agilizar os trâmites judiciais.

- Descrição do objetivo

Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais pendentes a fim de assegurar a razoável duração do processo.

### NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

Foram constituídos, no âmbito da 1ª Região, o Comitê de Cooperação Judiciária e a figura do juiz de cooperação, por meio da Portaria Presi/Cenag 339 de 27/09/2012, em cumprimento à Meta 4 do Poder Judiciário para o ano de 2012. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pretende, com essa meta, que os tribunais envidem esforços para viabilizar a implantação da Rede Nacional de Cooperação Judiciária, nos termos da Recomendação CNJ 38, de 03/11/2011.

A Portaria designou para compor o Núcleo, em 2º grau, a desembargadora federal Mônica Sifuentes e o juiz federal em auxílio à Presidência Carlos Augusto Pires Brandão. Em 1º grau, coube ao diretor do foro de cada seccional indicar o juiz federal membro. Todos os indicados integram a Rede Nacional de Cooperação Judiciária, instituída pelo CNJ. Cabe ressaltar que o exercício dessa função não exime os indicados de responderem por suas funções jurisdicionais ordinárias.

Os principais objetivos do Núcleo são facilitar o intercâmbio de informações entre os órgãos do Judiciário, identificar soluções para os problemas que possam se apresentar no processo de cooperação, facilitar a coordenação do tratamento dos pedidos de cooperação no âmbito da 1ª Região, participar das reuniões convocadas sobre o assunto, participar das comissões de planejamento estratégico dos tribunais e promover a integração de outros sujeitos do processo à rede de cooperação.



## QUADRO 27

Membros do Núcleo de Cooperação Judiciária da 1ª Região

Órgão	Magistrado
TRF 1ª Região	Mônica Sifuentes Carlos Augusto Pires Brandão
SJAC	Régis de Souza Araújo
SJAM	Dimis da Costa Braga
SJAP	Mauro Henrique Viera
SJBA	Saulo José Casali Bahia
SJDF	David Wilson de Abreu Pardo
SJGO	Warney Paulo Nery Araujo
SJMA	José Carlos do Vale Madeira
SJMG	Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves
SJMT	Célia Regina Ody Bernardes
SJPA	Arthur Pinheiro Chaves
SJPI	Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho
SJRO	Alysson Maia Fontenele
SJRR	Mara Elisa Andrade
SJTO	Denise Dias Dutra Drumond

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa.

■ Descrição do objetivo

Implementar metodologias e ferramentas de gestão e o monitoramento e controle dos processos de trabalho, de forma a garantir o aprimoramento da gestão judiciária e administrativa.



## CORREIÇÕES GERAIS ORDINÁRIAS

A teor do disposto no art. 6, VII, da Lei 5.010/1966, combinado com o art. 21 do Provimento Geral Consolidado 38, de 12/06/2009, com a redação dada pelo Provimento 39, de 03/11/2009, foram realizadas em 2012 correções gerais ordinárias nas seções judiciárias da 1ª Região identificadas no quadro abaixo.

QUADRO 28  
Correções gerais ordinárias

Seção Judiciária	Varas	Subseções Judiciárias	Data
GO	Varas federais de Goiânia (16) Turma recursal (1)	Luziânia, Formosa, Uruaçu, Rio Verde, Jataí, Aparecida de Goiânia, Anápolis	11 a 22/06 06 a 08/08 (Uruaçu)
MA	Varas federais de São Luís (10) Turma recursal (1)	Bacabal, Caxias, Imperatriz	13 a 22/08
TO	Varas federais de Palmas (3) Turma recursal (1)	Araguaína, Gurupi	17 a 21/09 25 a 27/09 (Araguaína)
DF	Varas federais do DF (27) Turma recursal (1)	–	15 a 26/10
MG	Varas federais de Belo Horizonte (34) Turmas recursais (3)	Contagem, Sete Lagoas, Divinópolis	05 a 14/11 19 a 23/11

## INSPEÇÕES ORDINÁRIAS

Nos termos do art. 114 do Provimento Geral da Corregedoria Regional da 1ª Região, cabe à Corregedoria Regional verificar e avaliar, inclusive com a elaboração de parecer técnico, o cumprimento do procedimento previsto no art. 13, III, IV e VIII, da Lei 5.010/1966, que trata da inspeção judicial, pela busca da eficiência e do aprimoramento dos juízos e serviços administrativos, judiciários e cartorários.

Em razão disto, no exercício de 2012, a Corregedoria Regional autuou 245 processos de Inspeção Ordinária, o que motivou o total de 186 despachos e a elaboração de 245 Pareceres Técnicos, encaminhados eletronicamente a cada uma das varas federais e também ao Conselho Nacional de Justiça.



QUADRO 29  
Processos autuados

Classe	Quantidade
Consulta	39
Correição geral ordinária	5
Correição parcial	95
Expediente administrativo	804
Inquérito	2
Inspeção ordinária	245
Procedimento administrativo	–
Procedimento avulso	54
Recurso em processo administrativo disciplinar	1
Representação	5
Sindicância	1
<b>TOTAL</b>	<b>1.251</b>

QUADRO 30  
Processos arquivados

Classe	Quantidade
Correição parcial	404
Correição extraordinária	2
Representação	24
Expediente administrativo	757
Inspeção ordinária	632
Procedimento avulso	108
Sindicância	–
Recurso em processo administrativo disciplinar	–
Correição geral ordinária	36
Consulta	48
Inquérito	2
Procedimento administrativo	–
<b>TOTAL</b>	<b>2.013</b>





QUADRO 31  
Processos autuados e arquivados por mês

Mês	Autuados	Arquivados
Janeiro	257	28
Fevereiro	101	143
Março	109	226
Abril	80	298
Maio	104	584
Junho	94	103
Julho	111	114
Agosto	100	99
Setembro	76	81
Outubro	93	107
Novembro	75	170
Dezembro	51	60
<b>TOTAL</b>	<b>1.251</b>	<b>2.013</b>

QUADRO 32  
Decisões e despachos proferidos por procedimento

Classe	Total de despachos	Total de decisões
Correção extraordinária	1	–
Correção geral ordinária	11	–
Correção parcial	89	87
Representação	24	3
Expediente administrativo	952	15
Inspeção ordinária	8	148
Procedimento avulso	135	33
Recurso em sindicância	1	–
Recurso em processo administrativo disciplinar	–	–
Consulta	47	–
Inquérito	7	108
<b>TOTAL</b>	<b>1.275</b>	<b>394</b>



## ACOMPANHAMENTO PARLAMENTAR

A Presidência do Tribunal manteve a articulação com o Poder Legislativo e acompanhou os assuntos de interesse da 1ª Região. A seguir, constam informações dos projetos de lei e das emendas constitucionais que tiveram andamento no decorrer do ano na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Há outras propostas de emenda à Constituição, projetos de lei e projetos de lei complementar em ambas as Casas Legislativas não registradas neste relatório por se encontrarem no mesmo estágio do ano anterior.

### QUADRO 33

Proposta de Emenda à Constituição (PEC)  
Câmara dos Deputados

PEC	Ementa	Última tramitação
544/2002	Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões.	21/11/2012 – Plenário (Plen). Apresentação do Requerimento 6.388/2012, pelo deputado Renzo Braz (PP-MG), que: “Requer a inclusão na Ordem do Dia da PEC 544, de 2002, que “Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões”.
255/2004	Dispõe sobre a tributação do ICMS, que terá alíquotas uniformes em todo o território nacional, em número máximo de cinco, cobradas no estado de origem, aprovadas por resolução do Senado Federal, entre outras modificações. Altera a Constituição Federal de 1988, inclui a Emenda à Constituição 42, de 2003 – Reforma Tributária. (Texto desmembrado da PEC 228, de 2004, na Câmara, por sua vez oriunda do desmembramento da PEC 74, de 2003, no Senado (PEC 74-A/03 – SF) correspondente à PEC 41/2003, na Câmara.	25/07/2012 – Coordenação de Comissões Permanentes (CCP). Ao arquivo – Memorando 165/2012 – Coper.



PEC	Ementa	Última tramitação
358/2005	<p>Altera dispositivos dos arts. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A e 134 da Constituição Federal, acrescenta os arts. 97-A, 105-A, 111-B e 116-A e dá outras providências.</p> <p>Inclui a necessidade de permanência de três anos no cargo para que o magistrado tenha direito à vitaliciedade na função; proíbe a prática de nepotismo nos tribunais e juízos; altera a composição do STM e inclui competências para o STF e STJ; institui a “súmula impeditiva de recursos”, a ser editada pelo STJ e TST – Reforma do Judiciário. Altera a Constituição Federal de 1988.</p>	<p>11/07/2012 – Plenário (Plen). Apresentação do Requerimento 5.738/2012, pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que: “Requer, nos termos do § 6º do art. 114, inciso XIV, do Regimento da Câmara dos Deputados, a inclusão na Ordem do Dia da PEC 358 de 2005”.</p>
457/2005	<p>Altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</p>	<p>18/10/2012 – Plenário (Plen). Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia 6.206/2012, pelo deputado Lucio Vieira Lima (PMDB-BA), que: “Requer a inclusão na ordem do dia da Proposta de Emenda Constitucional 457/2005, que altera o art. 40 da Constituição Federal”.</p>
128/2007	<p>Dá nova redação aos arts. 94, 101, 104, 107, 119, 120 e 123 da Constituição Federal, para alterar a forma e requisitos pessoais de investidura de membros do Poder Judiciário.</p>	<p>03/05/2012 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Apresentação do Parecer do relator 3 CCJC, pelo deputado Gabriel Guimarães (PT-MG). Parecer do relator, deputado Gabriel Guimarães (PT-MG), pela admissibilidade desta, da PEC 408/2009, da PEC 488/2010, da PEC 438/2009, da PEC 87/2011 e da PEC 102/2011, apensadas.</p>
178/2007	<p>Dá nova redação aos arts. 93, 95 e 103-B, da Constituição Federal, para vedar a concessão de aposentadoria como medida disciplinar e estabelecer a perda de cargo de magistrado nos casos de quebra de decoro.</p>	<p>18/05/2012 – Coordenação de Comissões Permanentes (CCP). Ao Arquivo. Memorando 82/2012 – Coper.</p>



PEC	Ementa	Última tramitação
210/2007	Altera os arts. 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público.	21/11/2012 – Plenário (Plen). Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia. 6.396/2012, pelo deputado Jorginho Mello (PR-SC), que: “Requer inclusão na Ordem do Dia da proposta de emenda à Constituição 210/2007”.
190/2007	Determina que lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF) disporá sobre o Estatuto dos Servidores do Judiciário. Altera a Constituição Federal de 1988.	22/08/2012 – Plenário (Plen). Apresentação do Requerimento 5.964/2012, pelo deputado Marçal Filho (PMDB-MS), que: “Acrescenta o art. 93-A à Constituição Federal de 1988”.
5/2011	Altera o inciso XV do art. 48 e revoga os incisos VII e VIII do art. 49 para estabelecer que os subsídios do presidente e vice-presidente da República, ministros de estado, senadores e deputados federais são idênticos aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal.	08/11/2012 – Plenário (Plen). Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia 6.306/2012, pelo deputado Natan Donadon (PMDB-RO), que: “Requer inclusão na Ordem do Dia da PEC 5 de 2011”.
7/2011	Dá nova redação ao art. 27 do ADCT da Constituição Federal. Alteração, Constituição Federal (1988), Tribunal Regional Federal (TRF), criação, sede, São Luís (MA).	21/11/2012 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Durante a votação de requerimento de retirada de pauta, a sessão foi encerrada por falta de <i>quorum</i> .
25/2011	Dá nova redação ao inciso I do art. 93 e ao § 3º do art. 129, ambos da Constituição Federal, para exigir dos candidatos ao ingresso na magistratura e promotoria de justiça 5 anos de efetiva prática forense.	22/06/2012 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Designado relator, deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS).
33/2011	Altera a quantidade mínima de votos de membros de tribunais para declaração de inconstitucionalidade de leis; condiciona o efeito vinculante de súmulas aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal à aprovação pelo Poder Legislativo e submete ao Congresso Nacional a decisão sobre a inconstitucionalidade de emendas à Constituição.	05/12/2012 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Apresentação do Parecer do relator 2 CCJC, pelo deputado João Campos (PSDB-GO). Parecer do relator, deputado João Campos (PSDB-GO), pela admissibilidade.



PEC	Ementa	Última tramitação
54/2011	Altera o art. 74 da Constituição Federal, dispondo sobre o mandato dos controladores internos de cada Poder e instituição.	30/10/2012 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Apresentação do Voto em Separado 1 CCJC, pelo deputado Pauderney Avelino (DEM-AM).
56/2011	Altera as disposições que menciona da Constituição Federal. Explicação: eleva o limite mínimo de idade para os candidatos ao cargo de presidente e vice-presidente da República, senador, governador e vice-governador de estado e do Distrito Federal e para o advogado-geral da União. Também eleva o limite mínimo de idade para ingresso nos tribunais de contas em todas as esferas e nos conselhos de contas de municípios, na carreira da magistratura, nos tribunais e no Ministério Público. Aumenta o tempo de efetivo exercício para ingresso na carreira da magistratura, nos tribunais e no Ministério Público.	28/05/2012 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). “Apense-se a este(a) o(a) PEC-168/2012.”
77/2011	Acrescenta a alínea “e” ao inciso II do art. 96 da Constituição Federal, sobre a remuneração mínima dos servidores dos tribunais de justiça.	10/09/2012 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Apresentação do Parecer do relator 1 CCJC, pelo deputado Marcos Rogério (PDT-RO). Parecer do relator, deputado Marcos Rogério (PDT-RO), pela inadmissibilidade.
209/2012	Acrescenta o § 1º ao art. 105 da Constituição Federal e renumera o parágrafo único, para atribuir requisito de admissibilidade ao recurso especial no âmbito do STJ.	06/11/2012 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Apresentação do Parecer do relator 1 CCJC, pelo deputado Sandro Mabel (PMDB-GO). Parecer do relator, deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), pela admissibilidade.
217/2012	Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e estabelece prazo para o Superior Tribunal de Justiça encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre o novo tribunal. Alteração, Constituição Federal (1988), disposições transitórias, criação, tribunal, região, Belo Horizonte (MG).	12/12/2012 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Apresentação do Parecer do relator 1 CCJC, pelo deputado Jaime Martins (PR-MG). Parecer do relator, deputado Jaime Martins (PR-MG), pela admissibilidade.



QUADRO 34  
Senado Federal

PEC	Ementa	Última tramitação
2/2011	Restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público e dá outras providências pertinentes.	13/12/2012 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Pronta para a pauta na Comissão. Recebido, nesta Comissão, às 11 horas e 15 minutos, o relatório reformulado do senador Gim Argello, com voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 68, de 2011, na forma do substitutivo que apresenta, e pela rejeição, por prejudicialidade, das Propostas de Emenda à Constituição 2 e 5, ambas de 2011. Matéria pronta para a pauta na Comissão. (Tramitam em conjunto as PECs 2, 5 e 68, de 2011).
9/2011	Modifica o <i>caput</i> e os incisos IV e V do art. 103-B da Constituição Federal para alterar a composição do Conselho Nacional de Justiça, que passará de 15 para 17 membros; altera o número de desembargadores de tribunal de justiça na composição do CNJ, que passará de 1 para 2; altera o número de juizes estaduais na composição do CNJ, que passará de 1 para 2.	23/02/2012 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Pronta para a pauta na Comissão. Recebido o relatório do senador Pedro Taques, com voto contrário à Proposta. Matéria pronta para a pauta na Comissão. Retificado em 23/02/2012. Recebido o relatório do senador Pedro Taques, com voto contrário à Proposta e à Emenda 1. Matéria pronta para a pauta na Comissão.
65/2011	Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Alteração, Constituição Federal, Disposições Constitucionais Transitórias, criação, Tribunal Regional Federal (TRF), 6ª Região, sede, Belo Horizonte (MG).	09/11/2012 – Secretaria de Expediente (Sexp). Remetida à Câmara dos Deputados. Anexado Ofício SF 2128 de 09/11/2012 ao senhor primeiro-secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando ao exame daquela Casa a Proposta de Emenda à Constituição 65/11 (fls. 35 a 36).



PEC	Ementa	Última tramitação
86/2011	Acrescenta os §§ 11 e 12 ao art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, que deverá ser instalado no prazo de 6 meses a contar da promulgação da Emenda Constitucional, composto na forma do art. 107 da Constituição Federal.	12/12/2012 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Matéria com a relatoria. Distribuída ao senador Jorge Viana, para emitir relatório. (Tramitam em conjunto as PECs 61, 46, de 2012, e 86, de 2011.)
97/2011	Dá nova redação ao art. 102 e ao art. 103-B da Constituição Federal, que dispõem sobre a competência do Supremo Tribunal Federal e sobre o Conselho Nacional de Justiça, para explicitar as competências do Conselho Nacional de Justiça e da Corregedoria Nacional de Justiça e dá outras providências.	28/02/2012 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Matéria com a relatoria. Encaminhada ao gabinete do relator, senador Randolfe Rodrigues, para reexame do relatório.
42/2012	Cria Tribunal Regional Federal. Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT para criar Tribunal Regional Federal com jurisdição no Estado do Paraná e sede na cidade de Curitiba, estabelecendo que o STJ encaminhará projeto de lei ao Congresso Nacional, em 180 dias, dispondo sobre a organização, estrutura e funcionamento do Tribunal, inclusive das alterações decorrentes na organização do Judiciário Federal de 2º grau.	21/12/2012 – Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado (SSCLSF). Aguardando inclusão na Ordem do Dia. Matéria não apreciada na sessão deliberativa ordinária de 20/12/2012. Retirada da Ordem do Dia em razão do encerramento da sessão legislativa, a matéria aguardará nova inclusão.



QUADRO 35  
Projeto de Lei (PL)  
Câmara dos Deputados

PL	Ementa	Última tramitação
3.894/2000	Disciplina a publicidade e propaganda dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e entidades da administração indireta.	24/09/2012 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). “Aperse-se a este(a) o(a) PL-4.414/2012.”
4.564/2004	Dispõe sobre a criação de cargos no quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e dá outras providências.	29/06/2012 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Recebimento do Ofício 1.277/2012 (SF), encaminhando autógrafo sancionado.
4.825/2005	Dispõe sobre a revisão geral e anual da remuneração e do subsídio dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição, referente a 2005. Reajusta em 0,1% (zero vírgula um por cento), a partir de 1º de janeiro de 2005.	19/12/2012 – Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Apresentação do Parecer do relator 3 CFT, pelo deputado José Guimarães (PT-CE).
2.636/2007	Dispõe sobre a competência penal da Justiça do Trabalho. Regulamenta o art. 114 da Constituição Federal de 1988 (Emenda 45, de 2004 – Reforma do Judiciário). Regulamentação, Constituição Federal, competência, Justiça do Trabalho, julgamento, ato ilícito, infração penal, processo trabalhista, relação de emprego, exceção, crime, organização, trabalho, órgãos, preservação, direitos, deveres, trabalhador, previsão, Código Penal.	02/08/2012 – Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do relator 4 CCJC, pelo deputado Evandro Milhomen (PCdoB-AP). Parecer do relator, deputado Evandro Milhomen (PCdoB-AP), pela inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste, do PL 2.684/2007 e do PL 5.146/2009, apensados.
3.500/2008	Dispõe sobre a execução de dívidas originárias de operações de crédito rural, altera a Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980, e dá outras providências. Estabelece a forma de execução das dívidas de crédito rural, através de ajuizamento em varas cíveis do Poder Judiciário e a utilização de rito ordinário, proibindo a inscrição na Dívida Ativa e a execução pelo rito da execução fiscal.	14/11/2012 – Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Apresentação do Parecer do relator 3 CFT, pelo deputado João Dado (PDT-SP). Parecer do relator, deputado João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.





PL	Ementa	Última tramitação
6.613/2009	<p>Altera dispositivos da Lei 11.416, de 15 de dezembro de 2006, Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.</p> <p>Denomina o oficial de justiça avaliador da União; altera a denominação da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) para Gratificação Judiciária; extingue a possibilidade de opção pela remuneração do cargo efetivo para os servidores no exercício de funções comissionadas; limita o maior vencimento básico da categoria a 75% por cento do subsídio de juiz federal substituto; enquadra os servidores da categoria de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos e confere fé pública às carteiras de identidade funcional dos órgãos do Poder Judiciário.</p>	10/10/2012 – Plenário (Plen). Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia 6174/2012, pelo deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que: “Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei 6.613 de 2009”.
7.412/2010	<p>Dispõe sobre procedimentos do Poder Judiciário dos estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação e dá outras providências.</p>	04/04/2012 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Remessa ao Senado Federal através do Of. 108/12/PS-GSE.
7.749/2010	<p>Dispõe sobre o subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no art. 48, XV, da Constituição Federal, e dá outras providências.</p> <p>Reajuste, subsídio, ministro do Supremo Tribunal Federal.</p>	28/12/2012 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Transformado na Lei Ordinária 12.771/2012. DOU de 31/12/2012, p. 1, col. 2.
359/2011	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de a Administração Pública integrante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público exigirem que os produtos, processos, sistemas construtivos, componentes e serviços de construção civil, ao serem adquiridos, estejam em estrita observância ao estabelecido no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Sinmetro.</p>	06/12/2012 – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). Devolvido ao relator, deputado Laercio Oliveira (PR-SE)
1.037/2011	<p>Institui forma especial de ressarcimento ou compensação financeira para os municípios que realizarem despesas durante as eleições e para a manutenção de órgãos integrantes da estrutura do Poder Judiciário.</p>	23/05/2012 – Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Retirado de pauta em virtude da aprovação de requerimento do deputado Afonso Florence.



PL	Ementa	Última tramitação
1.597/2011	Dispõe sobre a criação de estrutura permanente para as turmas recursais dos juizados especiais federais e cria os respectivos cargos de juízes federais.	13/06/2012 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Transformado na Lei Ordinária 12.665/2012. DOU de 14/06/2012, p. 1, col. 1.
1.868/2011	Dispõe sobre a extinção e transformação dos cargos de Auxiliar Judiciário em cargos de Técnico Judiciário e de Analista Judiciário nos quadros de pessoal da secretaria dos tribunais regionais do trabalho e dá outras providências.	20/06/2012 – Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Encerrado o prazo para emendas ao Projeto. Não foram apresentadas emendas.
2.214/2011	Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho e dá outras providências. Altera o Decreto-Lei 5.452, de 1943.	30/11/2012 – Coordenação de Comissões Permanentes (CCP). À CCJC cópia do Ofício 2181/12 – SEGJUD-GP (TST) encaminhando moção em favor da aprovação deste.
2.432/2011	Dispõe sobre os procedimentos do Poder Judiciário Federal para a aplicação de recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça Federal, e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação às instituições públicas que exercem Funções Essenciais à Justiça e dá outras providências.	31/10/2012 – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). Apresentação do Parecer do relator 2 CTASP, pelo deputado Erivelton Santana (PSC-BA). Parecer do relator, deputado Erivelton Santana (PSC-BA), pela aprovação, com emenda.
2.937/2011	Altera a Lei 9.307, de 1996, para aperfeiçoar e ajustar as hipóteses legais de nulidade da sentença arbitral, possibilitar ao Poder Judiciário receber, nos efeitos suspensivo e devolutivo, o pedido de anulação da decisão arbitral em ação de nulidade, embargos ou impugnação, que implica o direito de suspender e anular o procedimento arbitral.	25/09/2012 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Apresentação do Requerimento 99/2012, pelo deputado delegado Protógenes (PCdoB-SP), que: “Requer a realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei 2.937, de 2011, que altera a Lei 9.307, de 1996, para aperfeiçoar e ajustar as hipóteses legais de nulidade da sentença arbitral”.
3.198/2012	Autoriza o exercício da advocacia aos servidores ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente ao Ministério Público da União e dos estados e Poder Judiciário.	14/03/2012 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Recebimento pela CCJC.
3.317/2012	Torna obrigatória a frequência de candidatos eleitos em cursos de formação. Obrigatoriedade, candidato eleito, senador, deputado federal, deputado distrital, vereador e prefeito, participação, curso de formação, realização, responsabilidade, Tribunal Regional do Trabalho (TRT).	19/03/2012 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Recebimento pela CCJC.



PL	Ementa	Última tramitação
4.230/2012	Dispõe sobre a criação de três varas federais no estado do Amapá e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança nos quadros de pessoal da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.	27/12/2012 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Transformado na Lei Ordinária 12.762/2012. DOU de 28/12/2012, p. 1 col. 1.

## QUADRO 36

Projeto de Lei Complementar (PLP)  
Câmara dos Deputados

PLP	Ementa	Última tramitação
436/2008	Acrescenta o art. 170-B na Lei 5.172 (Código Tributário Nacional), de 25/10/1966, para dar competência ao Poder Judiciário de decidir sobre o instituto da compensação tributária.	16/10/2012 – Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Apresentação do Parecer do relator 2 CFT, pelo deputado Júlio Cesar (PSD-PI). Parecer do relator, deputado Júlio Cesar, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar 436/08 e do PLP 96/11, apensado, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PLP 57/2011, apensado; e, no mérito, pela rejeição PLP 436/08 e do PLP 96/2011, apensado.
88/2011	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 116 do Código Tributário Nacional (CTN). Estabelece as hipóteses para desconsideração da personalidade jurídica de uma sociedade, que passa a ser competência exclusiva do Poder Judiciário. Altera a Lei 5.172, de 1966.	09/04/2012 – Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Designado relator, deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS).



## SISTEMA NORMATIVO

## QUADRO 37

## Resoluções

Resolução	Assunto
Resolução Presi/Cenag 2 de 22/02/2012	Retoma a implantação do Processo Digital da 1ª Região – e-Jur na Seção Judiciária de Minas Gerais.
Resolução Presi/Cenag 3 de 24/02/2012	Define a jurisdição das varas federais das seções e subseções judiciárias da 1ª Região.
Resolução Presi/Cenag 4 de 09/03/2012	Dispõe sobre a conversão da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG em Vara JEF e ratifica a competência da 4ª Vara Federal a ser instalada naquela subseção.
Resolução Presi/Cenag 5 de 15/03/2012	Dispõe sobre o sistema de citação e intimação via web – e-Cint, nos processos digitais no âmbito do 1º e 2º graus da Justiça Federal e dos juizados especiais federais da 1ª Região.
Resolução Presi/Cenag 6 de 15/03/2012	Aprova o Regulamento Geral das Centrais de Mandados da Justiça Federal da 1ª Região, contendo normas gerais para o funcionamento dessas unidades, bem como para as atividades dos oficiais de justiça no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Resolução Presi/Cenag 7 de 02/04/2012	Dispõe sobre a continuidade do Programa de modernização da gestão da Justiça Federal da 1ª Região, iniciado com a Resolução 24/2011.
Resolução Presi/Cenag 8 de 02/04/2012	Altera o art. 3º da Resolução/Presi 600-26 de 07/12/2009, alterado pela Resolução Presi/Cenag 3 de 07/04/2011, que dispõe sobre o acesso às peças digitais da consulta processual e o recebimento de petição, por meio eletrônico, no âmbito da 1ª Região.
Resolução Presi/Cojef 9 de 12/04/2012	Altera o art. 7º do Regimento Interno das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região.



Resolução	Assunto
Resolução Presi/Cenag 10 de 19/04/2012	Altera a Resolução Presi/Cenag 3 de 24/02/2012, redefinindo a jurisdição das varas federais das seções e subseções judiciárias da 1ª Região.
Resolução Presi/Cenag 11 de 24/04/2012	Regulamenta a designação de nomes de pessoas para designar imóveis do Tribunal e da Justiça Federal da 1ª instância da 1ª Região.
Resolução Presi/Cenag 13 de 14/06/2012	Dispõe sobre a concentração da competência para julgamento de ações que tratam dos aspectos civis do sequestro internacional de crianças relativas à Convenção da Haia de 25/10/1980 nas primeiras varas das seções e subseções judiciárias da 1ª Região.
Resolução Presi/Cenag 15 de 28/06/2012	Altera a Resolução 600-7/2009, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Resolução Presi/Cenag 16 de 27/07/2012	Altera a Resolução 600-7/2009, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Resolução Presi/Secju 18 de 23/08/2012	Regulamenta o trânsito e o arquivamento dos agravos de instrumento das decisões interlocutórias da 1ª instância e das decisões de inadmissibilidade de recursos especiais e extraordinários.
Resolução Conjunta Presi/Coger/Cojef 20 de 18/10/2012	Regulamenta os procedimentos para a implantação do novo Sistema eletrônico de assistência judiciária gratuita da Justiça Federal (AJG/CJF), no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 1ª Região e da jurisdição delegada.
Resolução Presi/Cenag 22 de 19/12/2012	Autoriza a instalação, na 1ª Região, no ano de 2013, de 19 varas federais criadas pela Lei 12.011/2009.
Resolução Presi 23 de 19/12/2012	Altera a Resolução/Presi 600-19/2009, que dispõe sobre o plantão judiciário no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.



## QUADRO 38

## Portarias

Portaria	Assunto
Portaria Presi/Cenag 6 de 10/01/2012	Suspende o expediente e os prazos processuais na Subseção Judiciária de Muriaé/MG, no período de 9 a 13/01/2012.
Portaria Presi/Cenag 8 de 11/01/2012	Prorroga a suspensão do expediente externo e dos prazos processuais da Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas/BA.
Portaria Presi/Secor 12 de 12/01/2012	Define datas-limite de fechamento das folhas ordinárias de pagamento de pessoal, de envio à área de execução financeira, de suas apropriações e de liberação dos recursos financeiros correspondentes, no exercício de 2012.
Portaria Presi/Secor 13 de 12/01/2012	Define o cronograma a ser observado pelas unidades gestoras vinculadas ao TRF 1ª Região, no que se refere às datas de envio obrigatório dos formulários referentes à programação financeira e liberação de recursos para o ano de 2012.
Portaria Presi/Cenag 18 de 16/01/2012	Suspende o expediente externo e os prazos processuais da Subseção Judiciária de Barreiras/BA.
Portaria Presi/Cenag 19 de 17/01/2012	Dispõe sobre critérios, procedimentos e cronogramas para realocação de servidores em função da revisão dos quadros de pessoal das varas da 1ª Região definida pela Resolução 24/2011.
Portaria Presi/Cenag 25 de 19/01/2012	Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 26 de 19/01/2012	Dispõe sobre a instalação da 34ª Vara Federal na Seção Judiciária de Minas Gerais, com competência de JEF cível, e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 27 de 19/01/2012	Suspende o expediente e os prazos processuais na 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista/BA.
Portaria Presi/Cenag 28 de 23/01/2012	Altera a Portaria Presi/Cenag 521 de 20/12/2011, que dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santarém/PA e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 30 de 24/01/2012	Suspende o expediente e os prazos processuais da Subseção Judiciária de Redenção/PA.
Portaria Presi/Secbe 31 de 25/01/2012	Fixa o valor da cota anual do Pro-Social para o ano de 2012.
Portaria Presi/Cenag 37 de 01/02/2012	Suspende o expediente externo e os prazos processuais da 8ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santarém/PA.
Portaria Presi/Cenag 41 de 03/02/2012	Suspende o expediente e os prazos processuais da Seção Judiciária do Piauí.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Cenag 44 de 03/02/2012	Suspende parcialmente o expediente externo e os prazos processuais da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA.
Portaria Presi/Cenag 46 de 06/02/2012	Suspende o expediente e os prazos processuais da Seção Judiciária da Bahia.
Portaria Presi/Cenag 51 de 09/02/2012	Determina o retorno do funcionamento e da contagem de prazos processuais na Seção Judiciária da Bahia.
Portaria Presi/Cenag 52 de 10/02/2012	Suspende o expediente forense e os prazos processuais da Seção Judiciária da Bahia no dia 17/02/2012.
Portaria Presi/Cenag 53 de 13/02/2	Suspende o expediente externo e os prazos processuais na 2ª e 31ª Varas Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais.
Portaria Presi/Cenag 55 de 14/02/2012	Altera a Portaria Presi/Cenag 52 de 10/02/2012, que suspendeu o expediente forense e os prazos processuais na sede da Seção Judiciária da Bahia, no dia 17/02/2012.
Portaria Presi/Cenag 56 de 14/02/2012	Estabelece o expediente de funcionamento no âmbito da 1ª Região, no período de 20 a 22/02/2012.
Portaria Presi/Cenag 57 de 14/02/2012	Suspensão do expediente e dos prazos processuais da Subseção Judiciária de Gurupi/TO.
Portaria Presi/Cenag 58 de 15/02/2012	Dispõe sobre a instalação da 16ª Vara Federal na Seção Judiciária de Goiás, com competência de JEF cível, e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 59 de 15/02/2012	Dispõe sobre a instalação da 8ª Vara Federal na Seção Judiciária do Amazonas, com competência de JEF cível, e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 60 de 16/02/2012	Suspende o expediente e os prazos processuais da Subseção Judiciária de Barreiras/BA na sexta-feira que antecede o carnaval, dia 17/02/2012.
Portaria Presi/Cenag 62 de 17/02/2012	Altera a Portaria Presi/Cenag 56 de 14/02/2012, que trata do expediente de funcionamento no âmbito da 1ª Região, no período de 20 a 22/02/2012.
Portaria Presi/Cenag 65 de 24/02/2012	Suspende o expediente externo e os prazos processuais na Subseção Judiciária de Cáceres/MT.
Portaria Presi/Secre 69 de 28/02/2012	Autoriza o funcionamento da Universidade Corporativa da Primeira Região – Unicorp em polos educacionais descentralizados.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Cenag 70 de 29/02/2012	Suspende o expediente externo e os prazos processuais na Subseção Judiciária de Contagem/MG.
Portaria Presi/Cenag 71 de 29/02/2012	Altera a Portaria Presi/Cenag 57, de 14/02/2012, que suspendeu o expediente e os prazos processuais da Subseção Judiciária de Gurupi/TO.
Portaria Presi/Cenag 72 de 29/02/2012	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Floriano/PI, integrada por vara federal única, e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 73 de 29/02/2012	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Paragominas/PA, integrada por vara federal única, e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 74 de 29/02/2012	Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 92 de 09/03/2012	Suspende o expediente externo e os prazos processuais na 30ª e 32ª Varas Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais.
Portaria Conjunta Presi/Coger/Cojef 93 de 09/03/2012	Extingue o Serviço de Cumprimento de Julgados – SCJ, vinculado à Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, instituído pela Portaria Conjunta Presi/Coger/Cojef 600-324 de 13/10/2009.
Portaria Presi/Cenag 94 de 12/03/2012	Suspende os prazos processuais na Subseção Judiciária de Imperatriz/MA e restringe o expediente externo aos processos incluídos no mutirão de audiências, no período de 12 a 17/03/2012.
Portaria Presi/Cenag 99 de 16/03/2012	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Alagoinhas/BA, integrada por vara federal única, e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 100 de 16/03/2012	Dispõe sobre a instalação da 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG e dá outras providências.
Portaria Presi/Secju 103 de 19/03/2012	Altera a Portaria Presi/Secju 446 de 03/11/2011, que dispõe sobre o recebimento de petições digitais e físicas, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.





Portaria	Assunto
Portaria Presi/Cenag 107 de 27/03/2012	Suspende o expediente externo e os prazos processuais na Subseção Judiciária de Bacabal/MA, no período de 26 a 30/03/2012.
Portaria Presi/Cenag 109 de 28/03/2012	Prorroga a suspensão do expediente externo e os prazos processuais na Subseção Judiciária de Cáceres/MT.
Portaria Presi 113 de 28/03/2012	Dispõe sobre a concessão de Diploma e Medalha de Visitante Ilustre ao exmo. sr. vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto.
Portaria Presi/Cenag 119 de 30/03/2012	Suspende os prazos processuais e a remessa de processos/mandados à Procuradoria Judicial da Procuradoria-Geral do Estado da Bahia, no período de 29/03 04/04/2012.
Portaria Presi/Cenag 120 de 02/04/2012	Prorroga a suspensão do expediente externo e dos prazos processuais da 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG.
Portaria Presi/Cenag 121 de 02/04/2012	Suspende o expediente e os prazos processuais na Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA.
Portaria Presi/Cenag 122 de 30/03/2012	Define a organização das turmas suplementares do mutirão Judiciário em Dia, conforme Resolução 22 de 07/12/2011.
Portaria Presi/Cenag 123 de 02/04/2012	Suspende os prazos processuais e a remessa de processos judiciais/mandados à Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Piauí.
Portaria Conjunta Presi/Coger/Cenag 127 de 09/04/2012	Dispõe sobre a emissão de certidão de distribuição no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 128 de 10/04/2012	Prorroga a suspensão do expediente externo e dos prazos processuais da Subseção Judiciária de Paragominas/PA.
Portaria Presi/Cenag 129 de 10/04/2012	Suspende o expediente externo e os prazos processuais das 1ª, 2ª e 3ª Varas Federais da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG.
Portaria Presi/Cenag 130 de 10/04/2012	Suspende os prazos processuais na Subseção Judiciária de Teófilo Otoni/MG e restringe o expediente externo aos processos incluídos no mutirão de audiências, no período de 9 a 12/04/2012.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Cenag 133 de 12/04/2012	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Tefé/AM, integrada por vara federal única, e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 135 de 12/04/2012	Suspende o expediente externo e os prazos processuais da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG.
Portaria Presi/Cenag 141 de 13/04/2012	Altera a Portaria Presi/Cenag 129 de 10/04/2012, que suspende o expediente externo e os prazos processuais das 1ª, 2ª e 3ª Varas Federais da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG.
Portaria Presi/Cenag 142 de 13/04/2012	Aprova o Regulamento de Serviço do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Secbe 147 de 18/04/2012	Dispõe sobre a assistência domiciliar à saúde no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Secbe 148 de 18/04/2012	Regulamenta a utilização de Unidade de Terapia Intensiva – UTI Móvel na Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Cenag 149 de 18/04/2012	Dispõe sobre critérios e procedimentos para ajuste dos quadros de cargos efetivos das seções e subseções judiciárias da 1ª Região aos padrões estabelecidos pela Resolução 24/2011, bem como altera a Portaria 19/2012.
Portaria Presi/Corej 151 de 18/04/2012	Dispõe sobre os procedimentos relativos à expedição de ofícios requisitórios para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor e aos ofícios de depósito e de levantamento e dá outras providências.
Portaria Presi/Corej 152 de 18/04/2012	Dispõe sobre normas gerais para pagamento de custas judiciais e porte de remessa e retorno dos autos no âmbito da Justiça Federal e altera tabela de custas.
Portaria Presi 154 de 20/04/2012	Estabelece escala de plantão judicial no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Cenag 155 de 20/04/2012	Suspende o expediente externo e os prazos processuais na Subseção Judiciária de Sinop/MT.
Portaria Presi/Cenag 156 de 18/04/2012	Aprova cronograma de transferência de unidades do TRF 1ª Região e o plano de ocupação dos espaços dos edifícios desocupados pelo Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 158 de 23/04/2012	Dispõe sobre a implantação e a implementação da gestão por projetos no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Cenag 164 de 23/04/2012	Dispõe sobre a organização de atendimento às demandas por serviços de Tecnologia da Informação – TI e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 172 de 10/05/2012	Prorroga a suspensão do expediente externo e dos prazos processuais das varas federais da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG.
Portaria Presi/Cenag 175 de 11/05/2012	Suspende os prazos processuais no Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Uberaba/MG, no período de 14 a 17/05/2012.
Portaria Presi/Cenag 178 de 14/05/2012	Delega atribuições ao juiz federal Marcos Augusto de Sousa (2ª Vara Federal – SJ/DF), convocado para auxílio permanente à Presidência.
Portaria Presi/Cenag 179 de 14/05/2012	Delega atribuições ao juiz federal Carlos Augusto Pires Brandão (5ª Vara Federal – SJ/PI), convocado para auxílio permanente à Presidência.
Portaria Presi/Cenag 185 de 16/05/2012	Prorroga a suspensão do expediente externo e dos prazos processuais da Subseção Judiciária de Tefé/AM.
Portaria Presi/Cenag 186 de 17/05/2012	Denomina os edifícios que sediavam o Tribunal Superior Eleitoral e revoga a Portaria Presi/Cenag 156 de 18/04/2012.
Portaria Presi/Cenag 187 de 17/05/2012	Suspende o expediente externo e os prazos processuais na Seção Judiciária do Amapá, no período de 21/05 a 01/06/2012.
Portaria Presi/Cenag 203 de 28/05/2012	Suspende a vigência da Portaria Presi/Cenag 149 de 18/04/2012, que dispõe sobre critérios e procedimentos para ajuste dos quadros de cargos efetivos das seções e subseções judiciárias da 1ª Região aos padrões estabelecidos pela Resolução 24/2011, bem como altera a Portaria 19/2012, que tem por objeto tratar dos critérios, procedimentos e cronogramas para recolocação de servidores, em função da revisão dos quadros de pessoal das varas da 1ª Região em conformidade com a Resolução 24/2011.
Portaria Presi/Cenag 204 de 28/05/2012	Dispõe sobre a implementação da Lei de Acesso à Informação no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Cenag 207 de 30/05/2012	Suspende os prazos processuais na 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí, no período de 28/05 a 01/06/2012.
Portaria Presi/Cenag 213 de 04/06/2012	Revoga a Portaria Presi/Cenag 123 de 02/04/2012, que suspendeu os prazos processuais e a remessa de processos judiciais/mandados à Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Piauí, a partir de 25/05/2012.
Portaria Presi/Cenag 216 de 06/06/2012	Suspende o expediente e os prazos processuais na Justiça Federal da 1ª Região no dia 07/06/2012.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Secor 220 de 08/06/2012	Autoriza o afastamento de país do servidor para participar do X Seminário de Gestão Judicial em Buenos Aires.
Portaria Presi/Cenag 222 de 15/06/2012	Suspende os prazos processuais na Seccional do Maranhão no período de 11 a 15/06/2012.
Portaria Presi/Secre 224 de 27/06/2012	Organiza a Secretaria Executiva do Projeto “Mutirão Judiciário em Dia” e revoga a Portaria Presi/Cenag 123 de 14/03/2011.
Portaria Presi/Cenag 229 de 15/06/2012	Prorroga a suspensão do expediente externo e dos prazos processuais da Subseção Judiciária de Tefé/AM.
Portaria Presi 236 de 19/06/2012	Estabelece escala de plantão judicial no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Asret 237 de 19/06/2012	Altera o inciso II e acrescenta o inciso VI do art. 1º da Portaria Presi 356 de 05/08/2011, que delega a prática de atos de mero expediente ao diretor da Coordenadoria de Recursos do Tribunal (Corec).
Portaria Presi/Cenag 244 de 28/06/201	Organiza a Secretaria Executiva do Projeto “Mutirão Judiciário em Dia” e revoga a Portaria Presi/Cenag 123 de 14/03/2011.
Portaria Presi/Secju 249 de 05/07/2012	Altera, parcialmente, a Portaria Presi/Cenag 122 de 30/03/2012, no tocante à composição e competência da 1ª Turma Suplementar do “Mutirão Judiciário em Dia”.
Portaria Presi/Cenag 252 de 05/07/2012	Institui a utilização da logomarca única da Justiça Federal no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Cenag 253 de 05/07/2012	Institui a Rede de Bibliotecas da Justiça Federal da 1ª Região – RBJF1 e aprova seu regulamento.
Portaria Presi/Cenag 254 de 06/07/2012	Delega ao juiz federal Marcos Augusto de Sousa competência para atuar como gestor dos sistemas processuais de 2º Grau.
Portaria Presi/Cenag 257 de 12/07/2012	Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Sinop/MT e dá outras providências.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Cenag 259 de 12/07/2012	Altera a Portaria Presi/Cenag 142, que aprova o Regulamento de Serviço do TRF 1ª Região.
Portaria Presi/Corej 264 de 18/07/2012	Altera a Tabela VII do Anexo I da Portaria Presi/Corej 152 de 18/04/2012, que dispõe sobre normas gerais para pagamento de custas judiciais e porte de remessa e retorno dos autos no âmbito da Justiça Federal e altera tabela de custas.
Portaria Presi/ Secju 267 de 18/07/2012	Altera Portaria que definiu a organização das turmas suplementares do “Mutirão Judiciário em Dia”.
Portaria Presi/Cenag 274 de 30/07/2012	Prorroga a suspensão da vigência da Portaria Presi/Cenag 149 de 18/04/2012, que dispõe sobre critérios e procedimentos para ajuste dos quadros de cargos efetivos das seções e subseções judiciárias da 1ª Região aos padrões estabelecidos pela Resolução 24/2011, bem como altera a Portaria 19/2012.
Portaria Presi/Cenag 282 de 06/08/2012	Suspende o expediente externo e os prazos processuais das 8ª e 10ª Varas de JEF da Seção Judiciária do Estado do Pará no período de 10 a 22/09/2012.
Portaria Presi/Asmag 285 de 07/08/2012	Autoriza o afastamento do país de juíza federal substituta para participar do Intercâmbio de Atualização em Direito na Itália.
Portaria Presi/Cenag 288 de 09/08/2012	Institui os centros de custo e define os percentuais correspondentes da área judicial e área administrativa.
Portaria Presi/Cenag 298 de 21/08/2012	Dispõe sobre as instalações da sede do TRF 1ª Região.
Portaria Presi/Cenag 299 de 22/08/2012	Suspende expediente e prazos processuais na Seção Judiciária da Bahia.
Portaria/ Presi/Secju 301 de 28/08/2012	Altera a Portaria Presi/Secju 267 de 18/07/2012, que trata da organização das turmas suplementares do “Mutirão Judiciário em Dia”.
Portaria Presi/Cenag 302 de 29/08/2012	Suspende os prazos processuais no âmbito da 14ª, 15ª e 16ª Varas da Seção Judiciária de Goiás, inclusive no sistema e-Cint, no período de 27/08/2012 a 06/09/2012.
Portaria Presi/Cenag 304 de 30/08/2012	Altera o horário de funcionamento no âmbito da Seção Judiciária do Maranhão no dia 05/09/2012.
Portaria Presi/Secad 307 de 31/08/2012	Outorga imóvel funcional ao desembargador federal Kassio Nunes Marques.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Cenag 311 de 04/09/2012	Prorroga a suspensão da vigência da Portaria Presi/Cenag 149 de 18/04/2012, que dispõe sobre critérios e procedimentos para ajuste dos quadros de cargos efetivos das seções e subseções judiciárias da 1ª Região aos padrões estabelecidos pela Resolução 24/2011, bem como altera a Portaria 19/2012, acima mencionada.
Portaria Presi/Cenag 320 de 18/09/2012	Dispõe sobre os procedimentos relativos ao sistema de telefonia fixa e móvel, bem como regulamenta o uso da tecnologia VoIP, no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Cenag 330 de 24/09/2012	Aprova manual de identidade visual.
Portaria Presi/Cenag 331 de 20/09/2012	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Ponte Nova/MG, integrada por vara federal única, e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 334 de 21/09/2012	Suspende o expediente externo e os prazos processuais na Subseção Judiciária de Bacabal/MA, no período de 24/09 a 11/10/2012.
Portaria Presi/Secre 335 de 14/09/2012	Divulga as tabelas de cargos efetivos e funções comissionadas integrantes dos quadros de pessoal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da Justiça Federal de 1º Grau da 1ª Região.
Portaria Presi/Cenag 337 de 26/09/2012	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Itumbiara/GO, integrada por vara federal única, e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 342 de 27/09/2012	Dispõe sobre delegação de competência ao vice-presidente do TRF 1ª Região.
Portaria Presi/Cenag 348 de 11/10/2012	Suspende os prazos processuais dos processos virtuais no âmbito da 1ª Região.
Portaria Presi/Cenag 350 de 17/10/2012	Suspende o expediente e os prazos processuais na Subseção Judiciária de Picos/PI, no período de 22 a 27/10/2012.
Portaria Presi/Cenag 356 de 25/10/2012	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Tucuruí/PA, integrada por vara federal única, e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 357 de 31/10/2012	Suspende o expediente e os prazos processuais na 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, no dia 31/10/2012.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Cenag 358 de 31/10/2012	Suspende os prazos processuais dos processos eletrônicos da 1ª Região no período de 01 a 04/11/2012.
Portaria Presi 359 de 31/10/2012	Estabelece escala de plantão judicial no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Secju 360 de 31/10/2012	Estende a competência da 2ª e 3ª Turmas Suplementares do “Mutirão Judiciário em Dia”.
Portaria Presi/Cenag 361 de 05/11/2012	Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 362 de 07/11/2012	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Viçosa/MG, integrada pela Vara Federal Única de Viçosa, e dá outras providências.
Portaria Presi 364 de 08/11/2012	Estabelece escala de plantão judicial no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Cenag 367 de 13/11/2012.	Institui grupo de trabalho para implementação da Resolução 160 de 19/10/2012 do Conselho Nacional de Justiça no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Cenag 372 de 16/11/2012	Suspende o expediente externo e os prazos processuais ordinários na Subseção Judiciária de Barreiras/BA, no período de 19 a 24/11/2012.
Portaria Presi/Cenag 373 de 16/11/2012	Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 374 de 26/11/2012	Dispõe sobre critérios e procedimentos para ajuste dos quadros de cargos efetivos das seções e subseções judiciárias da 1ª Região aos padrões da Resolução 24/2011, altera a Portaria 19/2012 e revoga a Portaria 149/2012.
Portaria Presi/Diges 377 de 21/11/2012	Dispõe sobre o recesso 2012/2013.
Portaria Presi 380 de 22/11/2012	Estabelece escala de plantão judicial no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região no período de 23 a 24/11/2012.
Portaria Presi/Secbe 385 de 27/11/2012	Abre processo eletivo para escolha do representante dos servidores no Conselho Deliberativo do Pro-Social.
Portaria Presi/Cenag 387 de 28/11/2012	Atribui à Diretoria-Geral a competência para a distribuição de processos administrativos para os colegiados administrativos do Tribunal.



Portaria	Assunto
Portaria Presi 395 de 11/12/2012	Homologa o resultado final do processo eletivo para escolha do representante dos servidores no Conselho Deliberativo do Pro-Social e designa o novo representante escolhido para o biênio 2012-2014.
Portaria Presi/Cenag 399 de 19/12/2012	Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Cáceres/MT e dá outras providências.
Portaria Presi/Secor 405 de 28/12/2012	Fixa valores relativos ao auxílio financeiro e auxílio-transporte das bolsas de estágio.
Portaria Presi/Secad 406 de 20/12/2012	Designa servidores para atuarem como gestor e gestor substituto do Convênio 12/2010.

### QUADRO 39

#### Provimentos expedidos

Provimento/Coger	Assunto
Provimento 67 de 18/01/2012	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da criação da 2ª Vara na Subseção Judiciária de Vitória da Conquista/BA, com juizado especial federal adjunto.
Provimento 68 de 23/01/2012	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 10ª Vara na Seção Judiciária do Estado do Pará especializada em juizado especial federal cível com processos cíveis exclusivamente virtuais.
Provimento 69 de 23/01/2012	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da criação da 2ª Vara na Subseção Judiciária de Santarém/PA, como juizado especial federal adjunto.
Provimento 70 de 02/02/2012	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da criação da 2ª Vara na Subseção Judiciária de Imperatriz/MA, com juizado especial federal adjunto.
Provimento 71 de 09/02/2012	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da 34ª Vara Federal da Seção Judiciária no Estado de Minas Gerais, especializada em juizado especial federal cível com processos exclusivamente virtuais.
Provimento 72 de 23/02/2012	Regulamenta a distribuição e a redistribuição dos processos de natureza ambiental e agrária, alterando os Provimentos/Coger 44, 45, 49 e 51, todos de 2010, que regulamentam a distribuição e a redistribuição de processos de natureza ambiental e agrária nas 9ª Vara Federal/PA, 7ª Vara Federal/AM, 8ª Vara Federal/MA e 5ª Vara Federal/RO, respectivamente.





Provimento/Coger	Assunto
Provimento 73 de 23/02/2012	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Goiás, especializada em juizado especial cível com processos exclusivamente virtuais.
Provimento 74 de 23/02/2012	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, especializada em juizado especial federal cível com processos exclusivamente virtuais.
Provimento 75 de 02/04/2012	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG, com juizado especial federal adjunto.
Provimento 76 de 02/04/2012	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da conversão da 1ª Vara Federal em juizado especial federal e instalação da 4ª Vara Federal com competência cível e criminal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG.
Provimento 77 de 12/07/2012	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Sinop/MT, com juizado especial federal adjunto.
Provimento 78 de 21/11/2012	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO, com juizado especial federal adjunto.

**QUADRO 40**  
Portarias expedidas

Portaria/Coger	Assunto
Portaria 1 de 07/02/2012	Designa a equipe de trabalho que participará da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Piauí (Sede: Teresina e Subseções Judiciárias de Picos/PI e Parnaíba/PI) e na Subseção Judiciária de Caxias/MA, no período de 27/02 a 08/03/2012.
Portaria 2	Cancelada.
Portaria 3 de 13/02/2012	Designa a equipe de trabalho que participará da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Piauí (Sede: Teresina e Subseções Judiciárias de Picos/PI e Parnaíba/PI) e na Subseção Judiciária de Caxias/MA.
Portaria 4 de 02/04/2012	Instaura Processo Administrativo destinado à avaliação dos Juízes Federais Substitutos que completaram mais de 6 meses de exercício, para fins de vitaliciamento.



Portaria/Coger	Assunto
Portaria 5 de 02/05/2012	Define o período de 11 a 22 de junho de 2012 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Estado de Goiás (sede e subseções judiciárias).
Portaria 6 de 18/05/2012	Designa a equipe de trabalho que participará da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária de Goiás (sede e subseções judiciárias), no período de 11 a 22 de junho de 2012.
Portaria 7 de 30/05/2012	Designa servidores que auxiliarão na Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária de Goiás (sede e subseções judiciárias), no período de 11 a 22 de junho de 2012.
Portaria 8 de 05/06/2012	Designa servidor que auxiliará na Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária de Goiás (sede e subseções judiciárias), no período de 11 a 15 de junho de 2012.
Portaria 9 de 12/06/2012	Adia a Correição Geral Ordinária a ser realizada na Subseção Judiciária de Uruaçu/GO, determina a sua realização no período entre 19 e 20 de julho do corrente ano e designa equipe que auxiliará nos trabalhos correccionais.
Portaria 10 de 28/06/2012	Adia a Correição Geral Ordinária a ser realizada na Subseção Judiciária de Uruaçu/GO, determina a sua realização no período entre 6 e 8 de agosto do corrente ano e designa equipe que auxiliará nos trabalhos correccionais.
Portaria 11 de 04/07/2012	Define o período de 13 a 22 de agosto de 2012 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Estado do Maranhão (sede e subseções judiciárias).
Portaria 12 de 18/07/2012	Designa a equipe de trabalho que participará da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Maranhão (sede e subseções judiciárias), no período de 13 a 22 de agosto de 2012.
Portaria 13 de 27/07/2012	Dispensa e designa servidor para os trabalhos da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Maranhão (sede e subseções judiciárias), no período de 13 a 22 de agosto de 2012.
Portaria 14 de 08/08/2012	Define o período de 17 a 21 de setembro de 2012 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Estado do Tocantins (sede e subseções judiciárias).
Portaria 15 de 23/08/2012	Designa a equipe de trabalho que participará da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Tocantins (sede e subseções judiciárias), no período de 17 a 21 de setembro de 2012.



Portaria/Coger	Assunto
Portaria 16 de 27/08/2012	Adia a Correição Geral Ordinária na Subseção Judiciária de Araguaína/TO, determina a sua realização no período entre 25 e 27 de setembro do corrente ano e designa equipe que auxiliará nos trabalhos correccionais.
Portaria 17 de 29/08/2012	Designa Juízes gestores do sistema processual da primeira instância.
Portaria 18 de 03/09/2012	Define o período de 15 a 26 de outubro de 2012 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Distrito Federal.
Portaria 19 de 13/09/2012	Designa a equipe de trabalho que participará da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Distrito Federal, no período de 15 a 26 de outubro de 2012.
Portaria 20 de 19/10/2012	Define os períodos de 5 a 14 e 19 a 23 de novembro de 2012 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (sede e subseções judiciárias de Sete Lagoas, Divinópolis e Contagem).
Portaria 21 de 19/10/2012	Designa a equipe de trabalho que participará da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária de Minas Gerais (sede e subseções judiciárias de Sete Lagoas, Divinópolis e Contagem), nos períodos de 05 a 14 e 19 a 23 de novembro de 2012.
Portaria 22 de 26/10/2012	Define o período de 3 a 7 de dezembro de 2012 para a realização de Correição Geral Ordinária na Subseção Judiciária de Uberaba/MG e designa equipe de trabalho.
Portaria 23 de 26/10/2012	Define o período de 10 a 14 de dezembro de 2012 para a realização de Correição Geral Ordinária nas Subseções Judiciárias de Paracatu/MG e Unai/MG e designa equipe de trabalho.
Portaria 24 de 30/10/2012	Institui grupo de trabalho para atuar, em regime de esforço concentrado, em processos de Execução Fiscal junto à Subseção Judiciária de Araguaína.
Portaria 25 de 09/11/2012	Designa servidores que auxiliarão na Correição Geral Ordinária nas Subseções Judiciárias de Uberaba/MG (período de 3 a 7 de dezembro de 2012) e Paracatu/MG e Unai/MG (período de 10 a 14 de dezembro de 2012).
Portaria 26 de 22/11/2012	Designa servidores que auxiliarão na Correição Geral Ordinária nas Subseções Judiciárias de Uberaba/MG (período de 3 a 7 de dezembro de 2012) e Paracatu/MG e Unai/MG (período de 10 a 14 de dezembro de 2012).
Portaria 27 de 06/12/2012	Homologa a Escala de Férias dos Juízes Federais Titulares e Substitutos para o primeiro semestre de 2013.



Portaria/Coger	Assunto
Portaria 28 de 06/12/2012	Define períodos para a realização de Correição Geral Ordinária em diversas subseções judiciárias de Minas Gerais.
Portaria 29 de 13/12/2012	Designa equipe de trabalho que participará de Correição Geral Ordinária em diversas subseções judiciárias de Minas Gerais.

#### QUADRO 41

##### Instruções normativas 2012

Instrução normativa	Assunto	Portaria Presi
IN-14-11	Viagens a serviço	Alterada pelas Portarias 245 de 28/06/2012 e 289 de 09/08/2012.

102

#### QUADRO 42

##### Comissões/comitês/equipes/grupos de trabalho 2012

Portaria/Presi	Assunto
Portaria 24 de 18/01/2012	Autoriza, com ônus limitado, o afastamento do país da desembargadora federal Mônica Sifuentes para participar da Reunião da Comissão Especial que analisará a reforma da Convenção de Haia, a ser realizado em Haia, Holanda, no período de 25 a 31/01/2012.
Portaria 84 de 28/02/2012	Designa servidores para a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Diretoria-Geral da Secretaria.
Portaria 101 de 15/03/2012	Designa equipe de transição administrativa, indicada pela Administração, eleita para o biênio 2012/2014, e indica os interlocutores da atual gestão.
Portaria 180 de 14/05/2012	Designa desembargadores federais para comporem a Comissão do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria no biênio 2012/2014.



Portaria/Presi	Assunto
Portaria 218 de 06/06/2012	Designação de magistrados para o exercício das funções de coordenadores e coordenadores adjuntos, bem como a Comissão Técnica e Consultiva do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região (Sistcon) no biênio 2012/2014.
Portaria 217 de 08/06/2012	Altera a composição da comissão de desembargadores federais criada para acompanhamento da execução da obra do Edifício-Sede do TRF 1ª Região, definida pela Portaria Presi/Cenag 480 de 25/11/2011.
Portaria 226 de 15/06/2012	Constitui comissão para realização de estudos e apresentação de proposta para organização da Justiça Federal de 1º e 2º graus.
Portaria 227 de 15/06/2012	Institui grupo de trabalho para implementação da Lei de Acesso à Informação no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria 258 de 12/07/2012	Designa membros para a Comissão Permanente de Regimento do TRF 1ª Região.
Portaria 266 de 20/07/2012	Designa os gestores estratégicos das metas nacionais do Poder Judiciário e das metas específicas da Justiça Federal para o ano de 2012 e dá outras providências.
Portaria 272 de 27/07/2012	Designa membros para a Comissão de Acervo Jurídico do TRF 1ª Região.
Portaria 273 de 27/07/2012	Designa membros para a Comissão de Jurisprudência do TRF 1ª Região.
Portaria 297 de 23/08/2012	Altera a Portaria Presi/Cenag 173 de 10/05/2010, que designou comissão para identificar as necessidades e adotar as providências preliminares para a instalação das varas federais criadas pela Lei 12.011/2009 na 1ª Região.
Portaria 228 de 19/06/2012	Altera a composição da Comissão de Fiscalização Técnica da terceira etapa da obra de construção da nova sede do TRF 1ª Região, instituída pela Portaria Presi/Cenag 180 de 02/05/2011.
Portaria 256 de 03/09/2012	Institui o Comitê Gestor de Qualidade de Vida no Trabalho.
Portaria 319 de 18/09/2012	Designa desembargador federal para exercer a presidência da Comissão de Avaliação e Gestão Documental do TRF 1ª Região.
Portaria 338 de 26/09/2012	Altera a composição da Comissão para o planejamento e acompanhamento das ações relativas à efetiva implantação dos procedimentos de operacionalização de pagamentos na assistência judiciária gratuita no âmbito da 1ª Região, conforme Portaria Presi/Cenag 511 de 15/12/2011.
Portaria 339 de 27/09/2012	Constitui o Núcleo de Cooperação Judiciária no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região e institui a figura do juiz de cooperação.



## COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

### EVENTOS PROTOCOLARES

- Solenidades de posse
- 25 de abril – desembargadores federais Mário César Ribeiro, Daniel Paes Ribeiro e Carlos Olavo nos cargos de presidente, vice-presidente e corregedor regional do TRF 1ª Região.
- 26 de abril – Roberto Elias Cavalcante no cargo de diretor-geral do TRF 1ª Região e demais diretores.
- 23 de maio – desembargadores Mario Machado e Romão Cícero de Oliveira nos cargos de presidente e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF).
- 25 de maio – desembargadores federais José Amilcar Machado e Cândido Ribeiro nos cargos de diretor e vice-diretor da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf).
- 28 de maio – desembargadora federal Neuza Alves no cargo de coordenadora dos Juizados Especiais Federais (Cojef).
- 1º de junho – juízes federais Ávio Mozar José Ferraz de Novaes e César Cintra Jatahy Fonseca nos cargos de diretor e vice-diretor do foro da Seção Judiciária da Bahia.
- 4 de junho – juízes federais Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas e Rui Costa Gonçalves nos cargos de diretor e vice-diretor do foro da Seção Judiciária do Distrito Federal.
- 5 de junho – juízes federais Ricardo Felipe Rodrigues Macieira e Clodomir Sebastião Reis nos cargos de diretor e vice-diretor do foro da Seção Judiciária do Maranhão.
- 5 de junho – juízes federais Cristiane Pederzolli Rentzsch e Régis de Souza Araújo nos cargos de diretor e vice-diretor do foro da Seção Judiciária do Acre.
- 12 de junho – diretoria da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).
- 15 de junho – juízes federais Guilherme Mendonça Doehler e André Prado de Vasconcelos nos cargos de diretor e vice-diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais.
- 22 de junho – desembargadora Simone Costa Lucindo Ferreira no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).
- 13 de julho – juízes federais Paulo César Alves Sodré e Pedro Francisco da Silva nos cargos de diretor e vice-diretor do foro da Seção Judiciária de Mato Grosso.
- 19 de julho – juiz federal Novély Vilanova no cargo de desembargador federal do TRF 1ª Região.



- 15 de agosto – desembargador federal Olindo Menezes no cargo de desembargador eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF).
- 21 de agosto – desembargadora federal Assusete Magalhães no cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ).



Ministra Assusete Magalhães e esposo, ladeados pelo presidente do Tribunal, desembargador federal Mário César Ribeiro, e esposa.

- 31 de agosto – ministros Felix Fischer e Gilson Dipp nos cargos de presidente e vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho de Justiça Federal (CJF).
- 6 de setembro – ministro Francisco Falcão no cargo de corregedor nacional de Justiça.
- 18 de setembro – ministra Laurita Hilário Vaz em cargo efetivo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- 11 de dezembro – diretoria da Associação dos juízes Federais da 1ª Região (Ajufer).
- Solenidades de instalação de vara federal
- 20 de janeiro – 2ª Vara Federal de Vitória da Conquista/BA.
- 26 de janeiro – 10ª Vara Federal de Belém/PA.



- 27 de janeiro – 2ª Vara Federal de Santarém/PA.
- 3 de fevereiro – 2ª Vara Federal de Imperatriz/MA.
- 10 de fevereiro – 34ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG.
- 5 de março – 16ª Vara Federal de Goiânia/GO.
- 9 de março – Vara Federal Única de Floriano/PI.
- 16 de março – 8ª Vara Federal de Manaus/AM.
- 22 de março – Vara Federal Única de Paragominas/PA.
- 10 de abril – 2ª Vara Federal de Pouso Alegre/MG.
- 11 de abril – 4ª Vara Federal de Juiz de Fora/MG.
- 20 de abril – Vara Federal Única de Alagoinhas/BA.
- 23 de abril – Vara Federal Única de Tefé/AM.
- 10 de agosto – 2ª Vara Federal de Sinop/MT.
- 19 de outubro – Vara Federal Única de Ponte Nova/MG.
- 26 de outubro – Vara Federal Única de Itumbiara/GO.
- 22 de novembro – Vara Federal Única de Tucuruí/PA.
- 29 de novembro – 2ª Vara Federal de Ji-Paraná/RO.
- 7 de dezembro – Vara Federal Única de Viçosa/MG.
- Solenidades de inauguração
- 20 de janeiro – nova sede da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista/BA.
- 27 de janeiro – reforma e ampliação da sede da Subseção Judiciária de Santarém/PA.
- 8 de março – Espaço de convívio Pontes de Miranda e Sala professor Miguel Reale no TRF 1ª Região.
- 13 de março – Arquivo judicial da Seção Judiciária de Mato Grosso.
- 13 de março – nova sede da Subseção Judiciária de Cáceres/MT.
- 17 de abril – nova sede da Seção Judiciária do Amapá.
- 10 de agosto – nova sede da Subseção Judiciária de Sinop/MT.
- 24 de outubro – instalações da Central de Conciliação da Seção Judiciária do Distrito Federal.
- 17 de dezembro – Anexos I e III do TRF 1ª Região.





- Principais encontros e reuniões
- 27 de fevereiro – II Encontro de gabinetes e da Secretaria Judiciária. Pauta: implementação de ações de educação continuada, aperfeiçoamento de rotinas de trabalho no âmbito dos gabinetes e troca de experiências, principalmente relativas ao processo digital.
- 30 de março – reunião entre o presidente do Tribunal e diretores de foro. Pauta: gestão da 1ª Região.
- 29 de maio – I Encontro sobre processo judicial eletrônico. Pauta: informatização do Judiciário por meio da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe).
- 21 de junho – reunião dos presidentes dos TRFs na 5ª Região. Pauta: implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Justiça Federal.
- 26 de junho – Encontro de presidentes de tribunais no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Pauta: melhorias no processamento de recursos repetitivos.
- 13 de julho – reunião do presidente e comitiva com o governador de Mato Grosso.
- Pauta: questões estratégicas de interesse da Justiça Federal da 1ª Região, incluindo a instalação das varas federais em Mato Grosso e o alargamento da rua e a previsão de construção de VLT (veículo leve sobre trilhos) próximos à sede da Seção Judiciária.
- 25 de julho – reunião entre o presidente, o diretor-geral e os diretores de secretaria do Tribunal.
- Pauta: avaliação do primeiro trimestre da gestão.
- 27 de julho – reunião do presidente do Tribunal com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB/DF).
- Pauta: extensão do recesso forense para advogados militantes.
- 17 de agosto – reunião da Subcomissão de Metas da Justiça Federal e dos gestores estratégicos das metas nacionais do Poder Judiciário (Portaria Presi/Cenag 266 de 20/07/2012).
- Pauta: situação da Justiça Federal da 1ª Região em relação às metas nacionais do Poder Judiciário para 2012.
- 4 de setembro – reunião do presidente do Tribunal com integrantes do Comitê de Qualidade de Vida.
- Pauta: apresentação de projetos ligados à qualidade de vida e à valorização dos servidores e colaboradores do Tribunal.



- 15, 16 e 17 de outubro – I Encontro Administrativo da Justiça Federal da 1ª Região.
- Pauta: troca de experiências entre o Tribunal e as seções judiciárias.
- 17 de outubro – reunião preparatória do VI Encontro Nacional do Poder Judiciário.
- Pauta: levantamento das metas do Poder Judiciário para 2013 que serão votadas pelos presidentes de tribunais.
- 5 e 6 de novembro – VI Encontro Nacional do Poder Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.
- Pauta: apresentação dos resultados parciais das metas do Poder Judiciário para o ano de 2012, votação das metas para o ano de 2013 e reunião de corregedores.

#### DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

- O TRF 1ª Região no Facebook

Ancorado na meta de divulgar e dar transparência às ações do Tribunal e das seções e subseções judiciárias vinculadas ao TRF 1ª Região, a Assessoria de Comunicação Social abriu, em agosto de 2012, por ocasião da inauguração do novo portal Tribunal, sua página na rede social Facebook.

A ação permite disponibilizar ao jurisdicionado mais um canal de comunicação com o Tribunal. Também proporciona maior visibilidade ao novo portal e às notícias da 1ª Região. Decisões proferidas na Justiça Federal da 1ª Região, divulgação de avisos de pauta, ações e eventos de interesse da Justiça Federal podem ser encontrados no Facebook. As postagens são diárias e os acessos são monitorados por mediador, de forma a evitar comentários considerados inapropriados.

A página alcança, aproximadamente, 2.900 pessoas de todo o Brasil e do exterior, sendo que destas cerca de 150 compartilham conteúdos publicados pelo Tribunal. 53,5% do público é feminino e 46,2%, masculino. A faixa etária média varia entre 25 e 34 anos.

- Blog da Assessoria de Comunicação

Este ano foi criado o *blog* da Assessoria de Comunicação Social, que possibilita acessar o programa Primeira Região na TV, os vídeos produzidos para a TV Justiça, a Primeira Região em Revista, a Rádio TRF e o informativo Primeira Região Hoje. Os vídeos e programas são disponibilizados via You Tube, possibilitando a consulta a matérias já divulgadas.

- Divulgação de notícias e avisos institucionais na página do Tribunal

Foram veiculadas, na página do Tribunal, 1.438 notícias, sendo 563 processuais, 569 institucionais e 306 institucionais publicadas apenas na intranet.

- Assessoria de Imprensa

Diversos veículos de comunicação solicitaram entrevistas e buscaram informações sobre processos em trâmite na Corte. O quadro a seguir relata os que mais se fizeram presentes.



## QUADRO 43

## Veículos de comunicação/meio de comunicação

Impressos	Jornal Correio Braziliense, Jornal de Brasília, Folha do Estado de Minas, Folha de São Paulo, O Globo, Estadão, Jornal A Crítica, Tribuna da Bahia, Hoje em Dia, O Dia, OBN (Organização Brasileira de Notícias Ltda.), A Tarde, Valor Econômico, Diário de Cuiabá.
Sítios eletrônicos	Consultor Jurídico, Vale Paraibano, Migalhas, G1, Hipernotícias, Uol Notícias
Rádios	Radio Justiça, EBC – Agência Brasil, Rádio e TV Brasil, Agência Brasil.
TVs	TV Justiça; TV Globo; TV Record; SBT; TV EPTV; TV Anhanguera; TV CNT; e Rede TV, Globo News; TV Bandeirantes.
Outros	Órgãos de imprensa da Ajufe, Conjur, CJF e Ajufer.

Os eventos institucionais de maior destaque foram: Mutirão Judiciário em Dia, instalação de novas varas da Justiça Federal, construção da nova sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, concursos públicos promovidos pelo Tribunal, posse de desembargadores federais.

Os processos que mais despertaram o interesse da imprensa foram os relativos à Operação Monte Carlo, à construção das Usinas Hidrelétricas de Belo Monte e Teles Pires, à ocupação de terras indígenas Xavantes, à exploração de transporte interestadual de passageiros pela TCB (Transportes Coletivos Brasil Ltda.), ao julgamento dos pilotos do jato americano Legacy, ao embargo de construção no bairro Noroeste, em Brasília, ao teto salarial na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, à divulgação de salários de servidores públicos na internet e à patente de medicamentos da AstraZeneca.

Foram recebidas 31 solicitações formais de entrevistas com magistrados e dirigentes do Tribunal.

## JORNALISMO IMPRESSO

Em maio, foi lançado o TRF Notícias, informativo destinado a divulgar matérias de interesse exclusivo do corpo funcional do Tribunal, que circula somente em meio virtual.

O caráter experimental de envio dos informativos a todos os *e-mails* do Tribunal tornou-se padrão, devido ao retorno do público ao destacar vantagens como: acesso rápido à informação, redução de custos com papel e qualidade de vida no trabalho, em face da comodidade e do conforto da leitura eletrônica. Foram mantidas as versões impressas dos informativos, afixadas nos quadros localizados em pontos estratégicos dos vários edifícios do TRF, à exceção do TRF Notícias.



## QUADRO 44

## Informativos da 1ª Região – jornalismo impresso e eletrônico

Informativo	N. de edições	Conteúdo
Primeira Região Hoje	227	Principais notícias da Justiça Federal da 1ª Região.
Primeira Região em Revista	12	Principais fatos institucionais ocorridos na Administração do Tribunal.
TRF Notícias	31	Notícias de interesse do corpo funcional do Tribunal.
Primeira Região Variedades	42	Divulgação dos aniversariantes da semana e dos anúncios de classificados encaminhados pelo corpo funcional.
Primeira Região Infojef	20	Assuntos relativos aos JEFs da 1ª Região.

## QUADRO 45

## Informativos da 1ª Região – telejornalismo

Meio de Comunicação	Quantidade	Conteúdo
TV Justiça	99 reportagens	Veiculação no Jornal da Justiça e transmissão na TV Justiça de importantes decisões da Justiça Federal da 1ª Região, além da cobertura de eventos e solenidades.
Programa Via Legal	31 matérias	Divulgação de matérias baseadas em decisões judiciais, veiculadas pela TV Justiça, TV Cultura e TV Brasil.
Cobertura de eventos e solenidades	96 eventos e solenidades	Inaugurações de sedes ou varas federais da 1ª Região, sessões solenes de posse de desembargadores federais membros e dirigentes, visitas de magistrados estrangeiros ao Tribunal, assinaturas de acordos de cooperação, entre outros.
Primeira Região na TV	50 programas	Webprograma semanal enviado via <i>e-mail</i> , informando o público interno sobre os acontecimentos da 1ª Região.



## RÁDIO JUSTIÇA E RÁDIO CIDADANIA

A continuidade da parceria com a Rádio Justiça, na produção de boletins diários e do programa semanal “Painel de Notícias”, resultou no encaminhamento de 54 programas pelo Tribunal.

Vale ressaltar eventual participação do TRF na “Voz do Brasil”, em face do curto espaço de tempo (cinco minutos) destinado às matérias de todo o Poder Judiciário.

A novidade, em 2012, foi a ampliação da participação do TRF 1ª Região na programação da Rádio Justiça, ocorrida a partir do mês de novembro, por meio de entrevistas com magistrados e servidores, inseridas dentro da programação jornalística da emissora. A proposta é dar mais publicidade às decisões do Tribunal e assegurar espaço para divulgar as decisões das seções judiciárias, uma vez que, devido à extensão territorial da 1ª Região, a divulgação de muitas destas ações fica restrita aos respectivos estados. Em apenas 2 meses, foram veiculadas 10 entrevistas na Rádio Justiça.

Também foram enviadas reportagens para a Rádio Cidadania, em parceria com o Conselho da Justiça Federal.

No total, 487 boletins foram encaminhados para os noticiários da Rádio Justiça e da Rádio Cidadania.

## PRODUÇÃO EDITORIAL

Na área editorial, destacam-se os seguintes trabalhos:

- diagramação, revisão, impressão e acabamento do Relatório de Atividades do ano de 2011;
- diagramação e publicação do Boletim de Serviço;
- revisão, diagramação, impressão e acabamento da coleção Jornada de Estudo Esmaf — do número 11 ao 15 —, que vem a ser a publicação de artigos jurídicos dos magistrados participantes das jornadas;
- confecção do calendário 2013, cujo tema é o cerrado, com informações institucionais e datas das sessões do TRF 1ª Região;
- elaboração, diagramação e revisão do Manual de identidade visual da Primeira Região, que traça diretrizes para o uso da nova logomarca da Justiça Federal da 1ª Região;
- diagramação e revisão de informações para a agenda 2013 e para o caderno de compromissos 2013;
- revisão da atualização do Regimento Interno do Tribunal;
- término de todas as fases de elaboração, publicação e distribuição da 1ª edição do Manual de língua portuguesa do TRF 1ª Região;
- revisão de nova edição do guia Bem-vindo ao TRF 1ª Região;
- diagramação, revisão, impressão e acabamento do Manual SigCustos;
- revisão e ampliação do Manual de língua portuguesa do TRF 1ª Região.



## PRINCIPAIS SERVIÇOS GRÁFICOS

QUADRO 46  
Reprodução, acabamento e montagem

Demonstrativo de serviços		Quantidades
Periódicos	Revista – 1ª Região em Revista	7.000
	Revista do TRF	10.800
	Cartaz da Revista do TRF	3.960
	Livro – I Jornada de direito constitucional	1.500
	Livro – II Jornada de planejamento e gestão	1.500
	Livro – I Jornada de sistema financeiro de habitação	1.500
	Livro – II Jornada de direito tributário	1.500
	Livro – I Jornada de ciências sociais	1.500
	Livro – II Jornada de direito civil	1.500
Outras publicações e serviços	Capas para processos	102.000
	Relatório de Atividades do TRF – 2011	300
	Certificados diversos	1.728
	Termo de recebimento, autuação e distribuição	189.000
	Regimento Interno TRF da 1ª Região	2.000
	Manual de língua portuguesa do TRF 1ª Região	2.400
	Manual do SigCustos	150
	Regulamento geral da Central de Mandados da Justiça Federal	500
	Livro – Sequestro parental	200
	Exemplar de divulgação: obras da nova sede do TRF	1.000
	Manual do estagiário	3.000
	Manual de gestor de contratos	400
	Livro – Memória dos concursos públicos para provimento de cargos dos JEFs.	500
	Livreto da Missa de Natal 2012	100
Fôlder – III Jornada de direito processual civil	240	



Demonstrativo de serviços		Quantidades
Outras publicações e serviços	Fôlder – I Jornada de direito ambiental	200
	Fôlder – II Jornada de direito constitucional	150
	Fôlder – Celebração do Dia das Mães	80
	Fôlder – Memorial do TRF	1.000
	Cartaz – Organograma do TRF	150
	Formulário – Receituário de controle especial	260
	Refilo e/ou dobra de convites	12.950
	Refilo e/ou dobra de cartões	21.297
	Etiquetas diversas	494.525
	Blocos para rascunho	5.195
	Cartelas – Subseção Judiciária de Montes Claros/MG	300
	Calendários do TRF – 2012	5.000
	Formulários diversos	6.384
	Capa de arquivo provisório do julgado	3.700
	Refilo e fornecimento de papéis diversos	21.320
	Pastas	3.050
	Encadernações	1.411
	Marcadores para processos	84.000
	Marcadores para livros	4.300
Crachás diversos	2.318	
Capas plásticas para encadernação	850	

## ADMINISTRAÇÃO GERAL

### COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em 2012, para atender à demanda de aquisição de materiais e contratação de serviços pelas diversas unidades do Tribunal, foram realizadas 125 licitações, sendo 123 por meio de pregões eletrônicos. Foram realizados ainda 2 convites para fins de contratação de leiloeiro, cujo pagamento é decorrente de percentual sobre os bens a serem alienados, não gerando, portanto, ônus para o Tribunal.



Para a realização das licitações, as áreas do Tribunal interessadas na aquisição de bens ou contratação de serviços devem preparar termo de referência, seguindo modelo preestabelecido, e encaminhar para a área administrativa. Dos 153 termos de referência analisados em 2012, 100 encontravam-se em condições de licitar e 53 foram restituídos ao setor requisitante para ajustes necessários, principalmente em relação aos aspectos habilitatórios e às propostas.

QUADRO 47  
Quantidade de licitações

Espécie	TOTAL
Convite	2
Pregão eletrônico	53
Pregão eletrônico SRP <sup>1</sup>	31
Pregão eletrônico ME/EPP <sup>2</sup>	29
Pregão eletrônico SRP ME/EPP	19
<b>TOTAL</b>	<b>134</b>
Pregão cancelado/revogado	9
<b>TOTAL DE LICITAÇÕES EFETUADAS</b>	<b>125</b>

1. SRP – Sistema de Registro de Preços.
2. ME/EPP – microempresas e empresas de pequeno porte.

QUADRO 48  
Valores de licitações efetuadas

Modalidade	Quantidade	Valores estimados (R\$)	Valores adjudicados (R\$)	Valores economizados (R\$)	Percentual economizado
Convite*	2				
Pregão eletrônico	123	206.311.600,38	206.311.600,38	206.311.600,38	42,57%
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>206.311.600,38</b>	<b>206.311.600,38</b>	<b>206.311.600,38</b>	<b>42,57%</b>

\* Contratação de leiloeiro, sem ônus para o Tribunal.





QUADRO 49  
Registro de preço

Ações em SRP	Quantidade
Atas gerenciadas pelo TRF 1ª Região	158
Adesões às atas de registro de preços	15
Atendimento às solicitações dos órgãos interessados nas atas gerenciadas pelo TRF 1ª Região	107

Em decorrência da determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) de limitação de utilização do procedimento de adesão a atas de registro de preços, tanto as adesões feitas pelo TRF 1ª Região como os atendimentos a pedidos de adesão foram reduzidos de forma significativa em relação ao ano anterior. A adesão por outros órgãos passou de 302 atas, em 2011, para 107, em 2012. Já a utilização de atas de outros órgãos passou de 51, em 2011, para 15, em 2012.

QUADRO 50  
Compras e contratações

Atividades	Quantidade
Dispensas de licitação	168
Inexigibilidades de licitação	99
Inclusões de empresas no cadastro de fornecedores	22
Atualizações de dados de empresa cadastrada	945
Lançamentos de penalidades de empresas no cadastro de fornecedores	97
Cartas de capacidade técnica emitidas	32

Neste exercício, houve uma inversão nos quantitativos de dispensas e inexigibilidade, em decorrência de novo enquadramento para a contratação de cursos de valores inferiores a R\$ 8.000,00 (inexigibilidade de licitação), prevista no art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei 8.666/1993, dispensada publicação conforme Acórdão TCU 1336/2006 – Plenário, acolhido nos Acórdãos TCU 938/2010 – Plenário e 745/2011 – Segunda Câmara e Nota Técnica 005/2012.



## LAVRATURA DE INSTRUMENTOS DE CONTRATOS E CONGÊNERES

## QUADRO 51

## Lavratura de novos instrumentos por tipo de instrumento

Tipo de instrumento									TOTAL
Acordo de cooperação	Autorização de uso	Cessão de uso	Contrato	Convênio	Permissão de uso	Termo de adesão	Termo de compromisso	Termo de cooperação	
3	1	1	130	9	2	1	1	3	151

## QUADRO 52

## Lavratura de contrato por tipo de objeto

Tipo de objeto					TOTAL
Prestação de serviços	Locação de mão de obra	Locação de imóveis/ concessão de uso	Aquisição de material	Obras e serviços de engenharia	
47	5	2	73	3	130

## QUADRO 53

## Lavratura de termos aditivos por tipo de instrumento

Tipo de instrumento									TOTAL
Acordo de cooperação	Autorização de uso	Cessão de uso	Contrato	Convênio	Permissão de uso	Termo de adesão	Termo de compromisso	Termo de cooperação	
2	–	1	141	2	–	–	3	–	149

## QUADRO 54

## Lavratura de apostilamento e rescisão por tipo de instrumento

Tipo	Contrato	Convênio	Permissão de uso	TOTAL
Apostilamento	21	–	–	21
Rescisão	9	–	1	10



NOTAS FISCAIS, PEDIDOS DE REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO E  
PROCESSOS DE PENALIDADES

QUADRO 55

Quantitativo de notas fiscais analisadas, de pedidos de reajuste, repactuação e reequilíbrio distribuídos e de processos de penalidade autuados

Tipo	Quantidade
Análise de notas fiscais	2.262
Distribuição de pedidos de reajuste, repactuação e reequilíbrio	23
Autuação de processos de penalidades	22

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O Tribunal, para dirigir e executar as atividades relativas à execução orçamentária e financeira dos recursos provisionados nas Unidades Gestoras 90027 – TRF 1ª Região e 090049 – TRF 1ª Região Precatório/RPV, realizou as atividades relacionadas no quadro a seguir.

QUADRO 56

Gerenciamento de documentos orçamentários e financeiros

Atividades	Quantidade
Emissão de nota de empenho (NE)	1.923
Emissão de ordem bancária (OB)	7.293
Emissão de documento de arrecadação da Receita (ISS)	1.536
Emissão de documento de arrecadação da Receita Federal (DARF)	3.513
Emissão de guia da previdência social (GPS)	541
Emissão de nota de lançamento (NL)	1.237
Emissão de nota de sistema (NS)	2.890
Emissão de documento de programação financeira (PF)	224



## MATERIAL E PATRIMÔNIO

- Gestão de material de consumo

QUADRO 57  
Gestão de material

Atividades	Quantitativo
Demanda de material de consumo	5.009
Aquisições e incorporações de material permanente	4.635
Fornecimento de material permanente	4.097

- Material de consumo

No decorrer de 2012, a gestão de material de consumo, especialmente aqueles bens de uso comum, passou a ter rígidos controles de fluxo (ponto máximo, ponto de pedido, ponto crítico e ponto mínimo), como forma de melhor gerenciar as quantidades de bens em estoque. A ação permite que alguns produtos, mais volumosos e pesados, que ocupam grandes áreas de depósitos, sejam comprados em menores quantidades e em intervalos de tempo mais reduzidos.

- Material permanente

Houve substancial aquecimento na distribuição de bens móveis em 2012, notadamente em razão da aquisição de grande quantidade de mobiliário para as unidades administrativas e gabinetes, tais como: poltronas, mesas, cadeiras, estações de trabalho etc., que substituíram objetos das primeiras aquisições do Tribunal, muitos deles sem condições de utilização. Registrou-se uma entrada de 4.635 itens contra uma saída de 3.282.

- Desfazimento de bens

Decorrência lógica da substituição de mobiliário neste exercício, o acúmulo de materiais em desuso nos depósitos do Tribunal, somados aos materiais acondicionados nos anos anteriores, resultou, em 20/12/2012, em 4.241 itens tombados em armazenamento.

Desse acervo, mais de 80% se referem a materiais usados e, na grande maioria, passíveis de doação por inservibilidade, ociosidade e antieconomicidade em sua manutenção. No entanto, como o Tribunal vem dando continuidade ao plano de desfazimento de bens iniciado em 2010, voltado à destinação útil, provavelmente, em breve, o acervo será reduzido.



## QUADRO 58

## Desfazimento de bens por tipo de procedimento

Cessão	Doação	Baixa	TOTAL
442	2.783	57	3.282

- Resultados alcançados
- Parte do imóvel do Saan ocupada por material permanente foi desocupada; parte dos depósitos do edifício Adriana foi destinada aos materiais que estavam mal armazenados. Mais de 800 m<sup>2</sup> de área foram destinados ao armazenamento de materiais novos.
- Racionalização nas ocupações de espaços, especialmente para o armazenamento de 3.150 microcomputadores e 6.300 monitores de vídeo que estão sendo cedidos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e em fase de recebimento (806 micros e 410 monitores foram tombados até o momento).
- Áreas nobres para armazenagens de produtos que exigem critérios mais rigorosos de segurança, antes ocupados com materiais em desuso e já indicados para baixa (muitos por obsolescência ou por antieconomicidade), foram realocadas para receber esses materiais, primando-se por um tratamento diferenciado aos produtos novos, caros e pequenos.

## COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

O apoio às áreas administrativas e judicantes, no tocante à realização de autuações, às remessas e ao recebimento de documentos, à tiragem de cópias e aos serviços de telecomunicações, foi prestado buscando coadunar os recursos humanos com a infraestrutura existente.

- Autuação de processos administrativos

No decorrer do ano, foram autuados 9.008 processos administrativos. O quantitativo manteve-se praticamente estável, aproximadamente 0,5% superior ao ano anterior.

- Publicação de matérias

A iniciativa de contratação de nova empresa para a publicação de matérias em jornal local e jornal de grande circulação, desde setembro de 2012, representou retração de 50% com relação às despesas de publicações realizadas com a empresa anterior.

Vale ressaltar que os créditos orçamentários disponibilizados para a publicação de matérias no Diário Oficial têm-se apresentado insuficientes para fazer frente a todas as despesas. Aditamentos de acréscimo de valor têm sido frequentes. Em 2012, as despesas com publicação de matérias totalizaram R\$ 138.962,00.



QUADRO 59  
Publicação de matérias

Modalidade	Quantidade
Diários oficiais	411
Outros jornais	76
<b>TOTAL</b>	<b>487</b>

■ Tramitação de documentos

Em comparação a 2011, houve uma redução de 5% no quantitativo de postagens. A redução da utilização dos serviços de Sedex, contrabalançada por um aumento na utilização dos serviços PAC, ocasionou o custo ligeiramente inferior. Boa parte dessa nova situação resultou da baixa de processos judiciais à origem. A despesa com serviços postais totalizou R\$ 2.488.499,00.

QUADRO 60  
Documentos postados

Modalidade	Quantidade
Via malote	54.086
Encomenda	16.155
Outras modalidades	50.863
<b>TOTAL</b>	<b>121.104</b>

■ Processos baixados à origem

QUADRO 61  
Baixas de processos por destino da remessa

Destino da remessa	Quantidade
1ª Região	55.298
Comarcas e demais tribunais	31.554
<b>TOTAL</b>	<b>86.852</b>



- Envio de documentos com entrega em mãos

A retração, em torno de 36%, em relação a 2011, no quantitativo de documentos com entrega em mãos — documentos enviados por meio de viatura própria do Tribunal — demonstra os reflexos da maior utilização dos instrumentos virtuais de comunicação institucional adotados pelo Tribunal.

QUADRO 62

Envio de documentos com entrega em mãos

Destino	Quantidade
Outros órgãos	12.863
Entre edifícios do TRF 1ª Região	9.901
<b>TOTAL</b>	<b>22.764</b>

- Recebimento e distribuição de documentos

121

QUADRO 63

Documentos recebidos

Via de recebimento	Quantidade
Malote	52.598
Correios	106.262
Em mãos*	9.691
<b>TOTAL</b>	<b>168.551</b>

\*Diários oficiais, revistas e jornais, documentos fiscais.

- Serviços reprográficos

QUADRO 64

Receita gerada com fornecimento de cópias reprográficas e autenticações

Serviço prestado	Receita (R\$)
Fornecimento de cópias reprográficas	28.167,00
Autenticação	1.151,00
<b>TOTAL</b>	<b>29.318,00</b>



■ Serviços de telecomunicações

QUADRO 65

Telegramas transmitidos e petições recebidas via fax

Serviço de telecomunicação	Quantidade
Telegramas transmitidos	1.395
Fax recebido com petição	2.816

TERMOS DE COOPERAÇÃO

QUADRO 66

Termos de cooperação firmados

Data de início	Data de término	Instituição	Objeto
10/12/2012	10/12/2017	Banco do Brasil S/A	Troca de informações e prestação de serviços concernentes ao pagamento, em folha, dos rendimentos do Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – aos servidores do TRF 1ª Região inscritos no programa.
15/08/2012	15/01/2013	Conselho Nacional de Justiça	Cooperação entre os partícipes com vistas a regulamentar o pagamento, em caráter provisório, das diárias dos magistrados que atuam no projeto Mutirão “Judiciário em Dia” do TRF 1ª região.
05/09/2012	05/09/2017	Departamento de Polícia Federal	Promover a cooperação técnica e operacional entre os partícipes, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o treinamento de recursos humanos, desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações, bem como planejamento e desenvolvimento institucional.





Data de início	Data de término	Instituição	Objeto
21/08/2012	21/08/2017	Departamento de Polícia Federal	Cooperação mútua dos partícipes com vistas à prevenção e à repressão da criminalidade no Brasil, no intercâmbio eletrônico de informações, compreendendo o acesso recíproco aos sistemas implantados e em funcionamento em qualquer dos órgãos envolvidos que possibilitem consulta à folha de antecedentes criminais, procurados e impedidos, cadastro de veículos, passaportes, cadastro de estrangeiros, dados sobre inquéritos judiciais, decisões judiciais criminais, recolhimento e soltura de presos e, especificamente, a utilização da Integração Nacional de Informação de Justiça e Segurança Pública – infoseg e do Sistema Nacional de Informações Criminais – Sinic, bem como consulta à polícia criminal internacional – interpol.
09/03/2012	09/03/2013	Seção Judiciária do Estado do Piauí	Cooperação, segundo o disposto no art. 7º, IV, da Resolução 125-CNJ, para estabelecer parcerias entre os segmentos do Poder Judiciário da União e do estado do Piauí para instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflito e Cidadania por meio do Centro Nacional de Cultura da Justiça Federal – Cenajus.
21/05/2012	21/05/2017	Supremo Tribunal Federal	Integrar o sistema informatizado de processamento de feitos utilizado no TRF 1ª Região e peças das respectivas turmas recursais dos juizados especiais ao sistema informatizado de processo eletrônico (e-STF, processamento eletrônico), ao STF, por meio da solução simplificada de integração <i>smart client/web service</i> .
21/06/2012	21/06/2017	Supremo Tribunal Federal	Compartilhamento de conhecimentos, sistemas e infraestrutura para certificação digital.



## GESTÃO DOCUMENTAL

### ■ Jurisprudência

A fim de promover a atualização do banco de jurisprudência, em 2012, foram acrescentados 350 acórdãos ao repositório oficial de jurisprudência do Tribunal e incluídos os seguintes enunciados de súmulas: 27 do STJ; 6 do TRF 2ª Região; 3 do TRF 3ª Região; 1 do TRF 4ª Região; 1 do TRF 5ª Região.

Foi realizada, ainda, a sistematização e o acompanhamento semanal de 859 temas relativos à repercussão geral e recursos repetitivos.

QUADRO 67

Jurisprudência (publicações)

Publicações	Periodicidade	Tiragem (exemplares)	Publicação na internet/intranet	Número de edições
Cartazes de anúncios da Revista	mensal	240	Não	–
Revista do Tribunal	mensal	1.200	Sim	9
Boletim de Jurisprudência	semanal	–	Sim	43 (n. 167 ao 209)
Ementário de Jurisprudência	semanal	–	Sim	39 (n. 820 ao 858)

124

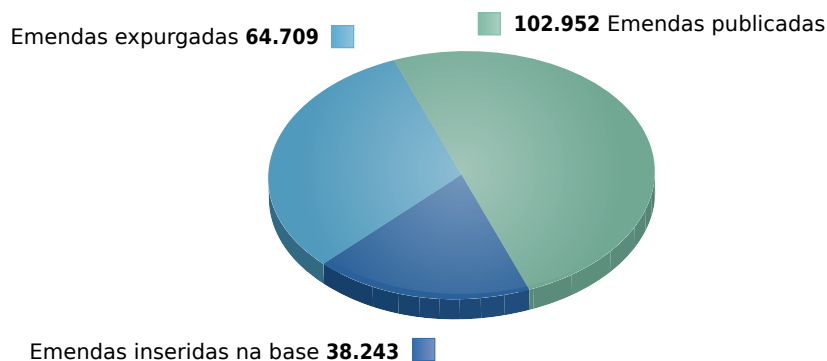
QUADRO 68

Base de jurisprudência (indexação)

Documentos incluídos	Documentos analisados	Documentos pendentes
36.155	19.077	3.469

GRÁFICO 10

Acórdãos processados





■ ARQUIVOS

QUADRO 69  
Processos e documentos arquivados

Espécie/tipo/classe	2011	2012
Processos judiciais	4.712	15.211
RPVs	29.664	38.065
Precatórios	2.851	873
TOTAL	37.227	54.149

O acréscimo de 45%, em relação ao ano anterior, no total de processos judiciais arquivados, deveu-se ao grande número de agravos recebidos a partir da edição pelo Tribunal da Resolução de 10 de junho de 2011, que tratava da baixa e do arquivamento dos agravos de instrumento. Essa Resolução foi revogada pela Resolução Presi/Secju 18, editada em agosto, regulamentando o arquivamento e a eliminação dos agravos.

QUADRO 70  
Arquivamento de processos

Tipo	Arquivados	Desarquivados	Rearquivados
Processo judicial	15.211	653	527
Processo administrativo	2.002	1.641	–

Foram arquivados, ainda, 873 precatórios e 38.065 RPVs.

Com o objetivo de ganhar espaço e organizar os processos, foi realizado o remanejamento de 12.256 processos de guarda permanente dos processos judiciais.

Atualmente o arquivo conta com 1.000 caixas-arquivo com processos judiciais no chão do acervo do Saan, o que equivale a 167 metros lineares.

Em relação ao arquivo administrativo, há um passivo de 1.153 caixas-arquivo sem classificação, que representam um montante de 19.576 processos pendentes de classificação e reacondicionamento em caixas-arquivo com a respectiva temporalidade.

■ DESCARTE

Em 2012 não houve descarte de processos. Contudo, diversos trabalhos foram realizados com vistas a permitir futuros descartes.

No que tange aos processos administrativos, o Sistema de Acompanhamento de Processos Administrativos (Sispra) apontou a possibilidade de eliminação de 474 processos.



Após a análise, reclassificação e compatibilização dos assuntos com a tabela do PCTT, foram selecionados 171 processos a serem incluídos no edital de eliminação.

Quanto aos processos judiciais, em razão da edição da Resolução Presi/Cenag 18/2012, foi iniciado o tratamento dos agravos de instrumento e os preparativos para o descarte desses processos. Pretende-se eliminar 1.167, correspondentes a um ganho de 32,78 metros lineares de espaço físico no arquivo.

Ainda foi realizado o trabalho de higienização de 995 autos findos do acervo de guarda permanente relativo ao descarte de 2011.

#### ■ MEMORIAL

Todos os terminais, expositores e painéis do Memorial foram atualizados.

No terminal Vídeos Institucionais, foi inserido vídeo contendo a entrevista do desembargador federal Souza Prudente para a TV Câmara sobre a abertura dos arquivos da Guerrilha do Araguaia.

O terminal Linha do Tempo contou com a inserção dos acontecimentos mais relevantes do TRF 1ª Região até outubro de 2012.

No terminal Desembargadores, foram incluídos os dados biográficos dos novos membros do Tribunal: Néviton Guedes, Kassio Nunes Marques e Novély Vilanova e no painel Desembargadores incluídas as respectivas fotografias.

No painel Servidores, foram incluídas fotos de eventos realizados até outubro deste ano.

No expositor, incluiu-se o livro *Memória dos concursos públicos para provimento de cargo de juiz federal substituto da Primeira Região* e foram afixados mais seis quadros dos croquis do projeto da nova sede do Tribunal.

Durante o ano, 1.016 pessoas visitaram o Memorial.

#### ■ BIBLIOTECA ADHEMAR MACIEL

Foram incluídos 1.614 exemplares de livros no acervo da Biblioteca, sendo 1.455 novos registros, 25 materiais especiais e 681 artigos de periódicos da Revista do TRF 1ª Região.

### QUADRO 71

Atualização do acervo (livros e periódicos adquiridos)

Unidades	Livros adquiridos
Biblioteca (livros nacionais)	1.321
Gabinetes	306
Unidades administrativas	70
Título de periódicos renovados	40



## QUADRO 72

Atualização de acervos (valores gastos)

Categoria	TOTAL (R\$)
Livros nacionais	128.016,00
Periódicos	55.270,98
TOTAL	183.286,98

## QUADRO 73

Atendimento ao usuário da Biblioteca

Serviços	TOTAL
Pesquisas legislativas e bibliográficas	735
Circulação (empréstimo/devolução/renovação) de obras internamente	7.436
Empréstimos interbibliotecários solicitados	42

**Ações de destaque**

- Realização do 2º Encontro da Rede de Bibliotecas da Justiça Federal da 1ª Região, com o objetivo de otimizar os serviços, envidar esforços do TRF e de diretores de foro para a disponibilização de orçamento, aquisição de material bibliográfico e participação dos bibliotecários das seccionais em treinamentos e seminários.
- Participação no grupo de trabalho para implementação da Lei de Acesso à Informação criado pela Portaria Presi/Cenag 227, de 15/06/2012.
- Realização da exposição O ordenamento jurídico brasileiro.
- Realização do I Festival Literário do TRF (Flit), de 24/10 a 06/11, com palestras, sorteios de livros e exposição.
- Organização da Semana do Bibliotecário, com palestra e exposição.
- Revisão de citações e referências de 248 artigos publicados nas Jornadas da Esmaf.
- Publicação de 6 números do Boletim Informativo da Biblioteca.
- Elaboração do curso Conservação, Patrimônio e Memória Institucional, totalizando 20 horas, a ser ministrado na modalidade a distância pela UniCorp.
- Elaboração e publicação de 42 edições do Alerta Dibib.
- Inclusão de 1.106 exemplares de periódicos.
- Inclusão de 28 títulos novos de periódicos no sistema.
- Tratamento de conservação iniciado nas obras da Coleção Depositária.



- Formação da Coleção Memória da Biblioteca.
- Seleção e formatação de 41 matérias para o Alerta em Destaque.
- Inclusão de 528 normas no sistema.
- Identificação de 15 leis com alterações do Código Civil, Código de Processo Civil, Código de Processo Penal, Código Penal e da Consolidação das Leis de Trabalho para os gabinetes.
- Inclusão do inteiro teor de 635 normas.
- 7 atualizações da Legislação Varas.

### **Rede Pergamum**

Verificação de 43.130 acervos de livros no sistema Pergamum e identificação de 9.046 acervos em duplicidade que devem ser unificados.

Inclusão de 833 autoridades no sistema Pergamum.

### **Bibliografias temáticas**

Identificação de assuntos de interesse da Justiça Federal divulgados na imprensa e divulgação de bibliografia sobre o tema aos gabinetes. Em 2012 foram identificados os seguintes assuntos: sequestro internacional parental, crime organizado e jurisprudência sobre sequestro infantil.

### **Produção de material bibliográfico**

Elaboração de dois artigos em conjunto com a Secor: “Gestão da meta informação custos como indicador de resultados: um estudo de caso no TRF 1ª Região”, o qual foi selecionado para o X Seminario Gestión Judicial, do Centro de Estudios de Justicia de las Américas (Ceja), realizado em Buenos Aires, na Argentina, e “A mudança cultural no TRF1 rumo à ampliação do acesso ao jurisdicionado — o caso do Sistema de Informações Gerenciais e de Custos da 1ª Região (Sigcustos)”, para o VI Congreso de Costos del Mercosur, organizado pela Asociación Uruguaya de Costos (Aurco), em Montevideu, Uruguai.

## **AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS**

- Programa Justiça Sustentável

O programa Justiça sustentável do TRF 1ª Região tem por objetivo auxiliar na redução dos impactos negativos sobre o meio ambiente gerados em decorrência das atividades gerenciais do Tribunal. Busca colaborar na proposição de metas voltadas ao uso racional dos recursos materiais, humanos e tecnológicos, por meio de ações de treinamento e conscientização do corpo funcional da Casa.

Em 2012, o programa promoveu ações de conscientização ambiental mediante a divulgação de cartazes e pôsteres alusivos às principais datas comemorativas de natureza socioambiental.



Em março, por ocasião da celebração do Dia Mundial da Água (22), foi elaborado fôlder eletrônico, com o objetivo de chamar a atenção para a importância da preservação desse bem natural à manutenção da vida. Em junho, foi divulgado cartaz eletrônico alusivo à Semana do Meio Ambiente.

Em setembro, a Comissão Justiça Sustentável elaborou cartaz com a finalidade de registrar as comemorações de natureza ambiental do mês: Dia Nacional do Cerrado (01), Dia Mundial da Amazônia (05) e Dia da Árvore (21). Os cartazes foram afixados nas portarias dos edifícios que compõem o complexo predial do TRF 1ª Região. Além da afixação dos cartazes, as datas foram celebradas por meio de mensagem eletrônica encaminhada a todos os *e-mails* do Tribunal, bem como por nota elaborada pela Assessoria de Comunicação (Ascom) e divulgada no informativo *Primeira Região Hoje*.

Além da divulgação das principais datas comemorativas, o programa também promoveu a exibição do filme *Lixo extraordinário*, acompanhada da distribuição de mudas de árvores típicas do cerrado, como parte dos eventos realizados no Tribunal em celebração do Dia do Servidor Público.

Na esfera das normatizações internas de caráter socioambiental, foi apresentada minuta de alteração da Portaria Presi/Cenag 368 de 16/09/2010, com o objetivo de ajustar a denominação do programa — anteriormente designado TRF Socioambiental —, bem como promover as demais adequações concernentes à sua estrutura e competência. Saliente-se, sobre esse aspecto, que as alterações propostas ainda estão em fase de análise pela área competente.

- Rio+20 e ações em defesa do meio ambiente na Amazônia Legal

O TRF 1ª Região se fez presente, de 13 a 22/06/2012, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no Rio de Janeiro/RJ. Isso em razão de exercer jurisdição sobre os estados da Amazônia Legal, que está entre as quatro regiões da Terra responsáveis pela manutenção do equilíbrio climático do planeta. Pelo Tribunal, participaram de eventos e mostraram ações desenvolvidas pela Corte em defesa do meio ambiente o desembargador federal Souza Prudente, o juiz federal titular da Vara Federal Ambiental e Agrária de Manaus, Dimis Braga, e a servidora Tatiana Wokmer Roveré Montezuma, autora do Projeto Amazônia: TRF da 1ª Região em defesa do meio ambiente.

O TRF 1ª Região ocupou espaço no estande do Amazonas/AM, conforme o estabelecido entre o Tribunal, o Ministério das Relações Exteriores, por meio da Coordenação de Relações Institucionais com o Poder Judiciário/Comitê Nacional de Organização da Rio+20 e aquele Estado. Participaram do evento também representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do TRF 4ª Região, da Justiça Regional do Trabalho da 1ª Região – Rio de Janeiro/Conselho Superior da Justiça do Trabalho, da Defensoria Pública/RJ e do Tribunal de Contas da União.



Na ocasião, o desembargador Souza Prudente, como membro integrante da delegação oficial brasileira na Rio+20, participou de palestra, no Riocentro, sobre o combate ao desmatamento na Amazônia Legal brasileira. Esteve ainda na reunião das delegações oficiais em Mangaratiba/RJ, em que foram discutidas questões envolvendo a proteção dos biomas da Terra.

Importante frisar que, na Rio+20, o então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto, ao conversar com o juiz federal Dimis Braga, no estande da Justiça, disse que “a Justiça brasileira vive novos tempos, com a existência de varas ambientais”. Ele não escondeu a preocupação com a limitação dos recursos naturais e com o uso indevido que a população está fazendo deles.

O juiz federal Dimis Braga, durante palestra realizada no Parque dos Atletas, expôs ao público o trabalho exercido, na Vara Federal Ambiental e Agrária de Manaus/AM, em defesa do meio ambiente. E, ao participar da solenidade de entrega do prêmio “Chico Mendes de Florestania”, do estado do Acre, à atriz Christiane Torloni — da liderança do movimento dos artistas intitulado “Amazônia para Sempre” —, conversou com ela sobre os resultados da implantação da vara especializada haja vista que os artistas apoiaram a criação e instalação desse modelo de Justiça no norte do país.

No espaço do TRF 1ª Região, foi distribuído aos visitantes pôster contendo informações sobre os estados da Amazônia Legal sob jurisdição do Tribunal e também foi exibido vídeo sobre as agressões ao meio ambiente na Região Norte do Brasil.

Entre os visitantes, constaram o ex-ministro do Meio Ambiente e atual deputado estadual e secretário do Ambiente do Rio de Janeiro/RJ, Carlos Minc; o ator integrante do movimento “Amazônia para Sempre” Victor Fasano; o desembargador federal da 4ª Região que, por sete anos, foi juiz titular da Vara Federal Ambiental Agrária e Residual de Porto Alegre/RS, Cândido Alfredo Silva Leal Júnior; e o coordenador do Fórum Empresarial Rio+20, advogado Francisco Carrera, também defensor de Justiça especializada em meio ambiente.

#### ■ Vara Ambiental e Agrária em Santarém

A direção do TRF 1ª Região instalou, em 2012, vara federal ambiental e agrária em Santarém, no Pará, a fim de dar mais agilidade ao julgamento dos processos ambientais, muitos dos quais tramitavam em varas contendo temas diversos. Essa foi a sexta vara especializada na matéria, instalada na Amazônia Legal. As primeiras foram instaladas em Belém (2010) e Marabá (2011), no Pará; em Manaus (2010), no Amazonas; em Porto Velho (2010), em Rondônia, e em São Luís (2010), no Maranhão.

As varas especializadas foram instaladas em cumprimento à decisão do Conselho da Justiça Federal (CJF), em 14/04/2010, relativa à distribuição de 230 varas federais, em todo o país, até 2014. Isso, em conformidade com a Lei 126/2009, de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Dessas 230 varas, seis foram destinadas a questões ambientais e agrárias no norte do país, em resposta à demanda social e à necessidade de preservação do meio ambiente.





#### ■ Projeto Cerrado

O Projeto Cerrado: TRF 1ª Região em Defesa do Meio Ambiente começou a ser elaborado em 2012, com o apoio da direção do TRF 1ª Região. Visa à defesa do meio ambiente nos estados onde o cerrado se faz presente, ou seja, em Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Piauí, Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (este sob jurisdição do TRF 3ª Região), além do Distrito Federal.

A ideia é mostrar, por meio de estudos do corpo acadêmico da Universidade de Brasília (UnB), que a devastação ambiental desse bioma já é maior do que a apresentada na Amazônia Legal. E essa situação, estudada pela academia, casa com o revelado pelas estatísticas do Tribunal. Os dados acusaram aumento significativo de processos versando sobre agressões ao meio ambiente, nos estados onde há cerrado, principalmente, em Minas Gerais.

Haja vista o exposto, a sugestão é a de que o TRF 1ª Região especialize varas federais em direito ambiental e agrário nos estados com o maior número de infrações e crimes ambientais. Outra possibilidade é o Tribunal envidar esforços na criação de mais varas federais especializadas na matéria, desde a origem, no Congresso Nacional. Para isso, deve-se sempre ter em mente o dever de cumprir o art. 225 da Constituição Federal.

#### CONTROLE INTERNO

O Tribunal, sempre buscando manter seu direcionamento em estreita obediência aos preceitos legais, realizou o controle prévio e concomitante dos atos de gestão administrativa, coordenando as atividades de planejamento, acompanhamento, avaliação e desenvolvimento da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos atos e fatos de gestão praticados no Tribunal e orientando as seções judiciais nesse mesmo sentido.

Em relação ao controle externo, acompanhou o Tribunal de Contas da União (TCU) na realização de auditoria na folha de pagamento de servidores e magistrados do TRF 1ª Região e da Seção Judiciária do Distrito Federal, determinada pelo Acórdão 1.951/2012 – Plenário. Acompanhou ainda as atividades de auditoria sobre pagamento de passivos na Justiça Federal de 1º e 2º graus da 1ª Região, autorizada pelo então presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministro Ari Pargendler, conforme Portaria CF-POR-2012/00194, em razão da publicação do Acórdão TCU 1.485/2012 – Plenário.

Ao encontro da política de transparência dos órgãos públicos, elaborou e encaminhou, para a aprovação do Conselho de Administração, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Tribunal e das seccionais que o integram. Após aprovado, o RGF, com o demonstrativo da despesa com pessoal, foi devidamente cadastrado no Sistema de Coleta de Dados Contábeis e Fiscais dos Entes da Federação (SISTN).



No decorrer do ano, foram expedidas mais de 900 respostas a consultas formuladas tanto no âmbito do Tribunal como no das seccionais, buscando-se uniformizar informações de interesse comum às fiscalizações contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

QUADRO 74

Quantitativo de respostas a consultas das seccionais da 1ª Região

Unidades	TOTAL	Percentual
Seção Judiciária do Acre	60	6,40%
Seção Judiciária do Amazonas	114	12,17%
Seção Judiciária do Amapá	53	5,66%
Seção Judiciária da Bahia	86	9,18%
Seção Judiciária do Distrito Federal	65	6,94%
Seção Judiciária de Goiás	97	10,35%
Seção Judiciária do Maranhão	60	6,40%
Seção Judiciária de Mato Grosso	56	5,98%
Seção Judiciária de Minas Gerais	67	7,15%
Seção Judiciária do Pará	73	7,79%
Seção Judiciária do Piauí	44	4,70%
Seção Judiciária de Rondônia	63	6,72%
Seção Judiciária de Roraima	46	4,91%
Seção Judiciária do Tocantins	53	5,66%
TOTAL	937	100,00%

#### ■ Verificação e análise

As atividades de verificação e análise da documentação comprobatória de despesas, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência da gestão, foram realizadas com base em processos administrativos selecionados por amostragem. Quando da constatação de falhas, impropriedades ou irregularidades, foram elaboradas informações, relatórios ou diligências contendo as orientações necessárias ao saneamento e recomendações para adoção de medidas corretivas e preventivas, nas áreas a seguir relacionadas.



■ Despesas com pessoal

QUADRO 75

Quantitativo de processos de admissão, aposentadoria e pensão

Assunto relacionado	Processos analisados	Diligências expedidas	Atos encaminhados ao TCU via Sisac	Atos julgados legais pelo TCU
Nomeação de servidor ou magistrado	576	66	492	376
Concessão de aposentadorias	98	89	94	106
Concessão de pensões estatutárias	13	09	08	21
<b>TOTAL</b>	<b>687</b>	<b>164</b>	<b>594</b>	<b>503</b>

O exame da legalidade e da legitimidade dos atos de gestão que resultaram em despesas ou receitas com a folha de pagamento de pessoal foi feito por meio da conferência de demonstrativos de cálculo-resumo referentes aos meses de janeiro a dezembro de servidores selecionados por amostragem (360 servidores/mês).

QUADRO 76

Quantitativo de processos de folha de pagamento e exercícios anteriores

Assunto relacionado	Processos analisados	Informações ou relatórios expedidos	Consultas respondidas (TRF e seccionais)
Folha de pagamento de pessoal, ajuste de contas, cálculo de proventos e direitos dos servidores	335	163	464
Despesa de exercícios anteriores	329	248	5
<b>TOTAL</b>	<b>664</b>	<b>411</b>	<b>469</b>

■ Auxílio ao controle externo

Foram adotadas providências para atender às determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) dirigidas à Justiça Federal da 1ª Região, expedidas em acórdãos e diligências, num total de 20 acórdãos e 17 diligências.



QUADRO 77  
Atendimento aos acórdãos do TCU

Acórdão TCU	Documento de referência	Ofício Secoi	Data de Atendimento	Detalhe
2.892/2010	OF/SEFIP 352, de 23/11/2011	30	16/01/2012	Atende determinação da ministra Ana Lúcia Arraes de Alencar, relatora do Processo de Auditoria TC-00.0689/2011-4, referente ao relatório preliminar da auditoria realizada no período de 24/01 a 18/07/2011.
520/2011	Controle 43.764, de 23/11/2011	67	24/01/2012	Aditamento ao OF SECOI 416, de 14/12/2011, em razão de determinação do Acórdão 520/2011-TCU – Primeira Câmara.
		125	16/02/2012	Aditamento ao OF/SECOI 416/2011, referente ao cumprimento das determinações do AC 520/2011 para ciência de beneficiária de pensão.
2760/2011	Controle 42.401, de 31/10/2011	124	16/02/2012	Aditamento ao OF/SECOI 415/2011, referente ao cumprimento das determinações do AC 2.760/2011 para ciência de beneficiários de pensão.
3.167/2011	Controle 44.736, de 28/12/2011	77	26/01/2012	Atendimento à diligência expedida no Controle 44.736-TCU/SEFIP, de 28/12/2011, que trata do cumprimento das determinações constantes no Acórdão 3167/2011-TCU - Plenário, referente à supressão da parcela “VPNI Localidade” de magistrados.
		89	31/01/2012	Encaminha resposta da SJ/MT em atendimento à diligência expedida no Controle 44.736-TCU/SEFIP, de 28/12/2011, que trata do cumprimento das determinações constantes no Acórdão 3.167/2011-TCU – Plenário, referente à supressão da parcela “VPNI Localidade” de magistrados.
9.235/2011	Controle 42.225, de 27/10/2011	123	16/02/2012	Aditamento ao OF/SECOI 417/2011, referente ao atendimento do Acórdão 9.235/2011.
10.266/2011	Controle 45051, de 06/01/2012	210	25/04/2012	Atende diligência do Controle 45051-TCU/SEFIP referente ao Acórdão 10.266/2011.
10.267/2011	Controle 45.053, de 03/01/2012	202	18/04/2012	Atende diligência remetida por meio do Controle 45.053-TCU/SEFIP, referente ao Acórdão 10.267/2011.
		343	17/07/2012	Aditamento ao OF/SECOI 202 para atender ao Acórdão 10.267/2011.
37/2012	Controle 45.650, de 25/01/2012	122	16/02/2012	Atende ao Controle 45.650, referente ao Acórdão 37/2012, encaminhado por meio do Sisac.
614/2012	Aviso 9/SESES/TCU	211	25/04/2012	Atendimento ao Aviso 9/SESES/TCU, referente ao Acórdão 614/2012.
1.452/2012	Controle 48.220, de 02/04/2012	299	12/06/2012	Atendimento à diligência do controle TCU/SEFIP 48220, referente ao Acórdão 1.452/2012, Primeira Câmara.



Acórdão TCU	Documento de referência	Ofício Secoi	Data de Atendimento	Detalhe
1.951/2012	OF/SEFIP 441, de 24/08/2012	413	27/09/2012	Atenção ao disposto no Ofício 441/2012-TCU/SEFIP, de 24/08/2012. Auditoria da Fopag.
		439	17/10/2012	Em aditamento ao OF/SECOI 413, de 27/09/2012, encaminha CD contendo o arquivo TRF_ARQ1_V4, com as devidas correções solicitadas, para atender Ofício 441/2012-TCU/SEFIP, de 24/08/2012.
		481	28/11/2012	Em aditamento ao OF/SECOI 439, de 17/10/2012, encaminha CD contendo os arquivos TRF_ARQ1_V5 e TRF_ARQ2_V5, com as devidas correções solicitadas, para atender o Ofício 441/2012-TCU/SEFIP, de 24/08/2012.
2.506/2012	Controle 50.544, de 15/05/2012	342	17/07/2012	Atendimento à diligência expedida por meio do Controle 50.544 referente ao Acórdão 2.506/2012.
2.842/2012	Controle 51.495, de 26/07/2012	372	15/08/2012	Aditamento ao OF/SECOI 351 para encaminhar documentação referente a magistrada.
2847/2012	Controle 51.495, de 29/05/2012	351	26/07/2012	Atendimento à diligência expedida por meio do Controle TCU/SEFIP 51.495, referente ao Acórdão 2.842/2012.
4.024/2012	Controle 55.434, de 16/08/2012	387	05/09/2012	Aditamento ao controle 55.434-TCU/SEFIP para informar o cadastramento de novos atos de admissão livres das irregularidades apontadas no Acórdão 4.024/2012.
5.001/2012	Controle 56.195, de 29/8/2012	401	19/9/2012	Em atendimento à diligência expedida por meio do Controle Processual 56.195-TCU/SEFIP, de 29/8/2012, informa atendimento às determinações constantes no Acórdão 5.001/2012-TCU-1ª Câmara.
		429	08/10/2012	Aditamento ao OF/SECOI 401, de 19/09/2012, para encaminhar a ciência das beneficiárias de pensão.
5.004/2012	Controle 56.222, de 29/08/2012	400	18/09/2012	Solicita prorrogação de prazo para atendimento ao Controle 56.222.
		428	08/10/2012	Atendimento à diligência 56.222 – com pedido de prorrogação do Of/SECOI 400/2012.
2.875/2012	Controle 60.425, de 12/11/2012	491	12/12/2012	Atendimento à diligência expedida por meio do controle 60.425-TCU/SEFIP, de 12/11/2012 para encaminhar a ciência dos pensionistas.
8.756/2012	Controle 61.039, de 26/11/2012	497	19/12/2012	Atendimento à diligência expedida por meio do controle 61.039-TCU/SEFIP, de 26/11/2012 para encaminhar a ciência dos pensionistas ao Acórdão 8.756/2012.



## QUADRO 78

## Atendimento às demais diligências do TCU

Diligência/Data	Ofício Secoi	Data de atendimento	Detalhe
OF/SEFIP 74, de 02/02/2012	126	16/02/2012	Atende ao OF/SEFIP 74/2011 e encaminha a TC-021.149/2006-8 referente à aposentadoria.
OF/SEFIP D2.582, de 12/03/2012	177	26/03/2012	Atende OF SEFIP D-2.582, referente a Averbação de Tempo de serviço.
	227	09/05/2012	Solicita prorrogação de prazo para atendimento ao OF SEFIP-D 2.582, referente a aposentadoria.
OF/SEFIP D2.671, de 26/03/2012	198	13/04/2012	Atende ao Ofício SEFIP D/2.671, de 26/03/2012, cujas informações complementares foram solicitadas à SJ/BA.
	243	18/05/2012	Responde diligência do OF SEFIP D-2.671, referente ao atendimento ao Acórdão 5.088/2009.
OF/SEFIP 224, de 02/04/2012	302	13/06/2012	Aditamento ao OF/SEFIP 224/2012 para informar a correção das inconsistências apontadas nos atos de admissão e desligamento de servidora.
OF/SEFIP D3.010, 26/04/2012	244	18/05/2012	Responde diligência do OF SEFIP D-3.010, referente a aposentadoria.
	278	01/06/2012	Aditamento ao OF/SECOI 244/2012 para encaminhar a documentação de aposentada.
OF/SEFIP D3.004, de 26/04/2012	245	18/05/2012	Atende diligência expedida por meio do OF SEFIP D-3.004, referente a aposentadorias.
	279	01/06/2012	Aditamento ao OF/SECOI 245/2012 para encaminhar documentação de magistrada.
	365	09/08/2012	Aditamento ao OF/Secoi 245, referente à diligência do OF/SEFIP/TCU D-3.004.
	379	23/08/2012	Aditamento ao OF/SECOI 245 para encaminhar a ciência de aposentada.
OF SEFIP D3.080, de 08/05/2012	253	24/05/2012	Atende ao OF SEFIP D-3.080, referente a aposentadoria.
	303	13/06/2012	Aditamento ao OF/SECOI 253/2012 para encaminhar a comprovação da ciência de servidor.
	419	28/09/2012	Aditamento ao OF/SECOI 253, de 24/05/2012, para encaminhar ciência do servidor.
OF/SEFIP 117, 08/05/2012	261	28/05/2012	Atende diligência do OF SEFIP-117 para encaminhar contracheques de magistrados.



Diligência/Data	Ofício Secoi	Data de atendimento	Detalhe
OF/SEFIP D3.123, de 14/05/2012	288	05/06/2012	Atende ao OF SEFIP D3.123 referente à documentação de servidores da SJPA.
	300	12/06/2012	Aditamento ao OF/SECOI 288/2012 para encaminhar a documentação de servidor.
OF/SEFIP D3.123-1, de 15/05/2012	287	05/06/2012	Atende OF SEFIP-D3.132-1 referente à documentação de servidora.
OF/SEFIP 169, de 08/06/2012	322	26/06/2012	Atendimento à diligência do OFICIO/TCU/SEFIP 169-2012, para encaminhar fichas de finanças de magistrados.
Circular SEFIP 312, de 19/06/2012	334	04/07/2012	Aditamento ao Ofício/SECOI 203, de 18/04/12, referente ao Ofício Circular 312/2012-SEFIP, de 19/06/2012, sobre gestores do Sisac.
OF/SEFIP/SEATEC 349, de 27/08/2012	420	02/10/2012	Atendimento ao Ofício SEFIP/SEATEC 349, de 27/8/2012, para informar o regime de previdência anterior à Lei 8.112/1990.
OF/SEFIP D4.399, de 03/10/2012	441	18/10/2012	Encaminha comprovação de tempo de aluno aprendiz de servidor.
	466	09/11/2012	Aditamento ao Of/SECOI 448, de 25/10/2012, para encaminhar documentação referente a pensões de ex-servidores.
OF/SEFIP D4.422, de 04/10/20	448	25/10/2012	Solicita prorrogação de prazo para atendimento à diligência do OF/SEFIP D-4.422, de 04/10/2012.
OF/SEFIP D4.423, de 04/10/2012	440	18/10/2012	Encaminha comprovação de tempo de serviço de magistrado.
OF/SEFIP D4.425, de 05/10/2012	453	30/10/2012	Atendimento à diligência do OF/SEFIP D-4.425, de 05/10/2012.
	470	16/11/2012	Aditamento ao OF/SECOI 453, para encaminhar documentação de pensão.

- Despesas com licitações, contratos, convênios e ajustes congêneres

Com vistas a analisar, avaliar, acompanhar e controlar as licitações públicas, os contratos, convênios e ajustes congêneres realizados pelo Tribunal, assim como orientar essas ações nas seções judiciárias vinculadas, a fim de comprovar a adequada aplicação dos recursos públicos, foram analisados processos administrativos diversos.



## QUADRO 79

Quantitativo de processos de licitações, contratos e ajustes congêneres

Assunto relacionado	Processos analisados	Informações ou relatórios expedidos	Consultas respondidas
Licitações e contratos administrativos	150	123	15
Despesas com contratações diretas (que não geraram termos de contrato)	218	206	–
Despesas com contratações diretas (que geraram termos de contrato, sendo 8 dispensas e 5 inexigibilidades de licitação)	13	13	1
Suprimento de fundos	16	10	1
Autorizações de viagens a serviço	242	157	9
Assistência judiciária	1	–	–
Ajuda de custo e despesas diversas	27	6	15
Despesas do Pro-Social	477	10	01
<b>TOTAL</b>	<b>1.144</b>	<b>525</b>	<b>42</b>

- Análise da execução da obra de construção da nova sede

Em cumprimento à Resolução CNJ 114/2009, que dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras no Poder Judiciário, houve o estreito acompanhamento da execução do contrato da obra para construção da nova sede do TRF 1ª Região. No exercício de 2012, foram analisados os processos de pagamento e de alterações contratuais concomitantemente à execução do atual contrato firmado com a Engefort Construtora. A medida visa a assegurar à Administração do Tribunal, a cada medição e pagamento de nota fiscal, a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, entre outras que venham a ser fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

- Análise e controle contábil

Com vistas ao registro da conformidade contábil, foram supervisionados os atos e fatos relacionados às gestões orçamentária, financeira e patrimonial do TRF 1ª Região e suas seccionais, tendo por base a análise de processos administrativos e consultas aos sistemas administrativos do TRF 1ª Região e do Governo Federal, ou seja, o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), o Siafi Gerencial e o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg).

- Análise contábil

Como resultado da análise contábil, apresentam-se a seguir algumas das principais informações expedidas:





- a) análise, acompanhamento e controle dos procedimentos contábeis relacionados ao encerramento do exercício de 2011 e abertura do exercício de 2012 no Siafi;
- b) análise e consolidação dos relatórios de prestação de contas e de gestão, encaminhados pelo Tribunal e pelas seções judiciárias da 1ª Região, para atender à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Prestação de Contas Ordinárias, respectivamente;
- c) organização do Processo de Prestação de Contas Ordinárias do Exercício de 2011 do Tribunal e de suas seções judiciárias, bem como acompanhamento do julgamento dos processos instaurados em exercícios anteriores;
- d) registro no Sisacont (Sistema de Acompanhamento Contábil) das informações, consultas e solicitações emitidas pelo Tribunal com a finalidade de acompanhar o atendimento das recomendações;
- e) emissão de informações resultantes das análises dos processos referentes à Baixa/Incorporação de Bens Móveis, Pagamento de Despesas e Classificação da Despesa antes da aquisição, assim como em respostas a questionamentos oriundos das seccionais integrantes da 1ª Região;
- f) acompanhamento e controle dos procedimentos contábeis referentes a contratos no âmbito da UG 090027 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em consonância com os dados do Siafi;
- g) reposição ao Erário, por desligamento de servidores;
- h) análise e acompanhamento das garantias contratuais (caução, fiança e seguro-garantia);
- i) acompanhamento e conciliação da conta 21261.00.00 – GRU – Valores em Trânsito para Estorno de Despesa referente à UG 90049 – Justiça Federal da Primeira Região – Precatórios/RPV, solicitando ao setor de execução a devida regularização;
- j) levantamento dos ressarcimentos, por meio de expedição de RPS, das despesas com honorários de peritos das seções judiciárias que compõem a 1ª Região em processos de JEFs.

## QUADRO 80

Quantitativo de processos analisados quanto ao aspecto da contabilidade

Documentos	Quantidade
Informações expedidas como resultado de análise de processos administrativos	385
Análise de processos administrativos que não geraram informação	214
Análise de processos de diárias no sistema e-AVS – Autorização de Viagem a Serviço	59
<b>TOTAL</b>	<b>685</b>



Para o acompanhamento das restrições contábeis registradas pela Setorial Contábil do Órgão – CJF na 1ª Região (AM, PA, MA, PI, BA, MG, MT, GO, DF, RO, AP, TO, RR e TRF – 090027, 090032 e 090049), utilizou-se, sobretudo, o Siafi.

#### QUADRO 81

##### Quantitativo de orientações contábeis expedidas

Documentos	Quantidade
Orientações contábeis: recolhimento de imposto de renda retido na fonte; recolhimento de contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor Público – PSSS; impropriedades na execução da despesa de pessoal e encargos sociais; dispensa de retenção do imposto de renda sobre os pagamentos feitos a título de auxílio-creche; exclusão do imposto de renda sobre o auxílio pré-escolar; retificação de GPS e conversão de documentos de arrecadação (GPS e Darf) deduções para anulação de despesas com passagem aérea.	7
Solicitação de regularização contábil no Siafi.	354
Diligências/questionamentos contábeis direcionados às Unidades Gestoras da 1ª Região.	185
Respostas a consultas para TRF e seccionais.	404
Documentos cadastrados na intranet, na página da Secoi.	268
Cadastramento de operadores e cadastradores nos sistemas (Siafi, Siafi Educacional, Siafi Gerencial e Siasg).	378
Registro de conformidade contábil.	36
Análise de processos de diárias no sistema e-AVS – Autorização de Viagem a Serviço .	59
Acompanhamento das restrições contábeis registradas pela Setorial Contábil do Órgão – CJF na 1ª Região (AM, PA, MA, PI, BA, MG, MT, GO, DF, RO, AP, TO, RR e TRF – 090027, 090032 e 090049) – ilustradas no gráfico a seguir.	122
<b>TOTAL</b>	<b>1.813</b>



## QUADRO 82

## Restrições da Setorial Contábil por Órgão – CJF

	TRF	Seção Judiciária														Orçamento	Precatório/ RPV	
		AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO			
001 – Falta de conciliação bancária								1										
015 – Diverg. adiant. supr. Fun x Contr. resp. sup.													2					
017 – Não uso vinculação pgto “551” – restituição receita	2																	
163 – Saldos alongados contas transitórias ativo compensado					2													
203 – Saldos alongados contas transitórias passivo circulante	9	2	1	4	6	3	3	4	1		2	5	4	6	2	2	2	3
204 – Inconsistência outros – passivo circulante												1						
206 – Falta recolhimento de obrigações								1										
208 – Recolhimento indevido de obrigações								1										
212 – Divergência valores liquidados x passivo financeira	6		4	1	1		1	2		1	1	1	3			3	1	
213 – Regularização indevida valores recebidos GRU	2								1		1					1		
215 – Regularização indevida valores OB canceladas	1		2	1									4					
460 – Apropriação despesas fora período competência								1										
502 – Inconsistência outros – receita	3										1							
910 – Erro/insuficiência no campo observação								1										
950 – Falta registro conformidade contábil		2						1				1	2					
951 – Falta/restrição conforme registro Sugestão								1										
999 – Não atendimento orientação órgão contábil	1				1	1												



## JULGAMENTO DOS PROCESSOS DE CONTAS PELO TCU

No acompanhamento dos julgamentos dos processos de Contas pelo TCU, verificou-se que as contas dos exercícios de 2005 e 2010 foram aprovadas por meio dos Acórdãos 5.094/2012 – 2ª Câmara e 5.850/2012 – 1ª Câmara, publicados no *Diário Oficial da União* dos dias 24/07/2012 e 02/10/2012, respectivamente.

## QUADRO 83

## Situação atual dos processos de contas

Exercício	Acórdão	Observação
2005	TC 015.012/2006-7	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis. SJMT e SJPA – Informar, nas próximas contas, o andamento das Sindicâncias 698/2004 e 490/2004, respectivamente. DOU de 30/07/2012.
2006	TC-019.899/2007-9	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.
2007	TC-018.750/2008-6	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.
2008	TC-015.023/2009-5	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.
2009	TC-022.943/2010-2	Processo sobrestado. Motivo: Decisão do Despacho do TC 022.943/2010-2, fl. 535 do volume 2 em 28/04/2011. Processo sob restante 005.568/2009-0. Em 05/05/2011.
2010	TC-026.219/2011-5	TRF – Contas regulares com ressalva dando-lhes quitação. Informar, nas próximas contas, a conclusão da sindicância instaurada para o desvio de material de consumo. Seções judiciárias vinculadas ao TRF1 – contas regulares com quitação plena. DOU de 05/10/2012.
2011	TC 021.592/2012-8	Em tramitação.



## AUDITORIA

QUADRO 84  
Execução de auditorias na Justiça Federal da 1ª Região

Código (UG)	Tipo	Localidade	Dias úteis	Período	Equipe
090027 – TRF 1ª Região	Auditoria de gestão	Brasília	49	23/01 a 30/03	8
090027 – TRF 1ª Região	Auditoria Operacional – 010/2012	Brasília	17	17/05 a 11/06	3
090027 – TRF 1ª Região	Auditoria Operacional – 011/2012	Brasília	28	17/05 a 26/06	2
090027 – TRF 1ª Região	Auditoria Operacional – 012/2012	Brasília	49	17/05 a 25/07	3
090027 – TRF 1ª Região	Monitoramento de Auditoria Especial – 021/2012	Brasília	42	17/05 a 16/07	3
090027 – TRF 1ª Região	Auditoria Operacional – 031/2012	Brasília	51	17/05 a 27/07	3
090027 – TRF 1ª Região	Monitoramento de Auditoria Especial – 032/2012	Brasília	96	17/05 a 01/10	3
090024 – SJAC	Operacional	Rio Branco	3	27 a 29/08	4
090022 – SJGO	Operacional	Goiânia	3	01 a 03/10	5
090039 – SJRR	Operacional	Boa Vista	3	19 a 21/11	5

## AUDITORIA DE GESTÃO

O relatório consolidado de auditoria de gestão relativo a este exercício foi emitido com certificação pela regularidade das contas das unidades gestoras vinculadas à Justiça Federal da 1ª Região.



## AUDITORIAS OPERACIONAIS

Foram realizadas auditorias operacionais no Tribunal e nas seções judiciárias dos estados do Acre, de Goiás e Roraima, com ações que abrangeram as atividades de gestão de estoques de materiais (almoxarifado), de patrimônio (bens móveis) e de veículos oficiais, cujos resultados constam de relatórios encaminhados às seções judiciárias, com vistas ao aperfeiçoamento de procedimentos e ao atendimento de normas legais e regulamentares.

QUADRO 85

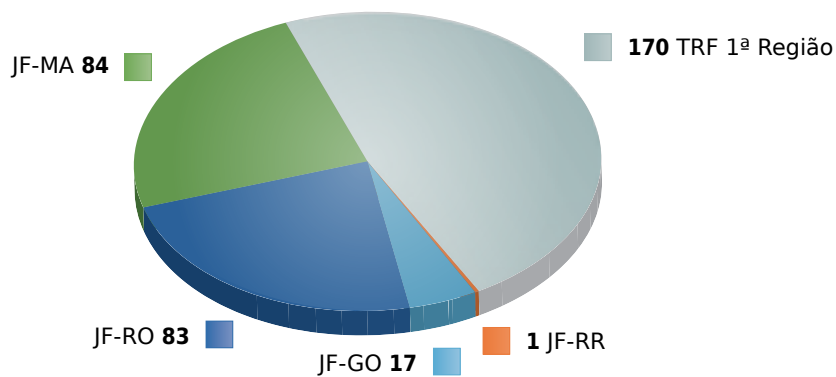
Quantitativo de recomendações e solicitações de providências/justificativas expedidas

Unidade auditada	Recomendações			Solicitações de auditoria	Informações
	Relatórios	Notas técnicas	Notas de auditoria		
SJRO	83	–	–	–	–
SJMA	58	26	–	–	–
SJGO <sup>(1)</sup>	–	9	8	6	–
TRF1	92	78	–	–	4
SJAC <sup>(2)</sup>	–	–	–	7	–
SJMT e PA	–	–	–	–	1
SJRR <sup>(3)</sup>	–	–	1	6	–
<b>TOTAL</b>	<b>233</b>	<b>113</b>	<b>9</b>	<b>19</b>	<b>5</b>

Notas: (1), (2) e (3) – RAOp a ser expedido em janeiro de 2013.

GRÁFICO 11

Quantitativo de recomendações expedidas em auditorias





#### COMPLEMENTAÇÃO E MONITORAÇÃO DE AUDITORIAS

Realizada auditoria específica da Secretaria de Bem-Estar Social do Tribunal (Secbe), com o objetivo verificar o cumprimento das recomendações expedidas no:

- 1) Relatório de Auditoria Especial (RAEsp) 18/2007, que analisou o cadastro de beneficiários, a situação dos saldos devedores de beneficiários desligados e consignações do Pro-Social em folha de pagamento;
- 2) Relatório de Auditoria Especial (RAEsp) 19/2007, que avaliou a gestão financeira e contábil do Pro-Social.

A avaliação do grau de implementação das recomendações encerrou os trabalhos de acompanhamento dos referidos relatórios nos Relatórios de Monitoramento 21 e 32/2012, cujos resultados serão apresentados ao Conselho Deliberativo do Pro-Social no exercício de 2013.

### OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

Promover a conciliação.

■ Descrição do objetivo

Aumentar o número de audiências de conciliação designadas anualmente, na busca da pacificação social e solução de litígios, promovendo a celeridade e a efetividade.

#### SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL

O Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região (SistCon), regulamentado pela Resolução Presi/Cenag 2 de 24/03/2011 e já em funcionamento nas 14 unidades federativas que compõem a 1ª Região, possui a seguinte estrutura:

- Núcleo Central, coordenado por um desembargador federal, com mandato de 2 anos, tendo, em 2012, homologado 6.641 acordos;
- 14 núcleos locais, com a coordenação e coordenação adjunta exercidas por juízes federais (titular e/ou substituto);
- Comissão Técnica e Consultiva, constituída pelo coordenador e dois coordenadores de núcleos indicados pelo SistCon;
- Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, órgão de execução da política de conciliação, que deve, no futuro, existir em cada seção e subseção judiciária. Atualmente, as atividades sistematizadas de conciliação e os mutirões estão sendo desenvolvidos em 24 cidades: Rio Branco, Macapá, Manaus, Salvador, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Brasília, Goiânia, Luziânia, São Luís, Imperatriz, Cuiabá, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Contagem, Divinópolis, Uberlândia, Uberaba, Belém,



Teresina, Porto Velho, Boa Vista e Palmas. Em cada Centro, há um coordenador designado.

Em 2012, houve a instalação permanente da Central de Conciliação da Seção Judiciária do Distrito Federal e, desde 2010, está em funcionamento permanente a Central de Teresina, no Piauí.

Para o primeiro trimestre de 2013, está prevista a instalação da Central Permanente de Conciliação de Minas Gerais. Assim, os Centros Judiciários da 1ª Região, aos poucos, estão deixando de ser itinerantes.

Em 2012 foram realizadas 98.995 homologações de acordos na Justiça Federal da 1ª Região, tendo inclusive os dados coletados na última Semana Nacional de Conciliação, com 4.514 audiências implementadas e 80,15% de acordos (3.618 valores negociados: R\$ 65.542.335,74), ensejando o recebimento do III Prêmio Conciliar é Legal, do Conselho Nacional de Justiça, na vertente “Justiça Federal” e no critério “número de acordos homologados”.

Destaca-se que, em todos os eventos da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, tem sido aberto espaço para o Movimento de Conciliação, com palestras específicas sobre conciliação, realizado em 2012, em Belo Horizonte/MG.

Os conciliadores continuam sendo selecionados pela Cojef e, quando necessário, atuam também nos mutirões de conciliação das demais unidades jurisdicionais. Os núcleos de conciliação do Distrito Federal, da Bahia e de Minas Gerais continuam realizando os primeiros passos para a seleção e o treinamento de seus conciliadores.

Em diversas seccionais, teve início o movimento de conciliação, por videoconferência, o que propicia a integração do interior com os órgãos decisórios dos parceiros, refletindo positivamente nos resultados correspondentes.

No *site* do TRF 1ª Região, existe chamada específica para a conciliação (portal), com histórico, estrutura, memória, agenda, áreas de atuação, mutirões, legislação, semanas da conciliação, notícias, material didático e dicas, cadastro de conciliadores e dados estatísticos. Tal ação, além de ser uma exigência da Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça, viabiliza concretamente o princípio da transparência.

Por fim, vale ressaltar que a inclusão do SistCon no texto permanente do Regimento Interno, tal como já ocorre com a Cojef, está em discussão no Plenário da Corte.

#### MEDIAÇÃO E AVANÇOS CONSOLIDADOS

Em 2012, os mais de 95 mil acordos homologados no SistCon — superando, de forma antecipada, a estatística anual de 2011, quando foram homologadas 87 mil transações — são um número significativo, que alcança cerca de 500 mil pessoas, considerando-se a média das famílias brasileiras.

Os números da conciliação na 1ª Região crescem ano a ano e evidenciam que a cultura conciliatória está consolidada na Justiça Federal. Em 2012, mais uma vez, o TRF 1ª Região recebeu o prêmio Conciliar é Legal, pelo maior número de acordos realizados





durante a 7ª Semana Nacional de Conciliação, envolvendo o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), em ações coletivas envolvendo servidores públicos, execuções de conselhos profissionais, contratos da Caixa Econômica Federal, danos morais, ações civis públicas, entre outras.

Para 2013, uma das metas estipuladas para a Justiça Federal (Meta 5) é justamente realizar mais audiências de conciliação do que neste ano, e o TRF 1ª Região já está se preparando para superar a marca de 100 mil transações homologadas.

Para tanto, é preciso não só dar continuidade aos trabalhos já iniciados, mas também incrementar, de forma definitiva, a chamada conciliação pré-processual (especialmente na área previdenciária e dos conselhos profissionais) e a capacitação dos conciliadores, instrutores e magistrados, pois a mediação e conciliação não podem ser implementadas de forma intuitiva. São técnicas que merecem ser adquiridas, vivenciadas, aprofundadas e revistas sempre.

Nesse propósito, o TRF 1ª Região recebeu, em 08/10, representantes dos núcleos de conciliação de todos os TRFs e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para uma reunião, que tratou de questões acerca dos cursos de formação de magistrados, conciliadores e instrutores da Justiça Federal. Esses cursos são cruciais para capacitar magistrados dentro da nova realidade da política nacional de conciliação. O CNJ teve a sensibilidade de verificar que os currículos dos magistrados precisam traduzir a realidade da Justiça Federal e, com a parceria de todos os tribunais e de todos os atores interessados, está patrocinando essa iniciativa para dar mais praticidade aos cursos.

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 4

Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais.

### ■ Descrição do objetivo

Garantir a otimização dos processos de trabalho visando à melhoria contínua dos trâmites judiciais das turmas recursais, regionais de uniformização e a turma nacional de uniformização, por meio da implantação e disseminação de boas práticas de gestão, propiciando a celeridade, qualidade e transparência da prestação jurisdicional.

### NOVAS TURMAS RECURSAIS

Como resultado dos estudos encaminhados pelo Tribunal, o Colegiado do Conselho de Justiça Federal (CJF) aprovou, em 25/11/2011, o texto do anteprojeto de lei contemplando a solicitação da 1ª Região de criação de nove turmas recursais, além da organização das já existentes, para encaminhamento ao STJ e ao Congresso Nacional.



O anteprojeto foi aprovado pelo Congresso Nacional, dando origem à Lei 12.665, de 13/06/2012, que criou uma estrutura permanente para as turmas recursais dos juizados especiais federais: 75 turmas e os respectivos cargos de juízes federais, 225 cargos. A lei dará melhor infraestrutura de funcionamento às turmas recursais, que têm funcionado mediante cessão de servidores e juízes da 1ª instância, sendo que muitos desses juízes acumulam ambas as funções.

A 1ª Região da Justiça Federal foi contemplada com a criação de cargos de juiz para 25 turmas recursais, num total de 75 cargos de juízes federais. Cada turma recursal será formada por 3 juízes federais e por 1 juiz suplente.

Esses cargos serão providos por concurso de remoção entre juízes federais ou por promoção de juízes federais substitutos.

A Resolução CJF 198/2012 autorizou o provimento, no ano de 2012, de 39 cargos de juiz federal de turma recursal na 1ª Região, equivalentes à estruturação permanente de 13 turmas das 25 organizadas pela Lei 12.665/2012.

Em 13/12/2012, a Corte Especial administrativa decidiu estruturar, inicialmente, com cargos de juiz federal de turma recursal criados pela Lei, as seguintes turmas recursais da 1ª Região (PA 7.268/2012).

QUADRO 86  
Estruturação de turmas recursais

Seção Judiciária	Turmas recursais
Bahia	3
Distrito Federal	2
Goiás	2
Maranhão	1
Minas Gerais	4
Pará e Amapá	1
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>

Conclui-se, pois, que serão criadas, de imediato, 4 novas turmas recursais na 1ª Região, além das 16 que funcionam atualmente: 3ª Turma Recursal da Bahia, 4ª Turma Recursal de Minas Gerais, 2ª Turma Recursal do Distrito Federal e 2ª Turma Recursal de Goiás.

A reorganização das turmas recursais deverá ser definida pelo Tribunal no início de 2013.



# RECURSOS

## GESTÃO DE PESSOAS

### Objetivos estratégicos

- Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia
- Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores

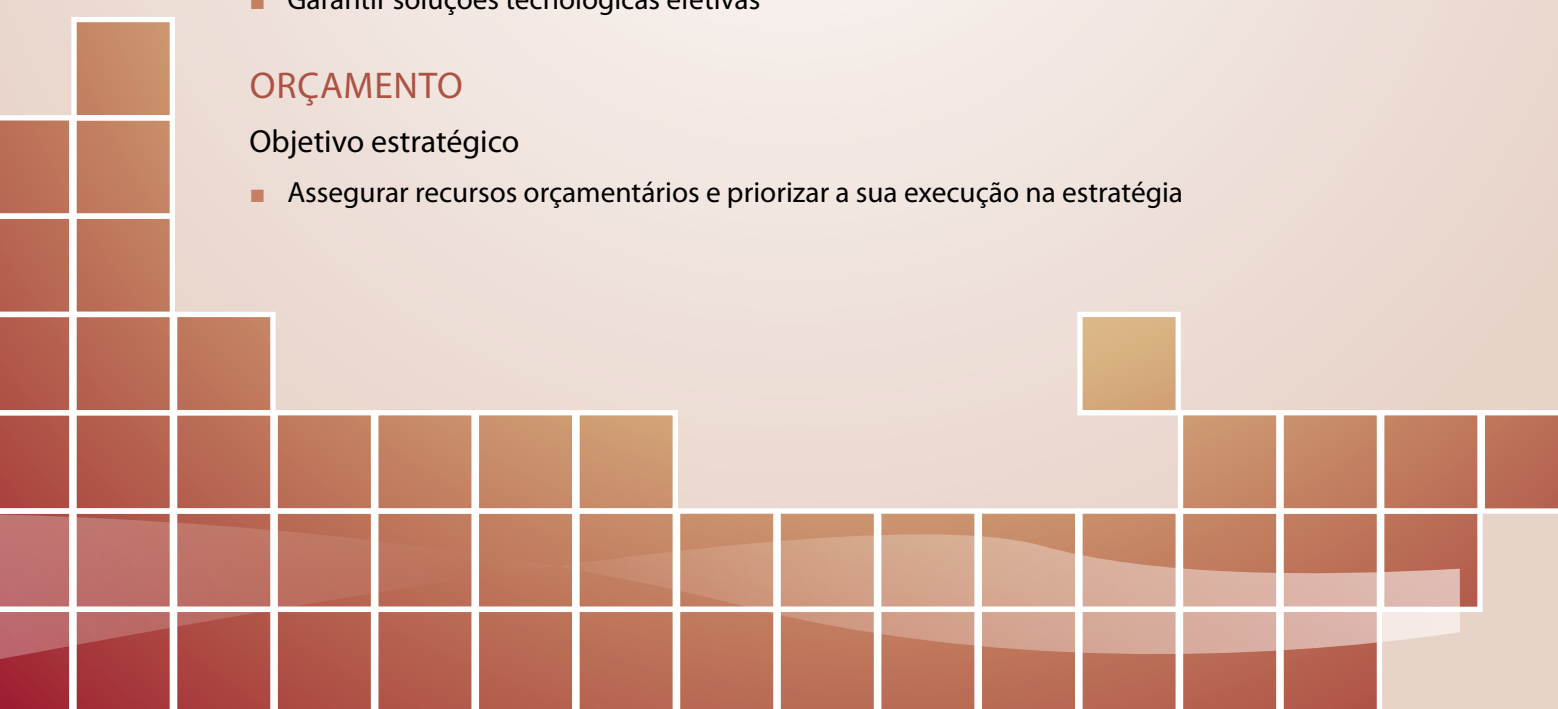
## INFRAESTRUTURA E TI

### Objetivos estratégicos

- Prover estrutura e meios de segurança adequados
- Garantir soluções tecnológicas efetivas

## ORÇAMENTO

### Objetivo estratégico

- Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia
- 

# GESTÃO DE PESSOAS

## MAGISTRADOS E SERVIDORES

### POSSE DOS NOVOS DIRIGENTES DO TRF 1ª REGIÃO

Ascom/TRF1



Desembargador Federal  
Mário César Ribeiro

Em 25 de abril, em sessão solene realizada na Sala de Sessões Plenárias, o desembargador federal Mário César Ribeiro tomou posse no cargo de presidente do TRF 1ª Região, para o mandato no biênio 2012-2014.

Em seu discurso de posse, ciente da responsabilidade de presidir o Tribunal que abrange a maior área geográfica do país e dos grandes desafios e problemas a serem enfrentados, o presidente mostrou-se preocupado com o déficit do quadro de servidores e com a qualidade de vida dos que atuam na 1ª Região. Quanto ao espaço físico, estabeleceu, como uma das metas de sua gestão, abreviar a inauguração da nova sede, que é de suma importância para o bem-estar laboral de todos e, conseqüentemente, para o melhor desempenho das atividades desenvolvidas.

No que se refere à finalidade precípua desta Corte, destacou que “é objetivo prioritário a ser perseguido, sem trégua, a melhoria da prestação jurisdicional, tornando-a mais célere e efetiva; todavia, sem perder de vista a qualidade”.

Foram empossados, na mesma sessão, no cargo de vice-presidente do TRF 1ª Região o desembargador federal Daniel Paes Ribeiro e no cargo de corregedor regional da Justiça Federal da 1ª Região o desembargador federal Carlos Olavo.

Os novos dirigentes do TRF 1ª Região foram eleitos em sessão plenária extraordinária realizada em 16 de fevereiro.

Ascom/TRF1



Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

Ascom/TRF1



Desembargador Federal Carlos Olavo

Ascom/TRF1



Solenidade de posse dos novos diretores do Tribunal



Ascom/TRF1

Roberto Elias Cavalcante, diretor-geral do Tribunal

Para apoiar a nova gestão, no dia 26 de abril, foi realizada a solenidade de posse dos novos diretores de secretaria do TRF 1ª Região. Na ocasião, o Presidente do Tribunal, Mário César Ribeiro, empossou Roberto Elias Cavalcante, confiando a ele o cargo de Diretor-Geral da Secretaria.

152

#### NOVA COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

Em 19 de julho, o juiz federal Novély Vilanova tomou posse como desembargador federal e ocupou a vaga deixada pelo desembargador federal Fagundes de Deus em decorrência de sua aposentadoria, passando a integrar a 8ª Turma do Tribunal, responsável pelo julgamento de processos na área tributária.

E, com a posse da desembargadora federal Assusete Magalhães, em 21 de agosto, no cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal chegou ao final de 2012 com um dos 27 cargos de desembargador federal vago.



Ascom/TRF1

Desembargador Federal  
Novély Vilanova



## NOVAS DIRETORIAS DE FORO

QUADRO 87  
Diretores e vice-diretores de foro

Seção Judiciária	Diretor	Vice-diretor
Acre	Cristiane Pederzolli Rentzsch	Régis de Souza Araújo
Amapá	Fabiano Verli	Lívia Cristina Marques Peres
Amazonas	Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho	Jaiza Maria Pinto Fraxe
Bahia	Ávio Mozar José Ferraz de Novaes	César Cintra Jatahy Fonseca
Distrito Federal	Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas	Rui Costa Gonçalves
Goiás	Mark Yshida Brandão	César Antônio Ramos
Maranhão	Ricardo Felipe Rodrigues Macieira	Clodomir Sebastião Reis
Mato Grosso	Paulo César Alves Sodré	Pedro Francisco da Silva
Minas Gerais	Guilherme Mendonça Doehler	André Prado de Vasconcelos
Pará	Ruy Dias de Souza Filho	Arthur Pinheiro Chaves
Piauí	Francisco Hélio Camelo Ferreira	Geraldo Magela e Silva Menezes
Rondônia	Rodrigo de Godoy Mendes	Alexandre Ferreira Infante Vieira
Roraima	Marcos Silva Rosa (até 19/11/2012)	Mara Elisa Andrade
Tocantins	Waldemar Claudio de Carvalho (até 19/09/2012)	Cleberon José Rocha
	Denise Dias Dutra Drumond (a partir de 20/09/2012)	



## PROVIMENTO DE CARGOS NA 1ª INSTÂNCIA

No 1º grau, a Justiça Federal da 1ª Região conta com um quadro de 502 cargos de juízes, entre juiz federal e juiz federal substituto, estando 391 providos e 111 vagos.

### QUADRO 88

#### Cargos de juiz federal e juiz federal substituto

Seção Judiciária	Juiz federal			Juiz federal substituto		
	Providos	Vagos	TOTAL	Providos	Vagos	TOTAL
AC	4	–	4	3	1	4
AM	10	–	10	2	8	10
AP	4	1	5	3	2	5
BA	39	–	39	24	15	39
DF	26	1	27	21	6	27
GO	24	–	24	12	12	24
MA	14	–	14	4	10	14
MG	70	–	70	52	18	70
MT	13	–	13	6	7	13
PA	18	1	19	3	16	19
PI	10	–	10	7	3	10
RO	7	1	8	5	3	8
RR	3	–	3	1	2	3
TO	5	–	5	1	4	5
<b>TOTAL</b>	<b>247</b>	<b>4</b>	<b>251</b>	<b>144</b>	<b>107</b>	<b>251</b>

## VACÂNCIA

### QUADRO 89

#### Vacância no TRF 1ª Região

Desembargador federal	A partir de	Motivo
Fagundes de Deus	11/01	Aposentadoria
Assusete Magalhães	21/08	Posse no STJ



QUADRO 90  
Vacância nas seções judiciárias

Juiz federal	Seção judiciária	A partir de	Motivo
Carlos Humberto de Sousa	GO	11/01	Aposentadoria
Mônica Neves Aguiar da Silva	BA	29/03	Aposentadoria
Isa Tânia Cantão Barão Pessoa da Costa	DF	27/05	Aposentadoria
Antônio Corrêa	DF	30/10	Falecimento

#### VITALICIAMENTO

Atingiu vitaliciedade, em 19 de maio, a juíza federal substituta Luisa Ferreira Lima.

#### CONVOCAÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS

QUADRO 91  
Auxílio em gabinete de desembargador federal

Desembargador federal	Juiz federal convocado	Seção Judiciária
Mário César Ribeiro	Marcos Augusto de Sousa	DF
	Carlos Augusto Pires Brandão	PI
Daniel Paes Ribeiro	Luciana Pinheiro Costa Mayer Soares	MG
Carlos Olavo	Lincoln Rodrigues de Faria	MG
	Kátia Balbino de Carvalho Ferreira	DF
	César Jatahy Fonseca	BA

QUADRO 92  
Substituição de desembargador federal

Desembargador federal	Juiz federal convocado	Seção Judiciária
Assusete Magalhães	Murilo Fernandes de Almeida	MG
Francisco de Assis Betti	Cleberson José Rocha	TO
Ítalo Mendes	Klaus Kuschel	MG
João Batista Moreira	Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	DF
José Amilcar Machado	Marcelo Dolzany da Costa	MG
Mônica Sifuentes	Renato Martins Prates	MG





Desembargador federal	Juiz federal convocado	Seção Judiciária
Reynaldo Fonseca	Náiber Pontes de Almeida	AC
Souza Prudente	Carlos Eduardo Castro Martins	GO
Tolentino Amaral	Rafael Paulo Soares Pinto	DF

## QUADRO 93

## Projeto Mutirão Judiciário em Dia

Juiz federal convocado	Seção Judiciária
Adverci Rates Mendes de Abreu	BA
Alexandre Buck Medrado Sampaio	PA
Carlos Eduardo Castro Martins	GO
Fausto Mendanha Gonzaga	AM
Grigório Carlos dos Santos	MG
José Alexandre Franco	MG
Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo	MA
Márcio Barbosa Maia	BA
Marcio Luiz Coêlho de Freitas	AM
Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes	MG
Rodrigo Navarro de Oliveira	MT
Rosimayre Gonçalves de Carvalho	DF
Silvio Coimbra Mourthé	MG
Wilson Alves de Souza	BA

## MOVIMENTAÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS

## QUADRO 94

## Remoção, permuta e promoção

Ocorrência	Juiz federal	Juiz federal substituto	TOTAL
Remoção	24	42	66
Remoção externa	–	1	1
Permuta	4	2	6
Promoção	1	22	23



QUADRO 95  
Remoção de juiz federal

Juiz federal	Origem	Destino
Arthur Pinheiro Chaves	8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará	9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará
Carlos Eduardo Castro Martins	9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará	12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Denise Dias Dutra Drumond	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG	1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Tocantins
Flávio da Silva Andrade	Vara Única da Subseção Judiciária de Laranjal do Jari/AP	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO
Francisco Alexandre Ribeiro	Vara Única Federal da Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT	9ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Guilherme Jorge de Resende Brito	Vara Única da Subseção Judiciária de Unai/MG	Vara Única da Subseção Judiciária de Luziânia/GO
Iran Esmeraldo Leite	9ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia	16ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Jeferson Schneider	2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso	5ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso
Lana Lígia Galati	3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG	9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Leandro Saon da Conceição Bianco	2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima	Vara Única da Subseção Judiciária de Ponte Nova/MG
Leonardo Buíssa Freitas	12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás	3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Lilian Oliveira da Costa Tourinho	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO	8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará
Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Tocantins	13ª Vara Federal do Distrito Federal
Marília Gurgel Rocha de Paiva e Sales	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santarém/PA	6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas
Mauro Rezende de Azevedo	Vara Única Federal da Subseção Judiciária de Eunápolis/BA	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG
Náiber Pontes de Almeida	Vara Única Federal da Subseção Judiciária de Oiapoque/AP	4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Acre
Osmar Vaz de Mello da Fonseca Júnior	4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG	3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG



Juiz federal	Origem	Destino
Pablo Zuniga Dourado	Vara Única da Subseção Judiciária de Altamira/PA	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santarém/PA
Rafael Paulo Soares Pinto	Vara Única da Subseção Judiciária de Luziânia/GO	25ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Roberto Carlos de Oliveira	4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Acre	Vara Única da Subseção Judiciária de Itumbiara/GO
Rodrigo de Godoy Mendes	2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia	4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG
Rosimayre Gonçalves de Carvalho	25ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Ubirajara Teixeira	6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas	Vara Única da Subseção Judiciária de Viçosa/MG
Vanessa Curti Perenha Gasques	Vara Única Federal da Subseção Judiciária de Diamantino/MT	2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso

#### QUADRO 96

##### Remoção de juiz federal substituto

Juiz federal substituto	Origem	Destino
Alcioni Escobar da Costa Alvim	14ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás	4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG
Ana Carolina Campos Aguiar	5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Divinópolis/MG
Antonio Felipe de Amorim Cadete	13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás	25ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Ariane da Silva Oliveira	23ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais	34ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais
Arnaldo Pereira de Andrade Segundo	9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão	3ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Camila Franco e Silva Velano	Vara Única da Subseção Judiciária de Sete Lagoas/MG	4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais
Carina Cátia Bastos de Senna	10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão	6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará
Clara da Mota Santos	11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	21ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Cristiano de Jesus Pereira Nascimento	Vara Única da Subseção Judiciária de Paulo Afonso/BA	14ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás



Juiz federal substituto	Origem	Destino
Eduardo de Melo Gama	Vara Única da Subseção Judiciária de Anápolis/GO	14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Emmanuel Mascena de Medeiros	2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Tocantins	16ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Flávio Marcelo Sérvio Borges	3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás	17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Gabriel Brum Teixeira	7ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás	Vara Única da Subseção Judiciária de Anápolis/GO
Guilherme Bacelar Patrício de Assis	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Divinópolis/MG	11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais
Henrique Gouveia da Cunha	11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais	19ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais
Hugo Sinvaldo Silva da Gama Filho	9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará	Vara Única da Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia/GO
Isaura Cristina de Oliveira Leite	7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará	13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
João Miguel Coelho dos Anjos	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG	26ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais
João Paulo Pirôpo de Abreu	5ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia	2ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Jorge Ferraz de Oliveira Junior	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA	6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão
José Gutemberg de Barros Filho	7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí	3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí
Leonardo Augusto de Almeida Aguiar	26ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais	10ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais
Luciano Mendonça Fontoura	4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas	4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG
Luisa Ferreira Lima Almeida	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista/BA	22ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Luiz Bispo da Silva Neto	Vara Única da Subseção Judiciária de Sinop/MT	10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão
Mara Lina Silva do Carmo	22ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia	20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Marcelo Pires Soares	5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas	4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas



Juiz federal substituto	Origem	Destino
Marcos Antonio Maciel Saraiva	Vara Única da Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia/GO	15ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Marcos Vinicius Lipiensi	1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ipatinga/MG
Murilo Mendes	3ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia	1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sinop/MT
Priscilla Pinto de Azevedo	Vara Única da Subseção Judiciária de Castanhal/PA	8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará
Rafael Araújo Torres	3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG
Rafael Ianner Silva	Vara Única da Subseção Judiciária de Jequié/BA	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA
Rafael Leite Paulo	Vara Única da Subseção Judiciária de Picos/PI	7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí
Rafael Vasconcelos Porto	7ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG
Raphael Cazelli de Almeida Carvalho	Vara Única da Subseção Judiciária de Cáceres/MT	6ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso
Rodrigo Pessoa Pereira da Silva	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ipatinga/MG	Vara Única da Subseção Judiciária de Sete Lagoas/MG
Tânia Zucchi de Moraes	Vara Única da Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba/MG
Társis Augusto de Santana Lima	12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás	3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Valmir Nunes Conrado	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Divinópolis/MG	23ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais
Wagner Mota Alves de Souza	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA	5ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Wilson Medeiros Pereira	Vara Única da Subseção Judiciária de Araguaína/TO	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG



## QUADRO 97

## Remoção de juiz federal substituto de outra Região

Juiz federal substituto	Origem	Destino
Marcelo Honorato	5ª Região	10ª Vara da Seção Judiciária do Pará

## QUADRO 98

## Permuta de juiz federal

Juiz federal	Origem	Destino
Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves	11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais	34ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais
Jorge Gustavo Serra de Macêdo Costa	34ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais	11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais
Lélis Gonçalves de Souza	4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba/MG
Osmar Vaz de Mello da Fonseca Júnior	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba/MG	4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG

## QUADRO 99

## Permuta de juiz federal substituto

Juiz federal substituto	Origem	Destino
Cláudio Henrique Fonseca de Pina	4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia	5ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia
Jaqueline Conesque Gurgel do Amaral	5ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia	4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia



QUADRO 100  
Promoção de juiz federal

Juiz federal	Titularização
Adelmar Aires Pimenta da Silva	Vara Única da Subseção Judiciária de Redenção/PA
Alexandre Ferreira Infante Vieira	4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia
Alysson Maia Fontenele	1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia
Ana Paula Serizawa Silva Podedworny	Vara Única da Subseção Judiciária de Tefé/AM
Cláudia Aparecida Salge	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Eunápolis/BA
Flávio da Silva Andrade	Vara Única da Subseção Judiciária de Laranjal do Jari/AP
George Ribeiro da Silva	Vara Única da Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT
Gustavo André Oliveira dos Santos	Vara Única da Subseção Judiciária de Cáceres/MT
Heleno Bicalho	Vara Única da Subseção Judiciária de Guajará-Mirim/RO
Henrique Gouveia da Cunha	Vara Única da Subseção Judiciária de Diamantino/MT
José Alexandre Essado	Vara Única da Subseção Judiciária de Araguaína/TO
Marcelo Meireles Lobão	3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia
Marília Gurgel Rocha de Paiva e Sales	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santarém/PA
Marla Consuelo Santos Marinho	Vara Única da Subseção Judiciária de Barreiras/BA
Maurício Rios Júnior	Vara Única da Subseção Judiciária de Laranjal do Jari/AP
Náiber Pontes de Almeida	Vara Única da Subseção Judiciária de Oiapoque/AP
Pablo Zuniga Dourado	Vara Única da Subseção Judiciária de Altamira/PA
Raphael Cazelli de Almeida Carvalho	Vara Única da Subseção Judiciária de Oiapoque/AP
Raquel Soares Chiarelli	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Sinop/MT
Roberto Luis Luchi Demo	Vara Única da Subseção Judiciária de Tabatinga/AM
Sergio Wolney de Oliveira Batista Guedes	Vara Única da Subseção Judiciária de Altamira/PA
Valter Leonel Coelho Seixas	2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima



### CONDECORAÇÕES DE MAGISTRADOS

O presidente do TRF 1ª Região, desembargador federal Mário César Ribeiro, recebeu, em 20/07, a medalha Mérito Santos-Dumont. A cerimônia, realizada na Base Aérea de Brasília, foi alusiva ao 139º aniversário do patrono da Aeronáutica brasileira, marechal do ar Alberto Santos-Dumont.

Além do presidente, quatro desembargadores federais receberam a comenda: Ângela Catão, José Amilcar Machado, Leomar Amorim e Maria do Carmo Cardoso.

### FORÇA DE TRABALHO

Entre analistas, técnicos e auxiliares judiciários, requisitados e sem vínculo, a 1ª Região conta com 7.827 servidores efetivos, havendo ainda 103 servidores em exercício provisório.

QUADRO 101  
Servidores efetivos

Local	Analista judiciário	Técnico judiciário	Auxiliar judiciário	Requisitados	Sem vínculo	TOTAL
TRF	292	660	23	212	39	1.226
AC	47	73	–	5	–	125
AM	98	146	–	16	–	260
AP	50	64	–	17	–	131
BA	391	564	5	84	3	1.047
DF	251	432	8	94	2	787
GO	242	322	–	30	2	596
MA	135	208	1	38	1	383
MG	666	925	13	118	5	1.727
MT	130	186	1	14	1	332
PA	175	256	–	22	–	453
PI	112	158	–	18	–	288
RO	78	107	–	27	–	212
RR	33	57	–	16	–	106
TO	60	83	–	11	–	154
<b>TOTAL</b>	<b>2.760</b>	<b>4.241</b>	<b>51</b>	<b>722</b>	<b>53</b>	<b>7.827</b>





QUADRO 102  
Provimentos e vacâncias

		TRF	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO
Provimentos	Nomeação	41	5	53	11	68	26	31	25	98	35	73	16	32	14	9
	Redistribuição															
	Processo Seletivo Permanente de Remoção (PSPR)	15		3		13	18	17	5	34	4	8	14	1	3	4
	Readaptação															
	Reversão															
	Aproveitamento															
	Reintegração															
	Recondução															
	Requisição/exercício provisório	46	3	8	2	28	8	18	11	20	2	10	2	11	5	4
	Retorno à origem	5				5	16	2	1	4		1		3		
	Remoção – Lei 11.416/2006	1		1		11	3	2	2	15	3		4			
	TOTAL	108	8	65	13	125	71	70	44	171	44	92	36	47	22	17



	TRF	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO	
Vacâncias	Exoneração	15	1	1		5	5	1	1	3	4	7		2		1
	Demissão	1							1							
	Processo Seletivo Permanente de Remoção (PSPR)	3	3	16	3	14	22	17	4	7	7	16	3	9	7	8
	Readaptação	1				1	1				2				1	
	Aposentadoria	12		1	3	5	12	4	1	24	4	3			4	
	Posse em cargo inacumulável	13	1	11		14	7	7	4	14	6	2	4	2		5
	Falecimento	1				1			2	2	1	2		1		
	Redistribuição	1														
	Retorno à origem	58	2	3	3	18	22	11	2	23	1	9	1	5	6	3
	À disposição	14				5	23	3	1	8		2	1	3	3	2
	Remoção – Lei 11.416/2006					1				3			1			
	TOTAL	119	7	32	9	64	92	43	15	85	25	41	10	22	21	19
(provimentos – vacâncias)	-11	1	33	4	61	-21	27	29	86	19	51	26	25	1	-2	



## PROGRAMA DE ESTÁGIO

Nos termos da Lei 11.788/2008, o Tribunal mantém um programa de estágio que contrata por meio de processo seletivo realizado em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). No ano de 2012, participaram do programa 397 estagiários, sendo 94 de nível médio e 303 de nível superior.

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia.

### ■ Descrição do objetivo

Promover o desenvolvimento das competências necessárias (específicas e gerenciais), por meio de avaliação sistemática e educação continuada, na busca da excelência das ações dos magistrados e servidores vinculadas aos processos estratégicos, observando os planos nacionais de capacitação e aperfeiçoamento para magistrados e servidores – PNA e PNC.

## ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 1ª REGIÃO – ESMAF

A Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), que atua na formação e no aperfeiçoamento de conhecimentos técnico-jurídicos dos magistrados da 1ª Região, realizou, em 2012, sob a direção do desembargador federal José Amilcar Machado, dois cursos, um seminário e seis jornadas jurídicas.

## CURSOS

- Curso de formação inicial do XIV Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto

Nos termos da Resolução 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Resolução 2/2009 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), que prevê curso de formação inicial, com carga horária mínima de 480 horas, foi instituída pela Portaria/Esmaf 1/2012 a Comissão Especial para preparar o Curso de Formação dos Juizes Federais Substitutos aprovados no XIV Concurso Público, previsto para ocorrer de 25/02 a 10/05/2013.

Formam a comissão os seguintes membros: a coordenadora Vânia Cardoso André Moraes, juíza federal da 18ª Vara Federal de Minas Gerais, Clara da Mota Santos Pimenta Alves, juíza federal substituta da 21ª Vara Federal da Bahia, e Lívia Contreiras de Tápia, secretária executiva da Esmaf.



- Cursos de latim básico e avançado

Em 2012, a Esmaf deu continuidade às aulas dos cursos de latim básico e avançado, oferecidos aos magistrados da 1ª Região e servidores do Tribunal.

#### SEMINÁRIO

- Diálogos com o Poder Judiciário sobre Defesa Comercial

Realizado em 09/10/2012, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), no Salão Nobre do TRF 1ª Região, o seminário contou com 35 participantes, entre desembargadores federais, juízes federais, servidores do Tribunal, advogados, procuradores da AGU e da PGFN e de outros órgãos.

#### JORNADAS JURÍDICAS

- I Jornada de Direito Internacional

Realizada de 28 a 30/03/2012, no Hotel Promenade BH Platinum, em Belo Horizonte/MG, com carga horária de 20 horas-aula, a jornada contou com 97 participantes, sendo 8 desembargadores federais, 71 juízes federais e 18 servidores do Tribunal e de outros órgãos.

#### **Temas abordados**

- II Jornada de Direito Ambiental

Realizada de 09 a 11/05/2012, no Hotel Vila Rica, em Porto Velho/RO, com carga horária de 20 horas-aula, a jornada contou com 61 participantes, sendo 1 desembargador federal, 46 juízes federais e 14 servidores do Tribunal e de outros órgãos.

- I Jornada de Direito Penal

Realizada de 27 a 29/06/2012, no Comfort Hotel Manaus, em Manaus/AM, com carga horária de 20 horas-aula, a jornada contou com 64 participantes, entre desembargadores federais, juízes federais, servidores do Tribunal e da Caixa Econômica Federal.

- I Jornada de Direito Eleitoral das Escolas de Magistratura Federal

Realizada de 22 a 24/08/2012, em parceria com o Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Conselho da Justiça Federal (CJF), no Auditório do TRF 3ª Região, em São Paulo/SP, com carga horária de 20 horas-aula, a jornada contou com 47 participantes, sendo 2 desembargadores federais, 44 juízes federais e 1 servidor do Tribunal.

- II Jornada de Direito Constitucional

Realizada de 03 a 05/10/2012, no Hotel Deville, em Salvador/BA, com carga horária de 20 horas-aula, a jornada contou com 80 participantes, sendo 3 desembargadores federais, 69 juízes federais e 8 servidores do Tribunal e de outros órgãos.



#### ■ III Jornada de Direito Processual Civil

Realizada de 28 a 30/11/2012, no Hotel Deville, em Cuiabá/MT, com carga horária de 20 horas-aula, a jornada contou com 78 participantes, sendo 2 desembargadores federais, 64 juízes federais e 12 servidores do Tribunal e de outros órgãos.

#### **Publicações**

Em 2012, com artigos de magistrados e conferencistas que participaram das jornadas, foram publicados os seguintes volumes da coleção Jornada de Estudos Esmaf:

- Volume 11, em maio, referente à II Jornada de Planejamento e Gestão;
- Volume 12, em agosto, referente à I Jornada de Sistema Financeiro da Habitação;
- Volume 13, em setembro, referente à II Jornada de Direito Tributário;
- Volume 14, em setembro, referente à I Jornada de Ciências Sociais;
- Volume 15, em novembro, referente à II Jornada de Direito Civil.

#### EVENTOS EXTERNOS

#### **O papel do Poder Judiciário na segurança de voo**

Modalidade: curso

Promoção: Escola de Magistratura Federal da 5ª Região (Esmafe)

Local: Recife/PE e Brasília/DF

Período: 25 a 27/04

Carga-horária: 30 horas-aula

Participantes: 3 juízes federais

#### **Lei da propriedade intelectual e sua administração estratégica**

Modalidade: oficina

Promoção: Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf)

Local: Rio de Janeiro/RJ

Período: 16 a 18/04

Carga-horária: 30 horas-aula

Participante: 1 juiz federal

#### **Improbidade administrativa e agentes públicos**

Modalidade: curso

Promoção: Escola de Magistratura Federal da 4ª Região (Emagis)

Local: Porto Alegre/RS

Período: 10 e 11/05

Carga-horária: 10 horas-aula

Participante: 1 juiz federal

**Direito comparado Brasil-Estados Unidos: direito administrativo, ambiental e penal**

Modalidade: seminário

Promoção: Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) e Escola de Magistratura Federal da 4ª Região (Emagis)

Local: Porto Alegre/RS

Período: 31/05 e 01/06

Carga-horária: 15 horas-aula

Participantes: 5 juízes federais

**1º Curso sobre o setor elétrico brasileiro para magistrados**

Promoção: Escola Nacional de Magistratura (ENM) e Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

Local: Brasília/DF

Período: 22 a 24/05

Carga-horária: 26 horas-aula

Participantes: 7 juízes federais

**Jornada internacional direito e justiça – justiça e integração**

Promoção: Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) e Escola de Magistratura Federal da 5ª Região (Esmafe)

Local: Recife/PE

Período: 19 a 21/06

Carga-horária: 20 horas-aula

Participantes: 5 juízes federais

**Teoria e prática da docência *on-line* para magistrados**

Modalidade: curso EaD

Promoção: Escola de Magistratura Federal da 5ª Região (Esmafe)

Período: 04/06 a 03/07

Carga-horária: 35 horas-aula

Participantes: 13 juízes federais

**Ética *on-line***

Modalidade: curso EaD

Promoção: Escola de Magistratura Federal da 4ª Região (Emagis)

Período: 14/05 a 01/07

Carga-horária: 30 horas-aula

Participante: 1 juiz federal

**Ativismo judicial: limites e possibilidades**

Modalidade: curso

Promoção: Escola Nacional de Magistratura (ENM)

Local: Brasília/DF

Período: 09 e 10/08

Carga-horária: 20 horas-aula

Participante: 1 juiz federal

**1º Curso de formação de formadores: capacitação de docentes**

Promoção: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam)

Período: 20 a 24/08

Local: Brasília/DF

Carga-horária: 31 horas-aula

Participantes: 2 juízes federais

**Seminário sobre os 10 anos dos juizados especiais federais e IX Fórum nacional dos juizados especiais federais (Fonajef)**

Promoção: Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) e Escola de Magistratura Federal da 4ª Região (Emagis)

Período: 12 a 14/09

Local: Curitiba/PR

Carga-horária: 15 horas-aula

Participantes: 55 juízes federais

**Laboratório de aprimoramento docente**

Promoção: Escola de Magistratura Federal da 3ª Região (Emag)

Período: 15 a 19/10

Local: São Paulo/SP

Carga-horária: 24 horas-aula

Participantes: 5 juízes federais

**Workshop gerencial para magistrados**

Promoção: Seção Judiciária de Minas Gerais, com o apoio da Esmaf

Período: 22 e 23/10

Local: Caeté/MG

Carga-horária: 20 horas-aula

Participantes: 2 desembargadores federais e 34 juízes federais

**Curso interinstitucional de formação de formadores**

Promoção: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), Escola Nacional da Magistratura da França (ENM-França) e Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF)

Período: 05 a 09/11

Local: Brasília/DF



Carga-horária: 31 horas-aula

Participante: 1 juiz federal

### **O papel do Poder Judiciário na segurança de voo**

Modalidade: curso

Promoção: Centro de Estudos Judiciários da Justiça Militar da União (Cejum/STM)

Período: 26 a 30/11

Local: Brasília/DF

Carga-horária: 30 horas-aula

Participantes: 5 juízes federais

## **PARTICIPAÇÃO DE MAGISTRADOS EM EVENTOS INTERNACIONAIS**

### **Visita institucional**

Magistrado: juiz federal Leonardo Tocchetto Pauperio (SSJ Oiapoque/AP)

Local: Guiana Francesa

Período: 05/03

### **Conferência internacional humanities and contemporary world**

Magistrado: juiz federal Saulo José Casali Bahia (SJ/BA, em auxílio ao TRF 1ª Região)

Local: Podgorica, Montenegro

Período: 06 a 08/06

### **Seminário de pós-doutorado**

Magistrado: juiz federal Ney de Barros Bello Filho (SJ/MA)

Local: Università degli Studi di Lecce, Itália

Período: 11 a 15/06

### **Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável Rio+20**

Magistrado: desembargador federal Souza Prudente

Local: Rio de Janeiro/RJ

Período: 13 a 23/06

### **Rodada de discussões sobre a instalação no Brasil da Universidade das Nações Unidas (UNU)**

Magistrada: desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso

Local: Nova York, EUA

Período: 05 a 10/08

### **21st Annual meeting of the international police executive symposium**

Magistrados: juíza federal Adverci Rates Mendes de Abreu (SJ/BA) e juiz federal Régis de Souza Araújo (SJ/AC)

Local: Nova York, EUA

Período: 05 a 10/08



**1º Programa de intercâmbio com a Academia Judicial Alemã**

Magistrado: juiz federal Antonio Claudio Macedo da Silva (SJ/DF)

Local: Trier, Alemanha

Período: 03 a 08/09

**Seminário de doutorado Estado de derecho: derecho administrativo y justiça administrativa em América Latina**

Magistrada: juíza federal Vânia Cardoso André de Moraes

Local: Universität Erfurt, Alemanha

Período: 10 a 14/09

**Curso de atualização jurídica Nuevas tendencias en derecho ambiental**

Magistrados: juiz federal Carlos Geraldo Teixeira (SSJ Lavras/MG), juíza federal Iolete Maria Fialho de Oliveira (SSJ Rio Verde/GO), juiz federal Arthur Pinheiro Chaves (SJ/PA) e juíza federal substituta Andréa Márcia Vieira de Almeida (SJ/BA)

Local: Universitat Internacional de Catalunya, Barcelona, Espanha

Período: 17 a 21/09

**Solenidade de entrega de título e medalha de doutor**

Magistrado: juiz federal Alexandre Vidigal de Oliveira

Local: Universidad Carlos III de Madrid, Espanha

Período: 17 a 21/09

**Programa de aperfeiçoamento judicial. Intercâmbio de atualização em direito**

Magistradas: juíza federal substituta Andréa de Araújo Peixoto (SSJ Pouso Alegre/MG) e juíza federal substituta Mara Lina Silva do Carmo (SJ/DF)

Local: Università degli Studi di Roma Tor Vergata, Itália

Período: 24/09 a 07/10

**I Seminário de direito constitucional do Centro de Estudos Judiciários do Ministério da Justiça de Portugal**

Magistrados: desembargador federal Tolentino Amaral e juiz federal Rodrigo Navarro de Oliveira (SJ/MT)

Local: Lisboa, Portugal

Período: 11 a 21/10

**II Visita a tribunais superiores da Alemanha**

Magistrados: desembargador federal Reynaldo Fonseca, desembargadora federal Mônica Sifuentes, juíza federal Cristiane Miranda Botelho (SSJ Contagem/MG), juiz federal Regivano Fiorindo (SJ/PA), juiz federal Klaus Kuschel (SJ/MG) e juiz federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves (SJ/MG)

Local: Alemanha

Período: 25/10 a 03/11



**Projeto técnico, científico e acadêmico com o Centro de Estudios para el Desarrollo de las Telecomunicaciones y el Acceso a la Sociedad de la Información en América Latina (Cortal)**

Magistrado: juiz federal Alexandre Vidigal de Oliveira

Local: Montevideú, Uruguai

Período: 20 e 21/11

PÓS-GRADUAÇÃO

QUADRO 103

Juízes afastados para cursar pós-graduação

Seção Judiciária	Juiz	Período	Curso	Local
AC	Jair Araújo Facundes	17/03/2011 a 16/02/2013	Mestrado	Brasília
BA	Camile Lima Santos	11/10/2010 a 03/07/2012	Doutorado	Espanha
GO	Carlos Augusto Tõrres Nobre	30/07 a 27/10/2012	Mestrado (elaboração de dissertação)	–
MG	Evaldo de Oliveira Fernandes Filho	01/11/2012 a 31/10/2013	Programa de estudos	EUA
	Pedro Pereira Pimenta	Intermitente de 12/11/2012 a 26/07/2013	Mestrado	Portugal
	Simone dos Santos Lemos Fernandes	25/07/2012 a 30/06/2013	Programa de estudos	EUA
	Vânila Cardoso André de Moraes	Intermitente de 04/06 a 31/12/2012	Doutorado	Rio de Janeiro
MT	Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza	20/07 a 19/11/2012	Mestrado	Mato Grosso
	George Ribeiro da Silva	Intermitente de 03/12/2012 a 26/07/2013	Mestrado	Portugal
PA	Pablo Zuniga Dourado	15/08 a 13/10/2012	Mestrado (elaboração de dissertação)	–



## UNIVERSIDADE CORPORATIVA DA 1ª REGIÃO – UNICORP

O TRF 1ª Região vem investindo a cada ano no fortalecimento da Universidade Corporativa da 1ª Região (UniCorp), ciente de que o sucesso das organizações modernas depende da identificação, do aproveitamento e do desenvolvimento de seu capital intelectual.

### ENCONTRO ENTRE UNIDADES

Em 2012, dando continuidade às atividades de aproximação e integração entre as unidades do Tribunal e entre o Tribunal e as seccionais, para promover a troca de experiências e de boas práticas de trabalho, foram realizados o II Encontro de gabinetes e a Secin e o II Encontro de bibliotecários da Justiça Federal.

### EVENTOS PRESENCIAIS DE CAPACITAÇÃO TRANSMITIDOS POR VIDEOCONFERÊNCIA

Em 2012, o programa UniCorp em Videoconferência transmitiu 23 eventos presenciais, que aconteceram no Tribunal e em várias seccionais da 1ª Região, alcançando no total 3.812 participantes. Além de cursos, palestras e encontros diversos, ocorreram 7 edições da Terça Gerencial e 8 da Sexta Jurídica.

### EVENTOS VIRTUAIS DE CAPACITAÇÃO

Em 2012, 1.652 servidores da 1ª Região foram capacitados na modalidade virtual, tendo sido investido o montante de R\$ 134.692,80 na realização de 16 cursos.

Foram capacitados ainda 146 estagiários e prestadores de serviço da 1ª Região, que participaram do curso Nova ortografia da língua portuguesa, de 26/03 a 27/04.

### EVENTOS PRESENCIAIS INTERNOS DE CAPACITAÇÃO

Em 2012, em 15 eventos, 344 servidores da 1ª Região foram capacitados na modalidade presencial interno, sendo 222 do Tribunal e 122 das seccionais.

### EVENTOS PRESENCIAIS EXTERNOS DE CAPACITAÇÃO

Em 2012, 156 servidores desta Corte foram capacitados na modalidade presencial externo, tendo sido investido o montante de R\$ 214.949,22 para a inscrição em 69 cursos, nas seguintes áreas: direito, licitação e gestão de contratos; orçamento, finanças e contabilidade; tributos; gestão de pessoas; saúde e qualidade de vida; biblioteconomia, arquivologia e ciência da informação; comunicação; gerenciamento de projetos; tecnologia da informação; infraestrutura e meio ambiente.



## OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores.

■ Descrição do objetivo

Fortalecer o grau de satisfação no ambiente de trabalho, contribuindo para o bem-estar dos magistrados e servidores, por meio da otimização da estrutura organizacional, de mecanismos que melhorem o bem-estar organizacional, da política de gestão de pessoas e das relações socioprofissionais.

### PREVIDÊNCIA

QUADRO 104

Aposentados, pensionistas e instituidores

175

Local	Aposentados	Pensionistas	Instituidores
TRF	102	22	16
AC	18	6	6
AM	26	20	11
AP	17	1	1
BA	86	33	25
DF	159	46	39
GO	59	24	14
MA	37	32	12
MG	207	70	47
MT	40	11	6
PA	44	40	23
PI	25	15	8
RO	14	8	4
RR	19	2	2
TO	8	–	–
<b>TOTAL</b>	<b>861</b>	<b>330</b>	<b>214</b>



O total de aposentados passou de 792 em 2011 para 861 em 2012, tendo um aumento significativo de 8,71%.

O sistema de contagem de tempo de serviço para aposentadoria, desenvolvido em 2011, foi concluído e está em pleno funcionamento.

Para 2013, planeja-se descentralizar a emissão dos formulários de concessão de aposentadoria e pensões do Tribunal de Contas da União (TCU).

## CARREIRA

### CONCURSO PÚBLICO DE MAGISTRADOS

Iniciado em 2011, o XIV Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto foi aberto com vistas ao preenchimento de 107 cargos vagos.

Em 22 de outubro de 2012, 56 candidatos aprovados na 2ª etapa (provas escritas) foram convocados, por edital, para a prova oral e o sorteio dos grupos.

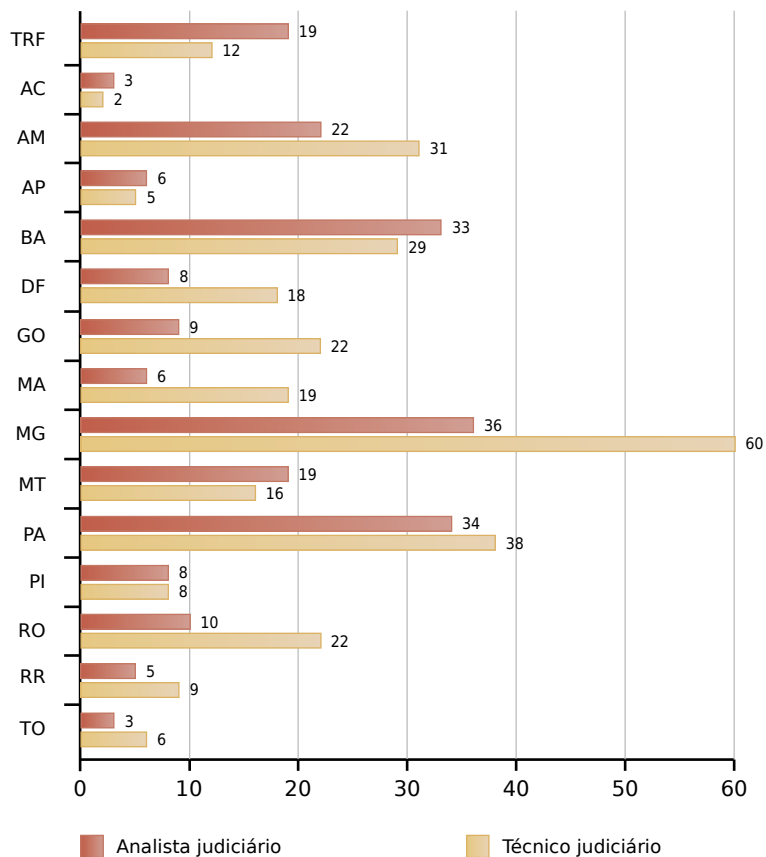
Compareceram à convocação para a prova oral 54 candidatos, que foram arguidos individual e publicamente pela Comissão de Concurso, nos termos do edital do concurso, sendo a prova realizada no Salão Nobre do Edifício Sede I do Tribunal, no período de 19 a 27 de novembro.

Em 30 de novembro, foi publicado edital com o resultado final da prova oral e o provisório na prova de títulos, encerrando-se, dessa forma, o concurso com a homologação em sessão da Corte Especial administrativa em 13 de dezembro.

### CONCURSO PÚBLICO DE SERVIDORES

Realizado em 2011, o V Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal do TRF 1ª Região e de suas seccionais nomeou, em 2012, 595 candidatos, sendo que 518 tomaram posse.

GRÁFICO 12  
Posses de candidatos por local



Tramita no Tribunal o Processo Administrativo 2.599/2012, com vistas à realização de concurso público para provimento de cargos de bibliotecário e engenheiro civil e na área de tecnologia da informação.



#### RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E COLOCAÇÃO DE PESSOAL

Houve lotação inicial e ambientação de 39 servidores que, por concurso, requisição, remoção ou outra forma legalmente prevista, ingressaram no Tribunal, bem como a realização de 78 processos para seleção de funções comissionadas e excedentes.

#### INCENTIVO À CARREIRA

Foram concedidos 203 adicionais de qualificação em razão de ações de treinamento e 71 em razão de especializações, de acordo com a Resolução 126/2010 do Conselho da Justiça Federal (CJF). E, nos termos da Resolução Presi 600-07/2008, foram solicitadas 27 licenças para capacitação.

#### SISTEMA INTEGRADO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL (SIADES)

A avaliação de desempenho e o acompanhamento funcional dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus, para aprovação no estágio probatório, progressão funcional e promoção, são regulamentados pelas Resoluções 43/2008 e 107/2010 do Conselho da Justiça Federal (CJF). Com essa finalidade, foram avaliados 160 servidores, dos quais 142 foram considerados aptos à progressão, tendo sido emitidas 17 portarias.

#### QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL

A atual gestão do Tribunal traz, como uma das principais diretrizes, a constante promoção da qualidade de vida do servidor. Para tanto, estão focalizados, entre outras realizações, o desenvolvimento de ações do Programa Vida Legal e a instalação de um centro de fisioterapia.

#### DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO PROGRAMA VIDA LEGAL

Em janeiro de 2012, como parte do projeto de reestruturação do Programa Vida Legal da Justiça Federal 1ª Região, foi aplicado o Diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho, tendo 5.124 respondentes, o que significa 39,34% de um universo de 13.129 pessoas, entre magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários.

Para a elaboração do diagnóstico, foram avaliados cinco fatores relacionados à qualidade de vida no trabalho:

- condições de trabalho e suporte organizacional (média 6,95);
- organização do trabalho (média 3,59);
- crescimento e reconhecimento profissional (média 6,01);
- relações socioprofissionais (média 7,22);
- elo entre trabalho e vida social (média 7,22).



A partir daí, foi instituído o Comitê Gestor de Qualidade de Vida no Trabalho no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Portaria Presi Secre 256 de 03/09/2012) e adotadas ações voltadas para a conquista de condições de trabalho ergonomicamente adequadas à promoção da saúde e segurança do corpo funcional, à fomentação de parcerias, à disseminação de boas práticas e à estimulação do desenvolvimento de competências em busca da valorização e crescimento organizacional, profissional e pessoal.

#### EVENTOS DO PROGRAMA VIDA LEGAL

Em 2012, 425 servidores, entre ativos e inativos, participaram dos 14 eventos promovidos pelo Programa Vida Legal, sendo 8 eventos sem custo e 6 a um custo total de R\$ 55.249,00. Como ações do programa, foram desenvolvidos eventos do Viva Melhor sua Aposentadoria, Educação Financeira, Vigilantes do Peso e ainda durante as comemorações de datas especiais, como o dia Internacional da Mulher, o Dia das Mães e o Dia do Servidor Público.

#### INSTALAÇÃO DE CENTRO DE FISIOTERAPIA

Como uma das diversas ações que objetivam o bem-estar e a qualidade de vida dos servidores, alinhada com as diretrizes da Presidência, foram desenvolvidos projetos visando à iminente implantação de serviços de fisioterapia e de prática de atividades físicas e de relaxamento, nas próprias dependências do Tribunal, com recursos da União e do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, prevista para o primeiro semestre de 2013.

Uma fisioterapeuta foi contratada como consultora para desenvolver os estudos precedentes à implantação, com recursos pagos pelo Programa de Qualidade de Vida (Pro-Bem).

A decisão de criar o espaço para atividades físicas decorre de indicadores emanados de resultado de pesquisa realizada no âmbito da 1ª Região, que aponta diversos problemas, entre os quais o estresse, a pressão para realização das tarefas e a relação conturbada no ambiente de trabalho.

As atividades sugeridas refletem o desejo da maior parte dos servidores do Tribunal, que responderam à pesquisa e indicaram, na grande maioria, preferência por pilates, ioga, relaxamento, meditação e *tai chi chuan*. Pretende-se, com a realização dessas atividades, aliviar as tensões naturais do trabalho, além de buscar uma maior integração entre os participantes, trazer benefícios à saúde e estimular a prática de atividades físicas, como forma de combater o sedentarismo e as doenças relacionadas ao aparelho locomotor, à depressão e ao estresse e, por consequência, reduzir o absenteísmo.





## PROGRAMAS E CAMPANHAS

## QUADRO 105

## Projeto Superação – assistência social

Beneficiários internados, atendidos	35
Atendimentos e orientações	–
Visitas hospitalares e domiciliares	16
Relatórios de acompanhamento e pareceres técnicos	20

## QUADRO 106

## Projeto Doe sangue, doe vida

Total de doadores cadastrados	308
Doadores encaminhados para doação	127
Doações de sangue realizadas, por encaminhamento do projeto	92

## PROGRAMA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE RISCOS CARDIOVASCULARES

- Semana do Coração

Foram aferidas 1.291 pressões arteriais, 160 glicemias capilares, 143 exames de tonometria e 35 exames de bioimpedância.

- Reuniões de grupo

Foram realizadas reuniões de grupo, inicialmente, neste ano de 2012, na Secad, Secin e nos gabinetes das desembargadoras federais Neuza Alves e Ângela Catão. Na Secad participaram 21 pessoas, na Secin 23 pessoas, no gabinete da desembargadora federal Neuza Alves 20 pessoas e no gabinete da desembargadora federal Ângela Catão 14 pessoas.

## CAMPANHA DE VACINAÇÃO

- XIII Campanha de Vacinação contra a Gripe

Houve a administração de 1.200 doses da vacina trivalente, com a inclusão do vírus H1N1, em magistrados e servidores e algumas doses excedentes em terceirizados.

## PROGRAMA DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DA SAÚDE DOS SERVIDORES (PAPSS)

- Pré-consultas de enfermagem

1.200 servidores foram convidados para exames periódicos por telefone ou *e-mail*.

- Orientações para realização dos exames e consultas  
894 servidores fizeram a pré-consulta de enfermagem.

- Consultas médicas finais  
723 servidores fizeram a consulta final com médicos da Secbe.

### ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Entre as ações de bem-estar social, o Tribunal promove ainda a assistência direta e indireta à saúde dos magistrados e servidores. A assistência direta corresponde à prestação de assistência médica, odontológica, psicológica, social e de enfermagem realizada nas dependências do Tribunal e das Seções Judiciárias para todos os magistrados, servidores (ativos e inativos) e pensionistas, independentemente de inscrição no Pro-Social. Já a assistência indireta é aquela prestada aos beneficiários do Pro-Social.

GRÁFICO 13  
Usuários do serviço médico

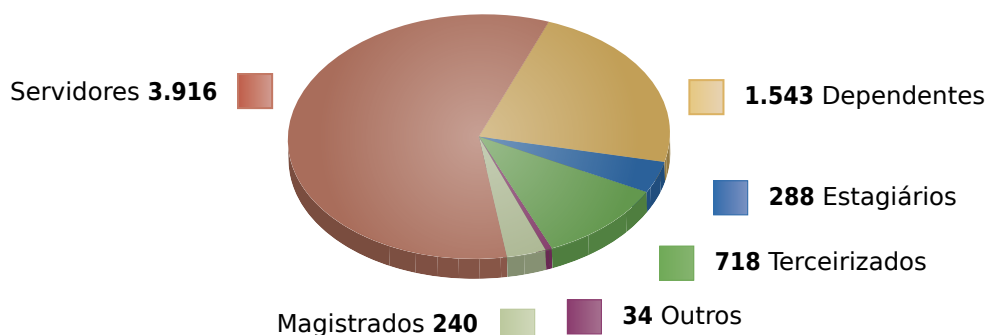
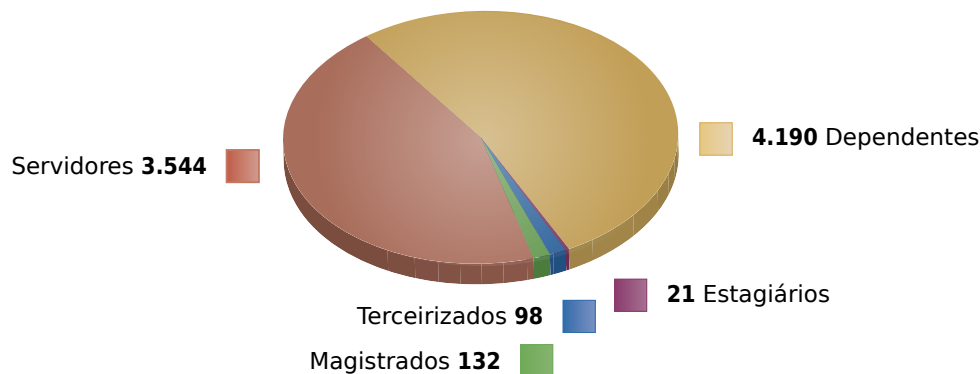


GRÁFICO 14  
Usuários do serviço odontológico



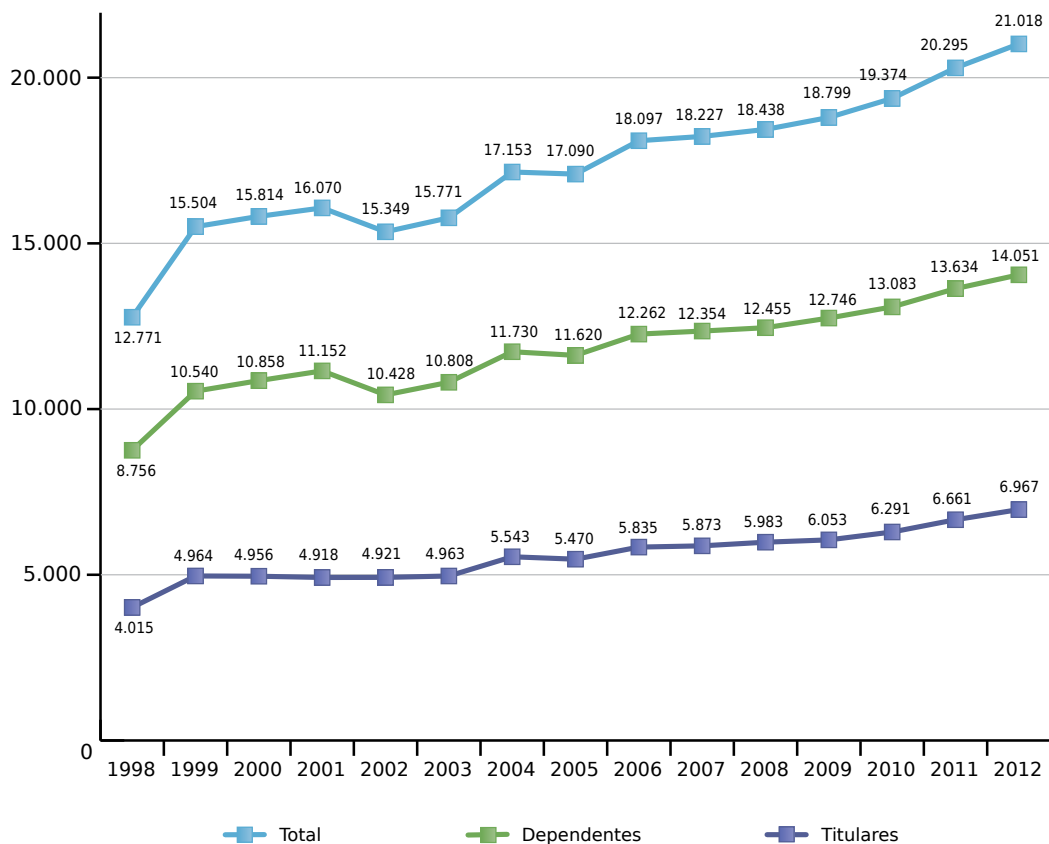


QUADRO 107  
Beneficiários do Pro-Social

Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores do TRF 1ª Região – Pro-Social – dezembro/2012*																
Tipos	TRF	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MT	MG	PA	PI	RO	RR	TO	TOTAL GERAL
Ativos																
Titulares	1.025	101	188	115	783	653	498	295	248	1.283	317	210	172	87	130	6.105
Dependentes	2.243	265	409	290	1.544	1.321	1.020	759	514	2.674	747	573	407	204	313	13.283
Inativos																
Titulares	102	16	22	13	59	139	49	27	33	145	28	20	15	16	9	693
Dependentes	108	24	20	17	55	150	61	33	41	161	23	20	19	19	17	768
Pensionistas																
Titulares	23	5	5	3	10	28	17	17	9	23	17	8	2	2	–	169
Subtotal																
Titulares	1.150	122	215	131	852	820	564	339	290	1.451	362	238	189	105	139	6.967
Dependentes	2.351	289	429	307	1.599	1.471	1.081	792	555	2.835	770	593	426	223	330	14.051
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.501</b>	<b>411</b>	<b>644</b>	<b>438</b>	<b>2.451</b>	<b>2.291</b>	<b>1.645</b>	<b>1.131</b>	<b>845</b>	<b>4.286</b>	<b>1.132</b>	<b>831</b>	<b>615</b>	<b>328</b>	<b>469</b>	<b>21.018</b>

\* Dados retirados a partir do relatório TRF012, em 03/01/2013 do sistema e-Pro-Social.

**GRÁFICO 15**  
Evolução do quantitativo de beneficiários do Pro-Social



**QUADRO 108**  
Demonstrativo de credenciamento

Demonstrativo das atividades realizadas pela Secoc no exercício de 2012	
Propostas analisadas para credenciamento	41
Credenciados na área médica	17
Credenciados na área odontológica	11
Credenciados na área de saúde mental	7
Termos aditivos	21
Termos aditivos em negociação	4
Termos de rescisão	3



Demonstrativo das atividades realizadas pela Secoc no exercício de 2012	
Propostas de reajustes analisadas	29
Propostas de reajustes em negociação	4
Solicitações, via memorando, de autuações de PA e visitas técnicas a clínicas e hospitais em fase de credenciamentos	74
Solicitações de visitas técnicas a clínicas e hospitais para possíveis credenciamentos (aguardando vistoria)	9

## GESTÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO PRO-SOCIAL

## QUADRO 109

## Análise comparativa receita e despesa 2011/2012

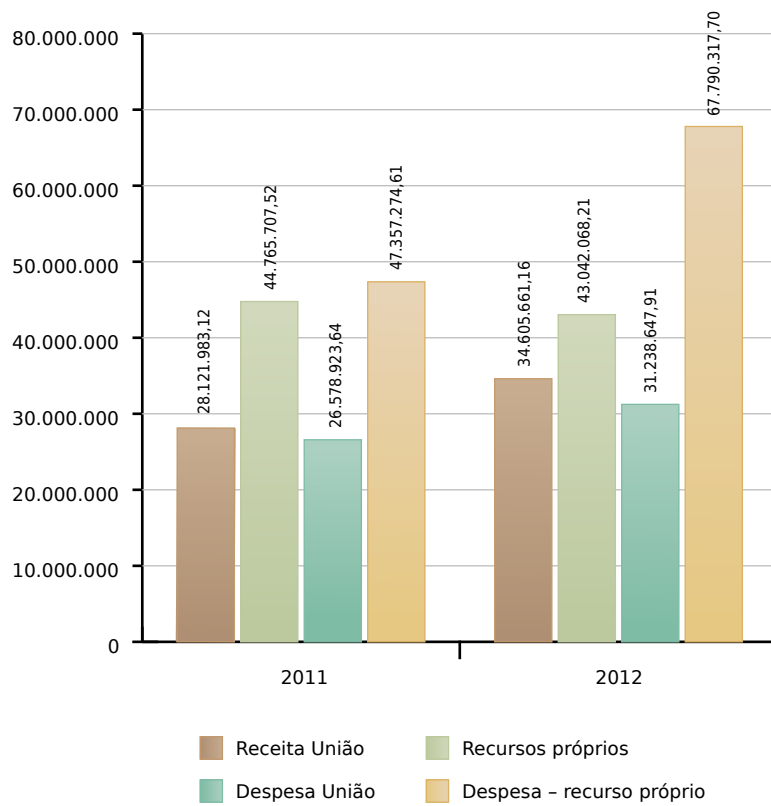
Ano/Discriminação	2011	2012	Variação
Receita Total	72.887.690,64	77.647.729,37	6,5%
União*	28.121.983,12	34.605.661,16	23,1%
Recursos Próprios	44.765.707,52	43.042.068,21	-3,9%
Despesa Total	73.936.198,25	99.028.965,61	33,9%
União	26.578.923,64	31.238.647,91	17,5%
Recursos Próprios	47.357.274,61	67.790.317,70	43,1%
Receita Média per capita			
Por Titular/Ano	10.942,45	11.145,07	1,9%
Por Titular/Mês	911,87	928,76	1,9%
Por Beneficiário/Ano	3.591,41	3.694,34	2,9%
Por Beneficiário/Mês	299,28	307,86	2,9%
Despesa Média per capita			
Por Titular/Ano	11.099,86	14.214,00	28,1%
Por Titular/Mês	924,99	1.184,50	28,1%
Por Beneficiário/Ano	3.643,07	4.711,63	29,3%
Por Beneficiário/Mês	303,59	392,64	29,3%
Reserva Total	78.624.861,75	53.876.612,26	-31,5%
Número de Titulares	6.661	6.967	
Número de Beneficiários (Titulares e Dependentes)	20.295	21.018	

\* Na Receita e na Despesa da União estão incluídos os valores de Restos a Pagar.

Receitas	TOTAL
Saldo em 31/12/2011	78.624.861,75
Contribuição social	33.758.463,97
Cota do associado	179.859,68
Custeios diversos	3.638.950,59
Outros	367.660,81
Rendimentos	5.097.133,16
<b>TOTAL</b>	<b>43.042.068,21</b>
Saldo em 31/12/2012	53.876.612,26

GRÁFICO 16

Análise comparativa receita e despesa 2011/2012





A receita total (Recursos da União e Recursos Próprios) em 2012 atingiu o montante de R\$ 77.647.729,37, superando em 6,5% a de 2011. Neste montante está incluído o valor de R\$ 3.347.164,70, inscrito em Restos a Pagar.

A despesa total paga foi de R\$ 99.028.965,61, representando um acréscimo de 33,9% em relação ao ano de 2011. O exercício financeiro encerrou com um déficit de R\$ 21.381.236,24.

A reserva financeira total acumulada do Pro-Social atingiu R\$ 53.876.612,26, havendo redução de R\$ 24.748.249,49 em relação a 2011.

Importante ressaltar, neste quadro, a relação receita e despesa de forma individualizada (*per capita*) por titular e por beneficiário. Observa-se que o aporte médio de receita originada por beneficiário titular (recursos próprios mais União) para o Pro-Social foi de R\$ 928,76 por mês e a despesa média mensal de R\$ 1.184,50.

No quadro II, é possível visualizar o detalhamento mensal de todas as receitas e despesas com Recursos da União e Próprios, bem como os respectivos saldos.

No quadro III, demonstra-se o volume de recursos gastos anualmente, em cada segmento de despesa ou procedimento específico de assistência à saúde dos beneficiários do Programa.

Do total das despesas, os segmentos área administrativa e área social representam 11,19%, despesas médicas 76,08% e despesas odontológicas 12,72%.

Verifica-se ainda que, na área médica, os procedimentos com internações clínicas e cirúrgicas representaram 39,51% da despesa. Na área odontológica, o gasto com prótese dentária foi o mais relevante, atingindo 31,81%.

No exercício de 2012, houve aumento de 6% nas tabelas do Pro-Social.

Como previsto, o Pro-Social estendeu para toda a 1ª Região o serviço de auditoria médica interna e externa.



## QUADROS 110

## Demonstrativo de receitas e despesas – recursos da União – 2012

Mês	Recursos da União			
	Restos a pagar executado	Receitas	Despesas	Saldo
jan.	1.034.639,24	27.975.240,00	49.742,53	27.925.497,47
fev.	57.802,33	0,00	597.477,75	27.328.019,72
mar.	105.095,72	0,00	1.810.826,03	25.517.193,69
abr.	15.544,59	0,00	2.183.474,75	23.333.718,94
maio	128.489,57	0,00	4.171.020,68	19.162.698,26
jun.	28.166,63	0,00	4.913.582,91	14.249.115,35
jul.	4.494,32	0,00	4.256.538,24	9.992.577,11
ago.	3.965,49	0,00	5.898.847,21	4.093.729,90
set.	12.854,92	0,00	1.907.070,94	2.186.658,96
out.	20.901,46	0,00	1.077.315,03	1.109.343,93
nov.	20.095,00	0,00	218.607,23	890.736,70
dez.	441,28	5.178.082,06	2.721.654,06	3.347.164,70
<b>TOTAL</b>	<b>1.432.490,55</b>	<b>33.153.322,06</b>	<b>29.806.157,36</b>	<b>3.347.164,70</b>

Fonte: Secor





QUADRO 111  
Demonstrativo de receitas e despesas – recursos próprios – 2012

Mês	Recursos Próprios								
	Saldo anterior	Receitas						Despesas	Saldo
		Contribuição	Cotas	Custeios Diversos	Rendimentos	Outras	TOTAL		
jan.	78.624.861,75	2.741.315,30	35.613,56	282.301,55	655.960,76	27.741,09	3.742.932,26	4.472.517,76	77.895.276,25
fev.	77.895.276,25	2.765.429,21	19.959,47	218.460,57	428.513,37	29.428,14	3.461.790,76	6.059.217,06	75.297.849,95
mar.	75.297.849,95	2.783.205,11	20.391,57	256.912,09	561.876,23	30.215,19	3.652.600,19	7.607.866,77	71.342.583,37
abr.	71.342.583,37	2.796.064,24	16.792,10	271.565,23	470.474,48	29.610,46	3.584.506,51	3.882.419,70	71.044.670,18
maio	71.044.670,18	2.806.418,87	6.731,52	289.787,76	427.800,31	30.519,15	3.561.257,61	5.024.886,70	69.581.041,09
jun.	69.581.041,09	2.821.542,54	7.957,07	330.052,94	397.176,36	32.894,95	3.589.623,86	4.271.611,12	68.899.053,83
jul.	68.899.053,83	2.817.278,05	4.286,91	337.928,80	443.704,25	32.314,50	3.635.512,51	3.692.686,48	68.841.879,86
ago.	68.841.879,86	2.836.756,04	7.257,85	347.851,18	436.796,31	30.450,60	3.659.111,98	4.293.492,14	68.207.499,70
set.	68.207.499,70	2.833.608,49	8.830,55	332.473,60	329.802,20	31.215,23	3.535.930,07	4.119.735,94	67.623.693,83
out.	67.623.693,83	2.840.856,14	13.256,18	327.124,58	376.229,97	30.854,00	3.588.320,87	8.535.574,48	62.676.440,22
nov.	62.676.440,22	2.855.263,23	16.739,17	316.891,98	298.027,71	30.950,25	3.517.872,34	6.048.234,67	60.146.077,89
dez.	60.146.077,89	2.860.726,75	22.043,73	327.600,31	270.771,21	31.467,25	3.512.609,25	9.782.074,88	53.876.612,26
TOTAL		33.758.463,97	179.859,68	3.638.950,59	5.097.133,16	367.660,81	43.042.068,21	67.790.317,70	53.876.612,26

Fonte: Divaf



## QUADRO 112

## Aplicação dos recursos do Pro-Social por benefícios

Benefícios	Valor	
	TOTAL	%
<b>I – Despesas Área Social</b>		
1 – Pro-Bem	450.213,85	29,04
2 – INSS Patronal Pro-Bem	7.749,12	0,50
3 – Auxílio Material Escolar	1.092.400,00	70,46
<b>Subtotal I</b>	<b>1.550.362,97</b>	<b>100,00</b>
<b>II – Despesas Médicas</b>		
1 – Consultas	8.122.961,03	10,78
2 – Exames Laboratoriais	13.319.674,91	17,68
3 – Exames Radiológicos	3.639.174,06	4,83
4 – Exames Cardiológicos	1.650.761,45	2,19
5 – Quimioterapia	562.139,08	0,75
6 – Internações Clínicas e Cirúrgicas	29.771.808,06	39,51
7 – Medicina Física e Reabilitação	1.894.287,92	2,51
8 – Psicologia	2.963.591,81	3,93
9 – Fonoaudiologia	661.682,89	0,88
10 – OPMES	3.937.187,02	5,23
11 – Outros Exames e Procedimentos Médicos	2.764.956,56	3,67
12 – INSS Patronal–médica	6.062.207,37	8,05
<b>Subtotal II</b>	<b>75.350.432,16</b>	<b>100,00</b>
<b>III – Despesas Odontológicas</b>		
1 – Consulta Odontológica	1.376.753,42	10,93
2 – Dentisteria	1.161.337,60	9,22
3 – Odontopediatria	128.977,73	1,02
4 – Prótese Dentária	4.006.736,50	31,81
<b>III – Despesas Odontológicas</b>		
5 – Cirurgia	331.611,88	2,63
6 – Periodontia	731.870,50	5,81
7 – Radiologia	1.042.538,55	8,28
8 – Endodontia	537.084,11	4,26
9 – Prevenção	1.264.024,50	10,03



Benefícios	Valor	
	TOTAL	%
10 – Ortodontia	734.080,27	5,83
11 – Outras	62.468,54	0,50
12 – INSS Patronal-odontológica	1.220.218,08	9,69
Subtotal III	12.597.701,68	100,00
IV – Despesas Área Administrativa		
1 – Contratos Locação de Mão de Obra e Auditoria Médica	9.022.263,77	94,67
2 – Seguro de Vida	287.713,40	3,02
3 – Passagens e Hospedagem (TFD)	52.459,56	0,55
4 – Outras Despesas	168.032,07	1,76
Subtotal IV	9.530.468,80	100,00
TOTAL GERAL	99.028.965,61	

Fonte: Divaf e Secor

Recursos: União e próprios

No quadro IV, é possível a visualização das contas de receitas de recursos próprios e saldo da Reserva Financeira do Programa.

#### QUADRO 113

##### Composição dos recursos próprios do Pro-Social

Receitas	TOTAL
Saldo em 31/12/2011	78.624.861,75
Contribuição social	33.758.463,97
Cota do associado	179.859,68
Custeios diversos	3.638.950,59
Outros	367.660,81
Rendimentos	5.097.133,16
TOTAL	43.042.068,21
Saldo em 31/12/2012	53.876.612,26

Fonte: Divaf



QUADRO 114

Evolução do número de beneficiários e variação percentual – 1999/2012

Ano	Titulares	Dependentes	TOTAL	Variação %
1999	4.964	10.540	15.504	–
2000	4.956	10.858	15.814	1,999
2001	4.918	11.152	16.070	3,651
2002*	4.921	10.428	15.349	-1,000
2003	4.963	10.808	15.771	1,722
2004	5.543	11.730	17.273	11,410
2005	5.470	11.620	17.090	10,230
2006	5.835	12.267	18.102	16,757
2007	5.873	12.354	18.227	17,563
2008	6.014	12.642	18.656	20,330
2009	6.078	12.738	18.816	21,362
2010	6.288	13.053	19.341	24,748
2011	6.661	13.634	20.295	30,902
2012	6.967	14.051	21.018	35,565

Fonte: Divaf

\* Redução de beneficiários-alteração rol dependentes.

Observa-se que até 2012 houve um crescimento de 35,56% no número de beneficiários do Programa, em relação ao ano de 1999, passando a 21.018 beneficiários.

QUADRO 115

Outras informações administrativas/financeiras da Divaf

Atividades	Quantidade
Número de processos abertos	3.175
Número de guias analisadas e pagas	318.171

Este quadro demonstra a frequência de procedimentos por beneficiário, destacando-se os principais procedimentos das áreas médica, odontológica e psicológica e sintetizando-se como “outros” a soma dos procedimentos menos expressivos ou acessórios aos principais. Verifica-se que durante o ano foi processado e pago um total de 1.135.652 atendimentos com uma frequência média de 54,03 por beneficiário/ano.

## QUADRO 116

## Benefícios concedidos na área de saúde e atendimento externo

Benefícios	Quantidade de procedimentos	Média total
Consulta médica	135.022	6,42
Exame laboratoriais	423.428	20,15
Exames radiológicos	24.103	1,15
Exames cardiológicos	10.735	0,51
Quimioterapia	3.348	0,16
Internações clínicas e cirúrgicas	353.118	16,80
Medicina física e reabilitação	24.988	1,19
Psicologia	26.463	1,26
Fonoaudiologia	5.579	0,27
OPMES	906	0,04
Outros exames e procedimentos médicos	22.565	1,07
Consulta odontológica	17.652	0,84
Dentisteria	13.087	0,62
Odontopediatria	2.646	0,13
Prótese dentária	12.807	0,61
Cirurgia	1.604	0,08
Periodontia	8.447	0,40
Radiologia	17.889	0,85
Endodontia	3.130	0,15
Prevenção	22.906	1,09
Ortodontia	5.226	0,25
Outras	3	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.135.652</b>	<b>54,03</b>
<b>Número de beneficiários</b>	<b>21.018</b>	

Fonte: Divaf

O quadro a seguir indica as médias de despesas mensais por beneficiário. Do total de R\$ 99.028.965,61, a média *per capita* foi de R\$ 392,64, sendo R\$ 298,75 na área médico-hospitalar, R\$ 49,95 na odontológica e R\$ 43,93 na administrativa.



## QUADRO 117

## Aplicação dos recursos per capita/mês

Despesas médico-hospitalares (R\$)		Despesas odontológicas (R\$)		Despesas administrativas* (R\$)		Despesas totais (R\$)	
TOTAL	Média mensal per capita	TOTAL	Média mensal per capita	TOTAL	Média mensal per capita	TOTAL	Média mensal per capita
75.350.432,16	298,75	12.597.701,68	49,95	11.080.831,77	43,93	99.028.965,61	392,64

\* Área social/administrativa.

Número de beneficiários = 21.018

## QUADRO 118

## Número de beneficiários do Programa

Orgão	Titulares	Dependentes	TOTAL
TRF	1.150	2.351	3.501
SJAC	122	289	411
SJAP	131	307	438
SJAM	215	429	644
SJBA	852	1.599	2.451
SJDF	820	1.471	2.291
SJGO	564	1.081	1.645
SJMA	339	792	1.131
SJMT	290	555	845
SJMG	1.451	2.835	4.286
SJPA	362	770	1.132
SJPI	238	593	831
SJRO	189	426	615
SJRR	105	223	328
SJTO	139	330	469
<b>TOTAL</b>	<b>6.967</b>	<b>14.051</b>	<b>21.018</b>

Fonte: Diane



## ATOS DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PRO-SOCIAL

- Negou provimento ao recurso que solicitava a inscrição de pais no Pro-Social cujo somatório de renda extrapolava o valor determinado no Regulamento do Programa, em sessão realizada no dia 08/02/2012 – PA 7.365/2011.
- Negou provimento ao recurso para inclusão de irmão curatelado no Pro-Social, em sessão realizada no dia 16/04/2012 – PA 8.677/2011.
- Aprovou, por unanimidade, a proposta apresentada pela Secbe para a normatização da assistência domiciliar, em sessão realizada no dia 16/04/2012 – PA 2.506/2012.
- Aprovou, por unanimidade, a proposta apresentada pela Secbe para a normatização da UTI Móvel, em sessão realizada no dia 16/04/2012 – PA 2.507/2012.
- Indeferiu, por unanimidade, pedido para prorrogação de tratamento especializado. Os tratamentos especializados devem ser realizados conforme as regras do Programa, nos limites previstos. Essa decisão foi estendida aos demais beneficiários com autorização para tratamento similar, a qual tem validade somente até a data em que complete o último período da prorrogação, desde que já autorizado. Sessão de 09/05/2012 – PA 9.953/2008.
- Credenciamento da Clínica Perspectiva Consultoria e Psicologia Ltda., com a inclusão da especialidade de Psiquiatria no Termo de Credenciamento 004/2012, em sessão realizada no dia 11/07/2012 – PA 8.646/2011.
- Reajuste nas tabelas médicas do Pro-Social, em sessão realizada no dia 21/09/2012 – PA 8.843/2012.
- Contratação de fisioterapeuta para Serviços de Fisioterapia pelo prazo de 06 (seis) meses, em sessão realizada no dia 10/10/2012 – PA 7.057/2012.
- Inclusão no Termo de Credenciamento 020/2007, celebrado com a Clínica Villas Boas, do exame PET/CT ESCAN com o GÁLIO 68, em sessão realizada no dia 10/10/2012 – PA 8.638/2006.
- Posse do novo representante dos servidores no Conselho Deliberativo do Pro-Social, Maurício da Silveira Araújo, conforme disposto no item I, F, da Portaria/PRESI/SECBE 385, de 27/11/2012, em sessão realizada no dia 12/12/2012 – PA 3.626/2000.
- Dispensa de autenticação (carimbo) nos documentos produzidos no exterior pelos Consulados Brasileiros, mantidas as demais exigências previstas no Regulamento do Pro-Social, em sessão realizada no dia 12/12/2012 – PA 7.920/2012.



- Reajuste no preço das tabelas pactuadas no credenciamento com o Hospital Anchieta, em sessão realizada no dia 12/12/2012 – PA 9.411/2005.
- Reajuste no preço das tabelas pactuadas no credenciamento com a Clínica Ser de Atenção Interdisciplinar de Saúde Mental – SER, em sessão realizada no dia 12/12/2012 – PA 7.069/2008.

#### CONCESSÕES DE BENEFÍCIOS

Em 2012, no Tribunal foram pagos a magistrados 10 auxílios-pré-escolar e 314 auxílios-alimentação. A servidores foram pagos 2.176 auxílios-pré-escolar, 13.220 auxílios-alimentação, 40 auxílios-saúde e 405 auxílios-transporte.





## INFRAESTRUTURA E TI

### OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Prover estrutura e meios de segurança adequados.

■ Descrição do objetivo

Disponibilizar, com economicidade, infraestrutura física considerando a ergonomia, a acessibilidade, os processos de trabalho, a estrutura e os desenhos organizacionais; sistemas e meios para garantir a segurança pessoal e predial, permitindo a execução das atividades da Justiça Federal de forma eficiente, eficaz, efetiva e segura.

#### INFRAESTRUTURA

##### CONSTRUÇÃO NA NOVA SEDE

A atual etapa de construção da nova sede do Tribunal, que compreende as estruturas de concreto dos quatro blocos que compõem o seu complexo de edifícios, encontra-se bastante avançada. A concretagem dos blocos A e D, as principais edificações do conjunto, com nove andares cada uma, foi praticamente concluída e deve ser finalizada em fevereiro de 2013.

Em dezembro foi celebrado o contrato de execução das esquadrias de vidro e demais estruturas de revestimento dos blocos A, C e D, com prazo de conclusão projetado em 12 meses. A previsão é de que a estrutura de sustentação do edifício e o revestimento externo desses três blocos sejam inteiramente executados até o início de 2014.

QUADRO 119

Valores dos serviços mensurados na estrutura de concreto da obra da nova sede

Ano	TOTAL (R\$)
2011	24.578.490,00
2012	46.797.690,00

Destaca-se ainda que o Tribunal firmou termo de cooperação técnica com o Exército Brasileiro para que seus profissionais do ramo da indústria da construção civil prestem assistência técnica aos servidores-fiscais do Contrato 98/2010, relativo à execução da estrutura de concreto armado e protendido de sua nova sede. A parcela executiva das

rotinas diárias de fiscalização e controle da obra passaram a ser realizadas pela equipe de profissionais da Comissão Regional de Obras da 11ª Região Militar do Exército Brasileiro (CRO11).

■ Imagens sequenciais da execução dos blocos A e D em 2012

Ascom/TRF1



Ascom/TRF1

Janeiro/fevereiro 2012 – execução dos pilares dos pilotis e, em seguida, das primeiras lajes de piso de pavimento dos blocos A e D.

Ascom/TRF1



Ascom/TRF1

Julho 2012 – execução da laje de piso do 4º pavimento do bloco A e do 5º pavimento do bloco D.

Ascom/TRF1



Ascom/TRF1

Dezembro 2012 – colocação de formas para concretagem da laje de piso do 8º pavimento do bloco A e do 9º pavimento do bloco D.



### OCUPAÇÃO DOS ANEXOS I E III

Os edifícios Anexos I e III, anteriormente utilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram ocupados por unidades integrantes da estrutura administrativa do Tribunal, ao longo dos três primeiros meses do segundo semestre de 2012, restando a transferência das instalações da Diretoria-Geral da Secretaria (Diges), da sua Assessoria Jurídica (Asjur), do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag) e da Assessoria de Assuntos da Magistratura (Asmag).

Com o recebimento desses prédios, localizados na Praça dos Tribunais Superiores, com área total de 16.500 m<sup>2</sup>, foi possível devolver à Fundação Nacional de Saúde os 2.500 m<sup>2</sup> cedidos temporariamente em dois pavimentos do edifício Funasa à Seção Judiciária do Distrito Federal e os 3.200 m<sup>2</sup> ocupados pela Secin e Secbe no edifício Cidade de Cabo Frio. Com isso, os 10.800 m<sup>2</sup> a mais de área representaram uma ampliação de 20% sobre a área total até então ocupada pelo Tribunal, garantindo uma expressiva melhoria no espaço físico de suas unidades administrativas.

Deve-se destacar que o agrupamento de todas as secretarias que compõem a administração possibilitou maior agilidade e eficiência operacional, antes comprometidas pela distância que as separava.

### DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO DOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

O detalhamento orçamentário referente aos projetos de infraestrutura da 1ª Região pode ser consultado no capítulo “Orçamento”, mais especificamente no item “Projetos” do tópico “Créditos Orçamentários”, na página 237 deste relatório.

### AMPLIAÇÃO E REFORMA DO ESPAÇO DESTINADO AO RESTAURANTE

Visando oferecer serviços de melhor padrão de qualidade e maior conforto aos usuários do restaurante do Tribunal, foi iniciado, no período de recesso do Tribunal, o serviço de engenharia para ampliação do espaço, adequação da infraestrutura e modernização das instalações prediais.

Além de oferecer um projeto moderno e funcional do local, a obra, com prazo de dois meses, tem também por objetivo atender às exigências sanitárias estabelecidas pela Anvisa para o funcionamento de cozinhas comerciais, em especial quanto ao leiaute adequado ao processo produtivo, com instalação de local apropriado e exclusivo para o recebimento de matéria-prima e insumos, com balanças e tanques de higienização, a manipulação de alimentos distintos em espaços separados por barreiras que impeçam a contaminação, o armazenamento de produtos acabados e a higienização e o acondicionamento de lixeiras.

### AQUISIÇÃO DE NOVOS VEÍCULOS

Oito novos veículos de serviço foram integrados à frota, sete deles do tipo *sedan* e um caminhão de pequeno porte. A aquisição dos *sedans* permitirá retirar de circulação alguns



veículos com muitos anos de uso, com o que se pretende reduzir os custos com manutenção e propiciar um transporte mais seguro e confortável a magistrados e servidores.

O caminhão adquirido destina-se ao transporte de pequenas cargas entre os diversos prédios do Tribunal, especialmente as procedentes do depósito central, hoje localizado no edifício Adriana. Para esse propósito, vinham-se tomando emprestados veículos semelhantes pertencentes à Seção Judiciária do Distrito Federal e ao Superior Tribunal Militar, entre outros, com evidentes transtornos administrativos tanto para os órgãos cedentes, que se viam temporariamente impossibilitados de mover suas próprias cargas, quanto para este Tribunal, que com frequência se via forçado a adiar transportes devido à recusa de empréstimos solicitados.

#### REQUISIÇÕES DE TRANSPORTE ATENDIDAS

Em 2012 foram atendidas 12.480 requisições de transporte, contra 16.159 em 2011, correspondendo a uma redução de 22,77% dos atendimentos realizados no ano anterior. Essa redução é consequência da mudança de unidades administrativas do Tribunal para o prédio cedido pelo TSE, mais próximo dos edifícios Sede I e II, antes instaladas de forma fragmentária nos edifícios Funasa, Cidade de Cabo Frio e Adriana.

#### MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS OFICIAIS

QUADRO 120

Despesas com manutenção de veículos oficiais por marca

Marca						
Fiat	Ford	GM	Renault	Toyota	VW	TOTAL
14.282,00	37.876,56	0,00	8.515,48	3.226,51	2.061,99	65.962,54

#### ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS OFICIAIS

QUADRO 121

Despesas com combustível para veículos oficiais do Tribunal

Combustível			
Álcool	Diesel	Gasolina	TOTAL
36.266,10	12.325,74	105.099,30	153.691,14



Os créditos orçamentários para a aquisição de combustível disponibilizados para o Tribunal são atualmente compartilhados com a Seção Judiciária do Distrito Federal.

QUADRO 122

Despesas com combustível para veículos oficiais da SJDF

Marca			
Álcool	Diesel	Gasolina	TOTAL
30.018,65	5.999,91	55.657,43	91.675,99

## ATENDIMENTOS A SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

QUADRO 123

Requisições via Siate

Categoria	Instalação						TOTAL
	Telefonia	Acabamentos e hidrossanitária	Leiautes	Elétrica	Equipamentos	Projetos	
Manutenção	836	2.070	178	839	260	–	4.183
Reforma/obra	193	98	10	433	22	45	801
Remanejamento	108	47	138	39	13	17	62
TOTAL	1.137	2.215	326	1.311	295	62	5.346

200

## GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

QUADRO 124

Prestação de serviços continuados

Objeto	Contratos gerenciados	
	Quantidade	Valor aplicado
Fornecimento de serviços básicos	9	2.345.623,88
Serviços de manutenção continuada	23	2.626.038,24
Locação de imóveis	1	1.365.000,00
TOTAL	33	6.336.662,12



QUADRO 125  
Prestação de serviços não continuados

Objeto	Contratos gerenciados	
	Quantidade	Valor aplicado
Fornecimento, instalação e modernização de equipamentos	16	290.744,22
Obras e serviços de reforma	3	830.766,00
Fornecimento de mobiliário	2	44.275,00
Atas de registro de preços	4	145.656,09
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>1.311.441,31</b>

#### SEGURANÇA DO TRABALHO

- Vistoria em áreas de risco

Foram realizadas 44 notificações de acidente de trabalho entre servidores e terceirizados, gerando vistorias nos locais desses acidentes.

- Verificação da situação ergonômica dos diversos setores

Foram realizadas 288 avaliações ergonômicas.

#### HOMOLOGAÇÕES DE ATESTADOS E PERÍCIAS

- Homologações de atestado

Perícia singular: 1.663

- Perícias e autorizações

Junta médica: 267

#### SEGURANÇA

- Segurança pessoal e patrimonial

Com a participação do serviço médico do Tribunal e do Programa de Qualidade de Vida, implantou-se o Projeto de Treinamento Continuo para os Agentes de Segurança (PTREC), que tem buscado a ideal formatação para a futura incorporação às rotinas das áreas de segurança da 1ª Região. O objetivo é manter a equipe de agentes de segurança em boa forma física, treinada e habilitada nas técnicas em defesa pessoal, policial, artes marciais, bastão retrátil e demais técnicas operacionais de segurança, de forma que estejam aptos a cumprir seu dever de proteção aos magistrados, aos servidores e ao patrimônio do órgão.



■ Comissão permanente de segurança

Dando cumprimento ao disposto no art. 2º da Resolução CNJ 104/2010, alterada pela Resolução CNJ 124/2010, o Tribunal instituiu, por meio da Portaria Presi/Cenag 447/2011, a Comissão Permanente de Segurança da 1ª Região sob a presidência do desembargador federal Kassio Marques.

A referida comissão atua na adoção de medidas de segurança e na proteção e assistência de magistrados em situação de risco em 13 estados da Federação e no Distrito Federal, contando com regiões de fronteira onde o tráfico internacional de drogas, armas e pessoas é tratado com frequência pelos magistrados.

**São atribuições da Comissão:**

- a elaboração do plano de proteção e assistência aos magistrados em situação de risco, conhecendo e decidindo sobre pedidos de proteção especial formulados por magistrados, entre outras incumbências que se façam necessárias;
- a adoção de medidas de reforço da segurança das varas federais, em especial das atuantes em matéria criminal, determinando às diretorias de foro da 1ª Região as seguintes medidas: controle de acesso aos prédios; instalação de câmeras de vigilância; instalação de aparelho detector de metais; policiamento ostensivo, preferencialmente com agentes próprios;
- a adoção de política estratégica perante órgãos policiais, a fim de estabelecer: plantão de polícia para atender os casos de urgência envolvendo a segurança dos juízes e seus familiares; meios de comunicação imediata ao Tribunal de qualquer evento criminal envolvendo magistrado da 1ª Região, mesmo que em caso de mera suspeita de autoria de crime; estratégia para escolta de magistrados com alto risco de comprometimento de segurança.

Em 2012, a fim de adotar medidas efetivas em relação à segurança no âmbito da 1ª Região, o presidente da Comissão Permanente de Segurança da 1ª Região, desembargador federal Kassio Marques, realizou estudos com as seções judiciárias quanto às providências tomadas pela Diretoria do Foro com relação à segurança dos magistrados e aos mecanismos de segurança disponíveis na Seccional para protegê-los, a exemplo de catracas, detectores de metal, carros blindados e câmeras.

Considerando a necessidade de ampliar a rede de comunicação, foi realizada consulta ao Conselho Nacional de Justiça sobre a possibilidade de o desembargador federal Kassio Marques atuar como membro da Comissão Nacional de Segurança de Magistrados do Conselho Nacional de Justiça, bem como se estreitou o contato com as seccionais, criando-se via direta de comunicação para eventuais incidentes e ameaças que venham a sofrer os magistrados da 1ª Região.



## OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Garantir soluções tecnológicas efetivas.

■ Descrição do objetivo

Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação, adequando-os e promovendo a integração entre os órgãos da Justiça Federal, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento, a melhoria na execução das rotinas de trabalho e a segurança da informação (integridade, confidencialidade e disponibilidade de serviços), garantindo a convergência tecnológica.

### SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

No tocante ao objetivo estratégico “garantir soluções tecnológicas efetivas”, destaca-se, em 2012, a implantação do novo portal do TRF 1ª Região e das seções judiciárias.

Iniciada em agosto, a implantação do novo portal foi concluída em novembro, com a migração dos portais das seccionais.

O novo portal possui interface moderna, padrões atuais de usabilidade e acessibilidade, que permitem autonomia da gestão de conteúdo pelas diversas unidades que disponibilizam suas informações na rede, e identidade visual padronizada para toda a 1ª Região. Outra característica importante do portal é o agrupamento das informações por área de interesse, a fim de facilitar o acesso direto ao conteúdo buscado pelo usuário.

Atualmente, o portal registra uma média de 60 mil acessos diários.





Página inicial do portal do TRF 1ª Região.



## ATUALIZAÇÕES DE SISTEMAS DECORRENTES DA IMPLANTAÇÃO DO NOVO PORTAL

### ■ Intranet

Foi efetuada a reestruturação da intranet, permitindo a descentralização da divulgação de conteúdo pelos gestores das diversas áreas e o aumento da segurança, com validação e mecanismo de indexação do conteúdo publicado.

### ■ Jurisprudência

Juntamente com o novo portal, foi implantado novo sistema de pesquisa de jurisprudência, com mecanismos modernos de indexação e de recuperação de informações e com possibilidade de realização de pesquisas com maior número de operadores.

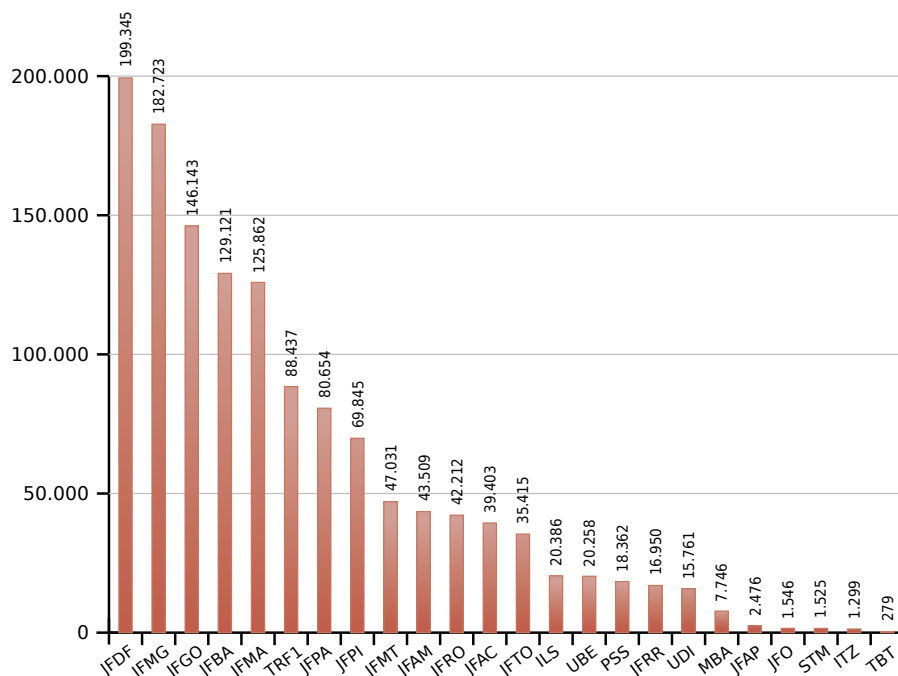
### ■ Consulta Processual

A partir de julho de 2012, foi disponibilizado o inteiro teor das decisões da 1ª instância, dando-se cumprimento à Resolução CNJ 121/2010, e alteradas as regras de visualização das peças processuais, a fim de adequá-las às normas vigentes. Além disso, imprimiu-se maior controle de acesso aos processos, a partir da exigência da informação de código de segurança. A consulta processual teve aproximadamente 35 milhões de acessos em 2012, mantendo uma média de 130 mil acessos em dias úteis e 25 mil nos finais de semana e feriados (contabilizados os acessos por meio do portal e os acessos diretos via página de consulta processual).

### ■ e-PROC

O Sistema de Peticionamento Eletrônico (e-Proc) permite o encaminhamento de petições via internet à Justiça Federal da 1ª Região para processos digitais e físicos. Foram feitas diversas melhorias técnicas visando aperfeiçoar o desempenho e a segurança da aplicação bem como executar procedimentos de validação dos arquivos recebidos. Está sendo implementada opção para que a validação do cadastro possa ser realizada pela internet utilizando-se certificação digital. Hoje essa validação é feita apenas presencialmente. O e-Proc recebeu cerca de 1 milhão e 300 mil petições em 2012, destinadas ao Tribunal e às seções judiciárias.

GRÁFICO 17  
Petições enviadas por banco de dados



#### ATUALIZAÇÕES DE SISTEMAS E MELHORIAS

##### ■ e-CINT

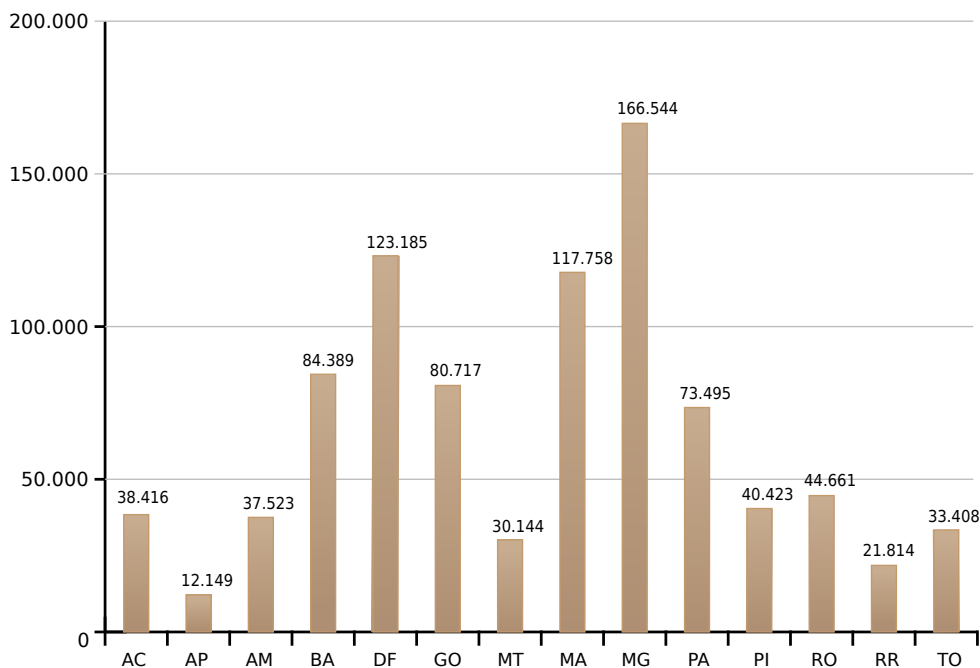
O Sistema de Citação e Intimação Eletrônica (e-Cint) permite o envio de citações e intimações via internet às entidades e aos advogados.

##### Principais ações

- Implantação da nova versão 2.0, que expande a utilização para processos do 1º grau, além dos atuais processos de classes do JEF virtual.
- Viabilização de inclusão de mais de um procurador máster por entidade.
- Possibilidade de distribuição de citações e intimações, por competência, entre os procuradores.

Atualmente, estão cadastrados no e-Cint 1.500 procuradores de 130 entidades e 10.271 advogados particulares. Foram realizadas 904.626 citações e intimações por meio do sistema. E, com implantação prevista para 2013, está em desenvolvimento uma versão que contempla os processos de 2º grau.

GRÁFICO 18  
Citações e intimações



■ Juris

O Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais do TRF 1ª Região permite o gerenciamento e o controle da tramitação dos processos judiciais de 2º grau.

### Principais ações

- Aperfeiçoamento nos mecanismos de integração entre os sistemas processuais de 1º e 2º graus (modalidades de remessa, devolução e baixa de apelação).
- Disponibilização do módulo de gestão de processos para os gabinetes, em um primeiro momento restrito às informações referentes aos agravos de instrumento (triagem de agravos).
- Criação de relatórios estatísticos gerenciais de vinculações e assinaturas realizadas pela Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários (Asret).
- Revisão de funcionalidades das rotinas de triagem de petições do e-Proc (Corip e processantes).
- Redistribuições de processos entre juízes das turmas suplementares (Mutirão Judiciário em Dia), buscando-se nivelamento conforme Portaria Presi/Secju 249 de 05/07/2012.



- Estabilização da rotina de lista interna do gabinete e disponibilização de relatório no formato Excel.
- Criação do Núcleo Central de Conciliação como destino de petições do e-Proc e implementação de fluxo de movimentações envolvendo o setor e os Núcleos de Apoio ao Projeto Conciliação (NAPs).

#### ■ Processual

O Sistema de Registro e Acompanhamento das Movimentações Processuais de 1º grau permite o gerenciamento e o controle na tramitação dos processos judiciais de 1º grau.

#### **Principais ações**

- Aperfeiçoamento dos mecanismos de integração entre os sistemas Processual e Juris (1ª instância e TRF), com ajustes na situação da baixa de agravos pelo Tribunal.
- Ajustes no fluxo processual entre JEFs e TRs.
- Construção de mecanismo para utilização do mesmo número de processo nos casos de declínio de competência.
- Levantamento de informações e realização de procedimentos para os Mutirões da Cojef/TRF.
- Desenvolvimento dos programas que realizam redistribuições de processos em decorrência de novas varas.
- Ajustes na rotina de triagem de petições oriundas do e-Proc para otimizar os procedimentos nos casos de processo digitais.
- Ajustes na rotina de retorno dos processos remetidos à turma recursal/TRF e declínio de competência por equívoco.
- Criação de rotina de cadastro de requisições de pagamento referente às informações de rendimentos recebidos acumuladamente.
- Inserção da folha de rosto e termo de autuação de forma automática para processos digitais.
- Manutenção na rotina de estorno de movimentação em conformidade com novas regras da Corregedoria Regional e ajustes na rotina de alteração de classe.

#### ■ JEF VIRTUAL

Sistema dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais.

#### **Principais ações**

- Implementação de coluna de identificadores no formulário de tramitação.
- Melhoria da agenda de audiências.
- Implantação de declínio de competência entre processual e JEF virtual em localidades diferentes e baixa de processos da TR/PA para o JEF/AP.



#### ■ Sistema GPD

Sistema para Gerência de Processos Digitais implantado no TRF e nas seções judiciárias.

#### **Principais ações**

- Implantação nas seccionais da Bahia e de Minas Gerais, finalizando-se, assim, a implantação do e-Jur nas 14 seccionais da 1ª Região.
- Descentralização da estrutura em todas as seccionais, possibilitando uma maior rapidez no sistema além da independência do link, já que os acessos ao sistema passam a ser na própria seccional e não mais no Tribunal.
- Implantação da rotina de gestão de processos para os gabinetes (triagem de agravos).
- Implantação da rotina “você sabia”, que permite enviar informações aos usuários.
- Criação da chave de acesso, ferramenta que tem como objetivo garantir que a parte tenha acesso às peças processuais diretamente no sistema da Justiça Federal, evitando-se, assim, a impressão desses documentos pelas partes.
- Implantação da versão 2.0, com nova arquitetura de sistema.
- Criação e implantação do módulo de citação e intimação na Seção Judiciária da Bahia como seção piloto.

Há na 1ª Região 116.633 processos judiciais digitais, sendo 72.840 no TRF 1ª Região e 43.793 no 1º grau.

#### ■ TRF1DOC

O editor de textos do Tribunal Regional Federal 1ª Região gerencia documentos do processo digital. Foi instalado como piloto em algumas unidades do Tribunal. Após o desenvolvimento da funcionalidade de envio de documentos para publicação, o TRF1Doc será instalado no 2º grau em substituição ao GDoc.

#### ■ RED

O Repositório Eletrônico de Documentos permite a gravação de documentos em sistemas de arquivos. Foi disponibilizada a funcionalidade de inclusão de minutas em lote e aperfeiçoada a rotina de rolagem única.

#### ■ e-CVD

O Catalogador Virtual de Documentos arquiva determinadas peças processuais provenientes de processos digitais e processos físicos.

#### **Principais ações**

- Implantação do e-CVD nas seções e subseções judiciárias da 1ª Região.
- Descentralização da estrutura nas seccionais.
- Criação e geração de certidão para todos os tipos de documento.



#### ■ EEM

O Envio Eletrônico de Matérias permite a formatação, a tramitação e o envio de documentos que compõem os processos judiciais entre os gabinetes dos desembargadores e as coordenadorias processantes.

#### **Principais ações**

- Inclusão das Armas Nacionais nos documentos.
- Implementação de mecanismos para permitir ao usuário a recuperação de *backup* de documentos enviados.

#### ■ G-DOC

Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos para o 2º grau.

#### **Principais ações**

- Inclusão das Armas Nacionais nos documentos.
- Implementação do Gera PDF e do Formata Matéria para trabalhar em servidores, de forma paralela e de forma a se auxiliarem mutuamente.
- Compatibilização para suportar o Word 2007 e o 2010 e para permitir alteração de classificação de documentos pelas coordenadorias processantes.

#### ■ Jurisprudência

Permite o cadastramento, a análise e a pesquisa textual da jurisprudência do Tribunal, disponibiliza documentos com pesquisa textual na intranet e internet no Tribunal e inclui os programas de atualização de dados de acórdãos e súmulas do JEF, decisões monocráticas, análise comparativa, arguições e programa de pesquisa textual.

#### **Principais ações**

- Carga dos documentos da Presidência e da Vice-Presidência na base de decisões monocráticas.
- Reformulação do serviço de carga.

Está em fase de homologação a nova pesquisa às decisões monocráticas da Presidência e da Vice-Presidência na intranet.

#### ■ Precatórios

O Sistema de Acompanhamento e Pagamento de Requisições do TRF 1ª Região permite o gerenciamento e processamento dos precatórios e requisições de pequeno valor do TRF 1ª Região.

#### **Principais ações**

- Criação de módulo de digitalização e gerenciamento de documentos eletrônicos.



- Substituição da migração de ofícios impressos via malote para as comarcas por mecanismo eletrônico.
- Implantação de validação de CPF na base da Receita Federal quando da autuação de processos.
- Ajustes na autuação de requisições de pagamento para recepcionarem informações de RRA, tabela de códigos Darf, GRU e GPU e outros ajustes e alterações no arquivo enviado ao CJF.

#### ■ SNCJ

O Sistema Nacional de Cálculo Judicial disponibiliza recursos e ferramentas de apoio à elaboração dos cálculos judiciais, colaborando para a redução do tempo de julgamento de processos na Justiça Federal. Destinado às contadorias das cinco regiões da Justiça Federal, permite às varas a atualização dos cálculos já elaborados no sistema.

#### **Principais ações**

- Implantação de módulo de múltiplos encadeamentos para atender ao Manual de Cálculo do CJF.
- Aperfeiçoamento dos módulos de direito previdenciário e tributário.
- Sistema de Monitoria de Aplicações da Internet

Permite o monitoramento contínuo do funcionamento dos principais serviços do Tribunal na internet. Foram criadas rotinas para monitorar externamente os serviços fornecidos pelo Tribunal. A aplicação de monitoramento, hospedada no Conselho da Justiça Federal, realiza, em intervalos de tempo previamente definidos, um conjunto de testes nas principais aplicações do Tribunal, registrando o resultado em banco de dados.

#### ■ SARH

O Sistema de Administração de Recursos Humanos permite o gerenciamento dos dados funcionais de magistrados, servidores, estagiários e do cadastro dos prestadores de serviço. É destinado à Secretaria de Recursos Humanos (Secre), Assessoria para Assuntos da Magistratura (Asmag), Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf) e Corregedoria Regional (Coger).

#### **Principais ações**

- Implantação de sistema *web*, por solicitação da Coger, para lançamento de informações relativas a impedimentos e suspeições de magistrados.
- Elaboração de um sistema *web* para a Esmaf administrar os cursos dos magistrados.
- Solicitação da Coger para desenvolvimento de sistema para cadastrar plantão judiciário nas varas e sistema para os magistrados informarem semestralmente as atividades de magistério exercidas e se exercem atividade incompatível com a magistratura.





- Finalização do módulo de aposentadoria dos servidores.
  - Alteração no Sistema SARH, módulo averbação, para modificar a forma de contar o tempo do INSS.
  - Desenvolvimento do módulo para a Divisão de Recursos Humanos (Direh/Seder) gerenciar os percentuais do Adicional de Qualificação (AQ).
  - Construção de programas para gerar arquivos da aturia.
- SFP

O Sistema de Folha de Pagamento realiza o cálculo da folha de pagamento dos servidores e magistrados ativos, inativos e de pensionistas, permite a disponibilização de relatórios gerenciais financeiros e a manutenção e controle das informações e a exportação de informações para sistemas externos (Dirf – Rais – GFIP).

#### Principais ações

- Alteração na rotina que disponibiliza dados da folha de pagamento no portal da transparência, permitindo a divulgação também dos nomes dos servidores.
  - Alteração na forma do procedimento para importação dos auxílios para a folha de pagamento, que passou a ser feita através de eventos no sistema.
  - Elaboração e execução de rotina para extrair do sistema dados de URV/ATS/PAE.
  - Elaboração de rotina para efetuar a carga destes dados em planilhas definidas pelo CJF.
  - Criação de rotina para permitir a consulta aos dados de *backups* das fichas financeiras providas do Mumps.
  - Criação de rotina que permite carregar no sistema dados de diárias, a partir de arquivo externo.
  - Ajustes diversos para o cálculo da folha de gratificação natalina e ajustes diversos para o processamento da Dirf.
- e-AVS

O Sistema de Autorização de Viagem a Serviço é utilizado para gerenciar os procedimentos efetuados na realização de viagem a serviço, controlar os valores adiantados para as diárias, o suprimento de fundos, a prestação de contas e o controle de passagens.

#### Principais ações

- Implementação de módulo de cálculo de diárias por juiz convocado em mutirões conforme determinação do CNJ.
- Inclusão da mensagem de homologação de *browser*.
- Criação da rotina de consulta de PCVS/APROVAÇÃO com o filtro de ordenador de despesas.



- Atualização da regra de cálculo de diárias para juiz federal convocado com e sem custeio.
- Integração do sistema e-AVS com função de cálculo de auxílio-alimentação.
- Criação de rotina que faz o cálculo para obtenção de desconto do auxílio do juiz federal convocado.

#### ■ e-ORÇAMENTO

O módulo de Controle de Despesas foi concluído e homologado pelo gestor e está implantado na Secor/Dipor, no Tribunal. O sistema e-Orçamento está totalmente integrado ao Siafi, evitando com isto as ações repetitivas no controle das despesas orçamentárias.

#### ■ CEO

O Sistema de Controle da Execução Orçamentária foi desenvolvido em linguagem VBA (Access), porém, em razão do crescimento de suas funcionalidades e do volume das informações orçamentárias da Justiça Federal, houve necessidade de melhoria sistêmica da infraestrutura, quando se deu início ao projeto de migração para plataforma *web*. Nesta nova fase, encontra-se em desenvolvimento uma versão do sistema que prevê maior vigor no gerenciamento das informações controladas, com intuito de se reduzir o tempo de resposta, ampliar-se a abrangência e interligarem-se os dados entre as seccionais, bem como melhoria com novas funcionalidades, buscando-se aperfeiçoar a gestão dos créditos orçamentários de toda a 1ª Região. O projeto encontra-se com 90% dos serviços concluídos e em fase de testes e homologação, com previsão de iniciar a fase de produção nas seccionais e no Tribunal, em março de 2013.

### PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

#### ■ Sistema de Precatório Web (e-PrecWeb)

Este sistema possibilitará o cadastramento e o controle das requisições de pagamento via internet pelas comarcas, propiciando um grande ganho de tempo e de confiabilidade. Atualmente as requisições são preenchidas manualmente pela Justiça Estadual e os formulários são enviados pelo correio ou entregues na Corej, que cadastra cerca de 4.000 requisições por mês.

#### ■ Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP)

Este sistema viabilizará o cadastro e a emissão dos mandados de prisão por meio do Sistema Processual em cumprimento à Resolução 137/2011 do CNJ, decorrente da Lei 12.403/2011, que determina que essas informações estejam disponíveis na internet. Permitirá também realizar o cadastro e emissão dos alvarás de soltura bem como o envio das informações referentes aos mandados e alvarás ao CNJ por meio de *web services*.



- Questionário de produtividade dos gabinetes (Quepro)

Conjunto de funcionalidades que possibilitará aos gabinetes dos desembargadores federais a extração dos dados utilizados para o preenchimento do questionário com informações estatísticas enviadas mensalmente ao CNJ.

- Sistema de gestão administrativa integrada (e-Admin)

Este sistema permite a criação, o controle e a guarda de documentos e processos administrativos digitais na 1ª Região, com a integração aos sistemas internos e externos.

Encontram-se em etapa inicial de desenvolvimento os seguintes sistemas, que compõem o e-Admin: e-Compras, e-Licitação, e-Contratos, e-Almoxarifado, e-Patrimônio, e-Arquivo e e-OS (ordem de serviço).

- Base unificada para a estatística

A implementação de base unificada para a estatística visa otimizar o tempo de processamento e a consolidação das informações, sem a necessidade de extração dos dados de outras bases, ganhando celeridade no atendimento aos usuários. Além disso, a base unificada da estatística permitirá a disponibilização de dados atualizados do Tribunal no Portal, sem a necessidade de realização futura das constantes cargas de dados. As tabelas foram criadas e serão atualizadas, diariamente, passando a ter sempre disponíveis os dados lançados nos sistemas até o dia anterior.

- Sistema Tecnológico Judicial Integrado – STJI

Integração entre o Tribunal de Justiça de Mato Grosso e órgãos ligados à Justiça e à segurança pública com vistas ao compartilhamento de banco de dados com informações sobre agentes criminosos e delitos. O TRF 1ª Região aderiu à parceria com o TJMT por meio da assinatura do Acordo de Cooperação 4/2011, mas a integração ao sistema só foi efetivada em 2012.

- Integração com STF e STJ

O TRF 1ª Região foi o primeiro Tribunal Regional Federal a implantar a baixa eletrônica de processos do STJ por meio do sistema i-STJ, em substituição ao envio das peças geradas em mídia. Atualmente está sendo desenvolvida uma solução mais completa para integração com o STJ e STF utilizando tecnologia *web services* e o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI). Dessa forma, os processos eletrônicos ou digitalizados para envio a esses órgãos serão integralmente reaproveitados pelo TRF 1ª Região e depois poderão baixar eletronicamente à origem.

- Assistência Jurídica Gratuita (AJG)

A Assistência Jurídica Gratuita permite o cadastro de pessoas físicas e jurídicas de forma que possam atuar como advogados voluntários e dativos, peritos, tradutores e intérpretes. Está em fase final a integração dos sistemas processuais do TRF 1ª Região, via



tecnologia *web services*, de maneira que as informações não necessitem ser redigitadas pelo usuário.

- Integração entre os sistemas processuais da 1ª Região

As principais atividades realizadas nos sistemas processuais da 1ª Região em 2012 foram relativas ao aperfeiçoamento dos mecanismos de integração entre os sistemas Juris e Processual, que apresentavam muita instabilidade, dificultando o registro da movimentação dos processos. Foi feito um extenso trabalho de levantamento das causas dessas falhas e realizadas, mediante solicitações recebidas via e-Sosti e expedientes diversos, inúmeras correções pontuais de processos. Em dezembro, foram executados procedimentos em lote que possibilitaram a regularização da movimentação de cerca de 5 mil processos na primeira instância. Essa atividade prosseguirá com prioridade até a conclusão das tarefas previstas.

#### AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

- Aquisição de equipamentos de microinformática
  - 1.786 impressoras *laser*
  - 35 impressoras *laser* de maior capacidade
  - 193 multifuncionais
  - 377 microcomputadores
  - 722 monitores LCD
  - 9 impressoras de código de barras
  - 83 aceleradores de *link* de comunicação
  - 3 controladoras de videoconferência
  - 3 gravadores de videoconferência
  - 63 terminais tipo sala da aula de videoconferência
  - 28 terminais individuais de videoconferência
  - 25 HDs externos
- Aquisição de equipamentos para as novas varas instaladas em 2012
  - 19 *scanners* departamentais com mesa digitalizadora
  - 19 *scanners* departamentais sem mesa digitalizadora
  - 9 terminais tipo sala da aula de videoconferência
  - 9 terminais individuais de videoconferência



- 9 aceleradores de *link* de comunicação
- 16 terminais de autoatendimento
- Infraestrutura e equipamentos necessários para as novas varas a serem instaladas em 2013
- 464 microcomputadores
- 560 monitores LCD
- 166 impressoras *laser*
- 19 multifuncionais
- 38 impressoras de código de barras
- 235 leitores de código de barras
- 38 terminais de autoatendimento
- 8 aceleradores de *link* de comunicação
- 8 *racks*
- 24 servidores de rede
- 8 terminais tipo sala da aula de videoconferência
- 8 terminais individuais de videoconferência
- Substituição de microcomputadores com configuração Pentium IV ou inferior pelos equipamentos doados pelo STJ, a saber: 2.638 microcomputadores e 3.896 monitores
- Expansão do parque de equipamentos de videoconferência e substituição de unidades defeituosas
- Ampliação da capacidade de realização de seções de videoconferência simultâneas
- Aquisição de servidores de rede, visando à ampliação da capacidade de processamento dos sistemas do TRF 1ª Região
- Atualização da solução de aceleração e priorização de tráfego dos *links* de comunicação
- Aquisição de *software* de modelagem de dados – *Power Designer*
- Atualização da solução de antivírus da 1ª Região
- Aquisição e instalação (*upgrade*) do *software* de backup *NetBackup 7.1* em toda a 1ª Região



- Aquisição e instalação dos robôs de *backup* para o TRF 1ª Região e para as seguintes seções e subseções judiciárias: AC, AP, AM, Tabatinga/AM, BA, Ilhéus/BA, DF, GO, MA, MT, MG, Juiz de Fora/MG, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, PA, PI, RO, RR e TO
- Renovação dos contratos de suporte dos bancos de dados Oracle de toda a 1ª Região, bem como da plataforma JBOSS de servidores de aplicação que sustentam o processo digital
- Reforma da instalação da rede lógica dos edifícios Anexo I e III

#### MANUTENÇÕES E ATUALIZAÇÕES REALIZADAS

- Implementação de novas regras de acesso à internet, com criação de diferentes níveis para atender às particularidades de cada tipo de usuário
- Gerenciamento de acesso à internet, com alteração de permissões de acesso entre os níveis mais restritos e o nível padrão
- Expansão da tecnologia Voip com interligação das seções e subseções judiciárias, possibilitando uma economia de mais de R\$ 370.000,00 no consumo de ligações telefônicas entre os anos de 2011 e 2012
- Gerenciamento da segurança de serviços *web* disponibilizados na internet pelo TRF1 – Consulta Processual, e-Cint, e-Proc e novo portal, além de VPN
- Configuração/atualização dos servidores de aplicações das subseções judiciárias que dão acesso às Seções da Bahia e de Minas Gerais, visando melhorar a *performance* de acesso aos Sistemas Gerais
- Instalação, configuração, migração de servidores de Exchange no TRF e seções
- Suporte aos Numois e Seins quanto à configuração dos servidores de antivírus
- Migração do sistema Microsoft Exchange 2003 para 2007 no TRF e seções
- Atualização do pacote e-Jur nas seções judiciárias
- Replicação das petições para as seções e subseções
- Instalação da infraestrutura de rede das novas subseções instaladas em 2012
- Análise do projeto de rede, mudança de CPD, ampliação e reconfiguração da rede da Seção Judiciária do Amapá
- Elaboração de projeto de ampliação, reforma e substituição da infraestrutura de rede dos antigos prédios do TSE (Anexo I e Anexo III)
- Mudança de rede das unidades do edifício Cidade de Cabo Frio para os edifícios Anexo I e Anexo III do TRF



- Análise e *suporte* ao projeto de ampliação da rede da Seção Judiciária de Rondônia
- Análise e *suporte* ao projeto de WiFi para o TRF1
- Substituição dos *switches* de borda da Seção Judiciária da Bahia
- Ampliação da infraestrutura de rede *wired* e *wireless* do Centrejufe
- Análise e suporte ao projeto de aquisição de *switches* das novas subseções de 2013/2014
- Implantação de novo modelo de infraestrutura de conectividade para os servidores JBOSS, *Exchange* e *Web*
- Instalação, configuração, manutenção, monitoramento e gerenciamento do *backup* dos bancos de dados Oracle instalados no TRF e seções/subseções
- Implantação e monitoramento da replicação de dados
- Monitoração e ampliação da capacidade dos servidores de banco de dados de acordo com a demanda crescente
- Implantação de relatório dos processos de acordos homologados (conciliação)
- Implantação de relatório de RE e RESP da Presidência e Vice-Presidência
- Implantação de relatório de Estatística da 2ª Seção Criminal – relator/revisor
- Reestruturação e revitalização do ambiente de virtualização
- Realizadas 25.044 solicitações no e-Sosti para os principais sistemas utilizados na 1ª Região, das quais 24.206 foram baixadas
- Registradas 61.046 solicitações no e-Sosti, sendo que 27.966, correspondentes a 46%, foram finalizadas no atendimento de 1º nível, ou seja, na Divisão de Apoio aos Usuários



## ORÇAMENTO

### OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia.

■ Descrição do objetivo

Garantir que haja recursos orçamentários, públicos ou não, suficientes vinculados à estratégia, de modo a garantir a sua execução de acordo com os objetivos e as metas estabelecidas no mapa estratégico.

O Tribunal buscou coordenar o orçamento da Justiça Federal da 1ª Região e seus recursos financeiros, segundo as determinações contidas na Lei Orçamentária 12.595, de 19/01/2012, e as diretrizes e prioridades estabelecidas na Lei 12.465, de 12/08/2011, com os parâmetros fixados na Lei Complementar 101, de 04/05/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em 2012, por meio do controle e do gerenciamento dos gastos e do planejamento, as dotações consignadas atenderam as necessidades da 1ª Região e a dotação não utilizada decorreu da não aprovação pelo Congresso Nacional dos créditos adicionais relativos aos PL 49 e 51 de 2012, da revogação da licitação para a construção da sede da Seção Judiciária de Roraima, do não comparecimento de empresas interessadas nas licitações para a construção das sedes das Subseções Judiciárias de Passos/MG e de Santarém/PA — licitações desertas — e ainda em razão da morosidade no processo de aquisição e de reforço de alguns contratos.

Foram assegurados recursos às seguintes atividades:

- pagamento das despesas com pessoal, incluindo as despesas de exercícios anteriores e sentenças judiciais;
- pagamento de benefícios;
- pagamento de ajuda de custo para magistrados e servidores removidos;
- manutenção das 232 varas federais e do Tribunal;
- funcionamento dos Juizados Especiais Federais, inclusive com a realização dos Juizados Itinerantes e mutirões;
- manutenção da estrutura física com obras e reformas nas edificações existentes;





- aquisições de materiais e equipamentos para as diversas áreas visando à renovação, modernização e expansão;
- gerenciamento das obras e reformas com ações específicas;
- funcionamento das atividades do Mutirão Judiciário em Dia no Tribunal e do sistema de conciliação;
- instalação e manutenção de mais 19 varas federais em 2012, criadas pela Lei 12.011/2009.

Considerando-se os créditos inicialmente consignados por meio do orçamento de 2012 e dos créditos adicionais, excluídos os valores relativos a sentenças transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor), a 1ª Região foi contemplada com créditos orçamentários a seguir discriminados.

QUADRO 126  
Orçamento 2012 para a 1ª Região

(+) Dotação inicial	1.914.380.308,00
(+) Alterações orçamentárias (suplementações (-) cancelamentos)	211.232.052,00
= Dotação autorizada	2.125.612.360,00
(+) Destaque recebido	31.805,94
(-) Contingenciamento	11.773.374,00
(-) Crédito bloqueado SOF	42.343.232,00
(=) Dotação final	2.071.527.559,94
(-) Destaque concedido	669.830,64
(=) Dotação disponível	2.070.857.729,30

As alterações na lei orçamentária foram efetuadas por meio de créditos adicionais suplementares e especiais, obedecidos os limites previstos na lei orçamentária, destinados ao atendimento das despesas com custeios, projetos, pessoal e encargos sociais, conforme Portaria SOF 4 de 30/01/2012, Portaria SOF 5 de 30/01/2012 e Portaria CJF 57 de 24/02/2012.

Créditos autorizados na lei orçamentária para o Poder Judiciário por Resolução do CJF: Resoluções CJF 192, de 16/04/2012; 203 e 205, de 13/09/2012; 204, de 06/09/2012; 206, de 11/09/2012; 212, 213 e 214, de 22/11/2012; 218, 219 e 220, de 11/12/2012; 217, de 17/12/2012, e 222 de 21/12/2012.

Créditos autorizados para o Projeto Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação (e-Jus) no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário: Portaria Conjunta 1 de 22/06/2012 do CNJ, STJ, CJF E STM e 2 de 09/07/2012 do CNJ, STJ, CJF, TST, CSJT E TJDFT.



Créditos autorizados na lei orçamentária, por decreto do Poder Executivo: Decreto/PR de 16/10/2012.

Créditos dependentes de autorização legislativa por lei específica: Leis 12.697, de 30/07/2012; 12.750, de 19/12/2012.

Por força do disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, foi editada a Resolução CJF 185, de 07/02/2012, que reabriu o saldo orçamentário remanescente do exercício de 2011 proveniente do crédito especial aprovado nos últimos 4 meses do exercício, de R\$ 1.000.000,00, para o projeto de construção do edifício anexo de Salvador/BA.

Foi aberto um crédito extraordinário pela Medida Provisória 598, de 27/12/2012, que antecipou um terço da dotação de investimento contida no PLOA 24/2012, em função da não aprovação do orçamento de 2013. Esta dotação ficou bloqueada pela SOF/MPOG, para reabertura em 2013, o que permitirá, em 2013, que o Tribunal e seções judiciárias possam realizar investimentos, dando início às suas licitações mais urgentes, enquanto aguarda a aprovação em definitivo do orçamento 2013.

O quadro a seguir demonstra as alterações resultantes da distribuição dos valores constantes da reserva do CJF, dos créditos adicionais, dos valores contingenciados e dos valores bloqueados pela SOF.

#### QUADRO 127

Demonstrativo das alterações na lei orçamentária de 2012 (R\$)

Pessoal	LOA 2012	Contingenciado/ bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
Pagamento de pessoal ativo da União	1.070.400.000		(850.497.492)	219.902.508
Pagamento de aposentadorias e pensões	195.850.000		957.631.976	1.153.481.976
Custeio do regime de previdência dos servidores	197.750.000		8.067.940	205.817.940
<b>TOTAL</b>	<b>1.464.000.000</b>		<b>115.202.424</b>	<b>1.579.202.424</b>

Benefícios	LOA 2012	Contingenciado/ bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
Auxílio-alimentação	58.822.080		7.848.925	66.671.005
Auxílio-transporte	266.970		(10.865)	256.105
Assistência pré-escolar	10.529.952			10.529.952
Assistência médica e odontológica a servidores	27.975.240		5.191.224	33.166.464
<b>TOTAL</b>	<b>97.594.242</b>		<b>13.029.284</b>	<b>110.623.526</b>



Atividades	LOA 2012	Contingenciado/ bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
Julgamento de causas (3 e 4)	223.782.480	1.409.898	11.936.028	234.308.610
Assistência jurídica a pessoas carentes	16.955.482		11.692.423	28.647.905
Capacitação de recursos humanos	3.190.232		638.000	3.828.232
Comunicação e divulgação institucional	1.180.080		260.000	1.440.080
<b>TOTAL</b>	<b>245.108.274</b>	<b>1.409.898</b>	<b>24.526.451</b>	<b>268.224.827</b>

Projetos	LOA 2012	Contingenciado/ bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
Construção do edifício anexo – Palmas/TO	6.629.470		(775.000)	5.854.470
Reforma e ampliação do edifício-sede – Boa Vista/RR	2.000.000			2.000.000
Construção do edifício-sede – Boa Vista/ RR	21.500.000	11.773.374		9.726.626
Construção do edifício-sede II – Cáceres/ MT	1.000.000			1.000.000
Construção do edifício-sede – Barra do Garças/MT	100.000			100.000
Construção do edifício-sede – Diamantino/ MT	100.000			100.000
Construção do edifício-sede em Sinop/MT	1.000.000			1.000.000
Construção do edifício-sede – Santarém/ PA	500.000	166.667	166.667	500.000
Construção do edifício-sede – Jequié/BA	3.000.000	600.000	600.000	3.000.000
Construção do edifício-sede – Feira de Santana/BA	963.322			963.322
Construção do edifício-sede – Barreiras/BA	150.000		(150.000)	
Construção do edifício-sede – Guanambi/BA	200.000		(200.000)	



Projetos	LOA 2012	Contingenciado/ bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
Construção do edifício-sede – Campo Formoso/BA	400.000	166.667	1.101.667	1.335.000
Construção do edifício-sede – Juazeiro/BA	500.000		(500.000)	
Construção do edifício anexo – Salvador/BA	500.000	500.000	1.500.000	1.500.000
Reforma do edifício-sede I – Belo Horizonte/MG	1.000.000	500.000	500.000	1.000.000
Construção do Edifício-Sede – Pouso Alegre/MG	300.000			300.000
Construção do edifício-sede – Passos/MG	500.000	500.000	500.000	500.000
Reforma do edifício-sede – Belém/PA	1.100.000			1.100.000
Reforma do edifício-sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal		166.667	166.667	
Modernização de instalações da Justiça Federal	3.120.828		(692.000)	2.428.828
Modernização de instalações da Justiça Federal em Palmas/TO	500.000			500.000
Implantação dos Sistemas Int. de Gestão de Informação			18.197.338	18.197.338
Implantação de varas federais – nacional	11.400.000		(274.779)	11.125.221
Construção do edifício-sede do TRF 1ª Região	50.000.000	38.333.333	38.333.333	50.000.000
Modernização de instalações da Justiça Federal – TRF	1.214.172			1.214.172
<b>TOTAL</b>	<b>107.677.792</b>	<b>52.706.708</b>	<b>58.473.893</b>	<b>113.444.977</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.914.380.308</b>	<b>54.116.606</b>	<b>211.232.052</b>	<b>2.071.495.754</b>



## DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO

A seguir, a descentralização das dotações orçamentárias para atender as despesas relativas à 1ª Região.

QUADRO 128  
Dotação 2012 por tipo de ação

Secor – 090032	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	TOTAL
Dotação final	1.579.202.424,00	110.623.526,00	28.647.905,00	240.986.820,00	166.151.685,00	2.125.612.360,00
Destaque recebido (+)				31.805,94		31.805,94
Contingenciamento (-)					11.773.374,00	11.773.374,00
Crédito bloqueado sof (-)				1.409.898,00	40.933.334,00	42.343.232,00
Dotação disponível (=)	1.579.202.424,00	110.623.526,00	28.647.905,00	239.608.727,94	113.444.977,00	2.071.527.559,94
Provisão concedida	1.577.990.691,98	109.790.470,91	28.647.666,08	237.911.070,03	100.525.543,78	2.054.865.442,78
Destaque concedido					669.830,64	669.830,64
Disponível	1.211.732,02	833.055,09	238,92	1.665.851,97	12.249.602,58	15.960.480,58



		Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	TOTAL
P1	Amapá	24.561.671,76	1.664.970,55	389.681,66	4.027.882,43	12.334,30	30.656.540,70
	Roraima	18.821.541,29	1.579.428,72	118.865,78	2.783.345,81	2.932.789,23	26.235.970,83
	Tocantins	28.281.887,13	2.144.038,57	872.766,79	5.088.682,13	5.474.329,02	41.861.703,64
P2	Acre	28.456.030,48	1.626.121,64	380.350,17	3.478.650,21	68.662,30	34.009.814,80
	Rondônia	36.216.419,82	2.587.885,36	246.472,46	6.924.513,84	777.961,28	46.753.252,76
P3	Amazonas	47.995.650,64	3.556.508,13	307.767,38	6.591.612,68	827.869,13	59.279.407,96
	Mato Grosso	61.207.261,40	5.014.719,70	1.855.736,19	9.597.214,99	3.146.648,06	80.821.580,34
	Piauí	58.008.027,65	3.830.029,14	1.017.220,54	6.909.782,15	258.239,91	70.023.299,39
P4	Maranhão	73.162.054,20	5.275.613,37	2.367.684,59	9.066.846,78	784.333,59	90.656.532,53
	Pará	89.103.102,02	5.720.867,23	2.548.152,75	11.771.094,65	2.179.641,77	111.322.858,42
P5	Goiás	126.490.868,80	8.715.170,80	3.328.757,72	15.016.271,84	355.683,50	153.906.752,66
P6	Bahia	199.721.455,46	16.590.814,60	6.183.518,67	26.869.484,48	7.805.095,34	257.170.368,55
	Distrito Federal	181.969.115,40	11.721.260,38	1.328.398,18	18.262.984,74	237.289,37	213.519.048,07
	Minas Gerais	362.896.716,96	24.381.938,72	7.692.293,20	41.729.439,15	3.349.821,78	440.050.209,81
Subtotal		1.336.891.803,01	94.409.366,91	28.637.666,08	168.117.805,88	28.210.698,58	1.656.267.340,46
TRF		241.098.888,97	15.381.104,00	10.000,00	69.793.264,15	72.314.845,20	398.598.102,32
TOTAL GERAL		1.577.990.691,98	109.790.470,91	28.647.666,08	237.911.070,03	100.525.543,78	2.054.865.442,78



Os destaques recebidos de R\$ 31.805,94 foram R\$ 19.788,94 do Ministério Público Federal destinados à Seção Judiciária do Amazonas, objetivando a cessão de espaço e infraestruturas que possibilitassem condições de trabalho ao quadro de servidores e procuradores da Procuradoria da República em Tabatinga, durante o período de reforma das instalações daquele órgão, e R\$ 12.017,00 do Ministério de Orçamento e Gestão para o TRF 1ª Região, objetivando a manutenção de imóveis funcionais.

Já o destaque concedido de R\$ 669.830,64 foi ao Comando do Exército, a fim de atender ao 2º Termo de Cooperação de Execução de Serviços Técnicos em Arquitetura e Engenharia e Assessoramento.

#### RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS LIMITES FINANCEIROS

No decorrer do ano, os limites financeiros recebidos do Conselho da Justiça Federal foram repassados às unidades gestoras da 1ª Região para pagamento de todas as despesas, inclusive precatórios e requisições de pequeno valor, conforme quadro a seguir.



## QUADRO 129

Limites financeiros concedidos, DARFS/GPS/GRU e receitas arrecadadas 2012

Padrão	Seção	Categoria "A" Pessoal	Categoria "C" Custeio	Categoria "D" Investimento	Categoria "E" Inversão	Restos A Pagar	Darfs/GPS/DAR/ GRU	Receitas Arrecadadas	TOTAL
P1	Amapá	15.978.251,08	5.710.915,60	383.953,34	0,00	7.550.000,00	8.583.420,68	0,00	38.206.540,70
	Roraima	12.697.880,62	3.761.796,29	1.117.800,87	0,00	4.340.685,28	6.275.700,57	0,00	28.193.863,63
	Tocantins	18.262.199,59	7.305.494,83	4.499.572,00	0,00	2.205.313,20	10.305.656,78	0,00	42.578.236,40
P2	Acre	18.722.055,34	5.511.276,32	42.508,00	0,00	283.199,08	9.733.975,14	0,00	34.293.013,88
	Rondônia	23.772.094,44	9.658.410,22	0,00	0,00	1.043.600,61	12.444.325,38	0,00	46.918.430,65
P3	Amazonas	31.644.786,91	10.661.543,36	0,00	0,00	1.223.205,31	16.475.649,74	0,00	60.005.185,32
	Mato Grosso	40.076.073,29	15.879.029,39	1.184.388,75	0,00	1.918.701,25	21.307.760,06	0,00	80.365.952,74
	Piauí	37.587.226,53	10.688.999,67	327.051,96	0,00	665.552,15	20.663.605,41	0,00	69.932.435,72
P4	Maranhão	47.658.899,13	14.806.609,81	254.106,88	0,00	1.564.194,80	25.682.072,80	0,00	89.965.883,42
	Pará	57.956.885,85	18.598.111,31	805.188,34	0,00	1.585.652,57	31.583.494,24	0,00	110.529.332,31
P5	Goiás	81.907.316,05	24.818.651,22	616.475,19	0,00	744.981,97	44.918.745,67	0,00	153.006.170,10
P6	Bahia	129.221.912,11	48.720.214,98	6.832.196,06	0,00	14.417.544,83	71.723.844,79	0,00	270.915.712,77
	Distrito Federal	120.236.459,14	29.859.098,46	0,00	0,00	1.182.695,97	62.368.005,13	0,00	213.646.258,70
	Minas Gerais	234.968.892,23	72.371.127,30	3.943.914,59	0,00	4.596.010,51	128.325.367,92	0,00	444.205.312,55
Subtotal		870.690.932,31	278.351.278,76	20.007.155,98	0,00	43.321.337,53	470.391.624,31	0,00	1.682.762.328,89
TRF		158.463.088,38	223.508.755,31	8.797.000,00	19.982.656,69	74.184.043,95	84.469.993,71	87,45	569.405.625,49
Secor – 090032		1.285.125.035,10	2.234.153.452,77	0,00	154.975.638,50	3.292.401,83	3.696,40	0,00	3.677.550.224,60
TOTAL GERAL		2.314.279.055,79	2.736.013.486,84	28.804.155,98	174.958.295,19	120.797.783,31	554.865.314,42	87,45	5.929.718.178,98





#### ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A execução do orçamento foi acompanhada e controlada mediante emissão de relatórios periódicos, que demonstram a evolução da execução orçamentária e financeira do Tribunal e de cada seção judiciária, conforme o que foi planejado.

O quadro a seguir registra que a execução orçamentária da 1ª Região foi de 99,01% e demonstra, por unidade gestora, a dotação disponível, o valor empenhado, o crédito não utilizado, os valores pagos e a inscrição em restos a pagar. A execução poderia ter sido ainda melhor, caso o Congresso Nacional tivesse aprovado dois projetos de lei de interesse da 1ª Região que remanejariam parte dos créditos que vieram a sobrar para ações com execução garantida e de interesse da Justiça e caso o cancelamento da licitação da obra de Roraima tivesse ocorrido em um período em que fosse possível, de acordo com a legislação, o remanejamento da dotação.

Com relação à dotação da ação do Projeto de construção do edifício-sede de Roraima, a Secretaria ainda teve atuação no sentido de contingenciar parte desses créditos, liberando outros que estavam bloqueados, por meio de dispositivo da Lei Complementar 101, para que se pudesse ter aproveitamento, bem como negociar com os demais Regionais esses descontingenciamentos em troca de dotações que também se pudesse aproveitar.



QUADRO 130  
Execução orçamentária 1ª Região – consolidada – 2012

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	30.656.540,70	30.296.477,73	360.062,97	29.708.947,32	587.530,41	98,83%
	Roraima	26.235.970,83	25.657.643,29	578.327,54	22.406.574,21	3.251.069,08	97,80%
	Tocantins	41.861.703,64	41.567.598,39	294.105,25	38.412.333,00	3.155.265,39	99,30%
P2	Acre	34.009.814,80	33.995.581,24	14.233,56	33.443.851,15	551.730,09	99,96%
	Rondônia	46.753.252,76	46.619.129,32	134.123,44	44.935.219,65	1.683.909,67	99,71%
P3	Amazonas	59.279.407,96	59.081.446,23	197.961,73	57.363.871,75	1.717.574,48	99,67%
	Mato Grosso	80.821.580,34	80.811.564,74	10.015,60	75.467.262,82	5.344.301,92	99,99%
	Piauí	70.023.299,39	69.626.645,46	396.653,93	68.123.621,38	1.503.024,08	99,43%
P4	Maranhão	90.656.532,53	90.654.917,90	1.614,63	87.335.732,98	3.319.184,92	100,00%
	Pará	111.322.858,42	111.218.677,51	104.180,91	107.107.905,30	4.110.772,21	99,91%
P5	Goiás	153.906.752,66	153.385.808,20	520.944,46	149.032.668,51	4.353.139,69	99,66%
P6	Bahia	257.170.368,55	257.164.873,29	5.495,26	243.522.703,64	13.642.169,65	100,00%
	Distrito Federal	213.519.048,07	213.514.784,37	4.263,70	209.352.748,79	4.162.035,58	100,00%
	Minas Gerais	440.050.209,81	439.849.898,09	200.311,72	429.346.556,30	8.509.028,46	99,95%
Subtotal – Seções		1.656.267.340,46	1.653.445.045,76	2.822.294,70	1.595.559.996,80	55.890.735,63	99,83%
TRF		398.598.102,32	396.884.310,18	1.713.792,14	310.986.388,40	85.897.921,78	99,57%
Secor – 090032		15.960.480,58	0,00	15.960.480,58	0,00	0,00	0,00%
TOTAL GERAL		2.070.825.923,36	2.050.329.355,94	20.496.567,42	1.906.546.385,20	141.788.657,41	99,01%

A seguir, o detalhamento do quadro anterior por grupos de despesas.

RECURSOS



PESSOAL

QUADRO 131

Execução orçamentária 1ª Região – pessoal – 2012

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	24.561.671,76	24.460.412,03	101.259,73	24.460.412,03	0,00	99,59%
	Roraima	18.821.541,29	18.821.541,29	0,00	18.665.045,84	156.495,45	100,00%
	Tocantins	28.281.887,13	28.277.755,74	4.131,39	28.220.713,01	57.042,73	99,99%
P2	Acre	28.456.030,48	28.456.030,48	0,00	28.456.030,48	0,00	100,00%
	Rondônia	36.216.419,82	36.203.450,93	12.968,89	35.888.662,05	314.788,88	99,96%
P3	Amazonas	47.995.650,64	47.993.143,72	2.506,92	47.892.322,26	100.821,46	99,99%
	Mato Grosso	61.207.261,40	61.207.261,40	0,00	61.207.261,40	0,00	100,00%
	Piauí	58.008.027,65	57.860.765,48	147.262,17	57.860.765,48	0,00	99,75%
P4	Maranhão	73.162.054,20	73.161.640,48	413,72	73.137.202,58	24.437,90	100,00%
	Pará	89.103.102,02	89.102.984,02	118,00	88.977.546,91	125.437,11	100,00%
P5	Goiás	126.490.868,80	126.453.881,61	36.987,19	126.198.320,69	255.560,92	99,97%
P6	Bahia	199.721.455,46	199.721.455,46	0,00	199.366.213,70	355.241,76	100,00%
	Distrito Federal	181.969.115,40	181.969.088,38	27,02	181.593.446,35	375.642,03	100,00%
	Minas Gerais	362.896.716,96	362.892.498,79	4.218,17	362.405.380,71	487.118,08	100,00%
Subtotal – Seções		1.336.891.803,01	1.336.581.909,81	309.893,20	1.334.329.323,49	2.252.586,32	99,98%
TRF		241.098.888,97	240.792.968,39	305.920,58	239.484.018,89	1.308.949,50	99,87%
Secor – 090032		1.211.732,02		1.211.732,02		0,00	0,00%
TOTAL GERAL		1.579.202.424,00	1.577.374.878,20	1.827.545,80	1.573.813.342,38	3.561.535,82	99,88%



Do valor de R\$ 1.827.545,80 constante do crédito não utilizado, R\$ 1.349.270,05 refere-se à dotação do Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (Cups), que, de acordo com a legislação vigente, não pode ser remanejado para atender outras despesas de pessoal; R\$ 281.790,23 referem-se à dotação de ativos e R\$ 196.476,52 à dotação de inativos. Parte desses valores não foi empenhado por inversão de fonte de recursos.

Com a dotação orçamentária de pessoal aprovada, acrescida de suplementações orçamentárias obtidas no decorrer do exercício, foi possível pagar todas as folhas ordinárias e sentenças judiciais não transitadas em julgado.

Foram empenhados, como despesas de exercícios anteriores, R\$ 9.849.471,12. Desse montante, R\$ 8.383.889,55 foram liquidados e R\$ 1.465.581,57 encontra-se inscrito em restos a pagar. Com esta dotação, foram pagos pequenos passivos de pessoal — como substituições, progressões funcionais, adicional de qualificação, diferença de proventos, parte da conversão em pecúnia das férias não gozadas, por necessidade de serviço, pelos magistrados da 1ª Região — e ficaram pendentes de pagamento R\$ 6.727.581,72, relativos aos pequenos passivos de pessoal, R\$ 1.246.500,48 de indenização de férias de magistrados autorizadas no exercício de 2012 e R\$ 326.288,96 referentes à gratificação especial de localidade de magistrados, por insuficiência orçamentária e pela burocracia trazida na Resolução CJF 106 de 26/05/2010.

As seções judiciárias e o Tribunal encaminharam, mensalmente, as informações referentes às despesas com pessoal ativo e inativo (quantitativo físico e valores pagos em regime de competência), as quais foram analisadas e consolidadas por esta Secretaria, que, em seguida, as encaminhou ao Conselho da Justiça Federal. Esses dados servem de base para a liberação dos repasses financeiros, para elaboração dos créditos adicionais de pessoal e definição dos limites orçamentários para o próximo exercício.



QUADRO 132

Execução orçamentária 1ª Região – benefícios – 2012

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	1.664.970,55	1.660.314,25	4.656,30	1.651.887,05	8.427,20	99,72%
	Roraima	1.579.428,72	1.579.428,72	0,00	1.440.126,11	139.302,61	100,00%
	Tocantins	2.144.038,57	2.136.561,37	7.477,20	2.136.561,37	0,00	99,65%
P2	Acre	1.626.121,64	1.626.121,64	0,00	1.623.891,22	2.230,42	100,00%
	Rondônia	2.587.885,36	2.584.652,81	3.232,55	2.579.283,92	5.368,89	100,00%
P3	Amazonas	3.556.508,13	3.549.516,43	6.991,70	3.087.815,58	461.700,85	100,00%
	Mato Grosso	5.014.719,70	5.014.719,70	0,00	4.702.160,57	312.559,13	100,00%
	Piauí	3.830.029,14	3.805.428,17	24.600,97	3.634.096,69	171.331,48	99,36%
P4	Maranhão	5.275.613,37	5.274.677,46	935,91	4.830.565,65	444.111,81	99,98%
	Pará	5.720.867,23	5.720.867,23	0,00	5.416.053,33	304.813,90	100,00%
P5	Goiás	8.715.170,80	8.712.535,76	2.635,04	7.995.311,34	717.224,42	99,97%
P6	Bahia	16.590.814,60	16.590.814,58	0,02	15.988.054,66	602.759,92	100,00%
	Distrito Federal	11.721.260,38	11.721.168,39	91,99	10.884.719,47	836.448,92	100,00%
	Minas Gerais	24.381.938,72	24.381.798,47	140,25	23.898.160,59	483.637,88	100,00%
Subtotal – Seções		94.409.366,91	94.358.604,98	50.761,93	89.868.687,55	4.489.917,43	99,95%
TRF		15.381.104,00	15.161.566,96	219.537,04	15.138.168,24	23.398,72	98,57%
Secor - 090032		833.055,09		833.055,09		0,00	0,00%
TOTAL GERAL		110.623.526,00	109.520.171,94	1.103.354,06	105.006.855,79	4.513.316,15	99,00%



Do valor de R\$ 1.103.354,06, constante do crédito não utilizado para benefícios, R\$ 55.647,45 são relativos à assistência médica e odontológica (AMOS), R\$ 933.141,04 à assistência pré-escolar (APE), R\$ 110.457,34 a auxílio-transporte (AT) e R\$ 4.108,23 a auxílio-alimentação (AA). Como a dotação destinada a benefícios diz respeito a despesas obrigatórias, não há possibilidade de serem utilizadas sobras para atender as demais necessidades. A pequena sobra da AMOS ocorreu em decorrência do recebimento em 31/12/2012 de créditos de outras regiões sem tempo hábil para utilização.



QUADRO 133  
Execução orçamentária 1ª Região – atividades – 2012

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	4.027.882,43	3.778.582,42	249.300,01	3.199.479,21	579.103,21	93,81%
	Roraima	2.783.345,81	2.778.978,01	4.367,80	2.014.840,14	764.137,87	99,84%
	Tocantins	5.088.682,13	4.808.333,94	280.348,19	3.483.756,18	1.324.577,76	94,49%
P2	Acre	3.478.650,21	3.464.752,37	13.897,84	3.041.830,49	422.921,88	99,60%
	Rondônia	6.924.513,84	6.834.427,79	90.086,05	5.787.450,08	1.046.977,71	98,70%
P3	Amazonas	6.591.612,68	6.461.814,92	129.797,76	5.558.147,47	903.667,45	98,03%
	Mato grosso	9.597.214,99	9.587.229,89	9.985,10	7.447.809,30	2.139.420,59	99,90%
	Piauí	6.909.782,15	6.703.200,06	206.582,09	5.455.530,05	1.247.670,01	97,01%
P4	Maranhão	9.066.846,78	9.066.581,78	265,00	6.985.275,33	2.081.306,45	100,00%
	Pará	11.771.094,65	11.669.119,72	101.974,93	9.676.386,37	1.992.733,35	99,13%
P5	Goiás	15.016.271,84	14.568.184,55	448.087,29	11.548.623,89	3.019.560,66	97,02%
P6	Bahia	26.869.484,48	26.863.989,24	5.495,24	20.530.361,76	6.333.627,48	99,98%
	Distrito Federal	18.262.984,74	18.258.878,26	4.106,48	15.938.191,98	2.320.686,28	99,98%
	Minas Gerais	41.729.439,15	41.728.169,12	1.270,03	35.826.431,89	5.901.737,23	100,00%
Subtotal		168.117.805,88	166.572.242,07	1.545.563,81	136.494.114,14	30.078.127,93	99,08%
TRF		69.793.264,15	68.877.651,63	915.612,52	52.262.001,92	16.615.649,71	98,69%
Secor – 090032		1.665.851,97		1.665.851,97		0,00	0,00%
TOTAL GERAL		239.576.922,00	235.449.893,70	4.127.028,30	188.756.116,06	46.693.777,64	98,28%



No que concerne às atividades, estão incluídas as ações *juízo de causas*, comunicação e divulgação institucional e *capacitação de recursos humanos*. Da perda orçamentária de R\$ 4.127.028,30, R\$ 3.581.833,96 foram no JC-3, R\$ 89.498,68 no JC-4, R\$ 251.262,42 no CRH, R\$ 163.052,47 no CDI 3 e R\$ 31.860,00 no CDI 4.

A perda orçamentária justifica-se em função de licitações frustradas no final de dezembro e ainda da não aprovação pelo Congresso Nacional dos créditos adicionais constantes dos PLs 049/2012 e 051/2012. Mesmo assim, obteve-se uma execução de 98,28%.

A seguir serão detalhados alguns itens de relevância neste grupo de despesa.

■ Despesas com ajuda de custo

Foi paga a importância total de R\$ R\$ 4.654.676,00, dos quais R\$ 3.419.764,00 para a remoção de 86 magistrados e R\$ 1.234.912,00 para remoção de 54 servidores, visando ao pleno funcionamento das varas federais. Não estão inclusas nesses valores as despesas decorrentes do pagamento de transporte de mobiliário e passagens aéreas.

■ Juizado especial federal itinerante e mutirões

A programação itinerante efetivada demandou R\$ 614.071,00 e abrangeu os municípios de São Miguel do Araguaia/GO, Machadinho do Oeste/RO, Assis Brasil e Epitaciolândia/AC, Nova Mutum/MT, Manaquiri/AM, Minaçu/GO e Castanhal/PA.

Para atender mutirões em Uberaba, Teófilo Otoni e Montes Claros/MG, Imperatriz e Caxias/MA, Teresina e Picos/PI, Goiânia/GO, Belém/PA, Barreiras/BA e Porto Velho/RO, foram investidos R\$ 538.842,19.

As despesas com diárias e passagens para o Projeto Mutirão Judiciário em Dia foram financiadas pelo Conselho Nacional de Justiça e TRF 1ª Região. Coube ao Tribunal o gasto de R\$ 533.021,00 com diárias e passagens e R\$ 289.245,00 com estagiários, além das despesas com demais contratos de manutenção que foram acrescidas, em especial o contrato de malotes.

A redução nos quantitativos de itinerantes e mutirões deveu-se, entre outros fatores, ao aumento das despesas com diárias ao se aplicar o novo artigo da Resolução do Conselho da Justiça Federal que regulamenta a matéria, que trouxe a figura do assistente direto do magistrado. Neste caso, o valor da diária para servidores passa a equivaler a 80% da diária do magistrado.

■ Sistema de conciliação (Sistcon)

Foram alocados R\$129.773,00, que proporcionaram a realização da Semana de Conciliação, bem como a Agenda de Audiências de 2012.





#### ■ Corregedoria

Foram alocados R\$ 572.259,52, que proporcionaram a realização das correções previstas, com relação às quais ocorreu, também, o aumento das despesas com pagamento de diárias ao se enquadrarem todos os servidores em deslocamento como assessoramento ou prestação de serviço direto a magistrado.

#### ■ Veículos

Complementarmente às diretrizes da Resolução 72/2009 do Conselho da Justiça Federal, quanto à compra de veículos, a Secretaria vem aplicando, no âmbito das seccionais, orientação que se baseia no tripé frota idealizada, frota existente e confronto entre a frota ideal e a existente, para definir o plano de aquisição de veículos a ser inserido na proposta orçamentária anual.

O plano anual de aquisição de veículo de 2012 foi alterado pelo Conselho Nacional de Justiça mediante solicitação do Tribunal para atender a renovação de três veículos para Boa Vista/RR, dois para Macapá/AP, um para a 2ª Vara de Sinop/MT, bem como para a aquisição de um veículo para Cuiabá/MT, um para o Tribunal e ainda para o remanejamento do tipo e destinação de veículo de Ituiutaba para Pouso Alegre/MG.

A relação de veículos existentes — Anexo III da Resolução CJF 72, de 20/08/2009 — foi recebida mensalmente das áreas de transporte do Tribunal e das seções judiciárias, analisada, consolidada e remetida ao CJF.

Conforme determina o art. 5º da Resolução CNJ 83, foi divulgada, no Diário da Justiça e também no portal desta Corte, em 31/01/2012, a lista de veículos oficiais utilizados.

A planilha que se segue demonstra o Plano de Aquisição aprovado pelo CJF, o Plano de Aquisição aprovado pela direção do TRF, tendo em vista as restrições orçamentárias, a nova definição de frota para as subseções e as aquisições efetuadas.



QUADRO 134  
Aquisição de veículos 2012

Padrão	TRF/Seção Judiciária	Plano de aquisição CJF		Plano de aquisição Secor		Executado	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
P1	Amapá	2	220.000,00	2	220.000,00	2	203.900,00
	Roraima	3	215.000,00	3	215.000,00	3	199.989,00
	Tocantins						
P2	Acre						
	Rondônia	3	330.000,00	2	220.000,00	2	217.800,00
P3	Amazonas	1	110.000,00	1	110.000,00	1	102.000,00
	Mato Grosso	3	283.000,00	3	283.000,00	3	266.082,67
	Piauí	1	110.000,00	1	110.000,00	1	93.534,14
P4	Maranhão	1	42.000,00	1	42.000,00	1	46.990,00
	Pará	3	330.000,00	3	330.000,00	3	280.602,42
P5	Goiás	2	220.000,00	2	220.000,00	2	259.000,00
P6	Bahia	2	220.000,00	2	220.000,00	2	200.000,00
	Distrito Federal						
	Minas Gerais	9	567.000,00	8	504.000,00	8	444.427,00
Subtotal		30	2.647.000,00	28	2.474.000,00	28	2.314.325,23
TRF		8	511.000,00	8	511.000,00	8	492.099,95
TOTAL GERAL		38	3.158.000,00	36	2.985.000,00	36	2.806.425,18



## ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES (AJPC)

## QUADRO 135

## Execução orçamentária 1ª Região – AJPC-2012

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	389.681,66	384.834,73	4.846,93	384.834,73	0,00	98,76%
	Roraima	118.865,78	118.865,78	0,00	110.463,75	8.402,03	100,00%
	Tocantins	872.766,79	872.763,71	3,08	865.968,62	6.795,09	100,00%
P2	Acre	380.350,17	380.350,17	0,00	314.631,46	65.718,71	100,00%
	Rondônia	246.472,46	246.472,46	0,00	180.743,70	65.728,76	100,00%
P3	Amazonas	307.767,38	307.767,38	0,00	300.569,66	7.197,72	100,00%
	Mato Grosso	1.855.736,19	1.855.736,19	0,00	1.663.943,95	191.792,24	100,00%
	Piauí	1.017.220,54	1.007.079,10	10.141,44	1.005.939,09	1.140,01	99,00%
P4	Maranhão	2.367.684,59	2.367.684,59	0,00	2.257.510,08	110.174,51	100,00%
	Pará	2.548.152,75	2.548.152,44	0,31	2.288.039,65	260.112,79	100,00%
P5	Goiás	3.328.757,72	3.320.272,81	8.484,91	3.006.162,89	314.109,92	99,75%
P6	Bahia	6.183.518,67	6.183.518,67	0,00	6.165.521,38	17.997,29	100,00%
	Distrito Federal	1.328.398,18	1.328.398,18	0,00	928.927,86	399.470,32	100,00%
	Minas Gerais	7.692.293,20	7.692.293,20	0,00	5.697.979,87	0,00	100,00%
Subtotal		28.637.666,08	28.614.189,41	23.476,67	25.171.236,69	1.448.639,39	99,92%
TRF		10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	100,00%
Secor – 090032		238,92		238,92		0,00	0,00%
TOTAL GERAL		28.647.905,00	28.624.189,41	23.715,59	25.181.236,69	1.448.639,39	99,92%

Da dotação disponível em 2012, de R\$ 28.647.905,00 foram utilizados R\$ 13.673.134,63 para pagamento de despesas de exercício anteriores, tendo em vista que o orçamento de 2011 foi insuficiente para supri-las, e R\$ 14.951.293,70 para as despesas do exercício de 2012, não tendo sido quitadas todas as pendências, restando um passivo de R\$ 7.272.255,16, a ser pago em 2013. Vale ressaltar que, da dotação recebida, R\$ 5.466.000,00 foram decorrentes de sobras das 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões.



## PROJETOS

## QUADRO 136

## Execução orçamentária 1ª Região – projetos – 2012

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	12.334,30	12.334,30	0,00	12.334,30	0,00	100,00%
	Roraima	2.932.789,23	2.358.829,49	573.959,74	176.098,37	2.182.731,12	80,43%
	Tocantins	5.474.329,02	5.472.183,63	2.145,39	3.705.333,82	1.766.849,81	99,96%
P2	Acre	68.662,30	68.326,58	335,72	7.467,50	60.859,08	99,51%
	Rondônia	777.961,28	750.125,33	27.835,95	499.079,90	251.045,43	96,42%
P3	Amazonas	827.869,13	769.203,78	58.665,35	525.016,78	244.187,00	92,91%
	Mato Grosso	3.146.648,06	3.146.617,56	30,50	446.087,60	2.700.529,96	100,00%
	Piauí	258.239,91	250.172,65	8.067,26	167.290,07	82.882,58	96,88%
P4	Maranhão	784.333,59	784.333,59	0,00	125.179,34	659.154,25	100,00%
	Pará	2.179.641,77	2.177.554,10	2.087,67	749.879,04	1.427.675,06	99,90%
P5	Goiás	355.683,50	330.933,47	24.750,03	284.249,70	46.683,77	93,04%
P6	Bahia	7.805.095,34	7.805.095,34	0,00	1.472.552,14	6.332.543,20	100,00%
	Distrito Federal	237.289,37	237.251,16	38,21	7.463,13	229.788,03	99,98%
	Minas Gerais	3.349.821,78	3.155.138,51	194.683,27	1.518.603,24	1.636.535,27	94,19%
Subtotal Seções		28.210.698,58	27.318.099,49	892.599,09	9.696.634,93	17.621.464,56	96,84%
TRF		72.314.845,20	72.042.123,20	272.722,00	4.092.199,35	67.949.923,85	99,62%
Secor - 090032		12.249.602,58		12.249.602,58		0,00	0,00%
TOTAL GERAL		112.775.146,36	99.360.222,69	13.414.923,67	13.788.834,28	85.571.388,41	88,10%

A seguir, demonstram-se os R\$ 13.414.923,67 constantes do crédito não utilizado:

- R\$ 578.093,03 – Projeto modernização das instalações da Justiça Federal Nacional;
- R\$ 831.792,38 – Projeto modernização das instalações da Justiça Federal em Brasília – TRF;
- R\$ 1.023,52 – Projeto modernização das instalações da Justiça Federal no Tocantins;
- R\$ 1.060.104,40 – Projeto de construção do edifício-anexo da Justiça Federal em Palmas/TO;
- R\$ 705.278,78 – Projeto de reforma e ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Boa Vista/RR;



- R\$ 8.931.338,56 – Projeto de construção do edifício-sede da Seção Judiciária em Boa Vista/RR;
- R\$ 500.000,00 – Projeto de construção do edifício-sede da Justiça Federal em Santarém/PA;
- R\$ 500.000,00 – Projeto de construção do edifício-sede da Justiça Federal em Passos/MG;
- R\$ 80.867,68 – Projeto de construção do edifício-sede da Justiça Federal em Pouso Alegre/MG;
- R\$ 51.116,75 – Projeto de construção do edifício-sede da Justiça Federal em Diamantino/MT;
- R\$ 51.116,75 – Projeto de construção do edifício-sede da Justiça Federal em Barra do Garças/MT;
- R\$ 3.663,68 – Projeto de implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação Jurisdicional (e-JUS);
- R\$ 120.528,14 – Projeto de Implantação de Varas Federais.

O acompanhamento da execução dos projetos da 1ª Região possibilitou evitar a execução de projetos em descompasso com o PPA e a LOA, verificar a impossibilidade de executar todos os projetos consignados na LOA de 2012 e elaborar as solicitações de créditos adicionais suplementares e especiais.

A seguir, menciona-se a situação dos projetos de construção, reformas e desapropriações que tiveram execução em 2012.

#### ações que não constaram da LOA 2012 e que tiveram execução de restos a pagar

- Construção do edifício-sede da Seção Judiciária do Amapá

Obra inaugurada. Prédio em utilização. Foi emitido o termo de recebimento provisório em 24/08/2012. Custo total da obra: R\$ 43.598.459,00. Dos R\$ 8.826.886,97 inscritos em restos a pagar, foram pagos R\$ 8.232.284,00, cancelados R\$ 583.602,55 e encontram-se pendentes de pagamento R\$ 11.000,00.

- Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Rondonópolis/MT

Em 26/03/2012 foi emitida a ordem de serviço para a conclusão do pavimento superior da subseção. Do valor inscrito em restos a pagar de R\$ 1.201.970,00, foram pagos R\$ 946.076,01 e encontram-se pendentes de pagamento R\$ 255.893,99.



- Aquisição de terreno para a construção do edifício-sede da Seção Judiciária de Belém/PA

Foi paga a totalidade do valor inscrito em restos a pagar de R\$ 830.000,00.

- Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Vitória da Conquista/BA

Obra concluída e inaugurada em janeiro de 2012. Emitido o termo de recebimento provisório. O termo de recebimento definitivo ainda não foi emitido em virtude de pendências existentes. Custo total da obra: R\$ 8.539.545,66.

Em 2012 foram pagos R\$ 574.296,17 de restos a pagar e encontram-se pendentes de pagamento R\$ 198.347,73.

- Reforma do edifício-anexo da Seção Judiciária em São Luís/MA

Edifício já em utilização pela seccional e em fase de recebimento definitivo. Em 2012 foram pagos R\$ 6.366,00 de restos a pagar e cancelados R\$ 8.275,80 não havendo mais nenhum pagamento pendente.

- Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Cáceres/MT

Obra finalizada com pendência, não tendo sido emitido o termo de recebimento provisório por haver duas pendências de serviços. Custo total do projeto: R\$ 2.762.985,27.

Em 2012, do total inscrito em restos a pagar, foram pagos R\$ 280.705,88, cancelados R\$ 6.191,89 e encontram-se pendentes de pagamento R\$ 139.394,52.

- Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Marabá/PA

Obra concluída e inaugurada em 2011. Emitido o termo de recebimento provisório. O termo de recebimento definitivo ainda não foi emitido em virtude de pendências existentes. Custo total de R\$ 3.728.333,58.

Em 2012, foram cancelados R\$14.104,27 de restos a pagar e ainda encontram-se pendentes de pagamento R\$ 12.246,33.

#### PROJETOS QUE SERÃO CONCLUÍDOS COM A DOTAÇÃO DE 2012

- Reforma e ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Boa Vista/RR

Em 2012 foram consignados, por meio de emenda parlamentar, R\$ 2.000.000,00, que, somados aos restos a pagar de R\$ 3.496.831,00, perfizeram o montante de R\$ 5.496.831,00, disponíveis para utilização.

Durante o exercício de 2012, foram pagos R\$ 2.328.398,42 de restos a pagar, empenhado R\$ 1.294.721,00, ficando sem utilização R\$ 705.278,78.

Obra em atraso, com percentual acumulado executado de aproximadamente 70%. A empresa já apresentou uma solicitação de dilação de prazo de 120 dias.



■ Construção do edifício-anexo da Justiça Federal em Palmas/TO

Dentro dos limites definidos à 1ª Região, foram alocados inicialmente R\$ 3.879.470,00, que foram suplementados em R\$ 2.750.000,00 por meio de emendas parlamentares, totalizando R\$ 6.629.470,00 o valor aprovado na Lei Orçamentária e ainda R\$ 1.409.141,17 inscrito em restos a pagar, perfazendo assim o montante de R\$ 8.038.611,17 disponíveis para a continuação da obra.

Durante o exercício de 2012, foi verificado que não seria preciso utilizar toda a dotação existente para a conclusão da obra. Sendo assim, foram oferecidos, como fonte de cancelamento no crédito adicional, R\$ 1.775.000,00. Desse montante, só foram utilizados R\$ 775.000,00, em virtude da não aprovação pelo Congresso Nacional do crédito adicional de setembro contido no Projeto de Lei 51/2012, o qual remanejaria R\$ 1.000.000,00 para o projeto de reforma do edifício-sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Em 2012 foram pagos R\$ 4.999.112,74, sendo R\$ 1.409.141,17 de restos a pagar, R\$ 3.589.971,57 do exercício e R\$ 1.204.394,03 inscritos em restos a pagar para pagamento em 2013. Ficou sem utilização R\$ 1.060.104,40.

A obra encontra-se em fase final, com execução na ordem de 99% e previsão de entrega para janeiro/2013.

■ Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana/BA

Em 2012 foram consignados R\$ 963.322,00, que, somados aos restos a pagar de R\$ 10.000.000,00, perfizeram o montante de R\$ 10.963.322,00, disponíveis para utilização.

Durante o exercício de 2012, foram pagos R\$ 7.972.851,10, sendo R\$ 7.720.285,10 de restos a pagar, R\$ 252.566,00 do exercício e R\$ 2.990.470,90 inscritos em restos a pagar para pagamento em 2013.

O custo total da obra foi de R\$ 11.120.655,18, com execução acumulada de aproximadamente 80%.

#### AÇÕES EM ANDAMENTO COM A OBRA LICITADA

■ Construção do edifício-sede do TRF 1ª Região

Dentro dos limites definidos ao TRF 1ª Região, foram alocados R\$ 50.000.000,00, que, somados aos R\$ 83.787.752,84 inscritos em restos a pagar, perfariam uma execução estimada de R\$ 133.787.752,84 para continuação da obra.

No decorrer de 2012, o Tribunal pagou R\$ 45.153.801,33 de restos a pagar, empenhou R\$ 49.330.169,36, descentralizou para o Ministério do Exército R\$ 669.830,64, e ainda ficou inscrito em restos a pagar, para pagamento em 2013, o valor de R\$ 87.372.388,28.



A obra está na fase de superestrutura, com execução de subsolo e 1º andar, sendo composta pelos blocos A (gabinetes dos desembargadores e Biblioteca), B (Plenário, Salão Nobre e Galeria dos Presidentes), C (Sala de Sessões, setor de Taquigrafia e Ascom) e D (Administração, Auditório, Secretarias). Os blocos A e D têm subsolos comuns, que estão 100% concluídos. O subsolo do bloco B (Plenário) ainda não foi iniciado, por falta de ajustes nos projetos estruturais a serem elaborados pelo engenheiro calculista. Está em andamento a superestrutura (8ª laje) dos blocos A e D.

O objeto do contrato com a empresa Engefort Construtora Ltda. refere-se apenas à estrutura da obra de todos os blocos. Outras licitações serão necessárias para complementação da obra.

A execução do contrato está na ordem de 64,01% até dezembro de 2012, com atraso de aproximadamente 22 dias.

A dotação prevista para 2013 é de R\$ 115.000.000,00.

■ Reforma do edifício-sede da Seção Judiciária em Belém/PA

Foi consignado na LOA 2012 R\$ 1.100.000,00.

Durante o exercício, foi empenhado R\$ 1.100.000,00 e inscrito em restos a pagar R\$ 1.091.840.

Processo licitatório em fase de homologação no valor de R\$ 1.259.000,00.

■ Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Jequié/BA

Foi consignado na LOA 2012 inicialmente R\$ 1.000.000,00, que foi acrescido por emenda em R\$ 2.000.000,00, que, somados a R\$ 1.751.268,56 de restos a pagar, perfizeram o montante de R\$ R\$ 4.751.268,56, disponível para utilização.

Em 2012 foram empenhados R\$ 3.000.000,00, pagos R\$ 2.337.525,27, sendo R\$ 1.622.291,61 de restos a pagar, R\$ 715.233,66 do exercício, cancelados R\$ 128.976,95 de restos a pagar e ainda ficou inscrito em restos a pagar, para pagamento em 2013, o valor de R\$ 2.284.766,34.

Obra em andamento, com prazo final de entrega em agosto de 2013.

A dotação prevista para 2013 é de R\$ 2.000.000,00.

■ Construção do edifício anexo III da Seção Judiciária em Salvador/BA

Foram consignados na LOA 2012 R\$ 500.000,00, que, somados à reabertura de crédito adicional especial de R\$ 1.000.000,00, perfizeram o montante de R\$ 1.500.000,00, disponível para utilização.

Em 2012 foi empenhado R\$ 1.500.000,00, que foi inscrito em restos a pagar.

Projetos revisados, compatibilizados, obra contratada com a empresa Ativa Engenharia Ltda. por R\$ 6.229.249,26 e ordem de serviço prevista para janeiro de 2013.

A dotação prevista para 2013 é de R\$ 1.900.000,00.





■ Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA

Foi consignado na LOA 2012, por emenda parlamentar, o valor de R\$ 400.000,00, que, somado ao crédito adicional de R\$ 935.000,00, perfaz o montante de R\$ 1.335.000,00, disponível para utilização.

Em 2012 foi empenhado R\$ 1.335.000,00, que foi inscrito em restos a pagar.

Projetos revisados, compatibilizados, obra contratada com a empresa Tecnologia Arquitetura e Engenharia – ME por R\$ 7.674.666,96 e ordem de serviço prevista para janeiro de 2013.

A dotação prevista para 2013 é de R\$ 1.250.000,00.

■ Construção do edifício-sede II da Justiça Federal em Cáceres/MT

Foi consignado na LOA 2012, por emenda, R\$ 1.000.000,00.

Durante o exercício, foram pagos R\$ 78.372,25, para os projetos arquitetônicos e executivos e os serviços de consultoria técnica e operacional, e inscritos em restos a pagar R\$ 921.627,75 para a execução e fiscalização da obra.

Obra contratada com a empresa Eletrotec Engenharia e Construções Ltda., por R\$ 2.086.606,71 com prazo de 12 meses de execução e ordem de serviço prevista para janeiro de 2013.

A dotação prevista para 2013 é de R\$ 1.000.000,00.

■ Construção do edifício-sede II da Justiça Federal em Sinop/MT

Foi consignado na LOA 2012, por emenda, R\$ 1.000.000,00.

Durante o exercício, foram pagos R\$ 90.016,50, com os projetos arquitetônicos e executivos, e empenhados R\$ 909.983,50, para a contratação da obra que foi inscrita em restos a pagar.

Obra contratada com a empresa INSAAT Construtora Ltda. por R\$ 5.240.349,64, com prazo de 18 meses de execução e ordem de serviço prevista para janeiro/13.

No projeto de lei da LOA 2013, está prevista uma dotação de R\$ 1.000.000,00 para a obra de construção da nova sede.

A dotação prevista para 2013 é de R\$ 1.000.000,00.

AÇÕES EM ANDAMENTO COM OS PROJETOS ARQUITETÔNICOS E EXECUTIVOS APROVADOS OU LICITADOS

■ Construção do edifício-sede da Seção Judiciária em Boa Vista/RR

Foram consignados na LOA 2012, por emenda, R\$ 21.000.000,00.

Foi aprovada pelo plenário do Conselho da Justiça Federal a execução desta obra, nos termos da art. 10 da Resolução CJF 179/2011.

Em 2012, foram pagos R\$ 71.313,14 e inscritos em restos a pagar R\$ 723.974,30, relativos à elaboração e fiscalização dos projetos executivos e à publicidade e propaganda.



Em novembro de 2012, foi publicado o edital para a licitação da contratação da obra, que foi revogado pela diretora do foro de Roraima.

Diante da revogação, foram contingenciados R\$ 11.773.374,00 e ficaram sem utilização R\$ 8.931.338,56.

Não há orçamento disponível para essa obra em 2013.

■ Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Barra do Garças/MT

Foram consignados na LOA 2012, por emenda, R\$ 100.000,00.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 48.883,25, que foram inscritos em restos a pagar visando à contratação dos projetos arquitetônicos e executivos e ficaram sem utilização R\$ 51.116,00 em virtude da não aprovação pelo Congresso Nacional do crédito adicional de setembro contido no Projeto de Lei 49/2012, o qual remanejaria esta dotação para o projeto de construção do edifício-sede da Justiça Federal em Sinop/MT.

A dotação prevista para 2013 é de R\$ 250.000,00.

■ Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Diamantino/MT

Foram consignados na LOA 2012, por emenda, R\$ 100.000,00.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 48.883,25, que foram inscritos em restos a pagar visando à contratação dos projetos arquitetônicos e executivos e ficaram sem utilização R\$ 51.116,00 em virtude da não aprovação pelo Congresso Nacional do crédito adicional de setembro contido no Projeto de Lei 49/2012, o qual remanejaria esta dotação para o projeto de construção do edifício-sede da Justiça Federal em Sinop/MT.

Não há orçamento disponível para essa obra em 2013.

■ Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Santarém/PA

Foram consignados em 2012 R\$ 500.000,00, que, somados aos restos a pagar de R\$ 212.755,00, perfizeram o montante de R\$ 712.755,00, disponíveis para utilização.

Durante o exercício, de 2012 foram pagos R\$ 172.331,55 de restos a pagar, encontram-se pendentes de pagamento R\$ 40.423,45 e ficaram sem utilização R\$ 500.000,00.

Os projetos executivos foram entregues. O custo total da obra foi orçado em aproximadamente R\$ 8.400.000,00, referentes a 2.700 m<sup>2</sup>. O processo licitatório foi aberto em dezembro de 2012 e a licitação foi deserta, devendo ser repetida em janeiro de 2013.

A dotação prevista para 2013 é de R\$ 1.000.000,00.

■ Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Barreiras/BA

Foram consignados na LOA 2012, por emenda parlamentar, R\$ 150.000,00, que, por serem insuficientes para se licitar a obra, foram cancelados no crédito adicional para suplementar a dotação do projeto de construção do edifício-sede da Subseção de Campo Formoso/BA.

A dotação prevista para 2013 é de R\$ 1.550.000,00.



- Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Guanambi/BA

Foram consignados na LOA 2012, por emenda parlamentar, R\$ 200.000,00, que, por ser insuficiente para se licitar a obra, foram cancelados no crédito adicional para suplementar a dotação do projeto de construção do edifício-sede da Subseção de Campo Formoso/BA.

A dotação prevista para 2013 é de R\$ 150.000,00.

- Reforma do edifício-sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG

Foi consignado na LOA 2012 R\$ 1.000.000,00.

Em 2012 foi empenhado R\$ 1.000.000,00 e inscrito em restos a pagar, sendo R\$ 927.000,00 para as adequações dos sistemas elétricos e de ar condicionado do CPD e R\$ 73.000,00 para a contratação dos projetos executivos visando à reforma da fachada, do piso e da garagem do edifício-sede I.

A dotação prevista para 2013 é de R\$ 1.500.000,00.

- Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Passos/MG

Foram consignados R\$ 500.000,00 na LOA 2012 visando à licitação da obra, os quais ficaram sem utilização, porque o processo licitatório da obra, realizado em dezembro de 2012, foi deserto. Há previsão de repetir a licitação em janeiro de 2013. Valor estimado da obra em R\$ 11.140.638,00.

A dotação prevista para 2013 é de R\$ 1.500.000,00.

- Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Pouso Alegre/MG

Foram consignados na LOA 2012, por emenda, R\$ 300.000,00 visando à contratação dos projetos arquitetônicos e executivos.

Durante o exercício, foram pagos R\$ 109.566,16, inscritos em restos a pagar R\$ 109.566,16, relativos aos projetos, e ficou sem utilização R\$ 80.867,68.

#### AÇÃO NOVA SEM EXECUÇÃO EM 2012

- Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Juazeiro/BA

Foram consignados na LOA 2012, por emenda parlamentar, R\$ 500.000,00, que foram cancelados no crédito adicional para suplementar a dotação do Projeto de Construção do edifício-sede da Subseção de Campo Formoso/BA.

#### REFORMAS E ADAPTAÇÕES

As diversas necessidades da 1ª Região, solicitadas na proposta orçamentária para 2012, foram priorizadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo planejamento estratégico para obras e reformas. Foram aplicados recursos na ordem de R\$ 7.751.783,47 do Projeto de Modernização das Instalações da Justiça Federal e Atividade Julgamento de Causas, conforme quadro a seguir.



QUADRO 137  
Execução de reformas (JC e MIJF)\*

Seção	Unidade	Descrição do serviço	TOTAL
SJRR	Edifício-sede – Roraima	Manutenção de cerca elétrica, central de alarme, portão eletrônico e porta giratória – JC	3.880,00
		Aquisição de mobiliário, equipamentos, máquinas, divisórias e outros – MIJF	268.820,83
	Imóvel funcional	Reforma dos imóveis funcionais – JC	134.672,12
TOTAL – RR			407.372,95
SJ/AP	Edifício-sede – Macapá/AP	Instalação de película – JC	396,00
TOTAL – AP			396,00
SJRO	Edifício-sede – Rondônia/RO	Instalação de películas, divisórias, centrais de ar-condicionado e serviços de cabeamento – JC	65.306,70
		Serviço de manutenção do cabeamento estruturado – MIJF	11.112,00
	Guajará-Mirim	Reconhecimento de dívida – serviços realizados a maior na construção da guarita – MIJF	1.819,67
	Ji-Paraná	Reformas e adaptações – MIJF	23.093,29
TOTAL – RO			101.331,66
SJTO	Edifício-sede e anexo – Palmas/TO	Manutenção de persianas verticais e interligação do ed. sede com o anexo – JC	11.326,62
		Aquisição de mobiliário, equipamentos, máquinas, divisórias e outros – MIJF	540.933,07
	Araguaína	Aquisição de mobiliário, equipamentos, máquinas, divisórias e outros – MIJF	9.940,75
	Gurupi	Serviço de reparo de telhado da Subseção Judiciária – JC	6.645,04
		Aquisição de mobiliário, equipamentos, máquinas, divisórias e outros – MIJF	15.154,00
	Edifício anexo –Palmas/TO	Fornecimento e instalação de grupo gerador de 625 KVA no subsolo do edifício anexo da Justiça Federal – JC	278.900,00
TOTAL – TO			862.899,48
SJAC	Edifício-sede – Boa Vista/AC	Reforma da cúpula da cobertura do edifício-sede – JC	59.424,06
		Reforma dos jardins externos – MIJF	60.000,00
TOTAL – AC			119.424,06



Seção	Unidade	Descrição do serviço	TOTAL
SJAM	Edifício-sede – Manaus/AM	Aquisição de tampas em chapa de aço, calçamento em concreto, pintura do muro, recomposição do piso do estacionamento – JC	22.588,65
		Fornecimento, com instalação, de uma cancela automática para o estacionamento externo – MIJF	4.250,00
	Arquivo judicial	Elaboração das instalações elétricas do arquivo judicial – JC	4.870,00
	Imóvel Tocaia	Projeto para reforma do estacionamento coberto e reparos do imóvel – JC	9.900,00
	Tabatinga	Sinalização do estacionamento, projeto de alojamento de servidores e reservatório de água – JC	28.000,00
TOTAL – AM			69.608,65
SJMT	Edifício-sede – Mato Grosso/MT	Ampliação do estacionamento da seccional – JC	403.884,51
		Construção de sanitário, divisórias e placas de identificação – JC	170.056,62
	Diamantino	Adaptação das instalações da rede elétrica da Subseção – JC	88.000,00
	Edifício-sede – Cáceres/MT	Instalação, com fornecimento, de material na Subseção – JC	7.935,70
TOTAL – MT			669.876,83
SJPI	Edifício-sede – Piauí	Pintura de faixas no estacionamento, divisórias, fixação de pastilhas – JC	28.700,90
		Serviços de urbanização do estacionamento – MIJF	79.852,58
	Edifício-sede – Picos/PI	Serviços de pavimentação do estacionamento interno – MIJF	8.200,00
	Edifício-sede – Cenajus	Reforma das instalações físicas do edifício-sede do Cenajus – JC	28.710,70
TOTAL – PI			145.464,18
SJMA	Edifício-sede – São Luís/MA	Reforma das copas e instalação de portas – JC	34.106,46
		Serviço de reforma dos gabinetes, guaritas, acesso ao estacionamento e Nucju – MIJF	367.309,93
	Imperatriz	Reforma do 2º andar – MIJF	63.199,26
TOTAL – MA			464.615,65



Seção	Unidade	Descrição do serviço	TOTAL
SJPA	Edifício-sede – Belém/PA	Readequação e expansão da rede de cabeamento e instalações elétricas – JC	90.539,72
	Altamira	Reforma do edifício-sede da Subseção – JC	13.466,35
	Castanhal	Reforma das instalações elétricas do prédio da sede da Subseção – JC	11.456,22
	Itaituba	Reforma das instalações físicas de imóvel para a instalação da subseção – JC	353.800,00
	Casa Mauriti	Reforma Casa Mauriti – MIJF	20.257,87
TOTAL – PA			489.520,16
SJGO	Edifício Gama Dias	Aquisição e instalação de piso e insulfilmes – JC	10.987,48
	Galpão	Reforma do telhado do galpão – JC	11.848,86
	Edifício-sede – Goiânia/GO	Serviços de reparos no sistema de esgoto – JC	7.989,00
TOTAL – GO			30.825,34
SJBA	Edifício-sede – Salvador/BA	Substituição de piso e instalação de balcão do prédio dos JEFs – JC	53.146,62
		Demolição e construção de muro – JC	139.150,00
		Reforma do telhado do Nucre e restaurante – JC	143.302,98
		Recuperação, limpeza e pintura de todas as áreas internas do edifício-sede – JC	162.000,00
		Transferência e instalação do CPD – JC	294.092,00
		Fornecimento e instalação de portões e grades de acesso – JC	24.989,99
		Pagamento referente à 7ª e última medição – MIJF	2.404,65
	Eunápolis	Serviços de reforma das instalações físicas de imóvel da subseção – JC	365.630,39
		Fornecimento e instalação de plataforma elevatória – JC	40.200,00
	Guanambi	Reforma das instalações físicas da subseção – JC	145.899,99
		Reforma e ampliação de instalações elétricas – MIJF	38.764,00
	Prédio dos JEFs	Manutenção em central de ar-condicionado – MIJF	246.750,46
	Barreiras	Adaptação e reforma nas instalações elétricas da subseção – JC	32.198,00
TOTAL – BA			1.688.529,08



Seção	Unidade	Descrição do serviço	TOTAL
SJDF	Sede III	Aquisição de mobiliário – MIJF	229.268,79
TOTAL – DF			229.268,79
SJMGM	Edifício Euclides Reis Aguiar	Serviços de remoção, fornecimento e instalação de divisórias e pintura, carpete do auditório e adequação da rede de água pluvial – JC	76.760,23
	Edifício-sede – Belo Horizonte/BH	Aquisição e instalação de exaustores axiais, motobombas, sistema de iluminação e cabeamento estruturado – JC	86.133,95
		Projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico nos edifícios-sedes da Seccional – JC	349.637,07
	Edifício Oscar Dias Corrêa	Aquisição de vasos sanitários e materiais necessários a sua instalação, fornecimento e instalação de portas de aço, fornecimento e instalação de uma porta de aço de enrolar – MIJF	118.441,10
		Serviços de impermeabilização – MIJF	240.139,20
	Edifício Antônio Fernando Pinheiro	Fornecimento e instalação de duas motobombas – JC	9.166,66
		Serviços de adequação da subestação de energia elétrica – JC	44.000,00
	Edifício-sede – Uberlândia	Serviços de engenharia elétrica para a Subseção – JC	49.001,50
		Pintura e obras civis e serviços de engenharia – JC	148.500,00
	Unai	Serviços de ampliação do cabeamento estruturado – JC	14.937,90
	Juiz de Fora	Serviços de reforma na Subseção – JC	11.410,62
		Construção de uma cantina/refeitório – JC	214.008,79
	Muriaé	Serviços de substituição dos pedestais do piso elevado do CPD – JC	31.517,00
TOTAL – MG			1.393.654,02
TOTAL – SEÇÕES			6.672.786,85
TRF	Edifício-Sede – I	Fornecimento de suporte para mastros – JC	7.400,00
		Fornecimento e instalação de piso flutuante – JC	62.100,00
		Contratação de serviços para reforma do <i>hall</i> do plenário e criação da sala <i>VP</i> – MIJF	69.785,46



Seção	Unidade	Descrição do serviço	TOTAL
TRF	Edifício-sede – II e Base Operacional	Aquisição de material para montagem de divisórias e execução de estrutura metálica para substituição da cobertura – MIJF	55.669,16
	Edifício Dona Marta XVIII e Edifício anexo I – TSE	Aquisição de material para montagem de divisórias e aquisição de material para instalação do restaurante – MIJF	12.425,00
	Sedes III e IV	Serviço emergencial de operação dos sistemas de ar-condicionado dos edifícios-sedes III e IV – JC	3.157,00
	Edifício Adriana	Serviços de impermeabilização – MIJF	244.500,00
	Restaurante	Serviço de engenharia para reforma do restaurante – JC	623.960,00
TOTAL – TRF			1.078.996,62
TOTAL GERAL			7.751.783,47

\* JC – Julgamento de Causas na Justiça Federal.

MIJF – Modernização de Instalações da Justiça Federal.

Cabe ressaltar que, além dos serviços acima mencionados, algumas seccionais tiveram autorizadas outras obras e reformas, e, por motivos diversos, não utilizaram os créditos autorizados.

#### PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE VARAS FEDERAIS

A Lei 12.011/2009 criou 230 varas federais destinadas, precipuamente, à interiorização da Justiça Federal de 1º grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais e definiu que a localização das varas criadas seria estabelecida pelo Conselho da Justiça Federal, o que foi feito por meio da Resolução CJF 102, de 14/04/2010. Para a 1ª Região, foram destinadas 94 varas, das quais 19 foram instaladas em 2010, 19 em 2011, 19 em 2012, estando previstas 19 para 2013 e 18 para 2014.

A Resolução Presi/Cenag 24 de 15/12/2011 autoriza a instalação das 19 varas previstas para 2012.

A dotação recebida para instalação das varas foi de R\$ 11.400.000,00. Deste total, foram remanejados R\$ 274.779,00, liquidados R\$ 4.676.826,16, inscritos em restos a pagar R\$ 6.327.866,70, ficando sem utilização R\$ 120.528,14. Foi feito controle rigoroso desses créditos, o que possibilitou atender todas as demandas, propiciando instalações e equipamentos em condições de funcionamento para as varas instaladas.

O quadro a seguir demonstra a execução por unidade.





QUADRO 138  
Demonstrativo IVF 2012

Seção	Descrição do serviço	TOTAL
AP – Complementação de Laranjal do Jari e Oiapoque	Equipamentos e material permanente	12.334,30
TOTAL – AP		12.334,30
TO – Antecipação Palmas	Equipamentos e material permanente	88.878,47
	Indenizações e restituições	22.911,74
TOTAL – TO		111.790,21
AC – Antecipação Cruzeiro do Sul	Diárias – pessoal civil	3.661,10
	Passagens e despesas com locomoção	4.665,48
TOTAL – AC		8.326,58
RO – Ji-Paraná	Diárias – pessoal civil	16.812,02
	Equipamentos e material permanente	122.338,59
	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	571.418,96
	Passagens e despesas com locomoção	3.530,80
TOTAL – RO		714.100,37
AM – Manaus e Tefé	Diárias – pessoal civil	22.009,52
	Equipamentos e material permanente	357.240,21
	Indenizações e restituições	47.995,16
	Material de consumo	7.341,00
	Obras e instalações	15.000,00
	Obrigação tributária e contribuição – op. intraorçamentárias	680,00
	Outros serviços de terceiros – pessoa física	1.400,00
	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	290.551,95
	Passagens e despesas com locomoção	22.735,94
TOTAL – AM		764.953,78
MT – Sinop e antecipação Cáceres e Juína	Diárias – pessoal civil	13.064,23
	Equipamentos e material permanente	459.939,71
	Material de consumo	11.800,00
	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	551.856,99
	Passagens e despesas com locomoção	12.190,13
TOTAL – MT		1.048.851,06



Seção	Descrição do serviço	TOTAL
PI – Floriano	Diárias – pessoal civil	31.440,81
	Equipamentos e material permanente	35.630,00
	Indenizações e restituições	87.549,26
	Passagens e despesas com locomoção	7.500,00
TOTAL – PI		162.120,07
MA – Imperatriz	Diárias – pessoal civil	14.581,16
	Equipamentos e material permanente	63.540,00
	Indenizações e restituições	15.325,38
	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	235.000,00
	Passagens e despesas com locomoção	25.377,86
TOTAL – MA		353.824,40
PA – Belém, Paragominas, Santarém e Tucuruí	Diárias – civil	30.899,77
	Material de consumo	38.595,00
	Passagens e despesas com locomoção	25.506,75
	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	359.669,14
	Equipamento e material permanente – op. intraorçamentários	505.761,50
	Indenizações e restituições	96.864,07
TOTAL – PA		1.057.296,23
GO – Goiânia e Itumbiara	Diárias – civil	16.851,00
	Passagens e despesas com locomoção	6.900,00
	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	190.588,07
	Equip.e material permanente – op. intraorçamentárias	115.750,40
	Indenizações e restituições	844,00
TOTAL – GO		330.933,47
BA – Alagoinhas e Vitória da Conquista	Diárias – pessoal civil	33.585,29
	Equipamentos e material permanente	37.742,20
	Indenizações e restituições	26.084,74
	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	610.277,63
	Passagens e despesas com locomoção	11.164,37
TOTAL – BA		718.854,23



Seção	Descrição do serviço	TOTAL
DF – Participação na inauguração das novas varas	Diárias – pessoal civil	3.713,11
	Passagens e despesas com locomoção	4.269,26
TOTAL – DF		7.982,37
MG – Belo Horizonte, Juiz de Fora, Ponte Nova, Pouso Alegre, Viçosa	Diárias – pessoal civil	37.818,17
	Equipamentos e material permanente	640.138,44
	Indenizações e restituições	410.216,89
	Material de consumo	50.988,05
	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	328.767,30
	Passagens e despesas com locomoção	109.497,04
TOTAL – MG		1.577.425,89
TOTAL – SEÇÕES		6.868.792,96
TRF – Equipamento de informática para novas varas	Equipamentos e material permanente	4.091.649,90
	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	44.250,00
TOTAL – TRF		4.135.899,90
TOTAL GERAL		11.004.692,86

#### PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (ISIGI/E-JUS)

Da dotação disponível para este projeto, de R\$ 18.197.338,00, foram liquidados R\$ 3.674.721,77, inscritos em restos a pagar R\$ 14.518.952,55, ficando sem utilização R\$ 3.663,68. Os recursos foram aplicados de acordo com o quadro abaixo.



## QUADRO 139

Demonstrativo de realizações na ação implantação do Sistema Integrado de  
Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal – 2012

U. O.	Elemento de despesa	Descrição do serviço	Projeto	TOTAL
TRF	4	Aquisição de material de informática	1.3 – Justiça Federal virtual	1.737.600,00
	3	Pontos de função		195.375,00
	3	Serviços de TI		45.353,76
	3	Prestação de serviços na área de informação – TI		5.058.240,00
	4	Aquisição de impressora <i>laser/led</i> tipo II		61.975,55
	4	Aquisição de impressora multifuncional <i>laser</i> tipo III		156.000,00
	4	Aquisição de HD externo		3.480,00
	4	Aquisição de microcomputadores		535.920,00
	4	Aquisição de monitores		38.460,80
	Subtotal			
TRF	3	Fornecimento de subscrição do <i>Jboss enterprise</i> e <i>red hat enterprise</i> Linux	1.4 – Modernização física e tecnológica dos CPDS	390.132,00
	4	<i>Software</i> – sistema de gerência		144.947,00
	4	Aquisição de equipamento de videoconferência		3.328.131,00
	3	Treinamento referente à aquisição de equipamento de videoconferência		29.289,00
	4	Aquisição de <i>software</i> de modelagem de dados		108.344,98
	4	Aquis de <i>software</i> de modelagem de dados		21.898,14
TRF	4	Aquisição/treinamento oficial do fabricante em modelagem de dados na ferramenta	1.4 – Modernização física e tecnológica dos CPDS	51.957,12
	4	Aquisição de servidor de rede		367.980,00
	3	Aquisição de placas <i>HBA</i>		43.730,00
	Subtotal			
3	Comunicação de dados <i>WAN</i> – seções/subseções	1.5 – Ampliação e modernização da rede de comunicação	5.874.859,97	
TOTAL GERAL				18.193.674,32



## EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR EM 2012

Visando à total execução da despesa e ao melhor aproveitamento dos créditos orçamentários, foi aberto o Processo Administrativo 437/2011, em que foi monitorada e solicitada, durante todo o ano, de cada seccional e do Tribunal a liquidação dos empenhos inscritos em restos a pagar em 2011 e os reinscritos em anos anteriores. O art. 68 do Decreto 93.872/1986, alterado pelo Decreto 7.654/2011, prevê, no seu § 2º, que os restos a pagar não processados e não liquidados terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ocasião em que a STN efetuará o bloqueio dos saldos, os quais poderão ser desbloqueados desde que atendam ao disposto nos §§ 3º, I, e 4º para serem utilizados.

Em 2012 foram cancelados R\$ 7.347.260,00, sendo R\$ 1.583.549,00 de pessoal e R\$ 5.763.711,00 de outras despesas.

O quadro a seguir detalha a execução por unidade gestora, contemplando, além dos restos a pagar inscritos em 2011, os reinscritos em exercícios anteriores bem como sua execução.



QUADRO 140  
Execução de restos a pagar em 2012 (R\$)

PAD	Seção	Inscritos		Pagos		Liquidados		A liquidar		Cancelados	
		Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros
P1	Amapá	0	10.954.788	0	10.231.476	0	6.276	0	43.632	0	673.403
	Roraima	108.408	5.088.844	88.633	3.741.886	0	278	14.311	1.259.518	5.464	87.162
	Tocantins	73.485	2.549.076	72.275	2.459.937	0	0	0	42.914	1.210	46.226
P2	Acre	12.623	727.052	0	674.615	0	6.259	0	28.646	12.623	17.531
	Rondônia	88.025	1.644.726	45.720	1.550.551	0	31.969	42.305	62.206	0	0
P3	Amazonas	313.227	1.406.639	12.680	1.128.338	0	61.984	0	97.140	300.547	119.178
	Mato Grosso	117.547	3.522.528	66.679	2.859.311	0	119.878	0	389.566	50.868	153.773
	Piauí	34.650	1.994.065	32.773	1.649.508	0	0	1.877	181.663	0	162.895
P4	Maranhão	103.812	3.348.953	74.431	2.522.651	0	126.691	15.248	491.723	14.133	207.888
	Pará	48.225	4.357.578	43.341	4.129.386	0	22.014	0	33.522	4.885	172.656
P5	Goiás	92.118	3.168.564	92.118	2.801.867	0	0	0	260.859	0	105.838
P6	Bahia	1.273.217	18.264.645	683.943	14.823.351	0	19.993	13.027	2.699.769	576.247	721.533
	Distrito Federal	575.945	2.943.745	449.365	2.514.137	0	2.418	65.429	260.085	61.151	167.105
	Minas Gerais	330.466	8.059.551	327.386	7.691.839	0	0	0	49.141	3.080	318.571
Subtotal		3.171.747	68.030.754	1.989.344	58.778.853	0	397.761	152.197	5.900.383	1.030.206	2.953.757
TRF		3.653.412	117.002.271	1.236.733	68.874.860	382.649	455.673	1.480.687	44.861.784	553.343	2.809.954
TOTAL GERAL		6.825.159	185.033.024	3.226.077	127.653.713	382.649	853.433	1.632.884	50.762.167	1.583.549	5.763.711



## CONTRATOS DE AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

### PROJETO PROCESSO DIGITAL

O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou os planos de ações dos tribunais regionais federais destinados à virtualização dos processos judiciais com custo estimado em R\$ 154 milhões, financiados pelos contratos celebrados entre o CJF e os TRFs (contratantes) e a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (contratados). O CJF é o gestor deste contrato e as despesas são pagas diretamente pelos contratados.

O valor aprovado para a 1ª Região foi de R\$ 31.493.489,00. Em 2009, foram realizados R\$ 6.332.356,36; em 2010, R\$ 7.268.901,12; em 2011, R\$ 520.125,00; e em 2012, R\$ 1.208.198,25, perfazendo um total de R\$ 15.329.580,73 com as aquisições de ativos de rede, solução de gravação de audiências em vídeo, solução de conversão e *ocerização scanners*, microcomputadores, *notebooks*, monitores de vídeo adicionais *storage* categoria III e servidores tipo *blade*, licenciamento e treinamento Oracle e *nobreaks* e expansão da solução de *backup*.

### CONTRATO TRF E CAIXA

O contrato firmado entre o Tribunal e a Caixa Econômica Federal, com vigência em mais de um exercício financeiro, destinou recursos financeiros extraorçamentários para atender interesse do Tribunal, no valor inicial de R\$ 7.363.678,40, que foi acrescido em junho de 2012, por meio de termo aditivo, em R\$ 3.692.067,40, perfazendo o montante de R\$11.055.745,80.

Em 2009 foram pagos R\$ 915.942,76 para quitar faturas pendentes de serviços prestados na obra do edifício-sede da Subseção de Vitória da Conquista/BA.

Em 2010, foram executados R\$ 698.352,60 correspondentes a 11 meses de locação do edifício Dona Marta, R\$ 949.252,67 à obra do edifício-sede da Subseção de Vitória da Conquista/BA e R\$ 205.600,00 à implantação de ponto eletrônico.

Em 2011 foi pago R\$ 1.128.906,60 correspondente a 13 meses de locação do edifício Dona Marta, R\$ 1.058.378,46 à reforma do edifício anexo em São Luís/MA, R\$ 650.747,33 correspondentes à continuidade da obra do edifício-sede da Subseção de Vitória da Conquista/BA, R\$ 7.781,32 à implantação de ponto eletrônico e R\$ 92.704,02 à aquisição de togas para os desembargadores.

Em 2012 foi pago R\$ 1.150.000,00 relativo a 12 meses de locação do edifício Dona Marta, R\$ 156.009,28 relativos à reforma do edifício-anexo em São Luís/MA e R\$ 5.500,00 à implantação de ponto eletrônico.



## CONTINGENCIAMENTO E DESCONTINGENCIAMENTO

O art. 9º da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04/05/2000, estabelece que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, fixadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio, limitação de empenho e movimentação financeira.

Por outro lado, o art. 66 da Lei 12.465/2011 (LDO 2012) determina ao Poder Executivo que, ocorrendo a hipótese antes referida, se comunique aos demais Poderes e ao Ministério Público da União o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas por cada um no conjunto das dotações classificadas como primárias fixadas da Lei Orçamentária 2012.

A movimentação dos valores contingenciados na Justiça Federal e na 1ª Região está demonstrada no quadro abaixo:

QUADRO 141

Valores contingenciados na Justiça Federal e na 1ª Região

Período	Valores contingenciados	
	Justiça Federal	1ª Região
1º bimestre	37.093.907,00	12.039.915,00
2º bimestre	35.727.509,00	11.979.213,00
3º bimestre	35.727.509,00	11.979.213,00
4º bimestre	35.727.509,00	11.979.213,00
5º bimestre	26.990.572,00	11.979.213,00
6º bimestre	26.990.572,00	11.773.374,00

Apesar do cerceamento de crédito que o contingenciamento causa, com o controle e a análise do orçamento, a troca de ações contingenciadas possibilitou extensão da execução orçamentária. O valor contingenciado da 1ª Região recaiu sobre o projeto de construção do edifício-sede de Roraima, que teve a licitação revogada.





## SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO – PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR

Para a execução do pagamento do programa Cumprimento de Sentenças Judiciais – Precatórios e Requisições de Pequeno Valor, a Secretaria de Orçamento e Finanças do Governo Federal disponibilizou as dotações orçamentárias para este Tribunal, por força de legislação, quer seja dos débitos de responsabilidade da União, quer seja das entidades diversas.

O pagamento dos processos de precatório, seja de natureza alimentícia, seja das demais naturezas, foi efetivado, no mês de abril de 2012, relativo aos precatórios de natureza alimentícia e, nos meses de maio e junho de 2012, relativos aos precatórios de outras naturezas, conforme cronograma de pagamento acertado entre a SOF/MPOG e o Conselho da Justiça Federal.

Os recursos foram disponibilizados e pagos os precatórios e requisições de pequeno valor por meio da Unidade Gestora – UG 090049, criada especificamente para efetuar esse tipo de despesa, deixando transparentes as liquidações e o acompanhamento. Na UG 090027, foram mantidos somente os pagamentos dos parcelados, cujas parcelas anteriores já vinham sendo pagas.

No decorrer do exercício, foram oferecidos valores das dotações orçamentárias — as quais apresentaram saldo após o pagamento devido — relativas a precatórios para suplementar dotações de RPV, objetivando a concessão de crédito adicional suplementar para complementação da dotação orçamentária relativa às RPs em todos os grupos de natureza da despesa.

Da mesma forma, as dotações orçamentárias para pagamento das RPs em todos os grupos de natureza da despesa, União e entidades diversas, incluindo aqueles de responsabilidade do Fundo do Regime Geral da Previdência (FRGPS) e do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), apresentaram déficit, sendo necessária suplementação.

### GRUPO DE TRABALHO DE PRECATÓRIOS

Em 2012, o grupo de trabalho para uniformização de procedimentos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, instituído pelo Conselho da Justiça Federal, se reuniu três vezes, objetivando o estudo, debate e apresentação de soluções na área orçamentária, pareceres jurídicos, minutas de documentos, adequação de procedimentos que objetivem dar celeridade, entre outros.

As dotações consignadas no exercício de 2012 para precatório e RPV do TRF 1ª Região foram executadas conforme o quadro a seguir.



QUADRO 142  
Execução de precatórios e RPVs – 2012 (R\$)

União	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	519.313.867	519.313.867	0	519.313.867	0	100,00%
	Outros	843.516.193	843.516.193	0	843.516.193	0	100,00%
	CUPS	163.971.270	163.971.270	0	55.062.688	108.908.582	100,00%
	TOTAL	1.526.801.331	1.526.801.331	0	1.417.892.749	108.908.582	100,00%
RPV	Alimentício	586.277.723	586.277.723	0	586.093.842	183.881	100,00%
	Outros	29.950.258	29.950.250	8	29.935.292	14.958	100,00%
	TOTAL	616.227.981	616.227.973	8	616.029.134	198.839	100,00%
TOTAL – UNIÃO		2.143.029.312	2.143.029.304	8	2.033.921.883	109.107.421	100,00%
Entidades	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	117.294.504	117.294.504	0	117.294.504	0	100,00%
	Outros	395.724.686	395.714.804	9.883	395.714.804	0	100,00%
	CUPS	27.324.215	27.324.215	0	6.988.250	20.335.965	100,00%
	TOTAL	540.343.406	540.333.523	9.883	519.997.558	20.335.965	100,00%
RPV	Alimentício	1.188.489.069	1.188.489.069	0	1.188.173.464	315.605	100,00%
	Outros	97.616.350	97.616.350	0	97.615.785	565	100,00%
	TOTAL	1.286.105.419	1.286.105.419	0	1.285.789.249	316.170	100,00%
TOTAL – ENTIDADES		1.826.448.825	1.826.438.942	9.883	1.805.786.807	20.652.135	100,00%
Extraorçamentários	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Extraorçamentários	0	0	0	3.229.327	0	100,00%
TOTAL EXTRAORÇAMENTÁRIO		0	0	0	3.229.327	0	0,00%
União e entidades	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	636.608.372	636.608.372	0	636.608.372	0	100,00%
	Outros	1.239.240.880	1.239.230.997	9.883	1.239.230.997	0	100,00%
	CUPS	191.295.485	191.295.485	0	62.050.939	129.244.547	100,00%
	Extraorçamentários	0	0	0	3.229.327	0	0
	TOTAL	2.067.144.736	2.067.134.854	9.883	1.941.119.634	129.244.547	100,00%
RPV	Alimentício	1.774.766.792	1.774.766.792	0	1.774.267.306	499.486	100,00%
	Outros	127.566.608	127.566.600	8	127.551.077	15.523	100,00%
	TOTAL	1.902.333.400	1.902.333.392	8	1.901.818.383	515.009	100,00%
TOTAL – UNIÃO		3.969.478.136	3.969.468.246	9.891	3.842.938.017	129.759.556	100,00%



Os restos a pagar de precatório e RPV foram executados em conformidade com o quadro a seguir.

QUADRO 143  
Restos a pagar de precatórios e RPVs

União		Inscrição de restos a pagar em 2012	Restos a pagar pagos em 2012	Restos a pagar a liquidar	Restos a pagar cancelados em 2012	% execução
Precatórios	Alimentício	262.259.973,74	1.200.595,58	261.059.378,16		0,46%
	Outros	0,00	0,00	0,00		0,00%
	<b>TOTAL</b>	262.259.973,74	1.200.595,58	261.059.378,16	0,00	0,46%
RPVs	Alimentício	280.449,48	274.416,10	6.033,38		97,85%
	Outros	2.654.230,92	1.673.353,33	980.877,59		63,04%
	<b>TOTAL</b>	2.934.680,40	1.947.769,43	986.910,97	0,00	66,37%
<b>TOTAL – UNIÃO</b>		265.194.654,14	3.148.365,01	262.046.289,13	0,00	1,19%
Entidades		Inscrição de restos a pagar em 2012	Restos a pagar pagos em 2012	Restos a pagar a liquidar	Restos a pagar cancelados em 2012	% execução
Precatórios	Alimentício	19.288.659,30	9.324,44	19.279.334,86		0,00%
	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	<b>TOTAL</b>	19.288.659,30	9.324,44	19.279.334,86	0,00	0,00%
RPVs	Alimentício	278.447,84	263.042,48	15.405,36		94,47%
	Outros	290.940,01	219.178,06	71.761,95		0,00%
	<b>TOTAL</b>	569.387,85	482.220,54	87.167,31	0,00	84,69%
<b>TOTAL – ENTIDADES</b>		19.858.047,15	491.544,98	19.366.502,17	0,00	2,48%
União e entidades		Inscrição de restos a pagar em 2012	Restos a pagar pagos em 2012	Restos a pagar a liquidar	Restos a pagar cancelados em 2012	% execução
Precatórios	Alimentício	281.548.633,04	1.209.920,02	280.338.713,02	0,00	0,43%
	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	<b>TOTAL</b>	281.548.633,04	1.209.920,02	280.338.713,02	0,00	0,43%
RPVs	Alimentício	558.897,32	537.458,58	21.438,74	0,00	96,16%
	Outros	2.945.170,93	1.892.531,39	1.052.639,54	0,00	64,26%
	<b>TOTAL</b>	3.504.068,25	2.429.989,97	1.074.078,28	0,00	69,35%
<b>TOTAL – UNIÃO E ENTIDADES</b>		285.052.701,29	3.639.909,99	281.412.791,30	0,00	1,28%



## SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) foi criado para acompanhar a execução orçamentária das ações constantes na programação das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), no nível de subtítulo das ações e por unidade orçamentária, no tocante aos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, visando à prestação de contas para a sociedade e à transparência dos atos governamentais, conforme prevê a Lei 12.593, de 18/01/2012, o Decreto 7.866, de 19/10/2012, e a Portaria SOF/MP 103 de 19/10/2012.

Foram feitos os registros das ações orçamentárias da 1ª Região.

## LEI ORÇAMENTÁRIA 2013

A proposta orçamentária para 2013 foi elaborada nos termos da Lei 12.708/2012 (LDO 2013), com a participação efetiva das unidades administrativas do Tribunal e das seções e subseções judiciárias vinculadas à 1ª Região, que enviaram as suas necessidades a esta Secretaria.

Procedeu-se à análise e consolidação dos dados e encaminhou-se a proposta orçamentária preliminar, no valor de R\$ 2.455.901.941,00, ao Conselho da Justiça Federal.

Em decorrência do limite orçamentário definido à Justiça Federal da 1ª Região, em julho de 2012, a proposta foi revisada, ajustando-se ao novo valor de R\$ 2.067.393.610,00. No decorrer de 2013, esta dotação será acrescida com a distribuição dos valores constantes na reserva do CJF, para instalação e manutenção das varas que serão instaladas em 2013, despesas decorrentes de novas instalações, nomeações de cargos vagos e ISIGI/e-JUS.

Com a finalidade de reforçar as dotações orçamentárias da 1ª Região, foram orientadas todas as seccionais para que trabalhassem suas bancadas parlamentares nos respectivos estados e foram preparadas as emendas passíveis de ser apresentadas e enviadas aos diretores de foro das seções judiciárias, informando a importância de ser aprovado o Projeto de Lei do Orçamento 2012 (PL 24/2012-CN). Em consequência, foram aprovadas emendas individuais e de bancada de interesse direto da 1ª Região no valor de R\$ 7.880.000,00, passando o orçamento da 1ª Região para R\$ 2.075.273.610,00.

Os quadros a seguir demonstram os projetos priorizados no PL 24/2012 e as emendas apresentadas na Lei Orçamentária de 2013 de interesse da 1ª Região.

### QUADRO 144

Projetos aprovados (obras) no PL 24/2012-CN (R\$)

TRF/Seção Judiciária	Projetos – 1ª REGIÃO	PL 24/2012-CN
TRF	Construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília/DF	115.000.000
Pará	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Santarém/PA	500.000



TRF/Seção Judiciária	Projetos – 1ª REGIÃO	PL 24/2012-CN
Bahia	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Jequié/BA	1.800.000
	Construção do edifício anexo da Justiça Federal em Salvador/BA	1.500.000
	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA	500.000
Distrito Federal	Modernização dos elevadores do edifício-sede II da SJDF	500.000
Minas Gerais	Reforma do edifício-sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG	1.500.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Passos/MG	1.500.000
<b>TOTAL GERAL – PROJETOS</b>		<b>122.800.000</b>

## QUADRO 145

Resumo das emendas aprovadas ao PL 24/2012 – LOA 2013

Unidade	Projeto	Valor (R\$)
SJBA	Construção do edifício anexo da Justiça Federal em Salvador/BA	400.000,00
	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Jequié/BA	200.000,00
	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Guanambi/BA	150.000,00
	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA	750.000,00
	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Barreiras/BA	1.550.000,00
	<b>TOTAL – BAHIA</b>	<b>3.050.000,00</b>
SJTO	Julgamento de causas/aquisição de material permanente para a Seccional de Tocantins	400.000,00
	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Araguaína/TO	250.000,00
	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Gurupi/TO	250.000,00
	<b>TOTAL – TOCANTINS</b>	<b>900.000,00</b>
SJMG	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Divinópolis/MG	280.000,00
SJGO	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Jataí/GO	400.000,00
SJPA	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Santarém/PA	500.000,00



Unidade	Projeto	Valor (R\$)
SJMT	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Sinop/MT	1.000.000,00
	Construção do edifício-sede II da Subseção Judiciária de Cáceres/MT	1.000.000,00
	Ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Cuiabá/MT	400.000,00
	Implantação de varas federais em Cuiabá/MT	100.000,00
	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Barra do Garças/MT	250.000,00
	TOTAL – MATO GROSSO	2.750.000,00
TOTAL GERAL		7.880.000,00

O quadro a seguir demonstra o orçamento de 2012 com contingenciamento (R\$ 11.773.374,00), sem a dotação do crédito extraordinário da medida provisória relativa à antecipação de 1/3 do crédito de investimento previsto no PLLOA 24/2012 (R\$ 39.743.231,00) e sem a dotação dos Projetos ISIGI (R\$ 18.197.338,00) e IVF (R\$ 11.400.000,00), pois, para o orçamento de 2013, os valores destes projetos ainda estão na reserva do CJF para serem distribuídos.

## QUADRO 146

Comparativo dos orçamentos de 2012 e 2013 por unidade orçamentária (R\$)

Orçamento 2012	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	TOTAL
TRF	241.481.447	15.381.283	10.000	64.896.927	51.214.172	372.983.829
Seções	1.337.720.977	95.242.243	28.637.905	174.679.995	44.406.842	1.680.687.962
TOTAL	1.579.202.424	110.623.526	28.647.905	239.576.922	95.621.014	2.053.671.791
Orçamento 2013	Pessoal	Benefícios	Ajpc	Atividades	Projetos	TOTAL
TRF	235.855.000	15.793.731	10.000	70.811.987	115.000.000	437.470.718
Seções	1.313.975.000	95.793.378	16.987.497	196.087.017	15.280.000	1.638.122.892
TOTAL	1.549.830.000	111.587.109	16.997.497	266.899.004	130.280.000	2.075.593.610
% acréscimo/ redução	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	TOTAL
TRF	-2,33%	2,68%	0,00%	9,11%	124,55%	17,29%
Seções	-1,78%	0,58%	-40,68%	12,25%	-65,59%	-2,53%
TOTAL	-1,86%	0,87%	-40,67%	11,40%	36,25%	1,07%



Verifica-se que houve acréscimo global na ordem de 1,07% no orçamento proposto para 2013 em relação ao orçamento de 2012. Tal percentual poderá ser diminuído pelo recebimento de crédito contido na reserva do CJF.

A análise por categoria de programação permite as seguintes observações:

- pessoal – decréscimo de 1,86% em função de constar para 2013 somente a folha normal (base março 2012) sem as nomeações ocorridas de maio a dezembro de 2011;
- varas instaladas em 2011 – Lei 12.011/2009 e sem despesas de exercícios anteriores que foram pagas em 2012;
- benefícios – acréscimo de 0,87% em função do reajuste que houve na assistência médica e assistência pré-escolar considerando-se a quantidade existente em junho/2012;
- assistência jurídica a pessoas carentes – decréscimo de 40,67%;
- atividades – acréscimo de 11,40% em função da manutenção de novas instalações e novas varas;
- projetos – acréscimo de 36,25% em razão do valor consignado para a obra do TRF.

O orçamento aprovado para 2013, após os ajustes mencionados abaixo, ficou superavitário em R\$ 1.404.184,00:

- retirada de R\$ 7.578.045,24 – contrato dos *links* de comunicação – complementação indispensável para a continuidade da prestação jurisdicional, que poderá ser alocada no Projeto ISIGI/e-JUS;
- retirada de R\$ 1.360.732,00 – prestação do serviço de digitalização de Acervo de Processos da Coordenadoria de Recursos – Corec, da Secretaria Judiciária, que poderá ser alocada no projeto ISIGI/e-Jus;
- retirada de R\$ 3.085.402,00 – adicional de periculosidade de 30% para os vigilantes, nos termos da Lei 12.740, de 08/12/2012. Como esta categoria já vem recebendo 15% de adicional de risco de vida de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho, calculou-se que este acréscimo será em torno de 10% sobre a despesa prevista.

#### ESTRUTURAÇÃO DAS TURMAS RECURSAIS

Em razão da edição da Lei 12.665/2012, que cria cargos de juiz federal e estrutura permanente para as turmas recursais dos Juizados Especiais Federais, foram encaminhadas ao Conselho da Justiça Federal as estimativas das despesas com instalação e manutenção das novas turmas e para incremento das atuais turmas em funcionamento.

Apesar das estimativas encaminhadas, o orçamento de 2013, definido pelo CJF, não contempla nenhum valor para a instalação e manutenção destas turmas. Espera-se que parte da reserva existente no CJF seja utilizada para estruturar as turmas já autorizadas.



#### CRIAÇÃO DE VARAS NO ESTADO DO AMAPÁ

A Lei 12.762/2012 cria três varas para o Amapá e determina que parte dos cargos e funções criados será distribuída para a área meio da seção. Há previsão, no Anexo V da PLOA/2013, de R\$ 1.492.343,00 para a contratação de pessoal em 2013, valor suficiente para atender somente dois meses de despesa. Quanto às despesas com instalação e manutenção dessas varas, não há dotação prevista no orçamento de 2013.





## ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1	Plano inicial de metas da Cojef 2012/2014, 18
Gráfico 1	O que causa mais mal-estar no trabalho, na JF1R é..., 25
Quadro 2	Processos julgados nos órgãos colegiados administrativos, 33
Quadro 3	Produtividade por desembargador federal, 34
Gráfico 2	Petições apresentadas no Tribunal, 36
Gráfico 3	Petições protocoladas, 36
Quadro 4	Desempenho do Tribunal, 37
Quadro 5	Sessões de julgamento realizadas, 37
Quadro 6	Central de digitalização, 38
Quadro 7	Estatística de notas taquigráficas, 38
Quadro 8	Processos baixados, 39
Quadro 9	Movimentações processuais, 40
Quadro 10	Decisões em RE e REsp, 40
Gráfico 4	Evolução do Mutirão Judiciário em Dia, 41
Quadro 11	Dados estatísticos da 1ª instância, 42
Quadro 12	Dados acumulados da 1ª instância, 44
Quadro 13	Movimentação processual por Seção Judiciária – 2012, 44
Quadro 14	Evolução dos processos virtuais nos JEFs, 45
Gráfico 5	Evolução do acervo processual nos JEFs – 2002 a 2012, 46
Quadro 15	Julgamentos nas turmas recursais, 47
Quadro 16	Composição do acervo das turmas recursais, 48
Quadro 17	Evolução da movimentação processual das turmas recursais – 2009 a 2012, 49
Quadro 18	Estatística da TRU, 51
Gráfico 6	Beneficiários de precatório e RPV, 52
Gráfico 7	Pagamento de precatórios, 53
Gráfico 8	Pagamento de RPVs, 53
Quadro 19	Pagamentos de precatórios e RPVs, 54
Quadro 20	Precatórios aguardando pagamento, 56
Quadro 21	Varas federais instaladas em 2012, 59
Quadro 22	Varas federais na capital e no interior, 60



Quadro 23	Quantidade de juizados por tipo e de turmas recursais, 61
Quadro 24	Mutirões realizados, 63
Gráfico 9	Resultado dos mutirões, 64
Quadro 25	Perícias itinerantes em Minas Gerais, 68
Quadro 26	Dados da Ouvidoria, 70
Quadro 27	Membros do Núcleo de Cooperação Judiciária da 1ª Região, 72
Quadro 28	Correições gerais ordinárias, 73
Quadro 29	Processos autuados, 74
Quadro 30	Processos arquivados, 74
Quadro 31	Processos autuados e arquivados por mês, 75
Quadro 32	Decisões e despachos proferidos por procedimento, 75
Quadro 33	Proposta de Emenda à Constituição (PEC) – Câmara dos Deputados, 76
Quadro 34	Senado Federal, 80
Quadro 35	Projeto de Lei (PL) – Câmara dos Deputados, 82
Quadro 36	Projeto de Lei Complementar (PLP) – Câmara dos Deputados, 85
Quadro 37	Resoluções, 86
Quadro 38	Portarias, 88
Quadro 39	Provimentos expedidos, 98
Quadro 40	Portarias expedidas, 99
Quadro 41	Instruções normativas 2012, 102
Quadro 42	Comissões/comitês/equipes/grupos de trabalho 2012, 102
Quadro 43	Veículos de comunicação/meio de comunicação, 109
Quadro 44	Informativos da 1ª Região – jornalismo impresso e eletrônico, 110
Quadro 45	Informativos da 1ª Região – telejornalismo, 110
Quadro 46	Reprodução, acabamento e montagem, 112
Quadro 47	Quantidade de licitações, 114
Quadro 48	Valores de licitações efetuadas, 114
Quadro 49	Registro de preço, 115
Quadro 50	Compras e contratações, 115
Quadro 51	Lavratura de novos instrumentos por tipo de instrumento, 116
Quadro 52	Lavratura de contrato por tipo de objeto, 116
Quadro 53	Lavratura de termos aditivos por tipo de instrumento, 116
Quadro 54	Lavratura de apostilamento e rescisão por tipo de instrumento, 116
Quadro 55	Quantitativo de notas fiscais analisadas, de pedidos de reajuste, repactuação e reequilíbrio distribuídos e de processos de penalidade autuados, 117



Quadro 56	Gerenciamento de documentos orçamentários e financeiros, 117
Quadro 57	Gestão de material, 118
Quadro 58	Desfazimento de bens por tipo de procedimento, 119
Quadro 59	Publicação de matérias, 120
Quadro 60	Documentos postados, 120
Quadro 61	Baixas de processos por destino da remessa, 120
Quadro 62	Envio de documentos com entrega em mãos, 121
Quadro 63	Documentos recebidos, 121
Quadro 64	Receita gerada com fornecimento de cópias reprográficas e autenticações, 121
Quadro 65	Telegramas transmitidos e petições recebidas via fax, 122
Quadro 66	Termos de cooperação firmados, 122
Quadro 67	Jurisprudência (publicações), 124
Quadro 68	Base de jurisprudência (indexação), 124
Gráfico 10	Acórdãos processados, 124
Quadro 69	Processos e documentos arquivados, 125
Quadro 70	Arquivamento de processos, 125
Quadro 71	Atualização do acervo (livros e periódicos adquiridos), 126
Quadro 72	Atualização de acervos (valores gastos), 127
Quadro 73	Atendimento ao usuário da Biblioteca, 127
Quadro 74	Quantitativo de respostas a consultas das seccionais da 1ª Região, 132
Quadro 75	Quantitativo de processos de admissão, aposentadoria e pensão, 133
Quadro 76	Quantitativo de processos de folha de pagamento e exercícios anteriores, 133
Quadro 77	Atendimento aos acórdãos do TCU, 134
Quadro 78	Atendimento às demais diligências do TCU, 136
Quadro 79	Quantitativo de processos de licitações, contratos e ajustes congêneres, 138
Quadro 80	Quantitativo de processos analisados quanto ao aspecto da contabilidade, 139
Quadro 81	Quantitativo de orientações contábeis expedidas, 140
Quadro 82	Restrições da Setorial Contábil por Órgão – CJF, 141
Quadro 83	Situação atual dos processos de contas, 142
Quadro 84	Execução de auditorias na Justiça Federal da 1ª Região, 143
Quadro 85	Quantitativo de recomendações e solicitações de providências/justificativas expedidas, 144
Gráfico 11	Quantitativo de recomendações expedidas em auditorias, 144
Quadro 86	Estruturação de turmas recursais, 148
Quadro 87	Diretores e vice-diretores de foro, 153



Quadro 88	Cargos de juiz federal e juiz federal substituto, 154
Quadro 89	Vacância no TRF 1ª Região, 154
Quadro 90	Vacância nas seções judiciárias, 155
Quadro 91	Auxílio em gabinete de desembargador federal, 155
Quadro 92	Substituição de desembargador federal, 155
Quadro 93	Projeto Mutirão Judiciário em Dia, 156
Quadro 94	Remoção, permuta e promoção, 156
Quadro 95	Remoção de juiz federal, 157
Quadro 96	Remoção de juiz federal substituto, 158
Quadro 97	Remoção de juiz federal substituto de outra Região, 161
Quadro 98	Permuta de juiz federal, 161
Quadro 99	Permuta de juiz federal substituto, 161
Quadro 100	Promoção de juiz federal, 162
Quadro 101	Servidores efetivos, 163
Quadro 102	Provimentos e vacâncias, 164
Quadro 103	Juízes afastados para cursar pós-graduação, 173
Quadro 104	Aposentados, pensionistas e instituidores, 175
Gráfico 12	Posses de candidatos por local, 177
Quadro 105	Projeto Superação – assistência social, 180
Quadro 106	Projeto Doe sangue, doe vida, 180
Gráfico 13	Usuários do serviço médico, 181
Gráfico 14	Usuários do serviço odontológico, 181
Quadro 107	Beneficiários do Pro-Social, 182
Gráfico 15	Evolução do quantitativo de beneficiários do Pro-Social, 183
Quadro 108	Demonstrativo de credenciamento, 183
Quadro 109	Análise comparativa receita e despesa 2011/2012, 184
Gráfico 16	Análise comparativa receita e despesa 2011/2012, 185
Quadro 110	Demonstrativo de receitas e despesas – recursos da União – 2012, 187
Quadro 111	Demonstrativo de receitas e despesas – recursos próprios – 2012, 188
Quadro 112	Aplicação dos recursos do Pro-Social por benefícios, 189
Quadro 113	Composição dos recursos próprios do Pro-Social, 190
Quadro 114	Evolução do número de beneficiários e variação percentual – 1999/2012, 191
Quadro 115	Outras informações administrativas/financeiras da Divaf, 191
Quadro 116	Benefícios concedidos na área de saúde e atendimento externo, 192



Quadro 117	Aplicação dos recursos per capita/mês, 193
Quadro 118	Número de beneficiários do Programa, 193
Quadro 119	Valores dos serviços mensurados na estrutura de concreto da obra da nova sede, 196
Quadro 120	Despesas com manutenção de veículos oficiais por marca, 199
Quadro 121	Despesas com combustível para veículos oficiais do Tribunal, 199
Quadro 122	Despesas com combustível para veículos oficiais da SJDF, 200
Quadro 123	Requisições via Siate, 200
Quadro 124	Prestação de serviços continuados, 200
Quadro 125	Prestação de serviços não continuados, 201
Gráfico 17	Petições enviadas por banco de dados, 206
Gráfico 18	Citações e intimações, 207
Quadro 126	Orçamento 2012 para a 1ª Região, 220
Quadro 127	Demonstrativo das alterações na lei orçamentária de 2012, 221
Quadro 128	Dotação 2012 por tipo de ação, 224
Quadro 129	Limites financeiros concedidos, DARFS/GPS/GRU e receitas arrecadadas 2012, 227
Quadro 130	Execução orçamentária 1ª Região – consolidada – 2012, 229
Quadro 131	Execução orçamentária 1ª Região – pessoal – 2012, 230
Quadro 132	Execução orçamentária 1ª Região – benefícios – 2012, 232
Quadro 133	Execução orçamentária 1ª Região – atividades – 2012, 234
Quadro 134	Aquisição de veículos 2012, 237
Quadro 135	Execução orçamentária 1ª Região – AJPC-2012, 238
Quadro 136	Execução orçamentária 1ª Região – projetos – 2012, 239
Quadro 137	Execução de reformas (JC e MIJF), 247
Quadro 138	Demonstrativo IVF 2012, 252
Quadro 139	Demonstrativo de realizações na ação implantação do Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal – 2012, 255
Quadro 140	Execução de restos a pagar em 2012, 257
Quadro 141	Valores contingenciados na Justiça Federal e na 1ª Região, 259
Quadro 142	Execução de precatórios e RPVs – 2012, 261
Quadro 143	Restos a pagar de precatórios e RPVs, 262
Quadro 144	Projetos aprovados (obras) no PL 24/2012-CN, 263
Quadro 145	Resumo das emendas aprovadas ao PL 24/2012 – LOA 2013, 264
Quadro 146	Comparativo dos orçamentos de 2012 e 2013 por unidade orçamentária, 265